

GEORGE ALEX DA GUIA

**POLÍTICAS TERRITORIAIS, SEGREGAÇÃO E
REPRODUÇÃO DAS DESIGUALDADES SÓCIO-ESPACIAIS
NO AGLOMERADO URBANO DE BRASÍLIA**

Brasília, DF

Março de 2006

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

GEORGE ALEX DA GUIA

“POLÍTICAS TERRITORIAIS, SEGREGAÇÃO E REPRODUÇÃO DAS DESIGUALDADES SÓCIO-ESPACIAIS NO AGLOMERADO URBANO DE BRASÍLIA”

Dissertação apresentada como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Arquitetura e Urbanismo do Programa de Pós-Graduação e Pesquisa da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de Brasília.

Área de Concentração: Planejamento Urbano e Regional

Banca Examinadora

Profa. Dra. Lúcia Cony Faria Cidade (UnB/GEA)

Orientadora

Prof. Dr. Frank Algot Svensson (UnB/FAU)

Examinador Interno

Prof. Dr. Luiz César Queiroz Ribeiro (UFRJ/IPPUR)

Examinador Externo

Prof. Dr. Benny Schvasberg (UnB/FAU)

Examinador Suplente

GEORGE ALEX DA GUIA

**“POLÍTICAS TERRITORIAIS, SEGREGAÇÃO E REPRODUÇÃO DAS
DESIGUALDADES SÓCIO-ESPACIAIS NO AGLOMERADO URBANO DE BRASÍLIA”**

Este trabalho foi julgado adequado à obtenção do grau de Mestre em Planejamento Urbano e Regional e aprovado em sua forma final pelo Programa de Pesquisa e Pós Graduação em Planejamento Urbano e Regional da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília.

Brasília, 26 de março de 2006.

Prof. Dra. Lucia Cony Faria Cidade (Orientadora)

Universidade de Brasília- Departamento de Geografia

Prof. Dr. Frank Algot Svensson (Examinador Interno)

Universidade de Brasília- Faculdade de Arquitetura e Urbanismo

Prof. Dr. Luiz César Queiroz Ribeiro (Examinador Externo)

Universidade Federal do Rio de Janeiro- Instituto de Planejamento Urbano e Regional

Prof. Dr. Benny Schvasberg (Examinador Suplente)

Universidade de Brasília- Faculdade de Arquitetura e Urbanismo

AGRADECIMENTOS

A tarefa de elaborar uma dissertação de mestrado é muitas vezes rotulada de “trabalho solitário”. Posso afirmar, que no meu caso, essa metáfora não é muito apropriada.

A escolha do tema segregação sócio-espacial foi acompanhada de eventos e vivências que me permitiram debater sobre a problemática. A primeira vivência adveio da história pessoal, do espaço urbano de minha infância, adolescência e início da vida adulta, marcado pela intensa mescla social, em Cuiabá-MT. Havia num mesmo bairro a coexistência dos mais variados grupos sociais, o que permitia frequentar e experimentar dos valores e gostos de sobrados e mocambos’, estabelecendo vínculos sociais e afetivos que fugiam dos constrangimentos do lugar de moradia, da posição na ocupação e da renda familiar. Quando da mudança para Brasília, deparei-me com um espaço urbano segmentado, polinucleado e com grandes vazios entre as pessoas. A socialização era mediada pela presença nos espaços das instituições. O espaço geográfico e arquitetônico ao mesmo tempo em que integravam, desintegravam. O símbolo máximo do contato com diversos grupos sociais acontecia diariamente na Rodoviária do Plano Piloto. Era o ir e vir de pessoas que pertenciam e não pertenciam à realidade da cidade-Estado. E foi nesta contradição que passei a pensar a questão da segregação sócio-espacial.

Do cotidiano dos mais de 400 mil trabalhadores, estudantes, ambulantes, biscateiros entre outros, desenvolvi o Trabalho Final da Graduação em Arquitetura e Urbanismo (TFG), cujo tema foi a elaboração de Plano Diretor para Revitalização Arquitetônica e Urbanística da Rodoviária do Plano Piloto. Nesse período a questão metropolitana passou a fazer parte das inquietações de pesquisa. Passei a visitar as cidades do Distrito Federal e a periferia da periferia - loteamentos do Jardim Ingá, Cidade Osfaya, Valparaíso e Luziânia, até que me vi perdido numa cidade espraiada. Não sabia se estava dentro ou fora de Brasília. E foi assim que o estudo empírico tomou forma e deu origem à dissertação que aqui apresento.

Contudo, esta dissertação de mestrado está longe de ser um trabalho solitário. Ao contrário, pressupõe divisão de trabalho e solidariedade. Felizmente não estive sozinho nessa jornada que aqui toma o lugar de fim de um ciclo. As inúmeras ajudas, parcerias e formas de solidariedade espraiam-se desde a morada ao local de trabalho, da universidade à vida pessoal.

A entrada no programa de pós-graduação foi acompanhada do importante apoio da professora Marta Adriana Bustos Romero, que acreditando na proposta de trabalho proposta por mim deu ampla liberdade para pesquisar o tema junto ao grupo de pesquisa Urbanismo

Sustentável. Nessa pesquisa contei com o inestimável apoio da minha orientadora de TFG a professora Daniela Diniz Rodrigues, que além de direcionar o foco da pesquisa, permitiu desenvolver os primeiros esforços de compreensão dos processos de metropolização de estruturação do espaço urbano de Brasília. No desenvolvimento dessa pesquisa, o grande amigo Antonio Carlos Carpintero, também professor desta Casa, ajudou-me a repensar as questões de pesquisa, as hipóteses iniciais e a ‘complexificar’ o tema, que ia muito além de uma simples quantificação de pobres.

No desenvolvimento das disciplinas de mestrado, o contato com a disciplina de gestão do território ministrada pela professora Lúcia Cony ajudou-me a estabelecer marcos metodológicos e analíticos importantes, o que se traduziu no convite para orientação da presente dissertação. O caminho percorrido foi marcado por diversas reuniões e orientações via *net*. O inestimável apoio, paciência e o rigor metodológico da Lúcia Cony foram muito importantes para a conclusão da presente dissertação.

No meio do caminho, entre o término das disciplinas e a conclusão da dissertação, as pesquisas desenvolvidas no Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada-IPEA possibilitaram o contato com debates e aprendizados na questão urbana metropolitana, principalmente no que se refere à habitação, transportes, regularização fundiária e saneamento. Agradeço aos técnicos e estagiários dentre outros. Como membro da equipe de habitação e desenvolvimento urbano, o contato diário com a técnica Maria da Piedade Morais (IPEA) foi de grande importância para o amadurecimento das questões de pesquisa e aprimoramento do arcabouço teórico. As pesquisas desenvolvidas pela técnica ajudaram a estabelecer um marco crítico na dissertação, que se traduziu em revisões analíticas e metodológicas. Da equipe, agradeço também ao Santiago Varela e Rubem de Paula. Soma-se a estas contribuições a liberdade de acesso às informações dos microdados dos Censos Demográficos.

A construção das tipologias sócio-espaciais do Aglomerado Urbano de Brasília, por meio da metodologia do Observatório das Metrôpoles, só foi possível graças ao professor Luiz César Queiroz Ribeiro (IPPUR/UFRJ), que gentilmente disponibilizou a programação das categorias sócio-ocupacionais e dos indicadores socioeconômicos. Agradeço também ao Peterson Leal (IPPUR/UFRJ), que sanou as dúvidas que surgiam na medida em que os procedimentos estatísticos e de análise dos resultados surgiam.

O acesso aos dados e à metodologia do Observatório das Metrôpoles figurou-se com um desafio a ser enfrentado. Os procedimentos adotados envolveram análises estatísticas e a utilização de linguagem de programação, que foram superados com a ajuda do estatístico Allan e do economista Paulo Augusto Rego. Contribuíram também a equipe da biblioteca do

IBGE-Brasília, em especial na pessoa da Sra. Sônia. Aproveito para agradecer a equipe da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação-SEDUH DF, nas pessoas de Diana Meireles da Motta e Emanuel Porto e da Subsecretaria de Informações-SUPIN nas pessoas de Denise Prudente e Mônica Campos.

O dia a dia no mestrado foi marcado pela amizade e companheirismo da equipe da Secretaria da Pós-Graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília, com destaque para os funcionários Francisco Junior, João Borges e Ascensão que, sempre prestativos, me ajudaram em diversos momentos.

Muitos amigos fizeram parte dessa jornada. Agradeço a prazerosa convivência com os *brother's* da Casa do Estudante Universitário (Colina): Mauricio Pinheiro, Kenneth Sampaio (Keninho), José Paulo Barbosa (Baiano), Lucas Romano (Luquinha), Lucas Córdova e Meirelene. Soma-se aos amigos da Casa, os que me acompanham diariamente: Don Pablo Gonçalo, Marconi, Lídia Meijia, Célia Felisberto, Maria da Piedade, Matildes, Elisângela Person, Beatrice, Mauricio dentre outros.

A compreensão e os estímulos da minha mãe (Ilza Da Guia), da minha saudosa tia do coração (Manoelina) e irmãos (Geanne e Flávio) nos momentos em que me ausentei por completo de suas vidas e à Dulce Infinita foram muito importantes para a conclusão dessa jornada. Dedico a eles e a minha saudosa avó, Don'Ana Benedita, esta dissertação.

RESUMO

A compreensão das formas de produção do espaço no Aglomerado Urbano de Brasília, com foco na segregação sócio-espacial, constitui o objetivo principal do estudo desenvolvido. Para isso, adotou-se um quadro interpretativo que enfatizou, em cada período analisado, o contexto socioeconômico; as ações de gestão do território e os resultados do processo, postos sob a forma de relações entre padrões de distribuição espacial e de urbanização dos grupos sociais. O estudo partiu da construção de um esquema de legibilidade baseado no referencial teórico sobre o tema da estruturação interna das cidades. Em seguida realizou análise compreensiva das relações entre gestão do território e segregação sócio-espacial nos períodos de implementação, consolidação e expansão do Aglomerado Urbano. Apoiada na noção de centralidade do trabalho na estruturação e funcionamento da sociedade foi realizada uma observação do comportamento da diferenciação social por meio das categorias sócio-ocupacionais para o ano 2000. Por fim, para relacionar a estrutura sócio-espacial resultante e seu reatamento na segregação, traduziu-se a estrutura social no território metropolitano por meio de uma tipologia sócio-espacial, construída com o auxílio da análise fatorial e de conglomerados. Como resultados, o Aglomerado Urbano mostrou-se estruturado como um gradiente social que descende do centro para a periferia, marcado pela concentração de grupos dirigentes nas áreas centrais e de grupos populares nas periféricas. Destacou-se a forte presença dos setores médios em praticamente todos os tipos sócio-espaciais, o que sugere uma aparente ruptura no sistema causal: renda e escolaridade e uma relativização da segregação sócio-espacial. Contudo, os resultados indicam que a organização sócio-espacial do Aglomerado Urbano é regulada, em sua ampla maioria, pela posição das pessoas na hierarquia social e pelo setor de emprego, o que determina também os graus de acessibilidade a serviços e equipamentos públicos. Embora a oferta de alguns equipamentos se distribua de forma relativamente equitativa no Distrito Federal, observou-se no território do Entorno Goiano, fraca presença de grupos sócio-ocupacionais típicos de espaços do tipo médio-superior e forte ausência da oferta de serviços urbanos básicos. Em síntese, o que se observa no Aglomerado Urbano é o aprofundamento de tendências dadas desde a sua formação, sobressaindo-se o contínuo processo de periferização dos pobres, agora em direção ao Entorno, e o fortalecimento da auto-segregação de parte dos setores médios, intelectuais e dirigentes nas áreas centrais do Distrito Federal e em suas proximidades.

Palavras-chave: Segregação residencial, Tipologia sócio-espacial, Aglomerado Urbano de Brasília

ABSTRACT

The main goal of this study is to reach an understanding of the forms of space production in Brasilia's urban sprawl, with a focus on the social and spatial segregation.. For that purpose, the author adopted an interpretative framework that emphasized, for each analyzed period, the socioeconomic context, which included the changes in the demographic and productive structures and the labor market; the initiatives of territorial management, specially public policies. The results of the process were viewed under the perspective of their relationships between spatial distribution patterns and the urbanization of social groups. The theoretical approach called for a reading of the internal structure of the cities. The author then proceeded to undertake a comprehensive analysis of the relations between territorial management and segregation of the periods of implementation, consolidation and sprawl of the Urban Conglomerate. The next step, which aimed to explore the spatial distribution of social differentiation, was to make a review of the social structures, through socio-occupational categories, based on the concept of labor centrality in structuring and functioning of society. In order to observe the expression of the social-spatial structure on segregation, the representation of the social structure and the metropolitan space was achieved through the social and spatial typology, built with aid of factorial and cluster analyses. As results, the urban sprawl revealed itself to be structured as a social gradient – reaching out from the inner core toward the periphery - marked by the concentration of the ruling groups in the inner areas and the popular groups in the peripheral areas. The results detected a strong presence of the mean sectors in almost all types of social spaces, which indicates an apparent rupture in the causal system: income and educational levels and a relative slant of segregation. Nevertheless, the results indicate that the social and spatial organization of the urban sprawl is regulated, mostly, by the rank in the social hierarchy, which in turn determines the degree of accessibility to services and public utilities. Although the distribution of public services is relatively equalitarian, this tendency takes place mainly in the Federal District. In brief, the study pointed out to the ongoing trend of the urban sprawl to perpetuate the pattern established since its formation, that is a continuous process of ousting the poor toward the peripheral areas, now in the direction of areas outside the Federal District, and the intensification of self-segregation on the part of the elite, the middle-class, the intellectuals and the ruling classes in central areas of the Federal District and their vicinity.

Key-words: Residential segregation, sociospatial patterns, Urban Conglomerate of Brasília.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO

Considerações iniciais	01
Breves aspectos metodológicos	08

1-A ESTRUTURAÇÃO DO ESPAÇO URBANO: ABORDAGENS TEÓRICAS

1.1 A primeira escola de Chicago: ecologia e naturalização da segregação	14
1.2 A segunda escola de Chicago: a lógica funcional dos espaços	19
1.3 A análise social do espaço: a descrição geográfica do espaço social	22
1.4 A abordagem microeconômica: o papel das decisões locacionais	24
1.5 A abordagem marxista: desigualdade social e estrutura urbana.....	26
1.6 Bases analíticas e conceitos adotados.....	30
1.7 Fecho do capítulo	33

2-POLÍTICAS TERRITORIAIS E A CONSTRUÇÃO DA SEGREGAÇÃO NO DISTRITO FEDERAL E ENTORNO GOIANO (1956-1985)

2.1 Antecedentes da dinâmica territorial regional	35
2.2 Gestão do território e segregação na Fase de Implementação (1956-1969)	
2.2.1 Contexto: aspectos socioeconômicos	37
2.2.2 Ações: gestão do território.....	40
2.2.3 Resultados: organização espacial e segregação.....	44
2.3 Gestão do território e segregação na Fase de Consolidação (1970-1985)	
2.3.1 Contexto: aspectos socioeconômicos	45
2.3.2 Ações: gestão do território.....	48
2.3.3 Resultados: organização espacial e segregação.....	54
2.4 Fecho do capítulo	55

3-POLÍTICAS TERRITORIAIS E A CONTINUIDADE DA SEGREGAÇÃO NO AGLOMERADO URBANO DE BRASÍLIA (1986-2000)

3.1 Contexto: aspectos socioeconômicos na fase de expansão	57
3.2 Ações de gestão do território	68
3.3 Resultados: organização espacial e segregação no Aglomerado Urbano de Brasília....	70

3.4 Fecho do capítulo	71
4-ESTRUTURA SOCIAL E A DESIGUALDADE NO AGLOMERADO URBANO DE BRASÍLIA	
4.1 Breve revisão bibliográfica: estrutura social em Brasília.....	73
4.2 Estrutura ocupacional e hierarquia social.....	75
4.3 Estrutura social das ocupações	76
4.4 Estrutura de ocupações e a desigualdade de acesso a equipamentos e serviços urbanos	86
4.5 Estrutura ocupacional e segregação social	90
4.6 Fecho do capítulo	91
5-ORGANIZAÇÃO ESPACIAL E REPRODUÇÃO DA SEGREGAÇÃO NA ESCALA SUBLOCAL DO AGLOMERADO URBANO DE BRASÍLIA	
5.1 Segregação e organização sócio-espacial no Aglomerado Urbano de Brasília.....	92
5.1.1 A segregação sócio-espacial no Aglomerado Urbano de Brasília.....	98
5.1.2 A organização sócio-espacial no Aglomerado Urbano de Brasília	103
5.1.3 Acessibilidade e reprodução da segregação na escala intra-urbana	109
5.2 Resultados: organização espacial e reprodução da segregação na escala sublocal do Aglomerado Urbano de Brasília.....	117
5.3 Fecho do capítulo	118
6-CONCLUSÕES	119
7-REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	125
APÊNDICE A - Metodologia de regionalização do Aglomerado Urbano de Brasília .	133
APÊNDICE B - Metodologia de construção da tipologia sócio-espacial.....	145
APÊNDICE C - Construção das categorias sócio-ocupacionais.....	151
APÊNDICE D - Densidade de representação das categorias sócio-ocupacionais	172

APÊNDICE E – Mobilidade populacional no Distrito Federal, 2000179

APÊNDICE F – Segmentação por setor de emprego-2000182

LISTA DE FIGURAS

Figura 1.1- Modelo de crescimento de cidades Ernest Burgess	18
Figura 1.2- Esquema Interpretativo do modelo de filtragem de Hoyt.....	20
Figura 1.3- Modelo de Setores ou Cunhas, proposto por Hoyt.....	21
Figura 1.4- Curva de Renda e Utilização do Solo	25
Quadro 4.1 – Sistema de Hierarquização Social das ocupações	77
Quadro A.1 (APÊNDICE A)- Relação das Áreas de Expansão Demográfica, nomes e municípios.....	142
Figura B.1 (APÊNDICE B)- Representação das variáveis no plano principal	148
Figura B.2 (APÊNDICE B)- Representação das variáveis no plano tridimensional.....	149
Figura B.3 (APÊNDICE B)- Dendograma	149b
Figura C.1 (APÊNDICE C)- Composição das categorias sócio-ocupacionais	151
Figura D.1 (APÊNDICE D)- Quadro de Densidade de representação das categorias sócio-ocupacionais.....	172

LISTA DE MAPAS

Mapa 0.1- Aglomerado Urbano de Brasília-2000	13
Mapa 3.2- Distribuição espacial e vetores de expansão urbana, Aglomerado Urbano de Brasília, 2000	70
Mapa 5.1- Taxa de emprego formal, Aglomerado Urbano de Brasília,2000	100
Mapa 5.2- Tipologia sócio-espacial do Aglomerado Urbano de Brasília, 2000	104
Mapa 5.3- Tipologia sócio-espacial, Distrito Federal, 2000	106
Mapa 5.4- Percentual de pessoas ocupadas no setor público, Aglomerado Urbano de Brasília,2000	108
Mapa 5.5- Domicílios com saneamento adequado,Aglomerado Urbano de Brasília, 2000	111
Mapa 5.6- Distribuição espacial dos domicílios segundo o tipo, Aglomerado Urbano de Brasília, 2000	113
Mapa 5.7- Distribuição espacial dos domicílios segundo a condição de propriedade, Aglomerado Urbano de Brasília,2000	115
Mapa 5.8- Percentual de negros ou pardos,Aglomerado Urbano de Brasília, 2000.....	116
Mapa A.1 (APÊNDICE A)- Aglomerado Urbano Metropolitano de Brasília,2000	136
Mapa A.2 (APÊNDICE A)- Aglomerado Urbano de Brasília,2000	138
Mapa A.3 (APÊNDICE A)- Áreas de Expansão Demográfica, Aglomerado Urbano de Brasília,2000	141

LISTA DE TABELAS E GRÁFICOS

Tabela 2.1- Percentual de pessoas ocupadas segundo o setor de atividade-Distrito Federal e Entorno Goiano, 1970.....	40
Tabela 2.2- Crescimento demográfico Anual (%)- Entorno de Brasília e Distrito Federal, 1960/1970 e 1980	46
Tabela 2.3- Percentual de pessoas ocupadas segundo o setor de atividade- Distrito Federal e Entorno Goiano, 1980.....	47
Tabela 2.4- Total de domicílios particulares permanentes por situação censitária, Distrito Federal e Entorno Goiano, 1970/1980	51
Tabela 2.5- Loteamentos, lotes e população total-Distrito Federal e Entorno Goiano, 1977	52
Tabela 3.1- Taxa de crescimento médio anual-Aglomerado Urbano de Brasília 1980/1991/1996	59
Tabela 3.2- Emigração segundo local de residência anterior- Aglomerado Urbano de Brasília, 1995/2000.....	61
Tabela 3.3- Distribuição do PIB municipal e per capita, Aglomerado Urbano de Brasília, 2000	63
Tabela 3.4-Percentual de pessoas ocupadas segundo o setor de atividade, Aglomerado Urbano de Brasília, 1980-2000.....	64
Gráfico 3.1- Taxa de desemprego por tipo e por grupo de regiões, Distrito Federal-1992 a 2005	66
Tabela 3.5- Taxa de desemprego por tipo e por grupo de regiões, Distrito Federal-1992 a 2005	67
Tabela 3.6- Percentual de empregos formais segundo o setor de atividade, Aglomerado Urbano de Brasília, 2003	
Tabela 4.1- Distribuição da população ocupada por grupo sócio-ocupacional.....	78
Gráfico 4.1- Distribuição da população ocupada por grupo sócio-ocupacional.....	78b
Tabela 4.2- Composição da população ocupada por categoriais e grupos sócioocupacionais	80
Tabela 4.3- Composição da população ocupada por categoriais e grupos sócio-ocupacionais segundo o gênero	81
Tabela 4.4- Distribuição das faixas de rendimento total nominal do Indivíduo por grupo sócio-ocupacional	82

Tabela 4.5- Distribuição dos grupos sócioocupacionais por faixas de rendimento total nominal do Indivíduo	83
Tabela 4.6- Anos de Estudo segundo grupo sócio-ocupacional.....	84
Tabela 4.7- Composição de raça ou cor por grupo sócio-ocupacional.....	85
Tabela 4.8- Domicílios com saneamento adequado por grupo sócio-ocupacional	87
Tabela 4.9- Densidade Domiciliar por grupo sócio-ocupacional	88
Tabela 4.10- Pessoas segundo a tipologia habitacional por grupo sócio-ocupacional.....	89
Tabela 4.11- Pessoas segundo a condição de propriedade do domicílio por grupo sócio-ocupacional	90
Tabela 5.1- Distribuição das categorias sócio-ocupacionais pelos tipos espaciais	97
Tabela 5.2- Composição dos tipos espaciais	98
Tabela 5.3- Densidade relativa das categorias pelos tipos espaciais.....	102
Tabela A.1 (APÊNDICE A)-Percentual de população segundo situação censitária, Aglomerado Urbano de Brasília.....	136
Tabela E.1 (APÊNDICE E)-Distribuição dos fluxos populacionais segundo fluxos de Emigração e Imigração,Distrito Federal,2000.....	179
Tabela F.1 (APÊNDICE F)- Rendimento Bruto Médio segundo o setor de emprego, Aglomerado Urbano de Brasília,2000.....	182

Para falar em Pentesiléia, eu deveria começar descrevendo o ingresso na cidade (...) Até alcançá-la, você permanece do lado de fora; depois de passar sob uma arcada, você se encontra dentro da cidade (...) Se você acredita nisso, engana-se: Pentesiléia é diferente. Você avança por horas e não sabe com certeza se já está no meio da cidade ou se permanece do lado de fora (...) Pentesiléia expande-se por diversas milhas ao seu redor numa sopa de cidade diluída no planalto: edifícios pálidos que dão costas para prados insípidos, entre paliçadas de varas e telhados de zinco (...).

-A cidade?- você insiste em perguntar.

-Voltamos para cá todas as manhãs para trabalhar-respondem alguns, e os outros: - Voltamos para cá para dormir.

-Mas a cidade onde se vive?- você pergunta.

(...) Deste modo, você prossegue, passando de uma periferia para outra, e chega a hora de partir de Pentesiléia. Você pergunta sobre a estrada para sair da cidade, volta a percorrer a fileira de subúrbios espalhados como um pigmento leitoso; vem a noite; iluminam-se as janelas, ora mais ralas, ora mais densas. (...) Pentesiléia é apenas uma periferia de si mesma e o seu centro está em todos os lugares (...).

Ítalo Calvino, *As cidades Invisíveis*.

INTRODUÇÃO

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Historicamente, as cidades brasileiras têm se caracterizado por variados graus de diferenciação social. Com a urbanização, alimentada por rearranjos produtivos e processos migratórios intensos, as diferenças sociais passaram a se traduzir de forma mais nítida na distribuição das áreas residenciais. Enquanto as classes dominantes viviam em bairros privilegiados, geralmente próximos ao centro urbano, as classes populares eram levadas a se localizar em áreas de urbanização precária, distantes do centro, ou em cortiços nas áreas centrais das cidades, em um processo de segregação sócio-espacial. O Aglomerado Urbano de Brasília¹, em virtude de processos migratórios continuados, da organização do espaço segmentada e do alto grau de dependência entre os municípios do Entorno e o Distrito Federal, tem compartilhado dessa tendência. Apesar de uma imagem construída de espaço ideal, as políticas de gestão do território no Distrito Federal parecem contribuir para o agravamento da segregação. Tendências recentes sugerem aparentes mudanças em direção a um padrão menos segregado. No contexto da urbanização brasileira, essa dissertação tem como objetivo analisar o processo de produção do espaço no Aglomerado Urbano de Brasília, com ênfase nos processos de segregação. É útil rever como diferentes análises têm tratado a questão.

Dado um histórico de grande desigualdade social e um modelo de urbanização altamente segregado que se reproduz em parte significativa da rede urbana brasileira, diferentes analistas têm procurado compreender as relações entre esses processos. Aparentemente, mudanças no contexto socioeconômico ao longo das últimas décadas não foram suficientes para modificar substancialmente as tendências perversas da urbanização brasileira.

No período desenvolvimentista brasileiro, a partir dos anos 50, em um contexto internacional favorável ao endividamento em moeda estrangeira e de crescimento econômico acelerado no Brasil, as políticas econômicas e territoriais adotadas pelo governo federal

¹ Para esta dissertação, a unidade territorial adotada tem como base os estudos realizados pelo IPEA (2002), de onde foram excluídos três municípios: Formosa, Alexânia e Padre Bernardo, em virtude das baixas taxas de crescimento, nível de centralidade fraco e perfil econômico baseado na agropecuária. Nesse sentido e para fins deste estudo, o Aglomerado Urbano de Brasília é composto por sete municípios goianos (Luiziânia, Valparaíso de Goiás, Santo Antonio do Descoberto, Novo Gama, Cidade Ocidental, Águas Lindas de Goiás e Planaltina) mais o Distrito Federal. Para maiores detalhes ver APÊNDICE A.

acentuaram as desigualdades regionais. Aprofundaram a polarização da estrutura urbana na região Sudeste, desencadeando cíclicos processos de urbanização, metropolização e ampliação das desigualdades sociais e espaciais nas grandes cidades brasileiras.

Os anos 60 foram marcados pelo fortalecimento das correntes migratórias para as áreas industrializadas e de fronteira agrícola do país, principalmente para as regiões Sudeste, Centro-Oeste e Norte. Nas áreas de fronteira agrícola, a produção agropecuária tornou-se altamente mecanizada, com elevada produtividade assegurada pelo uso de matérias-primas, insumos e defensivos agroquímicos integrados ao processamento agro-industrial, que, por suas características, requereu limitada demanda de mão-de-obra fixa para suas atividades. Observaram-se elevadas taxas de êxodo rural e crescimento negativo de pequenas cidades, alimentando o rápido crescimento urbano, sobretudo, das regiões metropolitanas do eixo industrial Rio-São Paulo (IBGE, 1995, p.38).

Nos anos 70, essa tendência já estava praticamente consolidada. A articulação entre o crescente ‘assalariamento’ da mão-de-obra nacional, intensos fluxos migratórios e crescimento econômico fortaleceu o mercado interno, ao mesmo tempo em que reforçou a tendência de “inchaço” populacional em cidades como Rio de Janeiro e São Paulo (IBGE, 1995, p. 145). Em linhas gerais, observou-se nessas cidades um quadro caracterizado pela elevação dos preços dos terrenos nas áreas consolidadas da cidade e crescente ocupação extensiva de novas áreas periféricas, por meio de loteamentos clandestinos, favelas e ‘invasões’, de forma quase espontânea à criação de empregos, principalmente no setor secundário da economia (SINGER, 1968, p. 64). Nesse período, também se observou que a periferização foi acentuada pela ação do Banco Nacional de Habitação-BNH². Na promoção de novas unidades habitacionais, contudo, a viabilidade dos projetos era dada pela compra de terrenos em áreas afastadas do centro das cidades e construção em grande escala de unidades habitacionais, desintegrando o conjunto habitacional do restante da cidade e ampliando os custos, aos mutuários, de transporte e de manutenção da rede de infra-estrutura urbana (IBGE, 1995, p. 239).

Durante o período desenvolvimentista, as análises sobre estruturação espacial estavam centradas nos impactos das políticas econômicas sobre a pobreza urbana. A concentração do emprego, da moradia das classes médias e superiores e dos equipamentos e serviços urbanos nas áreas centrais das grandes cidades sustentou, até os anos 80, o padrão periférico de

² O BNH foi criado não apenas para atender, com linhas de crédito e financiamento, as crescentes necessidades habitacionais da população, como também promover o aquecimento da economia com o emprego em grande escala na construção civil (IBGE, 1990, p.221).

urbanização, consolidado nos estudos urbanos como expressão e até mesmo como explicação da dinâmica de organização interna do espaço metropolitano (CUNHA, 1994, p.162).

A década de 80 parece ter acentuado algumas dessas tendências. O cenário era de crise fiscal e financeira do poder estatal, aprofundamento do processo inflacionário, de redução dos níveis salariais (principalmente do setor privado), reversão do “assalariamento” das ocupações tipicamente urbanas, expansão do trabalho por conta própria e, fortalecimento do setor terciário como principal “dínamo” na geração de empregos (IPEA, 2002, p. 347). Na segunda metade dessa década, os efeitos dos desajustes macroeconômicos passaram a se refletir mais intensamente no Sistema Financeiro de Habitação-SFH, que entra em colapso e gera profundo desequilíbrio no Banco Nacional de Habitação-BNH. Esse processo que culminou com a extinção do BNH, ao final de 1986, levou a uma redução do crédito habitacional para as populações de classe média e, em parte, da população mais pobre, para resolver suas necessidades habitacionais. Em consequência, o financiamento imobiliário passa a depender quase que exclusivamente dos próprios compradores, o que segmenta ainda mais o mercado habitacional entre a oferta formal de imóveis, para determinados setores da sociedade, e a informal, para a população de baixo poder aquisitivo, esta última caracterizada pela periferização das moradias dos trabalhadores pobres em loteamentos clandestinos e autoconstrução (RIBEIRO & LAGO, 1994, p. 10).

Nesse período a generalização do padrão centro-periferia nas grandes cidades brasileiras ficou representada em termos como segregação urbana e periferização, nos quais a periferia era a forma e condição de integração dos trabalhadores pobres à economia urbana, condição essa composta pela propriedade fundiária e acesso aos meios de circulação casa/trabalho (LAGO, 2000, p.47). Em linhas gerais, os estudos articularam a conjuntura social e econômica do país com os seus rebatimentos geográficos sobre as grandes cidades brasileiras e entenderam que a periferização, observada nas últimas décadas, é uma das estratégias dos trabalhadores pobres de reproduzir, de forma precária, a força de trabalho³. Concluíram que a segregação e a diferenciação social, mais que um fenômeno de distribuição populacional, é um processo que, além das causas econômicas, culturais e políticas, reproduz, no tecido urbano, o histórico quadro de desigualdades sociais e econômicas.

³ Um dos termos utilizados foi o de espoliação urbana, que segundo Bonduki & Rolnick (1979) é um “(...) conjunto de condições precárias a que os trabalhadores têm que se sujeitar para vender sua força de trabalho numa cidade onde prioridade nenhuma é dada às suas necessidades. É neste quadro de espoliação urbana que devemos inserir a habitação de baixa renda em loteamentos periféricos (...)” (BONDUKI&ROLNIK, 1979, p.149).

Se as décadas de 60 e 70 foram períodos de expansão acelerada da periferia metropolitana, a reversão desse processo pode ser percebida no início da década de 90. Nesse período, o cenário era o de desmantelamento, em nível federal, do planejamento e da própria capacidade de intervenção do Estado, gerando o que foi chamado de crise de governabilidade. As mudanças econômicas no cenário mundial, em particular a integração de mercados, assumiram estatuto fundamental no conjunto das transformações em curso, tendo em vista as suas repercussões nas escalas nacionais, regionais e locais. No contexto da nova correlação de forças que se estabelece com a globalização, questões como políticas sociais, redistribuição de renda e direitos humanos tende a ser secundarizada em favor das ações que sustentam a acumulação, principalmente, do capital financeiro especulativo frente ao capital produtivo.

Em conseqüência, a emergência de novos moldes de acumulação do capital e de gestão do território, marcados pelo declínio das indústrias e pela expansão das atividades financeiras e de serviços, sob uma perspectiva, sugere o reforço das tendências apresentadas na década de 80 de precarização das relações de trabalho, diminuição do assalariamento e ampliação da informalidade e do desemprego na economia urbana. Sob outro aspecto, representa significativas mudanças e um novo desafio interpretativo para os estudiosos da questão urbana. Diante desse quadro, a alteração mais significativa nos estudos urbanos foi o questionamento ao padrão centro-periferia como explicação da dinâmica de organização interna do espaço metropolitano, por ser excessivamente esquemático. A concepção da organização interna da cidade passa, nesse momento, pelo reconhecimento da existência de um padrão de urbanização mais fragmentado e excludente (MENDONÇA, 2002, p. 23).

Em contraposição ao movimento de concentração demográfica nas metrópoles nas décadas anteriores, na década de 90, observou-se a inflexão das taxas de crescimento demográfico nas grandes metrópoles brasileiras, expansão das cidades médias e ampliação dos movimentos migratórios intra-metropolitanos. Nesse período, observa-se um certo ‘esgotamento’ do padrão de urbanização calcado na periferação, na autoconstrução e propriedade fundiária, caracterizado pelo duplo processo de redução das taxas de crescimento demográfico nas metrópoles, por um lado, e a difusão, pelo território, das favelas, cortiços nas áreas centrais e condomínios de classe média nas áreas periféricas, do outro. Soma-se a este quadro a alteração da relação entre crescimento urbano e migrações inter-regionais, dado que a dinâmica populacional observada na década de 90 caracteriza-se por um aprofundamento; sob um ponto de vista, das migrações de retorno ou em direção às cidades médias e, sob outro, pela intensificação das migrações intrametropolitanas (LAGO, 2000, p. 5-6; IBGE, 2003, p.5).

Estudos recentes sobre as cidades brasileiras têm destacado o estabelecimento de relações entre crise econômica e políticas recessivas, sob uma perspectiva, e as mudanças no padrão de urbanização, sob outra. Objetivam avaliar os efeitos de processos econômicos, tais como o colapso do modelo de desenvolvimento econômico e crises do setor público, na organização espacial das cidades brasileiras e no agravamento das desigualdades urbanas (ROCHA, 2000; RIBEIRO, 2000b). De fato, os impactos de processos econômicos sobre as grandes cidades brasileiras apontam para mudanças significativas na sua estruturação interna, com a emergência de fatos como privatização dos espaços públicos, multiplicação de condomínios horizontais fechados e da estigmatização da violência e pobreza urbana, em parte decorrentes da ampliação do desemprego urbano e do aprofundamento da informalidade, tanto econômica quanto fundiária, entendidas como estratégias de sobrevivência dos mais pobres (RIBEIRO, 2004 p.5). Esse processo tem se mantido com grande intensidade, nas regiões metropolitanas ao longo das últimas décadas.

É sobre esse pano de fundo que a literatura tem apontado para uma reconfiguração sócio-espacial e uma revisão da antiga ordem centro-periferia. A cidade, segundo essa tendência interpretativa, organiza-se de forma fragmentada, marcada pela continuidade espacial das desigualdades e diferenças, em detrimento da gradual distribuição de centro rico e periferia pobre (RIBEIRO, 2000b). É adotado o termo exclusão como conceito valorativo representante dos fortes contrastes desencadeados pelo quadro de recessão na década de 80 e abertura da economia, internacionalização do capital nacional na década de 90. Nesse sentido, afirma-se que as metrópoles, no contexto da exclusão sócio-espacial, configuram-se como o lócus da pobreza, lugar da violência, da segmentação espacial e do reforço da divisão simbólica do espaço urbano em habitat dos pobres e dos não-pobres (LAGO, 2000).

As análises, aqui comentadas, sobre a produção do espaço urbano brasileiro abordaram inicialmente o papel do contexto econômico nos padrões de urbanização; passaram a enfatizar os efeitos de processos metropolitanos na pobreza urbana e mostraram a importância de novos fluxos migratórios de sentido urbano-urbano e intrametropolitanos na atual organização espacial das cidades. Revelaram em que medida a história da estruturação interna das cidades brasileiras está diretamente vinculada às mudanças em sua sociedade e economia, refletindo no espaço, em variados graus, o aprofundamento do desenvolvimento desigual.

No contexto do modelo de urbanização brasileiro, o processo de organização sócio-espacial no Aglomerado Urbano de Brasília apresenta como particularidade a convivência, por um aspecto, de um território caracterizado por fortes pressões e elevadas restrições no

mercado regular de terra urbana; por outro, ocupações irregulares de terras de baixo custo, em particular para as camadas de média e baixa renda.

Em termos gerais, o Aglomerado Urbano de Brasília apresenta uma dupla realidade: a de fronteira econômica e de centro urbano consolidado. Dentre as características de fronteira econômica, Brasília, como é conhecido o Distrito Federal, ainda continua a representar a imagem de “Eldorado do cerrado”, “local de oportunidades”, para onde se dirige boa parte do fluxo migratório regional. Associado a esta imagem, o Aglomerado Urbano ainda apresenta características como as elevadas taxas de mudança de uso de solo rural para urbano e incorporação de terras ao setor produtivo. Com relação às semelhanças com os centros consolidados, o Aglomerado Urbano de Brasília apresenta características e problemas de porte metropolitano. Dentre as características, destacam-se as elevadas taxas de urbanização, o arrefecimento das taxas de crescimento demográfico nas áreas centrais e a ampliação do grau de integração funcional e espacial entre os municípios goianos mais próximos ao Distrito Federal. Compartilha também com as demais metrópoles brasileiras problemas relativos à difusão da pobreza em todo o território, a crescente ‘mercantilização’ de terras em áreas periféricas para populações de média a alta renda e a piora dos indicadores de moradia e saneamento básico adequado. Soma-se a estas características, as elevadas taxas de desemprego e o colapso no transporte público.

Embora o padrão histórico de crescimento urbano combine altas taxas de crescimento demográfico, migrações inter-regionais e periferização da população migrante e pobre, o atual padrão de urbanização do Aglomerado Urbano de Brasília não parece estar associado a estes tipos de migrações, nem a uma deliberada periferização das populações de baixo poder aquisitivo como mecanismo de reprodução precária da força de trabalho. O padrão de urbanização mais recente parece estar ligado à intensificação das migrações intrametropolitanas, à mobilidade pendular e à crescente ocupação de áreas rurais para fins urbanos. A partir da década de 70, muitos habitantes pobres do Distrito Federal tiveram que deixar suas casas em função do crescente custo de vida (aluguel, transporte, alimentação, taxas e serviços) e dirigir-se às cidades satélites mais distantes ou aos municípios goianos limítrofes ao DF. Concomitantemente, cada vez mais as classes média e média alta viram-se na contingência de abandonar a região central do Aglomerado Urbano de Brasília em função da baixa oferta e dos altos custos de aquisição e locação de imóveis no Plano Piloto. O destino são as regiões administrativas próximas, na compra ou aluguel de imóveis já existentes, como foi o caso do Cruzeiro, Taguatinga e Águas Claras ou na forma de condomínios irregulares em antigas áreas rurais periféricas, públicas ou privadas (CIDADE, 2003, p. 171-172).

No horizonte deste cenário, o caráter mutante do território do Aglomerado Urbano de Brasília tem apresentado nas formas de produção do espaço urbano um reflexo do histórico processo de segregação sócio-espacial, no qual as políticas públicas participam direta ou indiretamente. Desde a implantação de Brasília, o poder público tem atuado como o principal agente na organização do espaço, por meio do monopólio das terras e das políticas de gestão do território. Nos municípios limítrofes ao Distrito Federal, a incorporação, por particulares, de terras rurais na oferta de lotes urbanos garantiu a expansão da área construída, especialmente na periferia dos assentamentos já consolidados, particularmente ao longo da DF-003 (em direção a Planaltina de Goiás), da BR-070 (em direção a Pirenópolis) e da BR-060 (em direção a Goiânia).

Em um aparente esgotamento do modelo de periferização observado nas últimas décadas, recentemente tem-se verificado no Aglomerado Urbano de Brasília um aumento da participação da população de maior poder aquisitivo em áreas dantes tidas como periféricas, como no caso dos condomínios, ao mesmo tempo em que se denota um aumento da população pobre nas áreas mais centrais do Aglomerado Urbano, como é o caso da Vila Estrutural e do Itapuã. Assim, poder-se-ia supor, numa visão preliminar, que estaria ocorrendo uma mudança nos padrões duais de organização urbana, com tendência a uma relativa redução na segregação. As tendências históricas, no entanto, sugerem que essas reacomodações podem significar apenas novas formas de estruturação interna das cidades sem, contudo, alterar os processos sócio-espaciais historicamente observados. A busca por uma compreensão desse processo é um dos eixos desta dissertação. A discussão leva às seguintes questões de pesquisa:

- 1) Qual o papel das ações de gestão do território na formação da segregação socioespacial no Distrito Federal e em municípios do Entorno Goiano?
- 2) Em que medida as ações de gestão do território têm, ao longo do tempo, contribuído para a reprodução da segregação no Distrito Federal e em municípios do Entorno Goiano ?
- 3) Em que grau de importância e em que dimensões a expansão urbana recente representa mudanças na organização sócio-espacial do Aglomerado Urbano de Brasília?
- 4) Em que medida a organização espacial do Aglomerado Urbano de Brasília expressa, no território, a reprodução da desigualdade observada na estrutura social?

Para explorar essas questões, seguem os procedimentos metodológicos gerais do trabalho.

BREVES ASPECTOS METODOLÓGICOS

Embora não se pretenda, em uma dissertação de mestrado, esgotar a temática, a abordagem geral a ser utilizada apóia-se em uma perspectiva crítica. Parte-se do pressuposto de que o contexto social, econômico e político é um forte condicionante de políticas públicas e ações privadas. As ações de gestão do território, aqui entendidas como práticas políticas e sociais no espaço⁴, tendem a resultar em impactos sociais e ambientais que passam a fazer parte de um novo contexto, em uma realimentação dinâmica. A organização da dissertação e a estrutura dos capítulos se pautam nesses pressupostos. Privilegia-se também uma visão de processos históricos entre os condicionantes do presente, o que se reflete no uso de uma periodização; e, ainda, uma aproximação progressiva ao objeto. Nesse sentido, em correspondência com as questões de pesquisa, as análises em períodos mais distantes tratam de temas mais gerais, enquanto os períodos mais próximos abordam temas mais específicos, em aproximações progressivas ao foco da análise. É oportuno assinalar que, embora a abordagem analítica do estudo se apóie em uma perspectiva crítica, a manipulação de dados se baseia em procedimentos de linha quantitativa. Um dos desafios do trabalho foi, portanto, articular a reflexão teórica com a utilização de dados empíricos de cunho quantitativo disponíveis.

As questões de pesquisas foram enunciadas de forma a orientar a organização de cada um dos capítulos de análise. Para responder à primeira questão de pesquisa, que trata do papel da gestão do território na formação da segregação sócio-espacial no Aglomerado Urbano de Brasília, foi feita uma pesquisa bibliográfica. A análise inclui uma apresentação do tema construção da segregação, em escala metropolitana, com foco no Aglomerado Urbano de Brasília. No nível das políticas públicas, utiliza análise e crítica dos principais planos de ordenamento territorial do Distrito Federal e dos impactos na formação do Aglomerado Urbano. No nível dos agentes econômicos, analisa as mudanças na estrutura produtiva e no mercado de trabalho, com dados dos censos demográficos de 1970. Como aproximação inicial do tema da segregação, utilizou-se a estrutura urbana e sua dinâmica interna. O pressuposto é de que essas mudanças reproduziram, com tinturas locais, a mesma lógica segregadora do modelo desenvolvimentista brasileiro, ao mesmo tempo em que indicam a formação de uma aglomeração urbana fortemente polarizada por Brasília. A análise abrange o período de 1956 a 1970.

⁴ Sobre a definição de gestão do território, ver Cidade (1997).

Para responder à segunda questão de pesquisa, que trata do papel da gestão do território na reprodução da segregação sócio-espacial na expansão metropolitana, desenvolveu-se pesquisa bibliográfica. Na parte relativa à gestão do território, utilizou-se de análise e crítica dos planos de ordenamento territorial de Brasília nas décadas de 70 e 80 e da dinâmica territorial dos municípios goianos do Aglomerado Urbano. O período coberto abrange de 1970 a 1985. Como forma de aproximação ao objeto, acrescentou-se uma análise de manifestações sócio-econômicas que podem indicar segregação. Para isso, utilizou-se de dados referentes respectivamente aos setores de atividade econômica e à distribuição, nesses setores, da população ocupada. Para representar o impacto das mudanças econômicas observadas ao longo das últimas décadas sobre a realidade social, relacionou-se a incidência espacial e temporal das taxas de desemprego no Distrito Federal como indicador da incidência da precarização social no espaço urbano.

Para responder à terceira questão de pesquisa, que trata das mudanças na organização sócio-espacial do Aglomerado Urbano de Brasília, desenvolveu-se uma análise dos graus de diferenciação e segmentação interna do mercado de trabalho local, e, por conseqüência, da estrutura social. Para a visualização dos graus de diferenciação e segmentação interna do mercado de trabalho local utilizou-se a construção das categorias sócio-ocupacionais (CAT's). Tomou-se como referência os procedimentos desenvolvidos no âmbito do Observatório das Metrôpoles⁵. Apoiando-se nas categorias sócio-ocupacionais, obteve-se uma hierarquização sócio-ocupacional que permitiu inferir sobre aspectos constitutivos da estrutura social do Aglomerado Urbano de Brasília, como as desigualdades sociais, de raça, de gênero e condições de moradia. O pressuposto básico adotado na análise é de que tais categorias representam o maior ou menor grau de heterogeneidade social, permitindo avaliar, quantificar e relacionar a distância social, sem, contudo, esgotar sua compreensão. O modelo será apresentado nos apêndices relativos aos procedimentos de construção de tipologias sócio-ocupacionais. A base de informações apóia-se em dados estatísticos. Esses dados apresentam-se na escala do Aglomerado Urbano de Brasília, gerados por meio do agrupamento dos dados de posição na ocupação, renda e escolaridade, em categorias, e estas em grupos sócio-ocupacionais. Esses dados apresentam-se na forma de tabulações simples de freqüências. A fonte principal desses dados foram as tabulações especiais geradas a partir de microdados do Censo Demográfico 2000.

⁵ Maiores detalhes sobre a metodologia adotada, ver APÊNDICE B.

Para responder a quarta questão de pesquisa, que trata do papel da organização sócio-espacial na reprodução da desigualdade social, pretende-se analisar os padrões de segregação por meio da estrutura sócio-espacial do Aglomerado Urbano de Brasília. Para isso, buscou-se construir, na escala intra-urbana, uma tipologia sócio-ocupacional das 127 áreas em que foi desagregado o Aglomerado Urbano de Brasília. A tipologia sócio-espacial foi gerada através da utilização de análises estatísticas como a análise fatorial por correspondência e análise de conglomerados (*clusters*)⁶. Para efeito de comparação entre a estrutura social e a espacial, utilizaram-se indicadores de oferta serviços e equipamentos urbanos e acessibilidade aos centros de emprego.

Para apoiar a compreensão e articulação dos diferentes processos abordados, a presente dissertação utilizou-se de informações disponíveis na ampla literatura sobre Brasília e da escassa produção sobre os municípios do Entorno goiano. Para dar uma conotação dinâmica, organizou as análises segundo períodos que começam na fase imediatamente anterior à construção de Brasília e seguem até a atual fase de expansão do Aglomerado Urbano. O estudo adota um quadro interpretativo que enfatiza, em cada período, o contexto socioeconômico, as mudanças na estrutura demográfica, produtiva e do mercado de trabalho; as ações de gestão do território; e os resultados, sob a forma de relações entre padrões de distribuição espacial dos grupos sociais e padrões de urbanização.

Por fim, cabe mencionar que o Aglomerado Urbano de Brasília apresenta especificidades em sua configuração espacial que o tornam um caso particularmente relevante de ser estudado, na medida em que há mais de quarenta anos as ações de gestão do território permitem identificar, de um ponto, proximidades físicas e sociais e, de outro, distâncias físicas e sociais.

A exposição da análise foi organizada em cinco capítulos principais e um capítulo com as considerações finais. O Capítulo 1 apresenta uma fundamentação teórica. A parte teórica discute temas relacionados com as questões de pesquisa, em particular a organização espacial das cidades, necessários para a compreensão de processos apresentados nos capítulos de análise. Para tal, buscou-se uma delimitação conceitual das principais contribuições

⁶ A análise fatorial por correspondência foi utilizada para a definição da estrutura das inter-relações entre as variáveis por meio da 'redução' dos dados em um conjunto menor de novos fatores com perda mínima de informação. A análise de conglomerados foi utilizada em virtude da elevada variância dos dados, serve para identificar grupos de dados com elevados graus de homogeneidade interna e elevada heterogeneidade externa (entre agrupamentos). Sobre este aspecto, ver Hair *et alli*, 2005.

teóricas sobre a realidade metropolitana, identificando diferentes abordagens, lacunas e perspectivas.

O Capítulo 2, em sintonia com a primeira questão de pesquisa, apresenta um breve histórico de formação e desenvolvimento do Aglomerado Urbano de Brasília. São enfatizadas as suas especificidades, particularmente no que se refere à identificação do contexto socioeconômico e das ações de gestão do território na produção do espaço urbano do Aglomerado Urbano. Outra especificidade abordada refere-se às mudanças na estrutura produtiva, no mercado de trabalho e na mobilidade populacional. Os resultados enfatizam em que medida os contextos resultam na consolidação do padrão de urbanização resultante, na perspectiva da segregação.

No Capítulo 3, em sintonia com a segunda questão de pesquisa, é apresentada uma análise que trata de estabelecer relações entre ações de gestão do território e reprodução das desigualdades sócio-espaciais, nos períodos de Consolidação (1970-1985) e Expansão (1986-2000) do Aglomerado Urbano de Brasília. São enfatizadas as suas especificidades, particularmente no que se refere à identificação do contexto socioeconômico e das ações de gestão do território no Aglomerado Urbano. Outra especificidade abordada refere-se às mudanças na estrutura produtiva, no mercado de trabalho e na mobilidade populacional. Os resultados enfatizam em que medida os contextos resultam na expansão e incorporação dos municípios do Entorno Goiano à dinâmica metropolitana de Brasília.

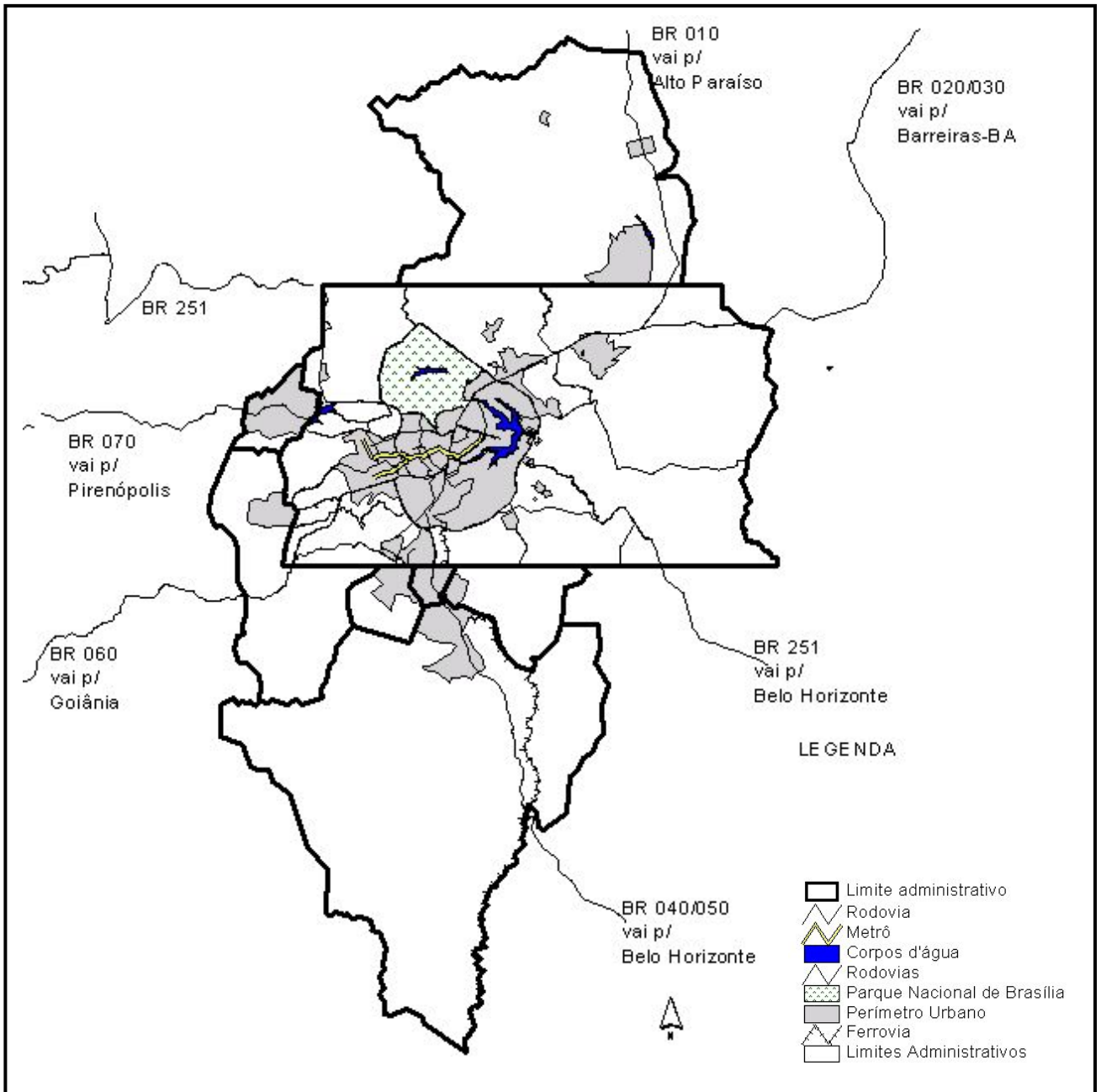
No Capítulo 4, em sintonia com a terceira questão de pesquisa, descreve-se, na escala metropolitana, a estrutura social por meio de variáveis que permitem mostrar a posição relativa dos indivíduos por meio de uma *proxy* da estrutura social, combinando a variável ocupação com outras como posição na ocupação, setor de atividade, escolaridade e renda. A partir dessa *proxy*, é apresentada a descrição da estrutura social do Aglomerado Urbano, para o ano 2000, e uma análise dos indicadores de acesso a serviços e equipamentos urbanos.

No Capítulo 5, em sintonia com a quarta questão de pesquisa, é apresentada uma descrição sócio-espacial do Aglomerado Urbano de Brasília e uma análise das relações entre a estrutura social e a espacial. A descrição foi realizada a partir da distribuição e hierarquização espacial das categorias sócio-ocupacionais por meio da construção de uma tipologia sócio-espacial. Para efeito de comparação entre a estrutura social e a espacial, utilizou-se de indicadores de condições de moradia e acessibilidade aos centros de emprego. Com o auxílio da análise fatorial, os resultados permitem verificar, de um ponto de vista, a oposição fundamental de grupos sociais no espaço com características metropolitanas e, do outro, uma

hierarquia urbana que opõe os espaços periféricos, mais heterogêneos, aos centrais, mais urbanos e socialmente homogêneos.

Finalmente, o Capítulo 6 contém as considerações finais.

Mapa 01
Aglomerado Urbano de Brasília



Fonte: IBGE e Ministério dos Transportes (elaboração do autor)

1- A ESTRUTURAÇÃO DO ESPAÇO URBANO: ABORDAGENS TEÓRICAS

Este capítulo tem como objetivo rever, de forma crítica, as bases conceituais de apoio às análises desenvolvidas ao longo da dissertação. Em sintonia com as dimensões englobadas pelas questões de pesquisa, o referencial teórico explora diferentes visões sobre o tema estruturação interna das cidades com ênfase em noções de segregação.

Diversos estudos abordaram a estruturação interna das cidades e suas implicações sociais, econômicas e políticas. Destacaram-se os estudos da escola de Chicago, da análise social do espaço, da ecologia fatorial e dos economistas urbanos neoclássicos. Como resposta à hegemonia do debate urbano baseado nas premissas econômicas e ecológicas, desenvolveu-se, principalmente a partir da década de 50, uma análise crítica e analítica, baseada nos postulados marxistas de economia e sociedade. Diante do atual cenário mundial, evoluções dessa abordagem enfatizam o papel da reestruturação produtiva e dos novos arranjos sociais daí decorrentes. A partir do que se considera relevante nas construções anteriores, adota-se neste trabalho um esquema de legibilidade que incorpora dimensões inerentes à dinâmica urbana. A partir de um contexto de conflitos econômicos, sociais e políticos, no qual aparecem contradições de discurso, buscam-se as raízes da estruturação do espaço social. Para a compreensão da perspectiva operacional adotada, o desenvolvimento da análise requer, ao final deste capítulo, a delimitação dos conceitos-chave que lhe dão suporte. Segue uma breve revisão sobre as principais abordagens que informam o estudo.

1.1 - A primeira escola de Chicago: ecologia e naturalização da segregação

A pesquisa urbana de Chicago teve como escopo a teorização dos postulados da ecologia humana para o meio urbano, que por meio dos seus estudos empíricos teve a cidade de Chicago como 'laboratório' de suas hipóteses e construção de uma teoria geral do crescimento e estruturação das cidades norte-americanas. A perspectiva da ecologia urbana estudou a cidade sob seus aspectos culturais, comportamentais e espaciais, analisando os impactos do aspecto distributivo da sociedade na estruturação interna das cidades.

As contribuições dos autores da Escola de Chicago ocorreram em duas direções principais. A primeira está relacionada aos estudos sobre cultura urbana e enfocou comportamentos sociais na comunidade urbana como, por exemplo, a vizinhança, a delinquência, a mobilidade intra-urbana e a sua correlação com os níveis de segregação, etnia

e pobreza. A segunda relaciona-se ao aprimoramento dos pressupostos básicos da Escola de Chicago, no qual os estudos tornaram-se mais focados nos aspectos socioeconômicos como elementos explicativos do crescimento das cidades. Nesse sentido, pode-se dividir a produção da Escola de Chicago em dois subgrupos: primeira e segunda Escola de Chicago.

Para a primeira escola de Chicago, que vai de 1915 a 1930, a estruturação interna das cidades é produto do contínuo movimento de expansão, em termos geográficos, concentração econômica e descentralização demográfica, cujas características são determinadas pela competição, sucessão e dominância de uma população sobre a outra (EUFRÁSIO, 1998, p. 110-112). Esse é o pressuposto básico que atua na distribuição espacial dos grupos e indivíduos, que mediante critérios seletivos como etnia, cultura e economia, diferenciam-se em uma estrutura social e espacial hierarquizada (EUFRÁSIO, 1998, p.95-98).

A competição econômica e espacial representa o mecanismo de regulação ecológica dos conflitos gerados pela concentração dos habitantes e das atividades econômicas nos espaços das cidades⁷. Para os ecólogos, a localização é determinada pela capacidade em permanecer ou não nas áreas mais valorizadas da cidade, ficando os espaços periféricos como saída para os grupos sociais e econômicos que não conseguiram se estabelecer na área de interesse (GOTTDIENER, 1997, p. 37). Nesse sentido, a competição estrutura-se em dois processos básicos: 1) a diferenciação social resultante dos processos de seleção interna inter-indivíduos ou grupo de indivíduos ocorridos na escala das vizinhanças, e 2) a diferenciação espacial decorrente da consolidação das vizinhanças segundo critérios culturais e sociais e do ‘fechamento’ das áreas dominadas por novos grupos sociais. Em conseqüência, a competição organiza a cidade em áreas naturais, como um conjunto consolidado de vizinhanças contíguas e com limites físicos e culturais bem definidos, com forte homogeneidade étnica e cultural dentro de seus espaços e com fortes tendências à heterogeneidade em relação às demais áreas da cidade⁸. Mais especificamente, a cidade estrutura-se como uma “constelação de áreas naturais”, cada uma desempenhando funções específicas na economia urbana como um todo (EUFRÁSIO, 1998, p. 138).

⁷ Para Eufrásio (1998), competição diferencia-se de conflito. Se a competição é um evento contínuo e impessoal do indivíduo em luta pelos escassos recursos existentes na vizinhança e na cidade, o conflito é uma contenda dos grupos, das associações de indivíduos, intermitente e consciente (EUFRÁSIO, 1998, p. 103-106).

⁸ Para Ribeiro (2004), a concepção das áreas naturais teve enorme importância nos estudos urbanos, dado que ela veio a ser traduzida na noção prática de “unidades de vizinhança”, foi utilizada para o zoneamento das cidades e influenciou, de sobremaneira, na constituição de conjuntos habitacionais como medida de restauração do sentido de vida comunitária, de *hábitat*. Para o autor, as áreas naturais seriam constituídas por um conjunto de moradias onde prevaleceram redes de ajuda mútua e contatos pessoais. (RIBEIRO, 2004, p. 8-9).

A tendência à segmentação sócio-espacial da cidade determinada pela competição segue os processos de sucessão e dominância, entendidos como componentes do esquema analítico de crescimento das cidades propostos por Park & Burgess (1921). Os autores afirmam que a expansão territorial afeta o metabolismo da cidade e desencadeia dinâmicas de redistribuição populacional, traduzidas, para os estudos urbanos, como ciclo ecológico. A expansão e a mobilidade populacional são explicadas por meio dos cinco estágios: 1) invasão: entrada das populações migrantes nas áreas centrais e antigas da cidade; 2) sucessão: mobilidade residencial da ‘população original’ para áreas mais periféricas; 3) seleção: a localização residencial é determinada por meio de critérios ecológicos (competição e habilidades individuais), culturais (língua, etnia e renda) e políticos (controle formal dos espaços e lideranças comunitárias); 4) segregação: atua de forma complementar à seleção, determina a localização dos grupos sociais em função dos efeitos sobre a vida comunal ou à manutenção da cultura local; e 5) acomodação: estágio de equilíbrio e consolidação de áreas sob a dominância de grupos culturais e sociais diferenciados (*apud* EUFRÁSIO, 1998, p. 106-112).

Às mudanças na escala macro da cidade sucedem-se alterações nos níveis mais locais. As pesquisas desenvolvidas pelos ecólogos de Chicago destacaram as relações entre mobilidade social e espacial dos indivíduos e grupos de indivíduos. Partindo do pressuposto que o espaço é um “dado ecológico” da estrutura urbana, as pesquisas demonstraram que os critérios para a diferenciação social nas vizinhanças têm como determinantes: 1) a posição na ocupação; 2) a classe econômica e social e, 3) a existência ou não de tecnologias de comunicação (ferrovias, rodovias, telefonia, etc.) (Eufrásio, 1998, p. 111-119). Em linhas gerais, o esquema analítico de Park (1921) baseia-se na articulação entre diferenciação, mobilidade espacial e social, onde as (...) distâncias física e sentimental reforçam uma a outra, e as influências da distribuição local da população participam com as influências de classe e raça na organização social (...) (*apud* EUFRÁSIO, 1998, p.133).

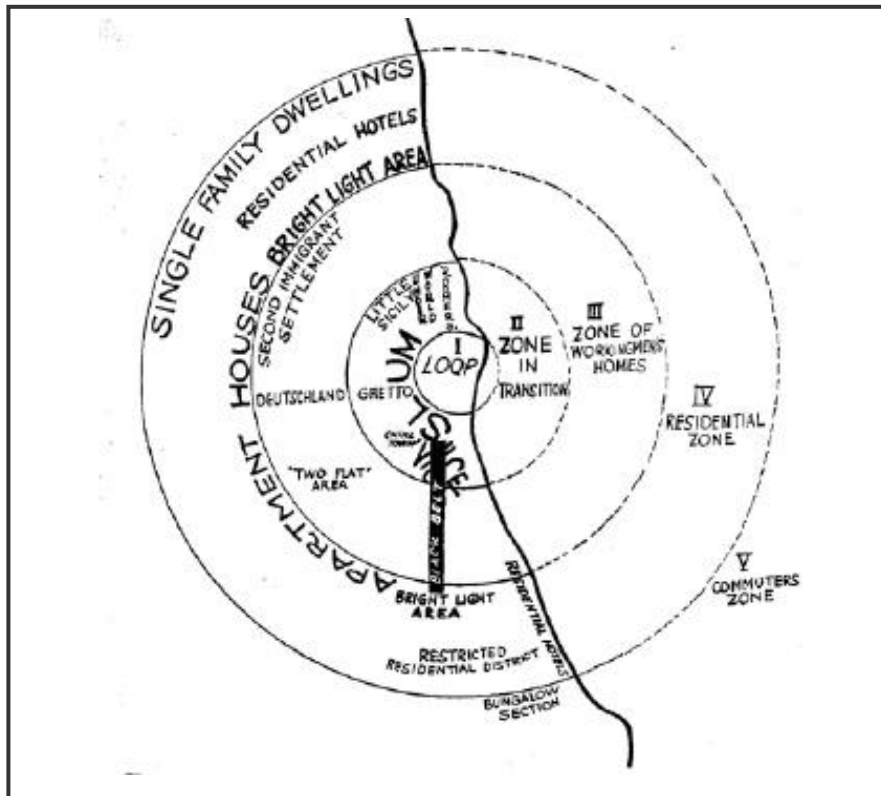
Nesse ponto, Burgess (1929) inova o debate ao relativizar a importância dada ao crescimento demográfico e ao reforçar o papel das tecnologias de comunicação como determinantes na distribuição populacional dos grupos sociais. Para o autor, as cidades crescem, primeiramente de forma centrípeta, em torno de um mercado central, para, com o desenvolvimento das tecnologias de comunicação como as rodovias, ferrovias e o transporte individualizado e a competição gerada pela concentração das atividades, desencadear a mobilidade da população em direção à periferia, como um movimento centrífugo, gerador de

áreas residenciais satélites, fisicamente independentes, mas ainda dominadas, de forma seqüenciada e ordenada, pelo mercado central (*apud* EUFRÁSIO, 1998, p. 148).

Ao longo desse processo, observam-se sucessivos estágios, relativamente instáveis, para outros, relativamente mais estáveis, organizando-se como zonas diferenciadas de uso e ocupação do solo (EUFRÁSIO, 1998, p.145-155). Esquemáticamente, o modelo de crescimento de Burgess pode ser representado por meio de círculos concêntricos (ver Figura 1.1), organizado em zonas permanentes, estáveis e consolidadas, e zonas instáveis, violentas e com transição de uso e ocupação do solo, conforme demonstrado abaixo:

- I. Loop (Central Business District): local da atividade comercial, cívica e social. Os usos são determinados pelas atividades comerciais e pela demanda por moradias baratas, por parte da população pobre;
- II. Zona de Transição: moradias multifamiliares, localização de indústrias decadentes e intensa dinâmica residencial de suas populações. Apresenta espaços densamente povoados, com forte correlação entre diversidade de grupos sociais, pobreza, densidade demográfica e violência urbana;
- III. Zona de residência dos trabalhadores da indústria: apresenta tipologias habitacionais unifamiliares. A população residente é formada por migrantes inseridos na economia urbana local, com decrescentes níveis de mistura social;
- IV. Áreas exclusivamente residenciais: compostas por grandes áreas com luxuosas construções, apresentam baixa densidade habitacional e construtiva, com grande consumo de terras e elevados níveis de homogeneidade social;
- V. Área de *commuters*: apresenta elevados graus de heterogeneidade social, com elevadas taxas de consumo de terra, seja por famílias ricas urbanas, ou por famílias pobres ou de classe média urbanas ou rurais.

Figura 1.1: Modelo de crescimento de cidades Ernest Burgess



Fonte: Eufrásio, 1999

Em síntese, para a primeira escola de Chicago, a competição entre grupos sociais organiza o espaço de forma a manter as distâncias físicas e culturais, reproduzindo a oposição entre a formação da vizinhança por meio da dominação espacial e mobilidade espacial como ‘diluição’ do sentido de vizinhança. Os determinantes para o crescimento das cidades passam do esquema de Park, baseados em fatores externos à vizinhança para a articulação entre fatores endógenos e exógenos, como proposto por Burgess. Nesse sentido, a segregação, que antes era apenas um mecanismo natural de seleção espacial no interior das vizinhanças, é reforçada por Burgess (1929) quando da associação entre a localização residencial com a existência de vias de acesso ao mercado central, como uma componente dos macroprocessos de sucessão, dominância e competição.

As principais críticas à escola de Chicago centram-se nas abordagens desenvolvidas neste período. Trata-se, segundo os críticos, de uma abordagem determinista baseada em princípios ecológicos, constituída pelas relações binárias entre centralização-descentralização, circulação-imobilismo e invasão-sucessão (BASSET & SHORT, 1978). Para os ecólogos de Chicago, o crescimento das cidades é uma ‘reação’ natural de expansão e redistribuição populacional, onde os conflitos são resolvidos pela “força” dos indivíduos e dos grupos

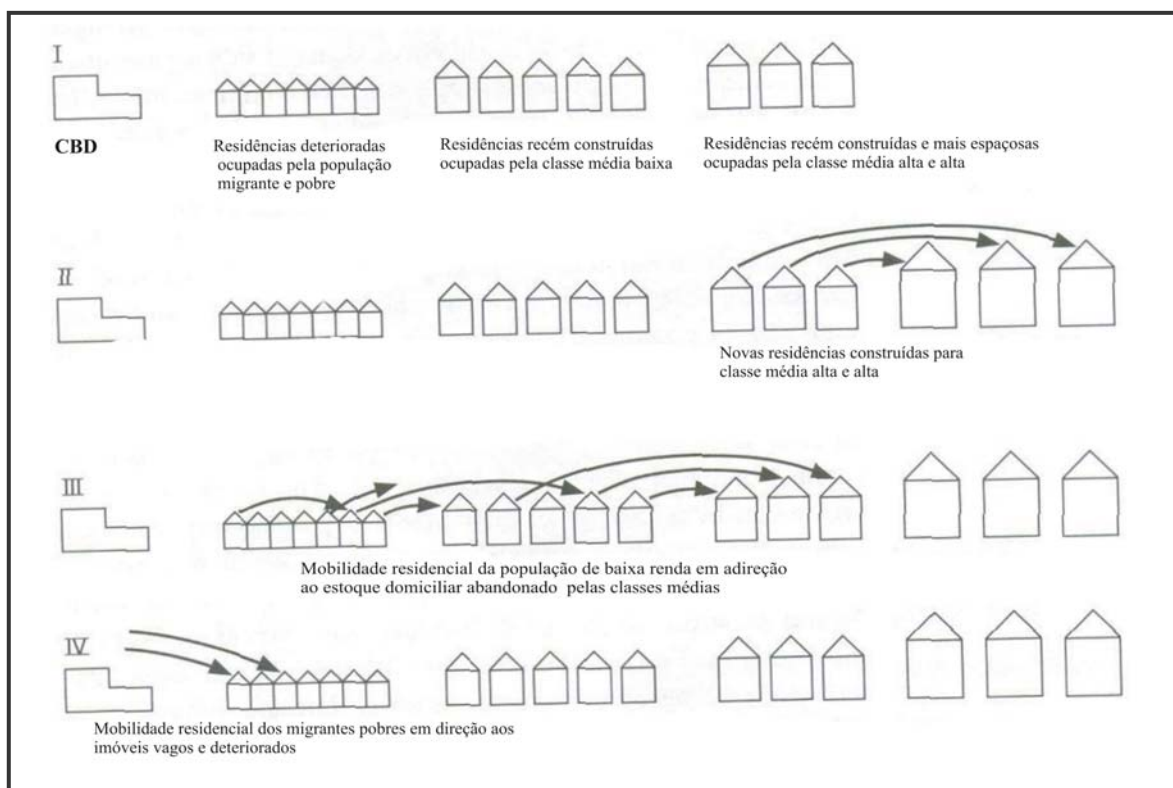
sociais, seja esta econômica, política ou cultural (HARVEY, 1973; CASTELLS, 1978; GOTTDINER, 1999).

1.2 - A segunda escola de Chicago: a lógica funcional dos espaços

Liderados por Hoyt, os estudos sobre o crescimento e estruturação das cidades a partir de dados socioeconômicos reduziram, de forma relativa, o grau de importância da competição como elemento explicativo da dinâmica urbana, transferindo-o para a trajetória residencial dos grupos de maior poder aquisitivo, os ciclos de vida das famílias e do estoque domiciliar. Reforçaram a representação das cidades como produto de movimentos centrípetos (instituições, população, indústrias e comércio), orientados pelo mercado central e localizados de acordo com as tecnologias de comunicação. Esse grupo de estudiosos contribuiu no debate ao propor uma lógica de organização urbana baseada não em zonas, como proposto por Burgess, mas em setores, que reproduziam em seu interior as mesmas lógicas de segregação observadas na escala da cidade. A hipótese básica compartilhada refere-se à direção e sentido do crescimento das cidades, determinados segundo esses estudiosos pela trajetória espacial das classes de maior poder aquisitivo.

Em linhas gerais, pode-se esquematizar a redistribuição populacional nos espaços residenciais como um processo de filtragem (SHORT, 1998): 1) movimento centrífugo das populações de maior poder aquisitivo em torno do mercado central; 2) movimentação semelhante para as demais classes de renda; 3) a obsolescência do estoque domiciliar das áreas centrais altera o movimento das populações ricas, tornando-os centrípetos, em direção oposta às indústrias e próximas às vias de serviço, com preferência para áreas mais periféricas, frutos da promoção imobiliária de novas unidades habitacionais; 4) as famílias das demais classes de renda sucedem-se, ocupando o estoque deixado pelos grupos de alta renda, sendo “filtrados” de acordo com a sua capacidade de consumo (ver Figura 1.2). Nesse sentido, pode-se afirmar que a estrutura urbana resultante configura-se por meio de setores diferenciados pelo processo de filtragem e formação de periferias imediatas ‘gravitando’ em torno dos novos espaços residenciais, de acordo com critérios de renda e valorização imobiliária (ver Figura 1.3).

Figura 1.2
Esquema Interpretativo do modelo de filtragem de Hoyt

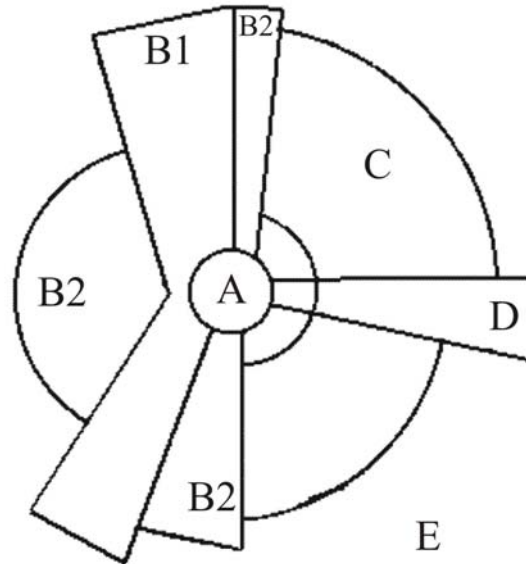


Fonte: Adaptado de Short, 2000

Sob esta perspectiva, a segregação para a segunda escola de Chicago assume o significado de segregação residencial e sócio-econômica, ou seja, o processo de expansão urbana apresenta-se como um rearranjo espacial dos grupos sociais, sem, contudo, alterar a condição social da população, garantindo as distâncias físicas e sociais dos grupos.

Figura 1.3

Modelo de setores ou cunhas propostos por Hoyt



A-Central Business District (CBD): É a área central da cidade. O valor do solo é elevado e suas áreas têm elevadas densidades populacionais;

B1-Zona de transição (Twilight Zone): Área das primeiras indústrias, caracteriza-se pelas mudanças no uso do solo em virtude da deterioração do parque industrial e residencial;

B2- Zona de Transição (Twilight Zone): Área de moradia da população pobre, localizada ao redor das indústrias ou das rodovias. Corresponde aos *slums*.

C-Zona residencial de classe média: área residencial com forte presença de áreas verdes, com valor de solo baixo e oferta de lotes grandes;

D-Zona de Commuter's (Subúrbios): Área residencial com construções luxuosas. Solo mais barato e amplos lotes residenciais com grandes jardins e baixa densidade construtiva;

E- Zona de transição campo-cidade: caracteriza-se pela presença de várias cidades satélites, do tipo vilas, com condições de vida semi-rurais, mas que ainda depende da cidade para certos serviços.

Fonte: Adaptado de Short, 1998

1.3 - A análise social do espaço: a descrição geográfica do espaço social

Apesar de todo o aprimoramento instrumental da observação da organização social e espacial dos grupos populacionais nas cidades, a proposta ecológica ainda carecia de uma representação mais objetiva do comportamento dos indivíduos e da comunidade. Nesse contexto foram desenvolvidas pesquisas sobre o espaço urbano pelos sociólogos norte-americanos Shevsky e Bell, no que viria a ser conhecido como análise social do espaço.

Para os autores, que enfatizavam o uso de testes estatísticos, os fatores sociais que explicam a estratificação e diferenciação residencial nas cidades são dados pela definição de tipos de áreas sociais e grupos que apresentam similaridades internas (SHEVSKY e BELL, 1961). As relações de trabalho existentes entre o trabalhador e seu emprego e os níveis de escolaridade desempenham importante papel na descrição da estrutura de classes, na segmentação do mercado de trabalho e na organização espacial das cidades. O método consiste na construção de tipologias dos espaços urbanos, classificadas como áreas sociais. Baseiam-se na hierarquização dos espaços utilizando indicadores socioeconômicos que permitam observar os processos de diferenciação social, por meio da composição interna de cada área, e de segregação espacial, através dos estágios de agrupamento e/ou isolamento dos grupos sociais (SHEVSKY e BELL, 1961). Nos estudos realizados por esses autores foram utilizados três indicadores⁹: a) posição social, b) urbanização e c) segregação, listados a seguir:

O índice de posição social da população compõe-se de dados referentes à posição na ocupação, associado aos níveis de escolaridade e renda per capita. Quanto maior o índice, maior será a participação nas áreas de trabalhadores urbanos e conseqüentemente maior a escolaridade e maior a renda per capita;

O índice de urbanização contempla as taxas de fertilidade, de natalidade e o número de famílias nucleares existentes nas áreas analisadas. Objetiva identificar o grau de urbanização da cidade por meio de um *score* que mede as relações entre fertilidade e

⁹ Para medir o grau de isolamento, os autores adotaram o índice de isolamento de determinados grupos sociais quanto a sua etnia e origem. O índice de isolamento reflete os graus de associação residencial das pessoas com membros do mesmo grupo (SHEVSKY e BELL, 1961). O índice de segregação é calculado considerando-se todos os grupos sociais e a sua participação absoluta no total da população em cada área de estudo. A diferença do índice de segregação para o de isolamento é quanto à dimensão de análise: se o isolamento traduz o grau de exposição dos grupos, o índice de segregação aponta o grau de agrupamento social e dispersão espacial, traduzindo em seu *score* o grau de "guetificação" dos grupos sociais.

famílias nucleares. Quanto maior o índice, menor é a taxa de fertilidade, maior é o número de mulheres no mercado de trabalho e menor o número de famílias nucleares; O índice geral de segregação mede os graus de homogeneidade interna das áreas com predominância de grupos sociais específicos. Compõe-se de duas medidas: o índice de isolamento e o índice de segregação.

A constituição de áreas sociais, caracterizadas por indivíduos com posições sociais semelhantes (renda, ocupação, etnia), difere das áreas naturais de Park. Um dos motivos reside na metodologia de identificação das áreas sociais, dado que têm como procedimento básico a elaboração de índices que servem de eixo para a construção de um espaço hierarquizado com características sociais semelhantes, partindo da hipótese de que os índices permitem a compreensão interna das cidades como compostas de diferentes graus de segregação de grupos sociais e étnicos. Ao mesmo tempo, às áreas naturais, apesar de se adotar o mesmo pressuposto (homogeneização social), estabelece-se como elementos de constituição não apenas as características socioeconômicas, como também fatores relativos à cultura e aos processos de interação social. Outro motivo relaciona-se com a natureza das áreas naturais, dado que se constituem de unidades de análise e descrição das estruturas funcionais, cuja formação é resultado, não de procedimentos quantitativos baseados em grupos de índices, e sim da observação das diversas forças que, em constante jogo de competição, determinam a distribuição da população e das diversas atividades sociais e econômicas, sem interesses na hierarquização dos espaços.

A abordagem ecológica e a análise social do espaço encontram seus limites quando da realização de estudos que incluam o papel das decisões locacionais dos indivíduos na estruturação interna das cidades. Ao mesmo tempo, ao acrescentar novos fatores que levam certos indivíduos a se localizarem em determinado lugar e não em outros, a abordagem ecológica tende a reduzir a explicação a questões relativas a raça ou etnia, densidade populacional e heterogeneidade social, deixando 'lacunas' para a compreensão da componente de alocação de indivíduos nas cidades por meio dos mecanismos de valorização da terra e capacidade de consumo. É sob estas questões que a abordagem da cidade sob a perspectiva neoclássica centra seu foco, buscando analisar os processos de organização interna do espaço urbano.

1.4 - A abordagem microeconômica do espaço urbano: o papel das decisões locacionais

As teorias econômicas neoclássicas da estrutura urbana têm suas origens no modelo de uso agrícola do solo proposto por Von Thünen, em 1826, conhecido por teoria do Estado Isolado ¹⁰. No modelo proposto por Thünen, os custos de transporte aumentam proporcionalmente à distância do centro, ou seja, o afastamento do mercado determina a seleção de culturas de modo que as menos lucrativas serão localizadas mais distantes da região central e com uso do solo menos intensivo. A conformação das atividades é dada sob um mercado em concorrência perfeita, que deriva uma região delimitada por círculos concêntricos, no que ficou conhecido como os anéis de Thünen (ver Figura 1.4). A distribuição dos produtos é explicada pelo maior custo de aluguel e uso mais intensivo das terras nas áreas centrais, ficando a periferia para culturas com maior uso de terra. A variável chave do modelo de Thünen é a acessibilidade, derivada da relação custo-tempo de deslocamento e da capacidade de consumo.

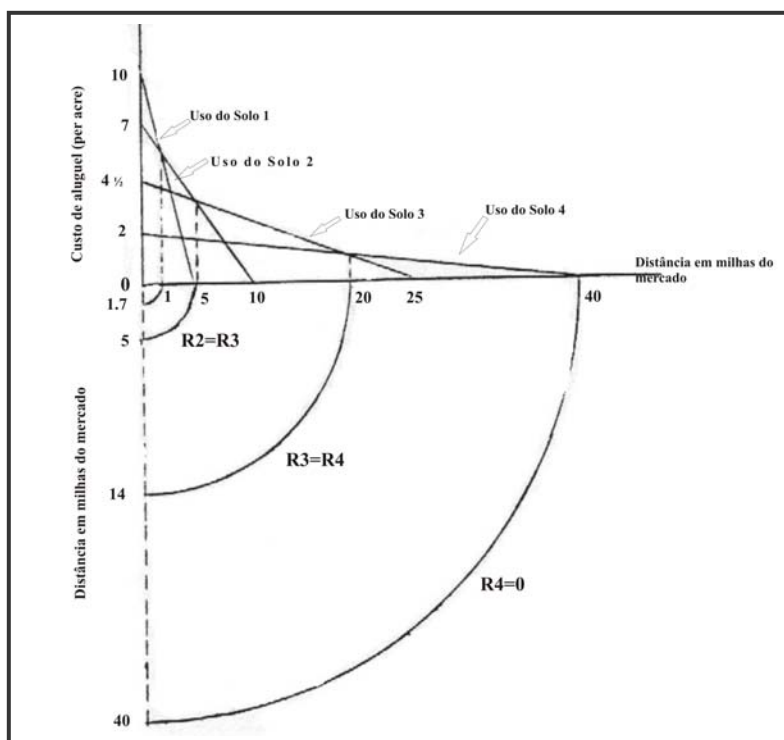
Diversos estudos foram desenvolvidos com vistas a aplicar os princípios locacionais de padrão monocêntrico (polarização das atividades); dentre eles destacam-se os que associam o modelo neoclássico de livre-comércio com a estrutura interna das cidades. Em 1964, Alonso desenvolve modelo de estruturação interna das cidades baseado nos gradientes de valor de uso do solo e a localização de atividades econômicas, como o comércio varejista, e a residencial. Para o autor, os preços da terra seriam o resultado de um leilão entre os diversos usos, sendo o gradiente de valores de uso do solo a melhor ilustração das variações dos lances ofertáveis por cada consumidor e de localização para cada lugar da cidade. Nesse sentido, a leitura da estruturação das cidades para Alonso pode ser entendida por meio da relação entre a capacidade de consumo de terra e a distância física dos locais de oferta de empregos, serviços ou lazer.

Cabe destacar que os processos de localização residencial refletem a relação de complementaridade do sistema econômico, dado que as decisões locacionais dos indivíduos são reguladas pela capacidade de consumo de terra e acessibilidade (ver fig. 1.4). Nesse sentido, a racionalidade econômica de localização nas regiões centrais e industriais da população de baixo poder aquisitivo está relacionada à minimização dos custos de transporte e maximização do custo de moradia, exercendo pressões sobre a oferta de tipologias

¹⁰ A grande contribuição de Thünen para a economia urbana foi a de estabelecer relações entre o padrão de uso do solo com a distância entre o lugar de produção e o de consumo, a partir da maximização da sua utilidade marginal. Sobre este aspecto ver Blaug (1999).

habitacionais menores e mais adequadas ao caráter funcional das habitações do proletariado. Com relação à população de maior poder aquisitivo, as pressões sobre o solo urbano não estão relacionadas à acessibilidade ao local de emprego e aos serviços, pois o fator atrator é o maior consumo de terras em áreas distantes dos centros geradores de fluxos comerciais e empregos, com deslocamento do custo moradia para os de transporte.

Figura 1.4
Curvas de renda e utilização do solo



Fonte: adaptado de Polèse, 1990

Em linhas gerais, nos modelos tradicionais da economia neoclássica, a estrutura urbana é entendida como o produto das decisões autônomas e independentes dos participantes do mercado fundiário (renda da terra) e imobiliário (capacidade de consumo). O critério de decisão locacional das famílias é formulado a partir da escolha (*trade off*) entre o consumo de “acessibilidade” (proximidade do trabalho ou certas externalidades urbanas) e o consumo de quantidades de solo urbano. A interpretação das teorias urbanas de natureza ortodoxa desvela

o projeto de delegar ao mercado o atributo de conciliar a liberdade de ação individual com a eficiência no uso dos recursos da sociedade¹¹ (ABRAMO, 2003, p. 8).

1.5 - A abordagem marxista do espaço urbano: desigualdade social e estrutura urbana

Na construção do esquema de legibilidade proposto por esta dissertação, a abordagem marxista contribui para a análise na medida em que se constitui como uma oposição crítica às abordagens ecológicas e neoclássicas. Por outro lado, na abordagem ecológica e econômica, as relações de localização são delegadas ao livre-mercado e às decisões locacionais dos indivíduos, marginalizando as relações entre Estado, sociedade e espaço a um papel secundário. Na abordagem marxista, o pressuposto básico é que a análise espacial deve estar diretamente vinculada às transformações da sociedade produzidas pelo esforço de acumulação de capital e pela luta de classes¹² (GOTTDIENER, 1997, p. 125).

A literatura sobre as cidades na perspectiva marxista contribui para o debate na medida em que busca os mecanismos que expliquem a distribuição espacial desigual e das crises sociais a elas associadas. Para tal, analisam os processos de organização do espaço urbano por meio das ações do Estado, da luta de classes e dos modos de produção capitalista, evidenciando as relações entre crescimento econômico, crescimento urbano e industrialização (GOTTDIENER, 1991, p.26). Dentre a literatura que enfatiza o papel do Estado na organização social e espacial destaca-se os trabalhos realizados por Lefèbvre (1991), Castells e Godard (1974), Harvey (1985) e Gottdiener (1997). Para Lefèbvre (1991) a relação entre a organização espacial e o Estado está diretamente vinculada à natureza da organização. Para o autor, além de ser força de produção, produto das relações sociais e, por conseguinte, econômicas, o espaço atua como um instrumento político de importância capital para o Estado, seja pelas políticas de intervenção ou o *design* espacial, que o utiliza para assegurar o controle social, a manutenção da hierarquia e a homogeneidade e a segregação das partes (LEFÈBVRE, 1991, p. 288).

¹¹ Na abordagem ortodoxa do processo de estruturação urbano, os modelos de base da economia urbana neoclássica têm como pressuposto um processo de "equilíbrio espacial", onde a irreversibilidade das decisões de localização do passado não seria um constrangimento às decisões do presente.

¹² O objetivo da dissertação não é discutir a natureza da questão Estado, espaço e sociedade. Parte-se do pressuposto que tal discussão já foi amplamente debatida e é altamente articulada por estudiosos das mais variadas áreas (LEFEBVRE, 1991; CASTELLS, 1978; HARVEY, 1985; GOTTDIENER, 1997). Nesse sentido, a adoção das categorias marxistas mais 'clássicas' objetiva contextualizar o debate proposto por este trabalho como uma tentativa de legibilidade.

O planejamento urbano, sob esta ótica, passa a ser considerado como mecanismo de exercício de produção e reprodução dos diversos papéis historicamente desempenhados pelo Estado, em parte ampliando as capacidades de produção e reprodução do capital no espaço, ou amenizando os conflitos e as contradições do sistema capitalista (GOTTDIENER, 1997, p. 129). Os conflitos gerados pelas diferenças de apropriação e pela multiplicidade de agentes, que requerem o espaço para a (re)produção da vida, passam a ser entendidos como conflitos sócio-espaciais, renovando as disputas internas pela hegemonia de determinado modo de produção e território entre as diversas classes sociais (GOTTDIENER, 1997, p.131-132).

Se as relações espaciais figuram em Lefèbvre como uma articulação, uma dialética, entre as naturezas da organização sócio-espacial, em Castells os traços distintivos situam-se na perspectiva da figura do Estado intervencionista e regulador da vida econômica e social. Um dos exemplos é o estudo sobre a organização social e a estrutura econômica do espaço regional de Dunkerque (CASTELLS e GODARD, 1974). Para os autores, a produção do espaço urbano, no estágio do capitalismo monopolista de Estado, diferentemente da urbanização moldada pelo modo de acumulação industrial, tem na ação estatal o papel de fornecer o conjunto da reprodução da força de trabalho como um meio suplementar de controle e extorsão da mais valia (CASTELLS e GODARD, 1974, p.112-115). Nesse sentido, a industrialização implementada pelo Estado impõe um padrão de acumulação e de organização espacial caracterizado pelos processos de concentração econômica e dispersão espacial da população em territórios funcionalmente interligados e regulados por mecanismos de organização da vida cotidiana, da questão dos problemas habitacionais, de acordo com uma ‘disciplina política’, que visava atender os interesses do capital monopolista por meio da organização das lógicas de separação espacial e diferenciação social (CASTELLS e GODARD, 1974, p.115).

A relação entre Estado e urbanização também foi desenvolvida, por Castells (1978) no livro *A Questão Urbana*. O argumento principal estrutura-se na idéia que o Estado é responsável pelo “consumo coletivo” (CASTELLS, 1978). Para o autor, a intervenção do Estado no processo de urbanização tem dois efeitos principais sobre o processo de acumulação: 1) transferência dos custos de reprodução da força de trabalho para toda a sociedade e 2) reforço da acumulação do capital com os gastos estatais. Com relação às políticas públicas, Castells (1978) aponta que o Estado, no papel do planejamento urbano, funciona apenas como mero mecanismo de intervenção do aparato político-jurídico, que se

limita a 'tutelar' o modo de produção com exclusiva vantagem para a classe dominante¹³ (CASTELLS, 1978).

Apesar da hegemonia dos aspectos econômicos nos debates marxistas, contraposta à diversidade de componentes do espaço propostos por Lefèbvre, é fato que toda e qualquer atividade econômica depende de uma base espacial para o exercício de suas atividades e que a terra não é um bem infinitamente reproduzível. A partir desse pressuposto, Harvey (1985) analisa as características similares à mercadoria que a terra adquiriu com o processo de urbanização. Para tal, desenvolve um argumento que compreende a desigual distribuição de rendimentos, serviços e equipamentos públicos no espaço das cidades como produto da manipulação social da renda derivada da propriedade da terra. Adota os postulados de renda desenvolvidos por Marx¹⁴ (renda absoluta, diferencial e de monopólio) e enfatiza o papel da renda absoluta e, por conseqüência, da propriedade fundiária, como a dimensão explicativa da distribuição espacial e social. Para Basset e Short (1980), a inovação de Harvey encontra-se no debate estabelecido com os pressupostos da abordagem neoclássica, baseados no determinismo espacial advindo da renda diferencial. Para os autores, Harvey, coloca em xeque as relações de localização baseadas nas diferenças de produtividade entre áreas centrais e periféricas, pois o que determina as centralidades é a propriedade da terra, que, associadas a outros mecanismos de regulação social, funcionam como elemento interno de segmentação espacial e diferenciação social¹⁵ (BASSET e SHORT, 1980, p.192).

As relações de localização derivadas da segmentação do mercado de solo urbano e, por conseqüência, da cidade em diferentes áreas residenciais, reforçam a noção da propriedade da terra como fator determinante para as rendas e localizações derivadas. Como resultante, o mercado de terra urbana atua de modo imperfeito, distribuindo, de forma desigual, os equipamentos e serviços urbanos e, por conseqüência, a acessibilidade à cidade. Por fim, o controle e a regulação da 'irracionalidade espacial' (HARVEY, 1985) são tomados pelo Estado, que atua para liberar terras para o investimento mais lucrativo, que, por sua vez,

13 Para Gottdiener, Castells desenvolve uma teoria dos problemas urbanos e não uma teoria da produção do espaço propriamente dita, o que o faz afastar-se consideravelmente desta última opção, em direção ao 'marxismo evolucionista', com as constantes previsões de crises (GOTTDIENER, 1997, p.123).

14 Sobre este aspecto, ver Lenz, Maria Heloisa-A categoria econômica renda da terra. Ed. FEE, Porto Alegre, RS. 1981.

15 De forma resumida, o que determina o valor da terra é a proximidade ao mercado central e a sua fertilidade. Contudo, a fertilidade só é determinante se os custos forem relativizados pela distância ao mercado central. Nesse sentido, quanto mais distante, em condições de igual fertilidade, menor é o valor da terra e maiores são os custos de transporte da produção. Para maiores detalhes, ver Blaug (1999), nos itens referentes às proposições de renda fundiária de Ricardo.

tem no planejamento urbano um instrumento de intervenção exigido pela urbanização (HARVEY, 1985).

Gottdiener (1997) avança no debate sobre as relações entre urbanização, Estado e espaço a partir do pressuposto de que a organização interna das cidades é um aspecto das forças produtivas da sociedade, juntamente com a técnica, o conhecimento humano e a força de trabalho (GOTTDIENER, 1997 p. 127). Nesse sentido, o autor descola-se da visão marcada pelo elo positivista entre Estado e economia, trazendo para o debate as questões referentes ao papel do espaço e da sociedade como agentes da urbanização dispersa e polinucleada que a sociedade contemporânea vem experimentando¹⁶. Para o autor, há um processo de desconcentração populacional e das atividades econômicas que se coloca em contraste com a organização espacial e social das cidades características do capitalismo do século XIX.

(...) Em lugar da forma compacta de cidade que outrora representava um processo histórico em formação há anos, existe agora uma população metropolitana distribuída e organizada em áreas regionais em permanente expansão, que são amorfas na forma, maciças no escopo e hierárquicas em sua escala de organização social. (...) (GOTTDIENER, 1997 p. 14).

Para Gottdiener (1997) o processo de desconcentração é o que permite analisar os padrões atuais de crescimento polinucleado. Para o autor, a desconcentração contém processos de dispersão regional maciça de pessoas e a reestruturação das atividades produtivas estruturam um modalidade sócio-espacial intitulada como região metropolitana polinucleada, dado que representa a nova forma de espaço de assentamento urbano, fragmentada e funcionalmente integrada pela matriz econômica e social da região. Gottdiener (1997) afirma que a compreensão da origem dos padrões espaciais pressupõe o debate entre os processos sociais decorrentes do desenvolvimento metropolitano e regional e do papel do Estado na construção e a manutenção do crescimento das cidades é o papel da ideologia no ofuscamento e mascaramento dos processos reais que atuam na reestruturação do espaço.

Em síntese, é importante ressaltar algumas observações sobre a abordagem marxista e seus desdobramentos. Para fins deste estudo, a contribuição da abordagem marxista foi a introdução da luta de classes e do Estado nas teorias de localização das atividades residenciais

¹⁶ Gottdiener utiliza como estudo de caso a sociedade e as cidades norte-americanas. Contudo, apesar da adoção de alguns conceitos parecerem anatômicos, o cabedal teórico desenvolvido pelo autor em muito contribui para a discussão metropolitana no Brasil.

e comerciais. Ao apontar que as desigualdades e contradições são inerentes ao sistema capitalista, ao mesmo tempo em que são atributos para a compreensão da disputa das classes sociais por espaço, serviços e equipamentos nas cidades, os marxistas atribuíram ao Estado o papel de regular e intervir na realidade sócio-espacial. Ao passo disso, a hegemonia da classe capitalista é renovada pelos mecanismos de intervenção e planejamento das cidades.

A inovação no debate sobre localização das classes sociais e das atividades foi estabelecida inicialmente por Lefèbvre (1991) e tomou um aspecto regional com as proposições de Gottdiener (1997). Ambos compartilham do pressuposto que a organização espacial representa as hierarquias de poder. Contudo, o poder a que esses autores se referem não se restringe ao elo positivista entre Estado e economia e sim à articulação, dialética, entre as forças sociais, econômicas, políticas e espaciais, dado que este último não figura como um 'receptáculo' e sim como uma força de produção e um produto do modo de produção capitalista. Nesse sentido, o papel central que as ações estatais e econômicas detinham na organização regional e intra-urbana passa a ser relativizado a partir da emergência de outros agentes, que em uma realimentação dinâmica, conformam e organizam as espacialidades contemporâneas.

Por fim, sob a perspectiva marxista, a segregação assume significado sócio-político, ação e reação dos conflitos de classe sobre o território. Mais especificamente, a segregação toma o lugar de expressão das relações sociais no espaço e produtora do seu próprio espaço, que envolve forças econômicas, políticas, culturais na organização social.

1.6 - Bases analíticas e conceitos adotados

As abordagens analisadas correspondem, em síntese, às dimensões da estruturação das cidades: a segregação enquanto expressão da seleção e dominação de grupos sociais por meio da competição, enquanto expressão da escolha (*trade off*) regulada pelo livre-mercado e enquanto expressão dos conflitos sócio-espaciais. Desta maneira, a noção de segregação aqui adotada incorpora, de forma inclusiva, como atributos de análise: a) a diferenciação enquanto mecanismo de organização social em uma sociedade estratificada e b) a segmentação espacial como produto e reproduzidor das formações sociais hierarquicamente estruturadas em torno das práticas de poder no espaço. Este entendimento orientou a noção de segregação empregada pelo presente estudo como a materialização dos conflitos sócio-espaciais que produz e reproduz as contradições e desigualdades hierarquicamente organizadas no espaço urbano. A segregação sócio-espacial aqui expressa não significa apenas o caráter funcional que o

fenômeno tem na estruturação da cidade como um todo, mas coloca em evidência a superposição de situações de inclusão e exclusão social originadas das mazelas de uma sociedade desigual e segmentada.

A correta compreensão da segregação sócio-espacial requer uma base na qual produto e produtor se opõem e se complementam. Com base na interdependência funcional, na diferenciação social e na segmentação espacial das relações sócio-espaciais, este estudo adota, apesar do positivismo presente em sua concepção, a noção de estrutura urbana derivada da ecologia de Chicago, dado que esta traduz, em termos espaciais, que os conflitos gerados pelas diferenças de apropriação e pela multiplicidade de agentes são refletidos e sentidos em todas as outras partes da cidade, cuja intensidade depende das tecnologias de comunicação existentes, indicando dinâmicas territoriais ‘centrífugas’ ou ‘centrípetas’.

Desta forma, a estrutura urbana explica em que medida noções básicas como centralidade ajudam a compreender a dinâmica sócio-espacial. Nestes termos, adota-se como atributos da organização da estrutura urbana: o centro principal, os subcentros e o conjunto de áreas residenciais diferenciadas pelo seu conteúdo social¹⁷.

Associado à delimitação conceitual e espacial da estrutura urbana, o presente estudo emprega a noção de recursos urbanos como um sistema externo às famílias, empresas e instituições, composto pelos serviços urbanos básicos (coleta de lixo, fornecimento de energia elétrica, água e esgoto dentre outros), equipamentos públicos (praças, parques, hospitais, escolas, museus, etc.) e a infra-estrutura física de transportes. Numa situação de competição, tais recursos detêm duas faces que se complementam. De um lado, a sua apropriação significa segmentação dos espaços urbanos entre os possuidores e os despossuídos, caracterizada pelo acesso por parte de alguns grupos e restrição de acesso a outros. Por outro, assume o papel de mecanismo de inclusão sócio-espacial, dado que se caracteriza como um dos fatores que contribuem para a minimização das distâncias sociais, dada a sua função social em uma sociedade estruturada na desigual distribuição de recursos. Os diferentes graus de apropriação dos recursos urbanos indicam a qualidade ambiental e social dos espaços residenciais, podendo ser utilizados como indicadores de segregação.

Das abordagens analisadas os termos acessibilidade, desconcentração e formas de apropriação estabeleceram-se como fundamentais para a compreensão da dinâmica interna das cidades. Baseada nas proposições de Harvey (1985) e Castells (1978), a acessibilidade é a capacidade de consumo da cidade e a relação de acesso entre a localização residencial e os

¹⁷ Sobre a conceituação dos elementos da estrutura urbana, ver Villaça, 1998.

equipamentos de uso coletivo. Já o termo desconcentração é tributário da definição empregada por Gottdiener (1997), dado que é fruto da dinâmica entre os movimentos de descentralização sócio-econômica e concentração demográfica. O termo ‘apropriação’ é decorrente da delimitação da noção de recursos urbanos, configurando-se, desta forma, como a capacidade de ‘competição’ por meio da detenção, por grupos sociais, de certas quantidades de capital (monetário, físico, humano, etc.), que na sua desigual distribuição gera do lado da demanda uma realidade social caracterizada pelo desequilíbrio e permanente situação de conflitos de interesses, seja pela ‘apropriação’ mais igualitária do capital, seja para o reforço das desigualdades. É sob esta realidade que agentes como o Estado e o mercado imobiliário apresentam-se como elementos chave para o presente estudo.

Por fim, a definição de grupos sociais não se estrutura apenas nos diferenciais de renda. Um dos limites a serem apontados para este indicador refere-se ao grau de vulnerabilidade frente às alterações macroeconômicas, principalmente numa realidade de ‘economias globalizadas’, onde os impactos ocorrem de forma diferenciada sobre os salários e grupos sociais. Outro limite refere-se às diferenças existentes entre a renda nominal e a renda real do indivíduo, dado que no interior de uma cidade, os diferenciais de preços para moradia ou até mesmo para o simples consumo de um bem não-durável apresentam-se de forma diferenciada. Nesse sentido, a articulação entre a questão da segregação dos grupos sociais à lógica do sistema econômico capitalista, está diretamente vinculada a uma aproximação descritiva da estrutura de classe e o seu papel na diferenciação espacial, frente aos processos de mudanças sociais e econômicas atuais.

Um indicador para a definição de grupos sociais e tipos espaciais são as categorias sócio-ocupacionais, propostas pelo Observatório das Metrôpoles. Com isso, o modelo analítico tem como princípio básico a centralidade do trabalho na estruturação e no funcionamento da sociedade. Tal centralidade torna a ocupação uma variável capaz de fornecer informações discriminadas e discriminadoras sobre renda, nível de instrução, estilo de vida, comportamento, etc. Nesse sentido, Desroisière, Goy e Thévenot definem a estrutura social como sendo simultaneamente um espaço de posições sociais e um espaço de indivíduos ocupando esses postos e dotados de atributos sociais desigualmente distribuídos e ligados às suas histórias (*apud* Ribeiro, 2000b). Em decorrência desta definição, entende-se por grupos sociais um sistema de relações sociais, que compartilham atributos sociais e econômicos semelhantes. A noção de grupo social aproxima-se da idéia de classes sociais, diferenciando-se destas por apresentar uma lógica interna mais voltada para as interações entre pessoas com

interesse, sentimentos, modelos de consumo, estilos de vida e formas de apropriação similares.

1.7 - Fecho do capítulo

De um modo geral, a literatura analisada está suportada nas relações entre a localização e os agentes nela intervenientes. A série de estudos apresentada, por um lado, traz contribuições valiosas para a compreensão da estruturação interna das cidades e, por consequência, da segregação na sociedade contemporânea. Por outro, apresenta fragilidades que é importante ressaltar. Em primeiro lugar, a maior parte das pesquisas parte de pressupostos ecológicos para o estabelecimento de uma teoria das localizações espaciais dos grupos. Em segundo lugar, as abordagens, salvo a marxista, conforme apontara Gottdiener (1997), ainda estabelecem como ênfase os efeitos da organização econômica e dos processos competitivos na explicação dos padrões agregados de comportamento social (GOTTDIENER, 1997, p. 37-38). Em terceiro lugar, a estreita relação entre Estado e economia renova o elo positivista e restrito à oposição entre capital e trabalho como causas dos conflitos econômicos, sociais e políticos, utilizando-se das ações estatais apenas como instrumentos de legitimação e acumulação das classes capitalistas. Por fim, no contexto complexo e múltiplo das cidades, no qual aparecem contradições de discurso, as ações e práticas sócio-territoriais, as raízes da estruturação do espaço social não podem ficar restritas a hegemonias ‘positivistas’ nem ‘dialéticas’, de forma que a complexidade do tema não fique restrita a uma visão teórica monofocal. Com isso, o esquema de legibilidade proposto adota como premissa o papel convergente que a questão urbana tem nas abordagens apresentadas, ao mesmo tempo em que, ressalvadas as limitações de cada abordagem, ‘apropria-se’ dos conceitos e termos mais elementares para debater as relações entre Estado, economia, sociedade e espaço na construção, continuidade e reprodução da segregação sócio-espacial no Aglomerado Urbano de Brasília.

2- GESTÃO DO TERRITÓRIO E A FORMAÇÃO DA SEGREGAÇÃO NO DISTRITO FEDERAL E ENTORNO GOIANO (1956-1985)

(...) O espaço está em evolução permanente. Tal evolução resulta da ação de fatores externos e de fatores internos. Uma nova estrada, a chegada de novos capitais ou a imposição de novas regras (preço, moeda, impostos, etc.) levam a mudanças espaciais, do mesmo modo que a evolução 'normal' das próprias estruturas, isto é, sua evolução interna conduz igualmente a uma evolução (...) Nesse caso, o espaço é um sistema complexo, um sistema de estruturas, submetido, em sua evolução, à evolução das suas próprias estruturas (...).

(SANTOS, 1982)

O objetivo deste capítulo é responder à primeira questão de pesquisa, que trata do papel da gestão do território na formação da segregação sócio-espacial no Distrito Federal, em um processo que vem se reproduzindo também em municípios do Entorno Goiano¹⁸. Para tal, embora se considere a produção de segregação como uma estratégia de diferenciação espacial dos grupos sociais, no caso em estudo, o monopólio da propriedade da terra, que se configurou desde os primórdios da capital federal, dá destaque à atuação estatal na estruturação do espaço metropolitano.

De forma específica, a análise procura articular o contexto socioeconômico, aí incluídos o quadro político, a estrutura produtiva, o mercado de trabalho e os movimentos populacionais, como condicionante das ações de gestão do território. Esses processos teriam como resultado uma estrutura urbana, caracterizada, entre outros traços, por diferenciados padrões de segregação sócio-espacial. A análise proposta se desenvolve a partir de estudos bibliográficos acerca dos condicionantes da formação do que se conhece atualmente por Aglomerado Urbano de Brasília, aqui entendido como um conjunto urbano ainda em formação. Este capítulo inclui os períodos de Implementação (1956 a 1969) e Consolidação (1970 a 1985) da nova capital brasileira. Como forma de ancorar a análise, a primeira aproximação é histórica e trata dos antecedentes do processo.

¹⁸ Entenda-se por Entorno Goiano como sendo a unidade espacial composta pelos municípios de Luziânia, Planaltina de Goiás e Santo Antonio do Descoberto.

2.1-ANTECEDENTES DA DINÂMICA TERRITORIAL REGIONAL

As primeiras formas de ocupação existentes na região Centro Oeste têm sua origem vinculada à economia aurífera, responsável pela intensa mobilidade espacial das entradas e bandeiras. Nesse período surgiram os povoados de Minas de Nossa Senhora do Rosário de Meia Ponte (1727), transformado, em 1732, em distrito de Meia Ponte e, em 1890, em Pirenópolis; Santa Luzia (1746), hoje Luziânia¹⁹; Santo Antônio do Descoberto (1750). A ocupação do território intensificou-se no século XIX, com a expansão dos povoados já existentes e através da criação de novos núcleos urbanos, tais como Mestre d' Armas posteriormente Planaltina (MMA, 2003).

O arrefecimento do 'surto' urbano relaciona-se com mudanças na estrutura econômica nacional e local. A decadência das minas de ouro na região do leste goiano levou à estagnação econômica e isolamento geográfico de ampla maioria das vilas e arraiais existentes. A estrutura produtiva consolidou-se em atividades do setor primário, com destaque para a pecuária extensiva, praticada em grandes áreas de pastagens naturais e lavoura de subsistência, prolongando até a primeira metade do século XX.

Após décadas de estagnação e isolamento, os anos 30 e 40, do século XX, trouxeram novos interesses e estratégias em relação à região Centro-Oeste. O longo período caracterizado pela presença do governo federal, restrita a ações militares de delimitação e proteção das fronteiras territoriais, deu lugar às políticas de ocupação territorial baseadas no discurso do primeiro período desenvolvimentista da "Marcha para o Oeste" (SILVA, 1997, p.38). As ações implementadas procuraram estimular a migração para a região, atraindo camponeses e trabalhadores rurais, nacionais ou estrangeiros, para núcleos de colonização (OLIVEIRA, 2003, p.01).

A principal ação do programa Marcha para o Oeste no estado de Goiás foi a transferência e construção da capital, de Goiás Velho para Goiânia.. A construção da cidade planejada de Goiânia reforçou o processo de interiorização da economia brasileira e gerou um surto de desenvolvimento local, com fluxos migratórios de diversas regiões do país e constituição de um centro socioeconômico no eixo Goiânia-Anápolis (SILVA, 1997, p.40).

¹⁹ Neste período, finais do século XVIII, a vila de Santa Luzia era apenas um povoado em expansão devido às minas auríferas. Com o passar do tempo, a vila passou a categoria de cidade denominada Luziânia, concentrando as sedes do poder eclesiástico e políticos locais. Desempenhou, por este motivo, papel de centro político da microrregião do leste goiano, disputando com Pirenópolis o lugar da primazia local. (DA GUIA, 2003).

Contudo, a intervenção estatal de maior impacto social e econômico no leste goiano foi a transferência da capital federal coadunada com o projeto de integração nacional. Diferentemente de Goiânia, Brasília surge no Planalto Central como um pólo de desenvolvimento regional, atrator de fluxos populacionais, atuando como o ‘centro de gravidade’ ao redor da qual orbitam realidades tipicamente agrárias. A transferência da capital federal para o Planalto Central gerou expectativas e diversas intervenções estatais que mudaram por completo o cenário socioeconômico do leste goiano, principalmente com a decisão da escolha do sítio castanho, delimitado pelo relatório Belcher²⁰, como futuro local de construção de Brasília.

Para Silva (1997), no período de “preparação do terreno para a construção”, a economia local passou a ser movimentada, nos municípios goianos de Corumbá de Goiás, Planaltina e Luziânia, pela intensa especulação das terras de qualidade agrária, decorrentes da proximidade física com o quadrilátero do Distrito Federal. Observou-se um rearranjo espacial em direção às rodovias de ligação com Brasília (BR-040 e BR-060), conformando uma nova estrutura territorial por meio da oferta de terras para uso urbano em distritos tipicamente rurais (SILVA, 1997, p.48).

No que se refere às ações políticas, antes mesmo da construção da capital federal, observou-se a emergência de dois agentes na organização espacial do Aglomerado Urbano de Brasília: o Estado e os loteadores descapitalizados²¹. O primeiro, que por meio de práticas territoriais comandadas pelo governo central, teve no planejamento técnico e racionalista o controle de todas as etapas de construção e implementação da nova capital: projeto, urbanização e ocupação do território de Brasília. O segundo agente, que por meio de práticas territoriais comandadas pelos fazendeiros e líderes políticos locais, teve o controle da intensa

²⁰ Trata-se de um relatório técnico que se constitui de estudos e levantamentos necessários à seleção de sítios indicados para abrigar a nova Capital do país. Dentre os 8(oito) sítios delimitados, o Castanho foi indicado para abrigar a capital federal, perfazendo uma área de 5.850 quilômetros quadrados (Km²) (CARPINTERO,1998).

²¹ A figura do loteador descapitalizado foi utilizada por diversos estudos sobre a estruturação interna das cidades do Rio de Janeiro (LAGO,2000) e Belo Horizonte (MENDONÇA,2002).A utilização para o caso do Aglomerado Urbano de Brasília deve-se, em parte, à ação dos fazendeiros na apropriação da renda gerada pela proximidade com o canteiro de obras da nova capital. Ribeiro (1994) aponta que, no caso do Rio de Janeiro, o (...) loteador descapitalizado realiza a operação sem investir previamente uma grande soma de recursos, não o mínimo para iniciar o negócio. Este agente era o próprio proprietário da terra ou um corretor que com ele se associava, não havendo, portanto, compra anterior da gleba. A sua estratégia de comercialização se orientava pelo objetivo de realizar rapidamente as primeiras vendas, oferecendo os lotes a baixo preço e a prestações compatíveis com a baixa capacidade de endividamento do comprador. E o negócio fosse bem sucedido, o loteador vendia os lotes restantes em condições mais favoráveis, por um preço superior e em prazo mais curto, em função da valorização proporcionada pelas primeiras ocupações (...) (RIBEIRO, 1994, p.11-12).

produção de loteamentos semi-urbanizados, principalmente nos municípios de Luziânia e Planaltina de Goiás.

A delimitação do quadrilátero que iria abrigar a nova capital federal consistiu basicamente na desapropriação de fazendas e na transferência da sede municipal de Planaltina, que tomou o nome de Planaltina de Goiás, para fora do quadrilátero. Nesse período de incorporação de terras ao setor produtivo e de crescentes fluxos migratórios, a valorização fundiária decorrente da ação estatal (presença de rodovias, escolas especializadas, fábricas de cimento, usinas hidrelétricas, dentre outros), gerou, por parte dos líderes políticos locais e proprietários das fazendas a produção de loteamentos organizados e vendidos pelas mesmas lideranças políticas (SILVA, 1997, p.49-50).

A breve revisão dos antecedentes de formação da região do leste goiano mostra que, desde as ações da Marcha para o Oeste, já se verificavam as intenções de incorporação de terras do sudeste goiano ao dinâmico setor produtivo das regiões urbanas do país, com destaque para São Paulo e Rio de Janeiro. Com a construção da nova capital brasileira, essas tendências tomaram dimensões significativas, principalmente se partimos do pressuposto que, desde os seus primórdios, Brasília situara-se como pólo de desenvolvimento urbano e regional em uma área com predominância das atividades ligadas ao ramo agropecuário. Em decorrência, a atuação do Estado e dos loteadores descapitalizados foi determinante para as posteriores fases de Implementação e Consolidação do Aglomerado Urbano de Brasília.

2.2- GESTÃO DO TERRITÓRIO E SEGREGAÇÃO NA FASE DE IMPLEMENTAÇÃO (1956-1969)

2.2.1- CONTEXTO: ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS

fase de Implementação da nova capital e das fundações do que viria a ser o Aglomerado Urbano de Brasília estende-se de 1956 a 1969. No âmbito nacional, esse período é marcado pela transição entre o regime democrático e o regime de ditadura militar. No regime democrático, destacam-se as ações de gestão do território propostas pelo Plano de Metas de Juscelino Kubistchek²². A constituição da nova estrutura econômica nacional

22 O Plano de Metas e o projeto desenvolvimentista nacional, além da implantação de grandes investimentos em infra-estrutura que pretendiam eliminar pontos de estrangulamento da economia, estimularam investimentos privados nacionais e estrangeiros, ampliando a instalação de indústrias de base, ao mesmo tempo em que

caracterizou-se pelo grande investimento em áreas tidas como estratégicas para o desenvolvimento com vistas a consolidar o modelo de substituição de importações promovido pelas grandes inversões na infra-estrutura de serviços, energia, transportes, nos segmentos fundamentais da indústria de base e nos setores de alimentação e educação (BIELCHOWSKI, 1988, p.303). No cenário social, o país apresentava um quadro caracterizado por intensos fluxos migratórios em direção aos centros urbanos e industriais do Rio de Janeiro, São Paulo e Belo Horizonte, apresentando processos de metropolização e periferização da população geralmente migrante e pobre.

O plano, através da implantação de novo padrão de acumulação, foi fundamental na transformação da ocupação e na mudança do papel da região Centro-Oeste na economia nacional, contrapondo a economia baseada na pecuária extensiva e na agricultura de subsistência com uma economia integrada à nacional, pela abertura de novas fronteiras agrícolas baseadas na agricultura comercial e na bovinocultura de caráter intensivo e tecnificado (IPEA, 2002, p. 165-169). Dentre as ações destacam-se a interiorização da economia com a construção do pólo de desenvolvimento regional no Distrito Federal, sede da nova capital federal, que redirecionou boa parte dos fluxos migratórios até então existentes.

MOVIMENTOS DA POPULAÇÃO

Em 1956, com o avanço das obras de implantação da capital federal, o número de trabalhadores pioneiros somava 500 mil, já em 1959, eram 64.314 pessoas e, quando da inauguração da cidade, em 1960, somavam 127.000 pessoas (PAVIANI, 1985, p. 60). O ritmo das obras determinou a absorção e o crescente acréscimo de força de trabalho migrante ao longo de duas décadas. Uma parcela da expansão demográfica pode ser creditada à transferência de funcionários públicos do Rio de Janeiro para nova capital. Outra parcela resultou da vinda de trabalhadores para a construção civil e de pequenos comerciantes e, ainda, do incremento vegetativo em ascendência — 139.762 nascidos no Distrito Federal entre 1960 e 1970 (PAVIANI, 1985, p. 60). Nesse período, o Distrito Federal e os municípios do Entorno Goiano (com destaque para Luziânia) caracterizam-se como áreas receptoras de imigrantes²³, com intensidades e composição migratória diferentes. No Distrito Federal, por

definiram o projeto de interiorização da economia, mediante a construção da nova capital, estrategicamente localizada no centro geográfico do país.

²³ Tomamos emprestado a classificação demográfica do espaço proposta por Mendonça (2002). Para a autora, a associação entre crescimento populacional e saldo de mobilidade populacional resulta em uma classificação de áreas segundo a sua

exemplo, 69% dos residentes em Brasília eram oriundos de outros estados, sendo 53,35% deste total provenientes da região Nordeste, 9,40% de Minas Gerais e 6,88% de Goiás (SEDUH, 2004, p. 85).

Pode-se afirmar que Brasília, diferentemente das demais regiões metropolitanas brasileiras, apesar de não ter como base de sua economia o setor secundário, exerceu forte atração populacional, desde a sua construção pelas atividades desenvolvidas na construção civil até o desenvolvimento do setor de serviços, especificamente aqueles vinculados à administração pública. O impacto da mobilidade populacional sobre o território de Brasília e municípios do Entorno Goiano foi traduzido em relações entre as pessoas (relações de produção) e entre essas e seu ambiente físico, por meio de alterações na estrutura produtiva e do mercado de trabalho.

ATIVIDADES ECONÔMICAS

O processo de ocupação e abertura de novas áreas para o setor produtivo teve seu auge na segunda metade da década de 50. No contexto regional, o caso de Brasília é particular, uma vez que ela acumula a função de capital do país e a de centro urbano e regional, em região de características econômicas fortemente vinculadas ao setor primário. Dos primeiros anos de construção até a consolidação da capital federal, o mercado de trabalho local apresentava uma dupla realidade: 1) nos municípios situados no Entorno Goiano, havia predominância de pessoas ocupadas no setor primário da economia e 2) a capital federal e seus assentamentos, como Taguatinga e Cidade Livre (atual Núcleo Bandeirante), com perfil ocupacional voltado para o setor terciário (ver Tabela 2.1).

capacidade de retenção de população. A configuração proposta pela autora é a seguinte: áreas altamente expulsoras, áreas expulsoras, áreas altamente receptoras, áreas receptoras, áreas expulsoras para fora e áreas receptoras de fora (MENDONÇA, 2001, p.121).

Tabela 2.1
Percentual de pessoas ocupadas segundo o setor de
atividade,
Distrito Federal e Entorno Goiano*,1970

Municípios e Distrito Federal	Pessoas ocupadas segundo o setor		
	Primário	Secundário	Terciário
Distrito Federal	4,11	24,9	70,99
Luziânia	66,57	13,09	20,34
Planaltina de Goiás	85,24	6,17	8,59

Fonte: IBGE, Censos Demográficos 1970 (elaboração do autor)

Notas: *Os municípios que compõem o Aglomerado Urbano de Brasília em 2000 são desmembramentos dos existentes em 1970

A análise sugere que há, desde a construção da capital federal, uma sobreposição entre uma realidade urbana na cidade central (Plano Piloto e assentamentos existentes) e rural nos municípios do entorno, com implicações diretas nas formas de organização do espaço regional. Nos municípios do Entorno Goiano, predominam as atividades vinculadas ao setor primário da economia, com destaque para Planaltina de Goiás, com cerca de 85,24% da população ocupada, em 1970, nos ramos de atividade agropecuária. Em Brasília, destaca-se o setor terciário, com cerca de 80% do pessoal ocupado no setor, com ênfase para as atividades ligadas ao ramo da construção civil.

2.2.2-AÇÕES DE GESTÃO DO TERRITÓRIO

As primeiras formas de ocupação da nova capital federal estiveram nas mãos do governo federal: projeto urbanístico, urbanização e alienação das terras. Desde então, a estruturação do território do futuro do conjunto formado pelo Distrito Federal e pelos municípios do Entorno Goiano tem sido fortemente orientada pela intervenção estatal, seja com ações voltadas para a incorporação de terras ao setor produtivo (infra-estrutura viária, fábricas e áreas habitacionais), por meio de doações e concessões de terras, ou nas ações de gestão do território caracterizadas pela restritiva legislação urbanística e os investimentos em infra-estrutura urbana concentrados principalmente, durante as décadas de 50 e 60, na construção e consolidação da nova capital federal.

Pode-se afirmar que a segregação sócio-espacial na região tem origem na própria fundação de Brasília, hoje cidade principal do Aglomerado Urbano. O arquiteto e urbanista Lucio Costa, vencedor do concurso público para o projeto urbanístico da nova capital federal, assumiu uma concepção urbanística calcada em critérios oriundos da racionalidade

modernista e da Cidade-Jardim²⁴. A cidade prevista para abrigar, a longo prazo, uma população de 500 mil habitantes, foi desenhada segundo um zoneamento que definiu sua morfologia inicial, estruturada em dois eixos viários ao longo dos quais se distribuem as atividades residenciais, comerciais e cívicas.

A racionalidade modernista foi assegurada pela implantação do Plano Piloto segundo as diretrizes mais gerais do projeto de Costa. Contudo, em virtude dos constantes fluxos migratórios, mesmo antes da finalização das obras, romperam-se as pretensões utópicas de crescimento da cidade de dentro para fora, primeiro a capital federal, depois as cidades-satélites a serem auto-organizadas e interligadas por sistemas de transporte público eficiente. Pode-se supor que esse rompimento com um imaginado racionalismo implementou a estruturação polinucleada de Brasília, observada antes mesmo da inauguração da capital federal (CIDADE, 2003). De acordo com as orientações previstas pela comissão organizadora do concurso público, a cidade foi projetada em um sítio físico que definiu, não apenas a morfologia inicial da ocupação do Distrito Federal, como também a longo prazo, toda a organização espacial do Distrito Federal e municípios do Entorno Goiano. Quanto à organização do espaço, pode-se considerar que o Relatório do Plano Piloto da nova Capital foi o primeiro plano de ocupação e delimitação de uso do espaço no Distrito Federal. Diz Lúcio Costa, (...) à concepção urbanística da cidade propriamente dita, porque esta não será, no caso, uma decorrência do planejamento regional, mas a causa dele: a sua fundação é que se dará no ensejo ao ulterior desenvolvimento planejado da região. (...) (COSTA, 1995, p.283).

Quanto à sua organização interna, Costa (1956) aponta os mecanismos de distribuição populacional e das atividades institucionais e econômicas na cidade. Numa escala mais ampla, adota o zoneamento funcional como mecanismo de segmentação espacial das atividades urbanas (habitação, comércio, serviços, instituições, etc).

(...) as diferenças de padrão de uma quadra a outra serão neutralizadas pelo próprio agenciamento urbanístico proposto, e não serão de natureza a afetar o conforto social a que todos têm direito. Elas decorrerão apenas de uma maior ou menor densidade, do maior ou menor espaço atribuído a cada indivíduo e a cada família, da escolha dos materiais e do grau e requinte do acabamento (...). (COSTA, 1995 p.294).

²⁴ O pensamento de Ebenezer Howard propunha uma integração cidade-campo. Pode-se dizer que se trata de uma estratégia de planejamento regional, dado que a organização do espaço era composta por cidades auto-organizadas interligadas por sistema de transporte, formadas por gradientes de usos, de atividades institucionais e cívicas, residenciais a industriais e agrícolas. Sobre este aspecto ver Howard (1996) e Carpintero (1998).

Tiveram prioridade, para assentamento na nova capital, os funcionários públicos federais da antiga capital, Rio de Janeiro, por meio dos Institutos de Pensão e das carteiras prediais de cada órgão federal (IPEA, 2001, p.64-65). A moradia da população operária não foi prevista no plano. O incentivo à transferência dos funcionários públicos incluía a concessão gratuita de imóveis residenciais na forma de subsídio-não pecuniário e ‘aditivos salariais’, conhecidos como ‘dobradinha’. No plano piloto de Costa não havia previsão de espaço para a população operária, essencial para a construção da cidade, e que aqui permaneceu após a finalização das construções. Nesse sentido, pode-se afirmar que o processo de segregação social, em parte, é decorrência dos critérios utilizados para a concessão dos imóveis baseados na hierarquia funcional, gerando, por um lado, núcleos habitacionais de militares no Cruzeiro, de engenheiros na Vila Planalto e burocratas do governo federal nas Asas Residenciais²⁵ e, por outro, mesmo antes da inauguração da nova capital, já se observou os primeiros indícios da política territorial de erradicação de favelas das proximidades do Plano Piloto e do interior da bacia do Paranoá, com a criação de cidades-satélites.

Quanto à provisão de moradia, a partir da segunda metade da década de 60, Brasília sofreu um acentuado crescimento em sua área urbana. Em 1960 tem-se início a construção da cidade do Gama criada para absorver os moradores dos acampamentos do Paranoá, Vila Planalto e remanescentes da Vila Amauri. Em 1961 surge o Núcleo Bandeirante, com o objetivo de fixar a população de pequenos comerciantes e trabalhadores operários da “Cidade Livre”. Em 1966, a construção da cidade do Guará, pelo Banco Nacional de Habitação - BNH no interior da Bacia do Paranoá, rompe com o processo de construção de cidades satélites para a população de baixa renda fora da bacia do Paranoá. Uma possível hipótese para a ‘exceção’ pode ser associada ao fato da cidade ter sido prevista para abrigar não apenas população oriunda das ocupações irregulares, mas também para a absorção da população oriunda de acampamentos, funcionários do Setor de Indústria e Abastecimento (SIA) e funcionários públicos²⁶.

²⁵ Segundo IPEA (2002), a destinação das moradias para os funcionários públicos federais seguia uma lógica de distribuição baseada na posição da ocupação e sua localização era realizada de forma hierárquica na cidade. Os graus de diferenciação no espaço se estruturavam em torno do tipo de moradia, quantidade de dormitórios. O órgão responsável pela definição e controle da provisão das moradias foi o Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP) (IPEA, 2002, p.46)

²⁶ O processo de ocupação do Guará foi determinado pelo Serviço de Habitação de Interesse Social-SHIS. As primeiras residências foram construídas no sistema de ‘mutirão’, correspondendo ao que hoje é a quadra interna 05. A sua localização nas proximidades do Plano Piloto acentuou o valor do solo e o processo de especulação imobiliária, tornando-se atualmente o “berço da classe média”.

Quanto à regulação do solo urbano, a fase de implantação de Brasília foi marcada por planos de ordenamento territorial que reforçavam o zoneamento baseado nas qualidades ambientais do sítio físico e no reforço da segmentação espacial entre local de trabalho e local de moradia. Em 1962, é publicada lei federal, sob a forma de decreto, que determina o zoneamento e as diretrizes de uso e ocupação do solo do Distrito Federal. Trata-se do Decreto nº 163, que propôs um zoneamento que reforçava a distinção entre área central e periferias: área metropolitana, área das cidades-satélites e área rural:

1. Área Metropolitana: compreendia a bacia formadora do rio Paranoá, circunscrita pela Estrada Parque Contorno – EPCT e os assentamentos ali existentes;
2. A área das cidades satélites: compreendia e reforçava o modelo polinucleado de estruturação do território e;
3. As áreas rurais: compreendiam as glebas entre as cidades satélites e demais partes do território do Distrito Federal.

Na década de 60, a legislação urbanística existente e os programas de urbanização no Distrito Federal foram importantes condicionantes para a constituição de dois eixos de expansão urbana e metropolitana: 1) o primeiro se desenvolve ao longo da BR-040 que vai da sede municipal de Luziânia para os limites do Distrito Federal e, 2) da DF-003, que vai dos limites do Distrito Federal, passa pela EPCT, e se prolonga em direção a Planaltina.

A análise mostrou que as políticas territoriais deram origem a um conjunto urbano polinucleado, disperso e capitaneado pela centralidade, ainda em formação, do Plano Piloto. A dispersão planejada caracterizou o processo de periferização em curso, contrapondo a concentração de empregos na região central à concentração nas cidades satélites e as áreas urbanas do Entorno Goiano, de ampla maioria da população pobre e migrante. Uma das hipóteses para a compreensão do processo de periferização é a articulação entre as restrições na oferta de solo urbano para fins de moradia da população pobre no Distrito Federal e a ação, nos municípios do Entorno Goiano, do loteador descapitalizado, cuja racionalidade permitiu um amplo acesso dos trabalhadores de menor renda à compra de lotes e conseqüentemente à propriedade do imóvel.

2.2.3- RESULTADOS: ORGANIZAÇÃO ESPACIAL E SEGREGAÇÃO

A discussão sobre a fase de implementação de Brasília sugere que esta já nasceu com características e problemas tipicamente urbanos em meio a uma região predominantemente rural. Uma das características tipicamente urbanas é a predominância da população ocupada no setor terciário da economia e as crescentes taxas de migração. As diversas formas de provisão de moradia condicionaram as diferenças sociais (posição na ocupação, hierarquia funcional) contribuindo para, em pleno Planalto Central, a formação de uma realidade social marcada por fortes ‘clivagens’ sócio-espaciais.

A gestão do território no Distrito Federal produziu, em toda a sua extensão, um modelo de espaço urbano segregado e diferenciado. A produção de espaços residenciais para os grupos de maior poder aquisitivo, de acordo com a hierarquia funcional nas áreas centrais e mais equipadas foi acompanhada pela provisão de moradia para os demais grupos sociais por meio da: a) produção de assentamentos populares projetados, com moradias padronizadas e localizados em torno de 15 a 40 Km do Plano Piloto e, b) a expulsão das populações mais pobres para loteamentos semi-urbanizados situados ao longo da BR-040 e 060.

Nesse contexto, o primeiro estágio da gestão do território em Brasília foi marcado pela adoção do monopólio de terras como mecanismo de ordenamento territorial. Com isto, ao mesmo tempo em que reforçou alguns dos pressupostos presentes no Relatório de Costa, como a preservação do sítio da capital federal, contribuiu, de forma decisiva, para a constituição de uma estrutura urbana polinucleada, ‘orbitando’ ao redor da Bacia do Paranoá.

A análise do período de Implementação mostra que o contexto de fortes fluxos migratórios levou a ações estatais de oferta diferenciada de moradia de acordo com a hierarquia funcional. Essas ações, por sua vez, levaram à antecipação do processo de periferação, dado que mesmo antes da consolidação do Plano Piloto como capital federal e pólo de desenvolvimento regional, já se observou assentamentos periféricos e dependentes das atividades sociais e econômicas ali desenvolvidas.. O período seguinte dá continuidade a essas tendências.

2.3-GESTÃO DO TERRITÓRIO E SEGREGAÇÃO NA FASE DE CONSOLIDAÇÃO (1970-1985)

2.3.1-CONTEXTO: ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS

A fase de consolidação do que viria a ser o Aglomerado Urbano de Brasília estende-se de 1970 a 1985. No âmbito nacional, esse período é marcado pela gestão do território por meio das diretrizes existentes no II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND). Quanto ao cenário político, o país vivia a fase de vigência do Ato Institucional nº 5 - AI-5 e de fortalecimento dos governos autoritários. No cenário social, o que se verificou com o arrefecimento da dinâmica econômica do período desenvolvimentista foi o aprofundamento das desigualdades sociais, seja em termos de renda, seja no acesso a serviços e equipamentos públicos nas grandes cidades. Ainda verificou-se nesse período, a reorganização do setor financeiro e a ampliação da economia nacional da dependência de investimentos estrangeiros para o financiamento do seu desenvolvimento e a ampliação da participação das multinacionais no parque industrial nacional.

2.3.1.2-MOVIMENTOS DA POPULAÇÃO

Se os anos 50 e 60 haviam constituído um marco no processo de expansão demográfica em Brasília, a década de 70 constituiu um ponto de inflexão nessa trajetória demográfica. Se por um lado, Brasília passou a crescer cada vez com menor intensidade, se comparada aos municípios de Luziânia, Planaltina de Goiás e Santo Antonio do Descoberto (ver Tabela 2.2), por outro, o que se observou foi a expansão territorial e formação do Aglomerado Urbano de Brasília.

Tabela 2.2
Crescimento Demográfico Anual (%)
Distrito Federal e Entorno Goiano*, 1960,1970 e 1980.

	1960/1970	1970/1980
Distrito Federal	14,7	8,15
Entorno Goiano	29,5	9,03
Total	22,1	8,59

Fonte: IBGE, Censos Demográficos 1960,1970 e 1980

Notas: * Os municípios que compõem o Aglomerado Urbano de Brasília são desmembramentos dos existentes em 1970.

Na década de 70, a mobilidade populacional, em Brasília e nos municípios do Entorno Goiano, ainda apresentava elevado dinamismo. O que se observa nesse período são alterações na direção dos fluxos migratórios, dado que a migração, especialmente de nordestinos, caracterizou-se pelos deslocamentos em busca de condições de trabalho, moradia e acesso aos serviços públicos em áreas fortemente urbanizadas e prestadoras de serviços (OLIVEIRA, 2003, p.06). Nesse período, os fluxos migratórios passaram a ter como direção, além de Brasília, os municípios do Entorno Goiano. Pode-se inferir que o Entorno de Brasília passou a se caracterizar não apenas como área expulsora de população, mas como área receptora de imigrantes provindos de outros Estados e de Brasília e de elevada rotatividade populacional²⁷. Entre 1960 e 1970, Brasília apresentou taxas de crescimento superiores a 14% ao ano. Com a construção da capital e a conclusão de grande parte da transferência de funcionários públicos, entre 1970 e 1980, as taxas decresceram para 8,15% a.a.

As tendências de periferação observadas no final de década de 60 consolidaram-se entre 1970 e 1980. Nesse período, a trajetória descendente das taxas de crescimento populacional em Brasília era contraposta pelas elevadas taxas dos municípios de Luziânia, Santo Antonio do Descoberto e Planaltina, que apresentaram crescentes taxas de crescimento demográfico (11,17%, 9,74% e 6,07%, respectivamente). Nesse período, Brasília passou a contribuir de forma decisiva para as elevadas taxas de urbanização dos municípios goianos. Ao longo da década de 70, Brasília registrava uma emigração de 6.650 pessoas para o estado de Goiás, passando nas décadas seguintes para 15.634 pessoas ao ano, consolidando Luziânia, Planaltina e Santo Antonio do Descoberto como o principal espaço de concentração de emigração do Distrito Federal e receptáculo das demandas por moradia não atendida em Brasília.

²⁷ Sobre este aspecto, ver Cunha e Baeninger (2000).

Aparentemente, o que se observa, no período de Consolidação, é um processo de crescimento ‘centrífugo’, potencializado pela expansão em direção às cidades satélites mais periféricas e municípios do Entorno Goiano. As crescentes taxas de emigração de Brasília para Luziânia, Planaltina e Santo Antonio do Descoberto, mais que um movimento de transferência populacional de um território para o outro, pode ser entendida como a incorporação dessas áreas ao processo de formação de uma área com características metropolitanas, seja em termos de concentração populacional, mas também em relações de fluxos sociais e econômicos. Embora não se configure formalmente como região metropolitana, a partir desse período já se pode identificar uma aglutinação de áreas urbanas em torno do Distrito Federal, constituindo o conjunto que tem sido denominado de Aglomerado Urbano de Brasília (PAVIANI, 1989; IPEA, 2001).

ATIVIDADES ECONÔMICAS

Ao longo da década de 70, Brasília consolidou o seu papel na economia local como uma “metrópole terciária” (PAVIANI, 1985, p.63). A economia local passou por um processo de dinamismo do mercado imobiliário, principalmente em virtude do intenso processo de urbanização do Distrito Federal e da ação do BNH na promoção de novas unidades habitacionais. Na escala regional, a principal mudança é a acelerada urbanização das economias locais do Aglomerado Urbano de Brasília. Como indicador, o mercado de trabalho aponta para crescente aumento da participação do setor terciário nas economias do Distrito Federal, Planaltina de Goiás e Luziânia (ver Tabela 2.3).

Tabela 2.3
Percentual de pessoas ocupadas segundo o setor de atividade

Distrito Federal e Entorno Goiano*, 1980			
Municípios e Distrito Federal	Pessoas ocupadas segundo o setor		
	Primário	Secundário	Terciário
Distrito Federal	2,46	16,85	80,69
Luziânia	22,91	24,08	53,01
Planaltina de Goiás	90,1	2,79	7,12

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 1980 (elaboração do autor)

*Notas: Os municípios que compõem o Aglomerado em 2000 são desmembramentos dos já existentes em 70.

Somente em 1980 que o Distrito Federal e Entorno Goiano começam a definir o perfil econômico que persiste até os dias atuais. Ao passo que se observa a consolidação do setor

terciário como dínamo da economia local, no seu interior, a participação da construção civil reduz-se, em parte, decorrente da extinção do BNH, das sucessivas crises econômicas e do arrefecimento do intenso processo de urbanização e dotação de infra-estrutura no Distrito Federal, observado nas décadas anteriores (SEDUH, 2004; IPEA, 2002). O setor primário ainda continua a empregar boa parte da população em Planaltina de Goiás e a segmentar a estrutura ocupacional em Luziânia com o setor secundário e terciário. Entre 70 e 80, o setor secundário foi o que apresentou maior aumento no Distrito Federal, permanecendo estável nos demais municípios. Uma das hipóteses para este aumento é a instalação de pequenas indústrias de transformação e fábricas em áreas como o Setor de Indústria e Abastecimento-SIA próximo ao Plano Piloto e em Taguatinga, com vistas a atender o crescente mercado consumidor que se formava em Brasília.

A concentração em Brasília de população, equipamentos urbanos e grande parte do comércio e dos serviços, reforça a fragilidade econômica do Aglomerado Urbano como um todo. A existência de empregos, renda e população gera externalidades decorrentes da formação de uma economia aglomeração: consumo em escala, maior qualidade e diversidade dos produtos, o que leva o mercado de Brasília a atender não apenas sua população como também os moradores dos municípios vizinhos, para a aquisição de bens e serviços.

Uma das conseqüências da força do mercado consumidor e de trabalho em Brasília é a baixa capacidade de atração e retenção de empregos com moderados a elevados níveis de salários nas cidades satélites mais periféricas de Brasília e nos municípios goianos. Nesse sentido, pode-se afirmar que a economia e a estrutura produtiva no Aglomerado Urbano de Brasília são fortemente influenciadas pela participação das atividades e serviços vinculados à administração pública federal. Os indicadores populacionais e de geração de empregos e renda do DF predominam e demonstram o crescente grau de centralidade da Região Administrativa de Brasília e Taguatinga em relação aos demais assentamentos do Aglomerado.

2.3.2- AÇÕES DE GESTÃO DO TERRITÓRIO

O período de 1970 a 1985 é caracterizado pela ênfase no planejamento de base racional e tecnicista. Como conseqüência tem-se a elaboração de planos e programas nos âmbitos nacional, regional e local, coordenados e financiados pelo governo federal.

No âmbito regional, a atuação do governo federal foi marcada pelas diretrizes do Programa Especial da Região Geoeconômica de Brasília (PERGEB) e do Programa de

Desenvolvimento do Cerrado²⁸ (POLOCENTRO). Esses planos atuaram sobre um cenário caracterizado por elevadas taxas de urbanização das terras do Entorno de Brasília. Dentre as ações, constavam no programa uma delimitação da região, estabelecendo três níveis diferenciados de intervenção governamental, de acordo com o seguinte modelo de ocupação territorial:

-

 1. Nível local (o território do DF), definida como área de contenção demográfica;
 2. Nível de transição (municípios adjacentes ao DF), definida com área de controle populacional - as cidades goianas limítrofes ao Distrito Federal estavam nessa categoria;
 3. Nível regional definida como área de dinamização (Anápolis, Catalão, entre outras).

O zoneamento proposto reforçou o papel do Distrito Federal como região central, de dinamização econômica e de restrição quanto à ocupação. Os poucos recursos existentes foram canalizados para a urbanização do Distrito Federal. Porém, a problemática área composta pelos municípios goianos de Luziânia, Planaltina de Goiás, Santo Antonio do Descoberto e Formosa, considerados como áreas de controle populacional, não foram prioridade de investimento, acentuando ainda mais o desequilíbrio da região e o quadro de 'vazio institucional', característico da gestão do território nessa região (PAVIANI,1989; IPEA,2002).

No âmbito local, na década de 70 foram propostos dois planos de ordenamento territorial: Plano Diretor de Águas e Esgotos e o Plano de Estruturação e Ordenamento Territorial do Distrito Federal. O Plano Diretor de Águas e Esgotos, elaborado pela empresa PLANIDRO, nome pelo qual ficou conhecido, reforça, de forma contundente, os padrões de estruturação intra-urbana baseados na preservação da Bacia do Paranoá por meio da restrição de uso do solo para fins urbanos. O plano reforçou o zoneamento presente no Decreto Federal nº 163 de 1962, por meio das diretrizes de uso e ocupação do solo em três eixos estruturantes da ocupação territorial do Distrito Federal: 1) o primeiro eixo consiste no vetor de expansão urbana em direção ao município goiano de Santo Antonio do Descoberto (ao longo da rodovia BR 060), 2) o segundo eixo é o sudoeste (BR-040), cujo vetor se dirige para o município

²⁸ O programa englobava o Distrito Federal e mais 90 municípios do Entorno Goiano, com objetivo de gerar quadros de desenvolvimento econômico e social nas áreas de influência do Distrito Federal.

goiano de Luziânia (ao longo da BR 040) e, 3) o eixo nordeste, em direção a Planaltina de Goiás (ao longo da rodovia BR-020).

Pode-se notar que o núcleo organizador da expansão urbana do Distrito Federal e seus transbordamentos para os municípios goianos de Luziânia, Planaltina de Goiás e Santo Antonio do Descoberto continua a se situar dentro do anel viário da EPCT. A dinâmica de expansão urbana é, portanto, dependente das ações de gestão do território nos assentamentos e atividades ali presentes. É interessante observar que, nos anos setenta, mesmo após mais de uma década de implantação da capital federal, as lógicas de estruturação do espaço ainda continuaram a ignorar a crescente dependência do mercado de trabalho e consumidor do Distrito Federal, principalmente do Plano Piloto e Taguatinga, caracterizando, um duplo e controverso movimento: 1) centrífugo em termos populacionais e 2) centrípeto em termos de atividades econômicas.

Nesse contexto, a tendência de periferização observada na gestão do território nos primórdios da construção de Brasília é reforçada pelas políticas de erradicação de favelas. Tratou-se de um conjunto de ações públicas presentes no PLANIDRO, que, a partir de critérios ambientais, objetivaram preservar o sítio da capital federal das crescentes pressões por terra, seja para moradias ou atividades comerciais. Cerca de 80.000 pessoas foram removidas até 1971, criando a cidade-satélite de Ceilândia (DOYLE, 1996, p.117). Além da ação coercitiva, o poder público intensificou o seu controle sobre o processo de expansão populacional, seja em relação ao surgimento de novas ocupações de terras ou em relação às já existentes. Pode-se afirmar que os formatos de provisão de moradia pelo poder estatal em Brasília, no período de Consolidação do Aglomerado Urbano, foram uma das políticas territoriais de maior impacto nos padrões de urbanização atualmente observados.

Sob um contexto econômico favorável à construção civil, facilitada pelos recursos oriundos do BNH, as políticas habitacionais de Brasília entre 1970 e 1980, por meio da Sociedade Habitacional de Interesse Social-SHIS, promoveu a construção de mais de 60 mil moradias, consolidadas nas cidades de Ceilândia, Taguatinga, Gama e Guará 1 e 2 (SEDUH,2004). O modelo polinucleado (Plano Piloto e cidades-satélites), presente desde a transferência de famílias para Taguatinga, em 1958, tomou forma definitiva ao longo das décadas de 70 e 80, com ampliação do estoque domiciliar em quase 151 mil domicílios (ver Tabela 2.4). Em relação ao restante do Aglomerado Urbano, os financiamentos do BNH, foram alocados principalmente nos distritos de Valparaíso de Goiás e Cidade Ocidental, no município de Luziânia, com vistas a atender, de forma emergencial, a crescente demanda por moradia.

Tabela 2.4
Total de domicílios particulares permanentes por
situação censitária
Distrito Federal e Entorno Goiano*,1970-1980

Municípios e Distrito	Situação censitária	Ano	
		1970	1980
Distrito Federal	Urbano	95.023	245.411
	Rural	4.125	7.455
Luziânia	Urbano	1.818	15.545
	Rural	3.993	3.521
Planaltina	Urbano	99	1.608
	Rural	1.482	1.407

Fonte:IBGE, Censos Demográficos 1970 e 1980 (elaboração do autor)

Notas: *Os municípios que compõem o Aglomerado em 2000 são desmembramentos dos já existentes em 70.

Um dos indicadores da ampliação da área construída nos municípios goianos é o número de domicílios em áreas urbanas. Em Luziânia, o estoque domiciliar urbano saltou de quase 2 mil, em 1970, para mais de 15 mil, em 80. A transformação em Planaltina de Goiás é a que apresenta as maiores proporções. Em 1970, o município apresentava, segundo dados do IBGE cerca de 100 domicílios urbanos e quase 1500 domicílios rurais. Em 1980, o cenário praticamente se inverteu, passando a mais de 1600 domicílios urbanos (ver Tabela 2.4). Os números indicam a enorme pressão por terra e moradias urbanas sofrida nas áreas mais periféricas do Aglomerado Urbano, pressões estas atendidas, em parte, pelos financiamentos do SFH, pelos loteadores descapitalizados, que a partir da publicação da lei 6.766/79, passaram a registrar empreendimentos do tipo loteamentos urbanizados e conjuntos habitacionais na prefeitura de Luziânia (MELLO, 1999, p.69)

Do ponto de vista de provisão de terra urbana, Campos (1997) aponta que uma das ações que mais contribuíram para a rápida expansão da mancha urbana de Brasília foi a iniciativa institucional de criação da TERRACAP, em 1972. Como órgão encarregado de gerenciar a entrada da iniciativa privada no setor de compra e venda de terrenos, a TERRACAP inaugurou o mercado de terras em Brasília, dado que, segundo o autor, houve a separação da propriedade fundiária do capital imobiliário e, conseqüente, implantação de um mercado concorrencial regido pela lógica do capital incorporador e mediado pelas licitações de terras públicas, cujo ‘poder de barganha do grande capital’ deslocava a propriedade da mão estatal para os incorporadores imobiliários.

Nesse período, o padrão periférico de urbanização aprofundou-se. Na segunda metade da década de 70, o Distrito Federal e Entorno Goiano sofreu processo de expansão em sua área loteada. Tomando-se como dado o número de loteamentos existentes nos municípios de Luziânia e Planaltina de Goiás, e considerando-se o conjunto da população desses municípios, que em 1970 era de 42 mil pessoas, pode-se ter uma idéia do volume de oferta de lotes²⁹. Em média, Luziânia ofertava 13 lotes por habitante e Planaltina de Goiás 03 lotes por habitante (ver Tabela 2.5).

Tabela 2.5
Loteamentos, lotes e população total
Distrito Federal e Entorno Goiano*,1977

Municípios e Distrito Federal	Nº de loteamentos	Nº de lotes	População Total
Luziânia	300	250.000	32.807
Planaltina de Goiás	11	25.238	8.972

Fonte: GDF, PEOT, 1977.

*Notas: Os municípios que compõem o Aglomerado em 2000 são desmembramentos dos já existentes em 70.

O segundo plano foi proposto pelo governo federal, em 1977, intitulado Plano de Estruturação e Ordenamento Territorial do Distrito Federal- PEOT. Trata-se de um plano que propôs o direcionamento da expansão urbana e a localização dos novos assentamentos conciliando uso e ocupação do solo com o sistema viário, o abastecimento de água e o esgotamento sanitário. Com o PEOT consolidou-se o que viria a ser o principal vetor de crescimento urbano do Distrito Federal, estabelecido no quadrante sudoeste do território, dado que priorizou o adensamento das áreas de Taguatinga, Ceilândia e Samambaia e consolidou a expansão da mancha urbana para o entorno sul goiano. Ao final dos anos 80, foram elaborados o POUZO e o POT que apenas reforçaram o macrozoneamento presente no Decreto 163/62.

Se os municípios goianos limítrofes a Brasília foram a ‘solução’ para a população pobre e migrante, o plano de ocupação do solo da Bacia do Paranoá proposto por Costa em 1985, foi a ‘solução’ para as taxas de crescimento vegetativo da classe média e média alta. O estudo intitulado “Brasília 1957-1985-Do plano piloto ao Plano Piloto” é considerado por

²⁹ No município de Santo Antonio do Descoberto, o número de loteamentos nesse período era muito inferior aos observados em Luziânia e Planaltina, não havendo, portanto, disponibilidade de dados sobre este item. Para maiores informações, ver PEOT, 1977.

Campos (1986) como o marco institucional que rompeu com o quadro de segregação sócio-espacial de Brasília³⁰. Como resposta à segregação sócio-espacial, fruto das grandes distâncias entre a cidade núcleo e a periferia, Costa (1985) propõe a constituição de uma ‘cidade linear’, onde seriam construídas quadras residenciais³¹ com vistas a constituir uma ‘orla urbanizada’ ao longo dos principais eixos de transporte do Distrito Federal. O objetivo de tal iniciativa era o de atender as diversas demandas por moradia, ao mesmo tempo em que romperia com o polinucleamento de Brasília, com efeitos diretos na segregação espacial. Diz Costa,

A implantação de Brasília, partiu do pressuposto que sua expansão se faria através de cidades satélites, e não da ocupação urbana gradativa das áreas contíguas ao núcleo original. (...)Assim, a partir do surgimento precoce e improvisado das cidades satélites, prevaleceu até agora a intenção de manter entre estes núcleos e a capital uma larga faixa verde, destinada a uso rural. Tal abordagem teve como consequência positiva a manutenção, ao longo de todos esses anos, da feição original de Brasília. Mas, em contrapartida, a longa distância entre as satélites e o Plano Piloto isolou demais a matriz dos dois terços de sua população metropolitana que reside nos núcleos periféricos, além de gerar problemas de custo para o transporte coletivo. (COSTA, 1995, p.294).

Quanto à complementação do Plano Piloto, a autorização para a construção de novos setores habitacionais (Sudoeste, Noroeste, Octogonal e as novas Asas Residenciais Norte e Sul) e reorganização dos já existentes (Park Way, Vila Planalto e Vila Paranoá) permitiriam um maior adensamento das áreas circunscritas à Bacia do Paranoá. Contudo, a proposta de Lucio Costa considerou a ocupação do território como um todo somente a partir da lógica do crescimento de dentro para fora, ignorando o papel econômico e social que os assentamentos existentes tem na estruturação interna do Aglomerado Urbano de Brasília.

30 Segundo Campos (1988), o relatório de Lucio Costa de 1985 reflete a ruptura dos padrões de segregação sócio-espacial e produto das pressões por expansão urbana a ‘reboque’ dos interesses das classes média e média alta.

31 Costa (1985) propõe uma tipologia habitacional de blocos residenciais (pilotis e três pavimentos) e instalação dos complementos da moradia: lugar para jogos ao ar livre, destinação de espaços públicos de acordo com o ciclo de vida e fixa a densidade habitacional em torno de 500 hab/ha.

2.3.3 RESULTADOS: ORGANIZAÇÃO ESPACIAL E SEGREGAÇÃO

Pode-se afirmar que a fase de Consolidação do Aglomerado Urbano de Brasília aponta para a função dos municípios goianos, principalmente Luziânia, Santo Antonio do Descoberto e Planaltina de Goiás como subúrbios-dormitórios da cidade núcleo do Aglomerado. Ao mesmo tempo, apontou que a gênese da cidade horizontal, excessivamente desconcentrada e de altos custos sociais e urbanos, caracterizou a produção de solo urbano por meio do aprofundamento da segmentação espacial e no reforço do binômio habitar/trabalhar como efeitos da crescente dependência econômica do pólo gerador de empregos, localizado no centro principal (Brasília).

A articulação entre urbanização da economia regional, redistribuição populacional e os planos de ordenamento territorial, reconfigurou o típico modelo de urbanização centro-periferia aos moldes de uma estrutura urbana polinucleada, sem, contudo, romper com a polarização entre local de moradia e local de trabalho.. Das ações de gestão do território, destaca-se a proposta de adensamento populacional no interior da bacia do Paranoá, em 1985, que rompeu, na intenção do projeto, com o histórico processo de preservação da Bacia do Paranoá. Contudo, a efetividade da proposta de Costa fez-se sentir apenas no reforço da área da Bacia do Paranoá para a construção das novas áreas residenciais da classe média e média alta como a oferta de projeções para no Setor Residencial Sudoeste, no parcelamento do ParkWay e na abertura de novas terras para a implantação do bairro Águas Claras. A proposta de ocupação das margens dos principais eixos viários para a provisão de moradias não foi contemplada, dando lugar à estruturação de parte do território por meio da linha de transporte de massa metroviário. Os demais planos elaborados neste período apenas reforçaram o macrozoneamento desde o Decreto 163/1962.

Somam-se a esse contexto, as ações estatais, dos loteadores descapitalizados e os ‘recentes’ incorporadores imobiliários ao longo da década de 70 e 80, que se refletiram em quatro padrões de urbanização observados no Aglomerado Urbano de Brasília:

1. O primeiro corresponde ao sítio tradicional de Luziânia, Planaltina, Brazlândia e Santo Antonio do Descoberto, fruto da ocupação dos tempos coloniais que abriga as funções administrativas, comerciais e culturais;
2. O segundo padrão, pela sua natureza estatal, subdivide-se nos assentamentos populares, com elevada densidade habitacional em moradias unifamiliares ou multifamiliares com infra-estrutura básica, nos quais são percebidos um planejamento e um certo ordenamento territorial, como é o caso das cidades

satélites em Brasília e os distritos de Valparaíso de Goiás e Cidade Ocidental, em Luziânia;

3. Este padrão é específico do sitio da nova capital federal, com baixa densidade demográfica e concentração de equipamentos públicos de escala local e regional;
4. O quarto padrão de urbanização apresenta-se como produto da ação conjunta de loteadores descapitalizados e incorporadores imobiliários. Trata-se de um espaço urbano mesclado entre a malha em grelha, típica dos incorporadores imobiliários, e a ocupação alheia a qualquer forma de projeto urbanístico, observadas nos trechos das rodovias BR 0-40 e BR-060 entre Luziânia e Brasília, que ligam, de forma excêntrica, o centro à periferia.

2.4 FECHO DO CAPÍTULO

A análise do período de Implementação mostrou que, sob um contexto de fortes fluxos migratórios, as ações estatais foram determinantes para os processos de expansão territorial e de produção da segregação sócio-espacial, além do crescimento econômico da cidade e da região. As primeiras formas de provisão de moradia associaram a proximidade ao local de emprego à hierarquia funcional. Posteriormente, essas ações implementaram uma estrutura urbana polinucleada, ao mesmo tempo em que levaram a um duplo processo de formação das periferias: 1) em Brasília, imposta pelo Estado e, 2) no Entorno Goiano, implementada pelos loteadores. Em termos de segregação, observa-se uma estrutura urbana marcada pela polarização entre local de trabalho e de moradia para ampla maioria da população. Nesse sentido, a segregação é caracterizada, principalmente, pela dimensão sócio-espacial, dado que as cidades-satélites e os assentamentos nos municípios do Entorno Goiano, além das distâncias geográficas ao local de emprego, ainda careciam de equipamentos e serviços públicos básicos.

No período de Consolidação, sob um contexto de redirecionamento dos fluxos migratórios e consolidação da centralidade econômica e populacional em Brasília, as ações de gestão do território foram determinantes para os processos de aprofundamento da periferação. O que se observou foi a articulação entre as ações de restrição de uso e ocupação da Bacia do Paranoá com as que reforçavam a expansão territorial em direção a áreas periféricas cada vez mais distantes do centro de empregos. Como resultado, verificou-se a ‘adaptação’ do modelo de urbanização centro-periferia aos moldes de uma estrutura urbana fragmentada e dispersa. Em termos de segregação, o que se observou foi a ampliação da

polarização entre local de trabalho e de moradia, aprofundadas pelo aumento da apropriação dos recursos urbanos nas áreas mais centrais e ausência dos mesmos nas áreas cada vez mais periféricas e pobres. Nesse período, a segregação é aprofundada pela dimensão espacial, dado que à medida que se distanciava do Plano Piloto e da Bacia do Paranoá, ampliava-se a ausência de recursos urbanos, empregos e renda. O período de Expansão dá continuidade, reforça e dá novas nuances ao processo de segregação sócio-espacial observado.

3- GESTÃO DO TERRITÓRIO E A CONTINUIDADE DA SEGREGAÇÃO NO AGLOMERADO URBANO DE BRASÍLIA (1986-2000)

O objetivo deste capítulo é responder à segunda questão de pesquisa, que trata do papel da expansão periférica recente e seu papel no aprofundamento da segregação sócio-espacial na organização espacial do Aglomerado Urbano de Brasília. Para tal, embora a segregação tenha se apresentado como uma dimensão social das desigualdades espaciais, no caso da expansão do Aglomerado Urbano, as ações de gestão do território têm reforçado a sua dimensão espacial na estruturação do espaço metropolitano. De forma específica, a análise procura articular o contexto socioeconômico, aí incluídos o quadro político, a estrutura produtiva, o mercado de trabalho e os movimentos populacionais, como condicionante das ações de gestão do território. Esses processos teriam como resultado uma estrutura urbana caracterizada, entre outros traços, pelo reforço dos padrões de segregação sócio-espacial, observados nos períodos anteriores. A análise proposta se desenvolve a partir de estudos bibliográficos e quantitativos acerca dos condicionantes da expansão do Aglomerado Urbano de Brasília. Este capítulo inclui o período de Expansão (1986 a 2000).

3.1 CONTEXTO: ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS NA FASE DE EXPANSÃO

A fase de expansão de Brasília estende-se de 1986 a 2000. No âmbito nacional, o contexto socioeconômico é caracterizado por sucessivos quadros de crise econômica. A modernização dos setores produtivos, associada a uma maior integração ao mercado internacional reforçou as desigualdades sociais geradas pelo ‘surto’ desenvolvimentista do período militar, ampliando, sobremaneira, a fórmula subemprego e desemprego nas principais cidades brasileiras.

Ao longo da década de 80, no contexto de paralisia do investimento industrial, o maior grau de abertura da economia nacional estimulou de formas distintas a articulação das economias regionais, com importantes rebatimentos sobre a urbanização. Esse período foi marcado pelo crescimento econômico desarticulado das economias regionais com o surgimento de *ilhas de produtividade*, voltadas, em sua ampla maioria, para o comércio exterior, estimulando a maior heterogeneidade da estrutura produtiva nacional e aprofundando as desigualdades inter e intra-regionais (IPEA, 2002, p.35-36). Segundo Cidade (2003), embora a região Centro-Oeste tenha se tornado a nova fronteira agrícola do país, o modelo

adotado privilegiou a modernização do setor e integração competitiva, acentuando ainda mais o desemprego, a miséria e as migrações em direção às cidades grandes (CIDADE, 2003, p.172).

Quanto ao cenário político, em 1988, com a promulgação da Constituição Federal³², o país vivia a fase da redemocratização e de descentralização administrativa. No início da década de 90, o contexto econômico era de estabilidade inflacionária e baixo dinamismo da economia. O cenário era o de desmantelamento, em nível federal, do planejamento e da própria capacidade de intervenção do Estado. Quanto ao cenário social, destaca-se nesse período um arrefecimento do processo de pauperização nas regiões metropolitanas brasileiras. O impacto ‘distributivo’ do Plano Real³³ desencadeou um processo de acomodação momentânea dos índices de condição de vida urbana devido, em parte, ao restabelecimento da capacidade de intervenção estatal e retomada do financiamento de obras públicas, com melhorias nas condições de acesso a serviços públicos (educação, saúde, transporte) e infraestrutura básica (água e esgoto). A proporção de pobres³⁴ declinou de 45%, em 1993, para 31% em 1995 (ROCHA, 2000, p. 02). Contudo, mesmo com a ‘diminuição’ da trajetória ascendente da pobreza nos grandes centros, persiste o histórico processo de concentração de renda e difusão da pobreza pelo território. Nesse contexto, ocorre o aprofundamento da periferização das grandes cidades, ao mesmo tempo em que se observa a mudança no conteúdo social das áreas periféricas, principalmente em função da mobilidade residencial dos grupos sociais de média a alta renda em direção aos condomínios horizontais (RIBEIRO e LAGO, 1994; ROCHA, 2000).

No contexto local, Brasília, pela nova Constituição Federal, ganha autonomia política e administrativa, com governador eleito por meio de pleito direto. Com a instituição do Poder Executivo local, tem-se a estruturação do Legislativo e do Judiciário. A existência de uma Câmara Legislativa Distrital, com representantes eleitos por pleito direto, indica tendências a mudanças substanciais nas ações de gestão do território.

³² Dentre as inovações propostas pela Constituição de 1988, destacam-se o capítulo sobre política urbana e o novo modelo federativo baseado na descentralização das competências para três entes federativos: município, Estado e União.

³³ O Plano Real constitui-se em um programa de estabilização posto em prática a partir de 1994, que utilizou a âncora cambial como mecanismo para lograr a estabilidade dos preços (CARNEIRO, 2002, p.357-359).

³⁴ Sobre este aspecto ver Sonia Rocha - “Do consumo observado à linha de pobreza no Brasil”, revista Planejamento, Pesquisa Econômica, nº 27. IPEA/DIPES.

MOVIMENTOS DA POPULAÇÃO

Nesse contexto, os movimentos populacionais apresentaram mudanças significativas em sua composição, sentido e direção. As migrações de longa distância e de origem rural em direção aos grandes centros urbanos apresentaram um certo arrefecimento, enquanto os movimentos com origem urbana e destino urbano tiveram um crescimento de 20% (IBGE, 2003, p.25), caracterizando uma nova fase nos deslocamentos populacionais no país. Se no período desenvolvimentista, os fluxos eram rural-urbano, recentemente a ampla maioria dos fluxos migratórios é intra-regional e intrametropolitanos (IBGE, 2003).

O Aglomerado Urbano de Brasília dialoga com o contexto nacional. Observa-se, principalmente a partir da segunda metade da década de 70, o redirecionamento dos fluxos migratórios. No período de 80/96, as maiores taxas de crescimento se apresentaram nos municípios limítrofes ao DF, com destaque para os municípios de Planaltina de Goiás e Sto. Antonio do Descoberto, que se comparadas à média brasileira do período de 91/96 (1,4%), pode-se ter uma dimensão da intensidade do processo de crescimento do entorno do DF (ver Tabela 3.1).

Tabela 3.1
Taxa de Crescimento Médio Anual
Aglomerado Urbano de Brasília*, 1980,1991 e
1996

Municípios e Distrito Federal	1980/1991	1991/1996
Distrito Federal	2,84	2,6
Luziânia**	11,17	9,04
Planaltina	6,07	9,56
Sto. Antonio do Descoberto***	9,74	9,45
Total AUB	7,455	7,6625

Fonte:IBGE, Censos Demográficos 1970 (elaboração do autor)

Notas: *Os municípios que compõem o Aglomerado Urbano de Brasília em 2000 são desmembramentos dos existentes em 1970

** A partir de 1997, os distritos de Valparaíso e Cidade Ocidental foram desmembrados do município de Luziânia

*** Em 1997, Águas Lindas de Goiás foi desmembrada do município de Sto. Antonio do Descoberto

A análise das taxas de crescimento da população reforça os indícios de que houve uma consolidação das tendências de periferização no Aglomerado Urbano de Brasília, observadas desde a sua formação. O Distrito Federal apresenta características de consolidação demográfica e econômica, enquanto os demais municípios encontram-se em dois estágios

distintos: 1) o centro urbano antigo de Luziânia consolidado e de pouca expansão territorial e, 2) em Planaltina de Goiás, Sto. Antonio do Descoberto e em parte de Luziânia encontram-se em estágios de expansão urbana.

Um dos fatores principais para as elevadas taxas de crescimento nos municípios goianos deve-se aos fortes fluxos de emigração com origem em Brasília. Observa-se no Aglomerado, entre 80 a 96, duas trajetórias distintas e complementares: a) no Distrito Federal, a trajetória das taxas de crescimento demográfico é descendente e contínua, em ritmo menos intenso e, b) nos municípios goianos, a trajetória das taxas é ascendente e contínua e em ritmo mais intenso (média de 8,96% ao ano e saldo migratório de 13 mil pessoas ao ano).

Conforme se observou desde a década de 70, os municípios do Entorno Goiano consolidaram-se como áreas receptoras de emigrantes de Brasília. Entre 1986 e 1991, o município de Luziânia recebeu cerca de 110 mil imigrantes e exportou apenas 11.593 emigrantes, consolidando um saldo migratório de 98.670 pessoas. Já os municípios de Planaltina de Goiás e Sto. Antonio do Descoberto apresentaram 19.498 e 18.600 imigrantes respectivamente (CUNHA e BAENINGER, 2000, p.59). Entre 91 e 96, Luziânia e Planaltina apresentaram decréscimo no volume de imigrantes (58 mil pessoas em Luziânia e 12.951 em Planaltina). O maior volume de imigrantes ocorreu em Sto. Antonio do Descoberto, com cerca de 56.429 imigrantes (,CUNHA e BAENINGER, 2000, p.60).

Nos períodos recentes, de 1995 a 2000, Brasília exportou 80.550 pessoas para os municípios goianos do Aglomerado Urbano, dos quais cerca de 42% passaram a residir em Águas Lindas de Goiás (ver Tabela 3.2). Esse quadro é representativo de uma tendência que já vinha tomando forma desde a década de 70, no sentido de reforçar a desconcentração demográfica em Brasília que, na década de 80 e em parte de 90, foi acelerada por fatores associados à crise econômica. A periferização continuada e a intensidade da migração intrametropolitana potencializaram ainda mais a expansão da mancha urbana e estabeleceram uma relação entre o processo de redistribuição populacional e a incorporação dos municípios vizinhos à dinâmica metropolitana, de forma a integrar e coordenar os mais diversos fluxos (mão-de-obra, mercadorias, etc). Recentes estudos da CODEPLAN (2003) sobre a mobilidade populacional no Entorno Goiano indicam como fator de expulsão populacional os elevados custos de moradia em Brasília³⁵.

³⁵ Sobre este aspecto ver o estudo intitulado: Brasília e sua região polarizada-perfil sócio econômico e demográfico da População e as relações entre o Distrito Federal e Entorno. Brasília, CODEPLAN, 2003.

Tabela 3.2
Emigração segundo o local de residência
anterior(DF)
Aglomerado Urbano de Brasília,1995-2000

Municípios e Distrito Federal	Residência Anterior	
	DF	
	Absoluto	Relativo
Distrito Federal
Luziânia	11.828	14,68
Valparaíso de Goiás*	10.942	13,58
Novo Gama*	8.476	10,52
Cidade Ocidental*	5.449	6,76
Águas Lindas de Goiás*	33.448	41,52
Planaltina	5.594	6,94
Sto. Antonio do Descoberto	4.813	5,98
Total AUB	80.550	100,00

Fonte: IBGE, Censos Demográficos 1991,2000 e Contagem Populacional 1996 (elaboração do autor)

Notas: *Municípios instalados em 1997

Com relação à mobilidade populacional interna ao Distrito Federal, a pesquisa de Origem e Destino (CODEPLAN, 2003b) aponta para o acentuado processo de emigração da RA de Brasília em direção às RA's de Taguatinga, Sobradinho, Núcleo Bandeirante, Ceilândia, Cruzeiro, Lago Sul e Lago Norte (ver APÊNDICE E). Esse processo indica, por um lado, novas frentes de expansão imobiliária (Taguatinga, Águas Claras e condomínios irregulares em áreas rurais, por exemplo) e, por outro, caracteriza a RA de Brasília como uma área altamente expulsora de população, dado que o saldo migratório e a taxa de crescimento demográfico são negativos. Contudo, esta mesma Região Administrativa apresenta um dos maiores volumes de imigração, com cerca de 29.900 imigrantes de outros Estados, o que a caracteriza também como área de elevada rotatividade populacional. Com relação aos fluxos imigratórios de maior volume, cuja origem são outras RA's, destacam-se Taguatinga, Cruzeiro, São Sebastião, Lago Sul e Norte ,caracterizando-as como áreas receptoras de grande parte da população que se move no interior de Brasília³⁶. Dentre os fluxos nas áreas receptoras, destaca-se a RA de São Sebastião, que tem recebido emigrantes provindos das RA's de Brasília e do Lago Sul. Uma das hipóteses para essa mobilidade residencial é a profusão de condomínios irregulares de classe média nas áreas rurais da RA de destino.

³⁶ Segundo dados da Codeplan (2003b), há relações entre distância geográfica da RA de Brasília e ampliação dos volumes de imigração de população de outros Estados. As cidades satélites mais periféricas (RA's do Gama, de Planaltina, Samambaia, Santa Maria, Recanto das Emas, Planaltina e Ceilândia) têm se caracterizado com áreas receptoras de fora, para onde se dirige grande parcela dos fluxos populacionais originários de fora do Distrito Federal.

A mobilidade populacional no interior do Distrito Federal, observada no período de Expansão, indica a reprodução, na escala micro, da dinâmica migratória do Aglomerado Urbano como um todo. A dinâmica populacional apresenta-se como um movimento centrífugo, com direção e sentido rumo às áreas periféricas ao centro principal (RA de Brasília), consolidando a tendência de periferização e acentuando os novos arranjos no binômio habitar-trabalhar ou estudar.

A mudança de rumo dos deslocamentos, regionais e intrametropolitanos, que passaram de longa distância e com direção a Brasília para os deslocamentos de curta distância, com origem em Brasília e destino aos municípios goianos do Aglomerado Urbano, significa que, em termos de continuidade da segregação, os movimentos populacionais configuraram-se como contrapartida sócio-demográfica às ações de gestão do território em Brasília, observadas desde a década de 60.

Por fim, a análise sugere a existência de uma relação de causalidade entre migração intrametropolitana e intensificação da mobilidade pendular entre a periferia e o Distrito Federal. A ligação entre estes dois tipos de movimentos é comprovada pelas elevadas taxas de emigração do DF, sem, no entanto, serem acompanhadas da redistribuição de atividades econômicas para os locais de moradia da população migrante. Soma-se a esse contexto, a ampliação das desigualdades sociais, dado que a ampla maioria da população emigrante do DF se dirigiu aos loteamentos, em sua maioria em áreas rurais, ofertados principalmente nos municípios de Luziânia, Valparaíso de Goiás e Santo Antonio do Descoberto, consolidando o quadro de dependência econômica em relação ao Distrito Federal.

ATIVIDADES ECONÔMICAS E DESIGUALDADE

O quadro de dependência econômica em relação a Brasília observada com a dinâmica demográfica das diferentes áreas do Aglomerado Urbano de Brasília pode ser visualizado pela sua dinâmica econômica.

ESTRUTURA PRODUTIVA

Ao longo da década de 90, a economia do Aglomerado Urbano de Brasília mantém-se fortemente concentrada no Distrito Federal³⁷. Segundo dados do IBGE sobre o Produto Interno dos Municípios-PIB Municipal 1999-2003, o Distrito Federal em relação aos municípios do Aglomerado detém um PIB per capita 5 vezes maior que a média do PIB no Aglomerado Urbano e do segundo melhor PIB do ranking (ver Tabela 3.3). Dentre as componentes que tem maior peso na composição do PIB, Brasília apresenta concentração no setor de serviços, com cerca de 44,06 % do seu PIB corresponde à participação deste setor.

Tabela 3.3
Distribuição do PIB per capita
Aglomerado Urbano de Brasília, 1999

Município e Distrito	PIB per capita
Distrito Federal	16.631
Luziânia	3.014
Valparaíso de Goiás*	2.046
Novo Gama*	1.282
Cidade Ocidental*	1.564
Águas Lindas de Goiás*	1.222
Planaltina	1.913
Sto. Antonio do Descoberto	1.331
Total AUB	3.625

Fonte: IBGE, Produto Interno Bruto dos Municípios-1999-2003

Notas: *Municípios instalados em 1997

O processo de urbanização das economias é concomitante com a dinâmica populacional observada. Em consequência, pode-se afirmar que a estrutura produtiva segue as tendências de urbanização e tende a se tornar mais complexa. Em outras palavras, a urbanização demográfica é acompanhada da ampliação do setor terciário nas economias locais. Diante da frágil base econômica do Aglomerado Urbano, Brasília continua a exercer forte polarização econômica, principalmente pela concentração em seu território dos empregos, serviços e equipamentos urbanos, consolidando a estrutura do Aglomerado como monocêntrica e terciária.

³⁷ Os setes maiores PIB's municipais são: São Paulo (São Paulo), Rio de Janeiro (Rio de Janeiro), Brasília (Distrito Federal), Belo Horizonte (Minas Gerais), Manaus (Amazonas), Curitiba (Paraná) e Porto Alegre (Rio Grande do Sul), respectivamente.

A estrutura produtiva no Aglomerado Urbano de Brasília é fortemente influenciada pela presença da capital federal. Os indicadores populacionais e de geração de empregos e renda de Brasília predominam sobre as demais unidades espaciais do Aglomerado – no caso, municípios - e demonstram o seu grau de centralidade. A função administrativa exercida pelo Distrito Federal e a concentração de renda, de atividades econômicas e de população, são responsáveis pela principal especificidade da estrutura produtiva e do mercado de trabalho do Aglomerado Urbano de Brasília: a grande participação do setor terciário na economia regional.

MERCADO DE TRABALHO E SEGMENTAÇÃO

Uma breve análise da PEA³⁸, nas décadas de 80,90 e 2000 demonstra que houve uma significativa redução de pessoas ocupadas no setor primário no Aglomerado, confirmando as tendências de urbanização da economia observadas desde a sua formação. Comparando-se as três décadas, observa-se que no Aglomerado Urbano de Brasília, o setor primário apresentou elevada redução das pessoas ocupadas no setor primário, passando de 38,49%, em 80 a 3,80% em 2000 (ver Tabela. 3.4). Em 80, o município que apresentou maior participação da PEA no setor primário foi o de Planaltina de Goiás (90,10%), seguido por Luziânia (22,91%).

Tabela 3.4
Percentual de pessoas ocupadas segundo o setor de atividade,
Aglomerado Urbano de Brasília,1980-2000

Municípios Distrito	Ano e pessoas ocupadas segundo o setor								
	1980			1991			2000		
	Primário	Secundário	Terciário	Primário	Secundário	Terciário	Primário	Secundário	Terciário
Distrito Federal	2,46	16,85	80,69	2,36	5,13	92,51	1,79	13,14	85,06
Luziânia	22,91	24,08	53,01	7,14	6,36	86,50	7,83	22,92	69,26
Valparaíso de Goiás*	1,12	18,84	80,04
Cidade Ocidental*	3,66	14,45	81,89
Novo Gama*	2,15	23,80	74,05
Águas Lindas de Goiás*	2,00	27,01	71,00
Santo Antonio do Descoberto	11,71	7,96	80,33	5,93	25,08	68,99
Planaltina de Goiás	90,10	2,79	7,12	10,86	5,38	83,75	5,92	21,69	72,39
Total AUB	38,49	14,57	46,94	8,02	6,21	85,77	3,80	20,87	75,33

Fonte: IBGE, Censos Demográficos 1980, 1991 e 2000 (elaboração do autor)

Notas: * Municípios instalados em 1997

... : Dados não disponíveis

³⁸ Entenda-se por PEA como sendo a População Economicamente Ativa. Trata-se da parcela da População em Idade Economicamente Ativa-PIA que está ocupada ou desempregada. Para maiores detalhes ver Nota Técnica 01/2003 da Fundação SEADE e DIEESE.

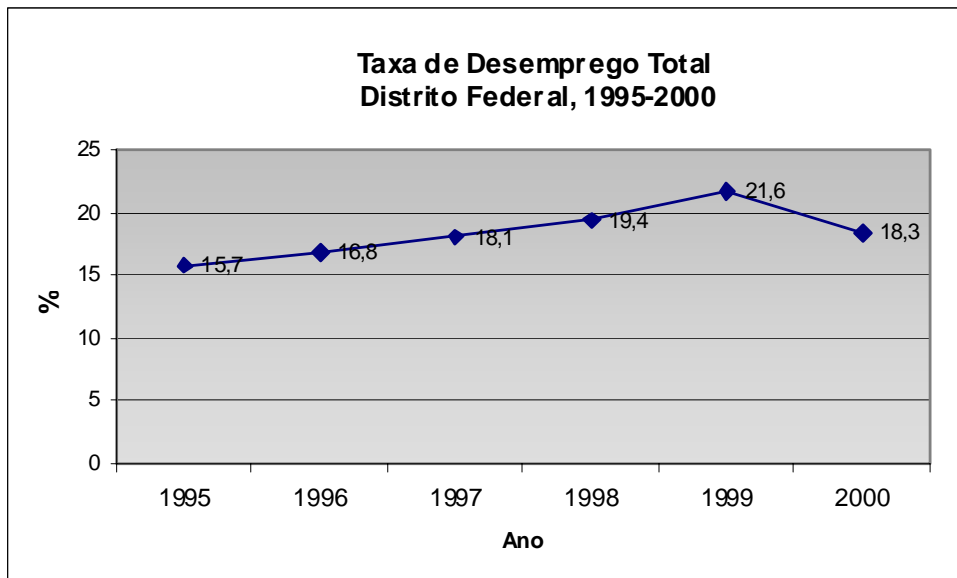
Pode-se observar na tabela acima, por meio da dinâmica da composição do mercado de trabalho, que Luziânia ainda apresenta uma estrutura produtiva baseada na produção agropecuária, dado que este setor de atividade, mesmo que em queda, apresenta a maior participação, em 2000, da população ocupada do Aglomerado Urbano, superando municípios tipicamente rurais como Santo Antonio do Descoberto. Uma possível hipótese é a tecnificação da produção agrícola, que acaba por gerar demandas por comércios de implementos agrícolas (sementes, equipamentos, etc.) e serviços de assistência técnica especializada que continuam a empregar parcela da população nesse setor de atividade. A diminuição do setor terciário na economia de Luziânia, entre 1991 e 2000, pode ser associada aos desmembramentos dos distritos de Valparaíso, Cidade Ocidental e Novo Gama ocorridos ao longo da década.

Outra alteração é o aumento entre 1980 e 2000 da população ocupada no setor secundário da economia no Aglomerado Urbano de Brasília. À primeira vista, esse aumento pode indicar que o setor terciário tem ‘alavancado’ a produção de bens de consumo durável e não-durável para o atendimento do crescente mercado consumidor. Contudo, não é possível afirmar tal tendência, sendo necessário um estudo mais aprofundado da composição do mercado de trabalho e da estrutura produtiva, dado que o aumento, principalmente no Distrito Federal, Luziânia, Águas Lindas de Goiás e Planaltina de Goiás, pode indicar o reaquecimento da indústria da construção civil e da indústria de transformação, com vistas ao atendimento ao mercado consumidor decorrente da urbanização da economia do Aglomerado Urbano de Brasília.

Paviani (2003) aponta que a consolidação de Brasília, caracterizada com a desmobilização dos empregos gerados na construção civil, e a conclusão de grande parte das transferências de funcionários públicos para o Plano Piloto foram determinantes para a mudança no quadro de ocupações e os sucessivos aumentos nas taxas de desemprego do Distrito Federal. Em 1995, o Distrito Federal apresentou uma taxa de desemprego de 15,7% da PEA, já em 1998, mesmo com a estabilização econômica proporcionada pelo Plano Real, a taxa alcançou 19,4% da PEA, passando em 2000 a 18,3% (ver Gráfico 3.1). Segundo Paviani (2003), a ação conjunta de políticas de ajuste por parte do Estado, como a mudança da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), associadas às ações das empresas na redução do seu quadro de funcionários e na adoção de tecnologias poupadoras de mão de obra,

contribuíram para a ampliação, não só em nível local, como também em nível nacional das taxas de desemprego³⁹.

Gráfico 3.1



Fonte: PED (Convênio Secretaria de Trabalho,
Direitos Humanos e

No entanto, mesmo com a melhora nos índices de ocupação do Distrito Federal, não se pode afirmar que a realidade intra-urbana seja homogênea. Dados da pesquisa de Emprego e Desemprego -PED do DIEESE apontam que há uma correlação direta entre renda, desemprego e localização espacial (ver Tabela 3.5). A ocorrência nos três estratos pesquisados demonstra uma relação direta entre o grupo de menor renda com elevadas taxas de desemprego⁴⁰.

A distribuição espacial das taxas de desemprego revela em que medida o local de moradia é mais um componente do processo de segregação sócio-espacial por determinar,

³⁹ A partir deste momento, a análise do mercado de trabalho será focada no Distrito Federal. A principal justificativa para tal opção analítica deve-se ao fato do DF concentrar 96% do emprego formal do Aglomerado Urbano de Brasília. As demais cidades apresentam os seguintes graus de participação: Luziania, com 1,65%, Valparaíso (0,66%), Planaltina de Goiás (0,35%), Novo Gama (0,34%) Águas Lindas de Goiás (0,33%), Santo Antonio do Descoberto (0,29%) e Cidade Ocidental (0,25%). Em segundo lugar, tal opção deve-se à disponibilidade de dados da DIEESE para o DF.

⁴⁰ A PED tem como unidade amostral o domicílio das áreas urbanas das 19 Regiões Administrativas do Distrito Federal. As informações obtidas são agrupadas da seguinte forma:

Grupo 1 - Brasília, Lago Sul e Lago Norte (Grupo de renda mais alta);

Grupo 2 - Gama, Taguatinga, Sobradinho, Planaltina, Núcleo Bandeirante, Guará, Cruzeiro, Candangolândia e Riacho Fundo (Grupo de renda intermediária);

Grupo 3 - Brazlândia, Ceilândia, Samambaia, Paranoá, São Sebastião, Santa Maria e Recanto das Emas. (Grupo de renda mais baixa).

segundo Paviani (2003) a qualidade de vida e o reforço das injustiças sociais que apontam para uma espécie de ‘apartação social’ (PAVIANI, 2003, p.30).

Tabela 3.5
Taxas de desemprego por tipo e por grupos de regiões
Distrito Federal - 1992 a 2005

Período	Taxas de desemprego (DES/PEA) (%)			
	Total	Por grupo de regiões administrativas		
		Grupo 1	Grupo 2	Grupo 3
1995	15,7	4,8	13,6	18,3
1996	16,8	8,2	16,0	20,7
1997	18,1	8,0	15,1	20,3
1998	19,4	8,0	17,8	24,6
1999	21,6	10,7	19,1	26,8
2000	18,3	8,1	19,5	28,4

Fonte: Convênio: DIEESE/SEADE-SP/MTE-FAT/STb-GDF. PED-DF -

Em linhas gerais, pode-se observar no Aglomerado Urbano de Brasília, que o reforço da diferenciação e segmentação sócio-espacial tem como base a extrema concentração de empregos formais no Distrito Federal. As elevadas taxas de crescimento demográfico dos municípios goianos componentes do Aglomerado não foram acompanhadas pela oferta de novos postos de trabalho, nem pela dotação de infra-estrutura necessária para o reforço do setor secundário da economia. Ao contrário, as ações priorizaram atender as demandas da agricultura intensiva e tecnificada e do processo de urbanização dos núcleos urbanos mais antigos.

A análise sugere que a articulação, no Aglomerado Urbano de Brasília, entre estrutura produtiva debilitada e o mercado de trabalho em transformação com a concentração espacial de empregos, em Brasília, e a distribuição dispersa da população, nas cidades-satélites e municípios goianos, reforçam o gradiente descendente do centro para a periferia de acesso ao mercado de trabalho e renda. Como indicador da mudança na composição do mercado de trabalho do Aglomerado, o conjunto de pessoas ocupadas no setor de serviços e comércio corresponde, em 2003, a 48,21% do total, que acrescidas da administração pública corresponde a cerca de 88% da população ocupada. A forte presença do Estado no processo de urbanização do Aglomerado Urbano é observada pelo quadro ocupacional de todos os seus municípios e Distrito, com participação média de 40% nos municípios recentemente instalados (Valparaíso de Goiás, Cidade Ocidental, Novo Gama e Águas Lindas) e cerca de

60% em Sto. Antonio do Descoberto. A articulação desses fatores à extrema dependência dos transportes para acesso aos pólos geradores de emprego é uma das facetas do processo de metropolização que o Aglomerado Urbano vem experimentando nas últimas décadas.

3.2- AÇÕES DE GESTÃO DO TERRITÓRIO

Na fase de expansão do Aglomerado Urbano de Brasília, a realidade social e econômica continua, de certa maneira, influenciando as ações de gestão do território propostas e colocadas em prática. No âmbito regional, a gestão do território de Brasília é caracterizada, no final da década de 80, pela profusão de planos de desenvolvimento regional, principalmente de iniciativa do governo federal, destacando-se o Programa Dom Bosco, cujo objetivo era atuar na ampliação e na diversificação do mercado de trabalho na região do Entorno do Distrito Federal. Em 1990, o PROENTORNO, de iniciativa do governo de Goiás, foi elaborado, mas, acabou não sendo implementado por questões políticas e econômicas.

A crescente participação da problemática urbana nas agendas políticas dos governos federal e estadual da área de influência do Distrito Federal culminou, na década de 90 com a criação, em 1995, pelo governo federal, da Secretaria do Entorno de Brasília e Nordeste goiano e, em 1997, com a criação da figura jurídico administrativa da Região de Desenvolvimento do Entorno de Brasília-RIDE⁴¹.

Uma das ações que afetaram a estruturação intra-urbana do Aglomerado foi o tombamento do sítio da capital federal no final da década de 80. Com o discurso de preservar e assegurar o cumprimento dos princípios urbanísticos e arquitetônicos do Plano Piloto, o tombamento de Brasília como patrimônio cultural da humanidade apresenta dois aspectos correlacionados. O primeiro refere-se à proteção das características morfológicas da cidade que consolidou todo um processo histórico de contenção da ocupação das terras internas à Bacia do Paranoá⁴². O segundo aspecto se refere à articulação entre a pouca diversidade de

⁴¹ RIDE significa "Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno". Foi criada pela Lei Complementar nº 94, de 19 de fevereiro de 1998 e regulamentada pelo Decreto nº 2.710, de 04 de agosto de 1999, alterado pelo Decreto nº 3.445, de 4 de maio de 2000. Já a COARIDE é o Conselho Administrativo da RIDE, criado pela mesma Lei Complementar que criou a RIDE, cujo objetivo é coordenar as atividades a serem desenvolvidas pela RIDE. Este é composto de representantes do Governo Federal, do Distrito Federal e dos Estados e Municípios que integram a região.

⁴² Flósculo e Günther (2003) apontam que a relação entre o tombamento de Brasília e a 'onda liberalizante' do Brasília Revisitada de Lucio Costa colocou a questão do tombamento em uma situação ambígua: se constituiu em uma área tombada e, ao mesmo tempo, modificável, síntese das medidas urbanísticas contraditórias características

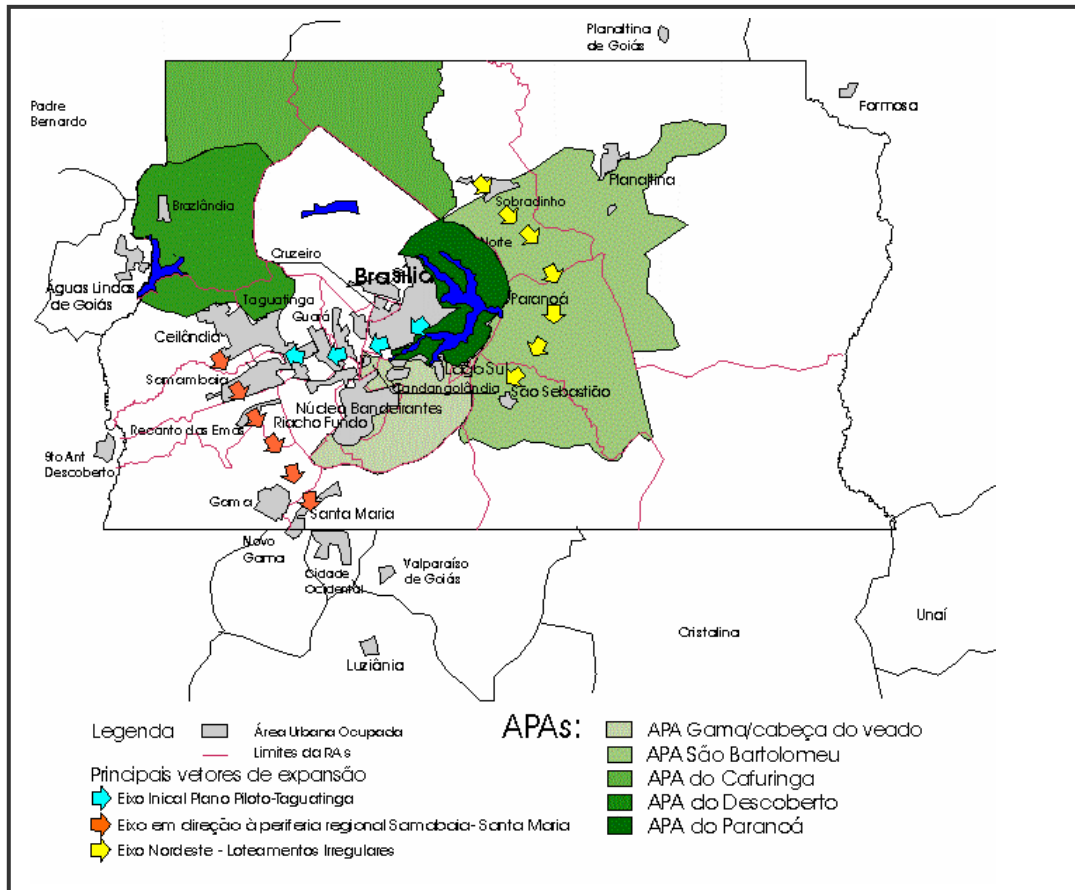
tipologias habitacionais e a trajetória ascendente dos preços dos imóveis no Plano Piloto e áreas vizinhas como estratégia de preservação das escalas e densidades do Plano Piloto e da Bacia do Paranoá⁴³.

Seguindo as diretrizes da Constituição Federal, que determina a elaboração de plano diretor para os municípios com mais de 20 mil habitantes, foi elaborado o Plano Diretor de Ordenamento Territorial-PDOT em 1997. O plano destaca-se por reconhecer a organização espacial de Brasília em dois eixos de expansão: eixo sudoeste e eixo nordeste. Conforme indicado no Mapa 3.1, o primeiro eixo é o sudoeste, compreende o zoneamento das áreas de dinamização urbana, estende-se ao sul da BR-251, a leste da DF-001 e DF-095 e ao longo da rodovia BR-040 (DF-003). Nesse eixo se localizam a área de conurbação das cidades de Taguatinga, Ceilândia e Samambaia, que seria materializada na figura de um centro econômico regional. Outra ação de reforço desse eixo foi a construção das cidades satélites de Riacho Fundo, Santa Maria e o adensamento demográfico da cidade de Samambaia. Já o eixo nordeste desenvolve-se em torno da porção norte da EPCT, em direção à Região Administrativa de São Sebastião. Caracteriza-se por uma ocupação mais rarefeita e heterogênea do espaço, dado que compreende grandes porções de terra de uso rural recentemente ocupadas por condomínios de classe média irregulares (ver Mapa 3.1).

dos planos de ordenamento posteriores na consolidação da 'metrópole populista' (FLÓSCULO E GÜNTHER, 2003, p.140).

⁴³ Segundo estudos sobre o mercado de terras em Brasília e nos municípios goianos (MOTTA e DONOVAN, 2005), o diferencial do preço de solo entre as terras do interior da Bacia do Paranoá e as demais áreas do Distrito Federal e municípios goianos selecionados é, em média, 200 vezes superior. A variação dos preços se relaciona à proximidade geográfica ao centro de empregos (RA de Brasília).

Mapa 3.1
Distribuição espacial e vetores de expansão urbana
Agglomerado Urbano de Brasília ,2000



Fonte: Adaptado de Caiado, 2001

3.3- RESULTADOS: ORGANIZAÇÃO ESPACIAL E SEGREGAÇÃO NA ESCALA DA AGLOMERADO URBANO

A análise do período de Expansão mostra que o contexto de redistribuição populacional (pobres em direção às periferias e dos grupos de média a alta renda, ao redor da Bacia do Paranoá) levou a ações estatais de revisão do modelo polinucleado com vistas a consolidar a periferia regional como área de conurbação. Ao mesmo tempo, observou-se na porção nordeste de Brasília, a proliferação de loteamentos irregulares em áreas rurais, consolidando-se como opção habitacional para a classe média local e a localização de assentamentos irregulares de grupos de baixa renda como Itapuã, Vila Estrutural e Vila Varjão em áreas de proteção ambiental, mas próximas ao Plano Piloto. Essas ações reforçaram o processo de periferização, dado que a ocupação, pela classe média, de áreas

rurais próximas ao centro de empregos acaba por encerrar as oportunidades de acesso, pela população pobre, a solo urbano nas proximidades do Plano Piloto.

Em conseqüência, essas ações levaram a constituição de uma estrutura urbana monocêntrica e diferenciada em três cenários urbanos distintos e funcionalmente inter-relacionados: 1) o primeiro é capitaneado pelo Plano Piloto e compõe-se do polígono do tombamento e áreas adjacentes (Guará, SIA, Lagos e condomínios irregulares) com concentração de empregos, serviços e equipamentos públicos, com elevada rotatividade populacional e baixa densidade demográfica, 2) o segundo caracteriza-se como uma área intermediária, capitaneada por Taguatinga e Ceilândia, com uma certa autonomia em relação ao Plano Piloto, no que se refere a empregos e acesso a serviços e equipamentos públicos, com elevada densidade demográfica e rotatividade populacional e, 3) o terceiro é capitaneado por Luziânia e Valparaíso de Goiás, caracteriza-se por ser uma área mais periférica e heterogênea, sendo marcado pela mescla de uso rural e urbano e em franco processo de expansão demográfica e territorial, com predominância de população migrante e pobre, dependentes de Brasília para acesso ao mercado de trabalho e aos equipamentos e serviços públicos.

Em termos de segregação, a organização espacial resultante tende a estabelecer variados graus de continuidade da segregação sócio-espacial no Aglomerado Urbano. No período de Expansão, na escala do conjunto urbano, a segregação consolida as suas dimensões espaciais como fator de clivagem social, principalmente no que se refere à relação entre localização residencial e grupos sociais: quanto mais próximos do Plano Piloto, maior é a presença de grupos sociais de média a alta renda, maiores são os valores dos imóveis e da terra urbana e menor é a densidade demográfica. Quanto mais distante maior é a participação dos pobres e maiores são as densidades demográficas. Na escala micro, ou intra-urbana, a segregação acentua a sua dimensão social, dado que a apropriação dos recursos urbanos como saneamento básico, equipamentos e serviços públicos ainda se faz de forma desigual e excludente.

3.4 FECHO DO CAPÍTULO

No período de Expansão, sob um contexto de redirecionamento dos fluxos migratórios e consolidação da centralidade econômica e populacional em Brasília, as ações de gestão do território foram determinantes para os processos de aprofundamento da periferização. O que se observou foi a articulação entre as ações de restrição de uso e ocupação da Bacia do

Paranoá com as que reforçavam a expansão territorial em direção a áreas periféricas cada vez mais distantes do centro de empregos. Como resultado, verificou-se a ‘adaptação’ do modelo de urbanização centro-periferia aos moldes de uma estrutura urbana fragmentada e dispersa. Em termos de segregação, o que se observou foi a ampliação da polarização entre local de trabalho e de moradia, aprofundadas pelo aumento da apropriação dos recursos urbanos nas áreas mais centrais e ausência dos mesmos nas áreas cada vez mais periféricas e pobres. Nesse período, a segregação é aprofundada pela dimensão espacial, dado que à medida que se distanciava do Plano Piloto e da Bacia do Paranoá, ampliava-se a ausência de recursos urbanos, empregos e renda.

Por fim, a segregação sócio-espacial observada desde a formação do Aglomerado Urbano de Brasília até a segunda metade da década de 80 apresentou-se como resultante do modelo periférico de urbanização adotado. Contudo, nas duas últimas décadas, os efeitos do contexto socioeconômico e político têm demonstrado que a histórica trajetória da segregação apresenta nuances nos padrões de desigualdades sócio-espaciais que pedem um estudo que explore dimensões que podem enriquecer a análise até aqui desenvolvida. As análises até então realizadas trataram de estabelecer relações entre o contexto, em particular os condicionantes econômicos, no campo da estrutura produtiva e do mercado de trabalho, as ações de gestão do território e a reprodução das desigualdades sócio-espaciais no Aglomerado Urbano de Brasília. Com vistas a integrar as duas análises até então realizadas, o capítulo seguinte objetiva descrever, na escala metropolitana, a estrutura social⁴⁴ com variáveis que permitem mostrar a posição relativa dos indivíduos por meio de uma proxy da estrutura social, combinando a variável ocupação com outras como escolaridade e renda. De forma específica, ao apresentar a estrutura social do Aglomerado Urbano de Brasília, a análise explora as relações entre o posicionamento do indivíduo na hierarquia social e os graus de acessibilidade e apropriação aos recursos urbanos, articulando fatores como condições de moradia, cor ou raça dentre outros, entendidos como importantes elementos da segregação sócio-espacial.

⁴⁴ Sobre a definição de estrutura social, ver APÊNDICE B.

4 -A ESTRUTURA SOCIAL E A DESIGUALDADE

O objetivo deste capítulo é responder a terceira questão de pesquisa, que trata do papel da estrutura social na reprodução da segregação sócio-espacial no Aglomerado Urbano de Brasília⁴⁵. A análise se desenvolve em dois momentos: 1) o primeiro trata de um breve levantamento bibliográfico sobre estrutura social e urbanização em Brasília e, 2) o segundo desenvolve uma análise da estrutura social do Aglomerado no ano 2000 e uma análise dos indicadores de acesso a serviços e equipamentos urbanos. A descrição da estrutura social é feita por meio de uma *proxy* que combina a variável ocupação com outras como posição na ocupação, setor de atividade, escolaridade e renda.

4.1- BREVE REVISÃO BIBLIOGRÁFICA: ESTRUTURA SOCIAL EM BRASÍLIA

A organização espacial do Aglomerado Urbano de Brasília tem sido objeto de diversos estudos recentes. A maior parte deles se refere a questões mais gerais do processo de urbanização; neles são abordados temas como a centralidade dos empregos e serviços em Brasília, o espraiamento da função habitação pelo território do Distrito Federal e municípios do Entorno Goiano, o papel das políticas de gestão do território e os impactos sócio-ambientais dos atuais padrões de urbanização (PAVIANI, 1999; CIDADE, 2003; ROMERO, 2003; HOLANDA, 2003). Outro conjunto significativo de trabalhos se refere às relações entre morfologia urbana e distribuição espacial das atividades urbanas (SANZIO, 1995; HOLANDA, 2003). Os estudos apontam que o atributo síntese do atual padrão de urbanização observado é a continuidade da fortíssima segregação sócio-espacial marcada por débeis correlações entre localizações de empregos, habitações e acessibilidade física. Contudo, poucos são os estudos que evidenciam as diferenças sócio-espaciais por meio da posição na ocupação e as relações existentes entre ocupação, capital escolar, capital econômico e acesso à cidade⁴⁶.

⁴⁵ Desroisière, Goy e Thévenot definem estrutura social: "(...) a estrutura social é entendida como, simultaneamente, um espaço de posições sociais e um espaço de indivíduos ocupando estes postos e dotados de atributos sociais desigualmente distribuídos e ligados às suas histórias (...)" (Apud RIBEIRO, 2000, p. 5).

⁴⁶ Utiliza-se como proxy para capital econômico, a renda mensal nominal total, que é o somatório de todas as rendas de cada pessoa ocupada. Para o capital escolar, utiliza-se os anos de estudo da população ocupada.

A tentativa de pensar a estrutura social do Distrito Federal tem como destaque o trabalho desenvolvido por Nunes. O objeto do trabalho é o diagnóstico da estrutura social de Brasília na constituição da cultura urbana local. O pressuposto básico é a centralidade do mundo do trabalho na vida individual, tomando como hipótese: a transposição das relações do mundo do trabalho para o mundo do não trabalho. Segundo Nunes,

(...) há de fato uma transposição da racionalidade do mundo do trabalho para o espaço coletivo da cidade, onde os dois mundos se complementam. De fato, o entrelaçamento de indivíduos e grupos é uma das características da vida urbana e, tendo em vista a segmentação extremada apresentada por Brasília, pode-se questionar se de fato estamos tratando sociologicamente de vida urbana quando estudamos o Plano Piloto e os Lagos. (...) (NUNES, 2003, p.96-97).

Os procedimentos adotados pelo autor situam-se na análise dos contextos sociais, econômicos e demográficos do Distrito Federal, com vistas a estabelecer relações entre as categorias sócio-profissionais e a sua localização nas RA's. Como resultados, Nunes (2003) considera o zoneamento monofuncional e segmentado da cidade como fator determinante da segregação no território. Argumenta que as recentes mudanças no espaço do Distrito Federal caracterizam-se por uma tendência à segmentação das dinâmicas locais em termos de migrações qualificadas e não qualificadas, de cidade tombada e não tombada, da cidade monofuncional (Plano Piloto e adjacências imediatas) e polifuncional (cidades satélites mais periféricas). Para finalizar, reforça a idéia que Brasília, mesmo sendo fruto de uma 'utopia de cidade e sociedade' apresenta um espaço semelhante às demais cidades brasileiras, onde não só a situação econômica como também a situação sócio-profissional está desenhada no lugar de moradia dos habitantes do Distrito Federal.

A argumentação para a organização sócio-espacial do Distrito Federal de Nunes (2003) é reforçada, no tocante à dinâmica espacial, pela proposta de descortinamento da lógica de desconcentração e desregulação da expansão urbana proposta por Cidade (1999). Conforme a autora, a dinâmica espacial do Distrito Federal é explicada pela tensão entre Estado e urbanismo modernista. Em outras palavras, Cidade aponta que a convivência entre a dispersão da malha urbana em torno dos núcleos habitacionais e a concentração de empregos, das atividades econômicas e meios de consumo no centro polarizador (Plano Piloto, Cruzeiro, Lago Sul e Norte) é fruto do quadro histórico da gestão do território caracterizado por 'políticas ambivalentes': as de larga oferta de assentamentos periféricos por habitações de

baixa renda, por meio de doação de lotes, e reforço da polarização dos empregos no centro supra mencionado.

Um dos limites observados tanto nos estudos de Nunes (2003) e Cidade (1999) é o tratamento dado à estrutura espacial do Distrito Federal. Os autores contemplam aspectos históricos, econômicos, políticos e sociais, sem, contudo, trazer a análise para a escala metropolitana, passando, a largo das questões relativas à dinâmica do Aglomerado Urbano como uma força determinante na estruturação do espaço intra-urbano. Além disto, com relação à escala intra-urbana dos estudos, as análises tomam como recortes espaciais os limites administrativos das RA's, compondo-os como áreas homogêneas, sem contudo ressaltar que internamente as diferenças intra-urbanas podem ajudar a compreender em que medida as lógicas mais gerais de estruturação do espaço permeiam o atual quadro de segregação sócio-espacial no Aglomerado Urbano de Brasília.

Os estudos e pesquisas anteriormente apresentados constituem esforços relevantes e de suma importância para a análise do processo de formação, consolidação e expansão do Aglomerado Urbano de Brasília. A grande contribuição sobre a estrutura social do Distrito Federal, como mencionamos, deve-se, principalmente, aos estudos realizados por Nunes (2003). Contudo, a análise aqui apresentada busca contribuir, metodologicamente, na construção de um perfil sócio-ocupacional do Aglomerado Urbano de Brasília, por meio do qual se objetiva avaliar em que medida a estrutura social reflete a segregação sócio-espacial.

4.2- ESTRUTURA OCUPACIONAL E HIERARQUIA SOCIAL

A estrutura social do Aglomerado Urbano de Brasília nada mais é que a resultante de sua história política, econômica e social. A análise dos processos recentes acerca de sua estruturação interna pressupõe conhecê-lo e identificar no mesmo a estrutura ocupacional que determina a sua constituição atual.

Para a construção de uma estrutura ocupacional que expresse as diferenças existentes na hierarquia social do Aglomerado Urbano de Brasília, o principal ponto a ser abordado é, segundo Ribeiro e Lago (2000), a procura de “evidências de reconhecimento social”. Nesse sentido, as categorias sócio-ocupacionais⁴⁷ (CAT's) atuam como instrumentos para se estabelecer determinados graus de conhecimento sobre a estrutura ocupacional urbana. O pressuposto metodológico para a construção das categorias é o da centralidade do trabalho na

⁴⁷ O APÊNDICE C mostra a composição de cada categoria sócio-ocupacional.

estruturação e no funcionamento da sociedade. Para Ribeiro e Lago (2000), é a partir dessa centralidade que a ocupação⁴⁸ torna-se “(...) uma variável capaz de fornecer informações discriminadas e discriminadoras sobre renda, nível de instrução, estilo de vida, comportamento, etc (...)” (RIBEIRO e LAGO, 2000, p.2).

Em síntese, para a compreensão da estrutura ocupacional do Aglomerado Urbano de Brasília, construiu-se um sistema de classificações de hierarquização social das ocupações a partir da atividade exercida, com a qual supõe-se possível classificar a população economicamente ativa quanto à sua inserção no mercado de trabalho. A construção dessa classificação consiste em um agrupamento das cerca de 400 ocupações em 25 categorias sócio-ocupacionais que, por sua vez, foram sintetizadas em oito grandes grupos (ver Quadro 4.1).

4.3-A ESTRUTURA SOCIAL DAS OCUPAÇÕES

No ano de 2000, o Aglomerado Urbano de Brasília apresenta uma estrutura social marcada pela heterogeneidade de acesso aos recursos urbanos nos setores médios e o reforço da oposição entre os grupos dirigentes e o subproletariado. A Tabela 4.1 aponta que 28,50% da população ocupada pertence ao grupo de setores médios, que se somados aos grupos do proletariado do secundário e do terciário correspondem a 43% do total de trabalhadores. Isso significa que a estrutura social do Aglomerado Urbano apresenta-se polarizada entre os setores médios, seja superior (no caso o grupo de setores médios propriamente dito) ou inferior (no caso os grupos do proletariado secundário e terciário) e o conjunto de trabalhadores pertencentes aos extremos da hierarquia social (grupo dirigente, intelectual, de um lado e subproletariado e agrícola de outro).

⁴⁸ Segundo a FIBGE “Como ocupação entendeu-se o emprego, cargo, função, profissão, etc. exercido durante a maior parte dos 12 meses anteriores à data de referência do Censo”. (Censo Demográfico de 2000, Documentação dos Microdados- FIBGE, p.35)

Quadro 4.1
Sistema de hierarquização social das ocupações

Grupos Sócio-Ocupacionais	Categorias Sócio-Ocupacionais
Ocupações Agrícolas	Ocupações Agrícolas
Dirigente	Grandes Empregadores Dirigentes do setor público Dirigentes do setor privado
Pequena Burguesia	Pequenos Empregadores Ocupações Artísticas e Similares
Intelectual	Profissionais Autôn. de Nível Superior Profis. Empregados de Nível Superior Profis. Estatutários de Nível Superior Professores de Nível Superior
Setores médios	Ocupações de Escritório Ocupações de Supervisão Ocupações Técnicas Ocupações Médias da Saúde e Educação Ocupações de Segurança Pública, Justiça e Correios
Proletariado do Secundário	Trabalhadores da Indústria Moderna Trabalhadores da Indústria Tradicional Operários de Serviços Auxiliares Operários da Construção Civil
Proletariado do Terciário	Trabalhadores do Comércio Prestador de Serviço Especializado Prestador de Serviço Não-Especializado
Sub-proletariado	Trabalhadores domésticos Ambulantes Biscateiros

Fonte: Metodologia das Categorias Sócio-Ocupacionais- Observatório das Metrôpoles

Tabela 4.1

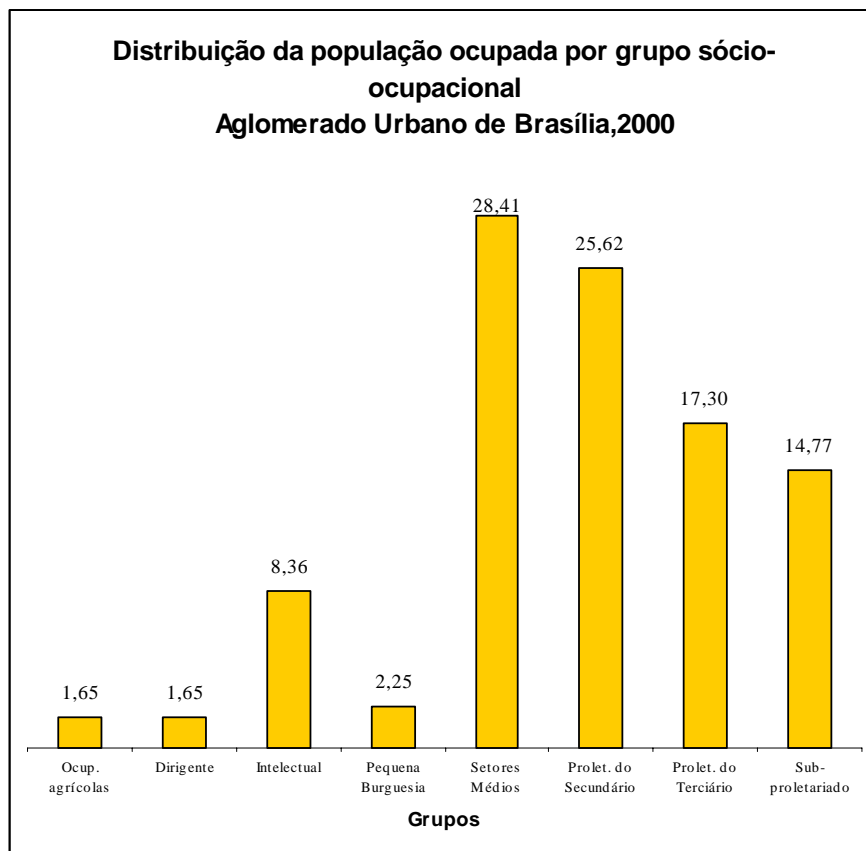
Distribuição da população ocupada por grupo sócio-ocupacional Aglomerado Urbano de Brasília,2000

em valores percentuais

Grupos sócio-ocupacionais	2000
Ocupações agrícolas	1,65
Dirigente	1,65
Intelectual	8,36
Pequena Burguesia	2,25
Setores Médios	28,41
Proletariado do Secundário	25,62
Proletariado do Terciário	17,30
Sub-proletariado	14,77
TOTAL	100,00

Fonte: IBGE, Censo Demográfico,2000
(elaboração do autor)

Gráfico 4.1



Decompondo-se os grandes grupos sócio-ocupacionais em categorias, pode-se observar que do grupo dirigente, são os profissionais liberais e os dirigentes do setor público os que mais contribuem para a participação desse grupo no Aglomerado Urbano (ver Tabela 4.2). Analisando-se o proletariado do secundário, a categoria dos operários da construção civil foi a que apresentou maior participação (7,86%). Outro ponto a ser observado é a participação do subproletariado no conjunto da população ocupada. Por um lado, observou-se maior formalização das relações de trabalho no grupo de setores médios, com predominância das ocupações de escritório, tipo este que se compõe basicamente de empregados com carteira assinada. Por outro lado, no grupo de subproletariado, a taxa de ocupação dos trabalhadores domésticos é cerca de 11% do total da população ocupada, o que denota uma estrutura social ainda baseada na relação empregador, detentor de capital econômico, e trabalhador manual de afazeres domésticos e manutenção. No conjunto dos grupos sócio-ocupacionais, destaca-se também o espaço ocupado pelo grupo do proletariado do terciário, com cerca de 26% da população ocupada. Em sua composição interna, destacam-se as categorias dos prestadores de serviço (especializados ou não) com contribuição de 63% no proletariado do terciário. Pode-se afirmar que a composição interna da população ocupada apresentava, em 2000, uma estrutura social, mesmo que fortemente influenciada pelo grupo dos setores médios, peculiar e complexa. Peculiar por mostrar a irrelevância da indústria na composição de sua estrutura social, se comparada às demais regiões metropolitanas, e complexa, por apresentar um terciário relevante e uma significativa participação do conjunto de segmentos que compõem as classes médias.

Tabela 4.2

**Composição da população ocupada das categorias socioocupacionais
Aglomerado Urbano de Brasília, 2000**

em valores absolutos

Grupos sócio-ocupacionais	2000	
	Num. Abs	Part. (%)
Grupo das Ocupações Agrícolas	17.324	1,65
Ocupações Agrícolas	17.324	1,65
Grupo Dirigente	27.980	2,67
Grandes Empregadores	4.678	0,45
Dirigentes do Setor Público	9.486	0,91
Dirigentes do Setor Privado	3.076	0,29
Profissionais Liberais	10.740	1,03
Grupo Intelectual	76.737	7,33
Profissionais Empregados de Nível Superior	32.400	3,09
Profissionais Estatutários de Nível Superior	18.230	1,74
Professores de Nível Superior	26.107	2,49
Pequena Burguesia	23.531	2,25
Pequenos Empregadores	23.531	2,25
Setores Médios	297.424	28,41
Ocupações de Escritório	118.069	11,28
Ocupações de Supervisão	38.727	3,70
Ocupações Técnicas	53.189	5,08
Ocupações Médias da Saúde e Educação	40.518	3,87
Ocupações de Seg. Pública, Just. e Correios	46.921	4,48
Proletariado do Secundário	181.093	17,30
Trabalhadores da Indústria Moderna	29.584	2,83
Trabalhadores da Indústria Tradicional	24.540	2,34
Operários de serviços auxiliares	35.231	3,37
Operários da Construção Civil	82.255	7,86
Ocupações Artísticas e Similares	9.483	0,91
Proletariado do Terciário	268.261	25,62
Trabalhadores do Comércio	88.830	8,48
Prestadores de Serviços Especializados	112.306	10,73
Prestadores de Serviços Não Especializados	67.125	6,41
Sub-proletariado	154.619	14,77
Trabalhadores domésticos	114.457	10,93
Ambulantes e biscateiros	40.162	3,84
TOTAL	1.046.969	100

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000- dados tabulados pelo autor

A análise interna das ocupações do Aglomerado Urbano faz ressaltar a participação masculina predominante na sua estrutura produtiva: 60,68 % da população ocupada em 2000 eram homens. Esta participação é diferenciada se abrirmos os grandes grupos sócio-ocupacionais (ver Tabela 4.3).

Tabela 4.3
Composição da população ocupada das categorias socioocupacionais
Aglomerado Urbano de Brasília, 2000

Grupos sócio-ocupacionais	em valores percentuais	
	2000	
	Masculino	Feminino
Grupo das Ocupações Agrícolas	88,55	11,45
Ocupações Agrícolas	88,55	11,45
Grupo Dirigente	60,37	39,63
Grandes Empregadores	12,67	4,05
Dirigentes do Setor Público	20,27	13,63
Dirigentes do Setor Privado	5,88	5,11
Profissionais Liberais	21,54	16,84
Grupo Intelectual	48,93	51,07
Profissionais Empregados de Nível Superior	23,25	18,97
Profissionais Estatutários de Nível Superior	13,86	9,90
Professores de Nível Superior	11,82	22,20
Pequena Burguesia	69,84	30,16
Pequenos Empregadores	69,84	30,16
Setores Médios	52,85	47,15
Ocupações de Escritório	15,30	24,39
Ocupações de Supervisão	8,56	4,46
Ocupações Técnicas	13,08	4,81
Ocupações Médias da Saúde e Educação	2,92	10,70
Ocupações de Seg. Pública, Just. e Correios	12,99	2,79
Proletariado do Secundário	91,09	8,91
Trabalhadores da Indústria Moderna	16,03	0,31
Trabalhadores da Indústria Tradicional	7,56	5,99
Operários de serviços auxiliares	18,81	0,64
Operários da Construção Civil	45,08	0,34
Ocupações Artísticas e Similares	3,61	1,63
Proletariado do Terciário	58,71	41,29
Trabalhadores do Comércio	18,54	14,58
Prestadores de Serviços Especializados	25,01	16,85
Prestadores de Serviços Não Especializados	15,16	9,86
Sub-proletariado	22,92	77,08
Trabalhadores domésticos	8,39	65,64
Ambulantes e biscateiros	14,53	11,45

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000- dados tabulados pelo autor

Em 2000, as mulheres destacaram-se nos grupos dirigentes e no grupo de setores médios da estrutura social, com ênfase para as ocupações relacionadas ao setor de serviços (ocupações médias de saúde e educação e prestadoras de serviços especializados). Contudo,

ainda persiste a maioria da população feminina ocupada nos grupos mais inferiores e com maior vulnerabilidade social, com destaque para as trabalhadoras domésticas, ambulantes e biscateiras. Em função dos resultados acerca dos índices de ocupação da população feminina, pode-se supor que o setor informal vem-se colocando como válvula de escape ao problema do desemprego, tanto para mulheres, como, por exemplo, as categorias de ambulantes e biscateiros, com 11,45%, quanto para os homens, com 14,53%, no Aglomerado Urbano de Brasília.

Em termos de distribuição das rendas, dos que recebiam mais de 20 s.m., 56% pertenciam às elites dirigentes e a segunda maior participação era de 32,22% dos profissionais da elite intelectual (ver Tabela 4.4). Quanto aos segmentos intermediários na hierarquia social, a Pequena Burguesia concentrava cerca de 29,15% nas faixas de rendimento entre 10 a 20 salários mínimos, enquanto os setores médios têm uma distribuição mais equilibrada entre as faixas que oscilam entre 2 e até 20 salários mínimos. Com relação aos grupos mais populares da hierarquia, a renda concentra-se na faixa de 1 a 2 salários mínimos para o subproletariado e até 5 s.m. para o grupo dos operários do secundário e terciário.

Tabela 4.4

Distribuição das Faixas de Rendimento Total Nominal do Indivíduo por grupo socioocupacionais (salário-mínimo)
Aglomerado Urbano de Brasília, 2000

Faixa de Rendimento Grupos sócio-ocupacionais	Sem rendimentos	em valores percentuais						Total
		até 1/2	Mais de 1/2 a 2	Mais de 2 a 5	Mais de 5 a 10	Mais de 10 a 20	Mais de 20	
2000								
Grupo das Ocupações Agrícolas	13,15	2,18	69,22	17,37	5,79	3,17	2,27	100
Grupo Dirigente	0,00	0,06	0,83	4,11	15,09	24,02	55,89	100
Grupo Intelectual	0,49	0,23	4,19	9,36	24,55	29,29	32,38	100
Pequena Burguesia	0,00	0,00	3,91	10,20	27,33	27,44	31,12	100
Setores Médios	0,74	0,34	16,97	29,33	28,84	15,53	8,99	100
Proletariado do Secundário	1,47	1,23	46,88	35,78	11,65	3,30	1,16	100
Proletariado do Terciário	1,19	1,45	39,46	41,26	12,76	3,90	1,17	100
Sub-proletariado	0,82	3,84	73,28	18,51	3,25	0,90	0,23	100

Fonte: IBGE, Censo Demográfico, 2000 (dados tabulados pelo autor)

Um outro aspecto que complementa a descrição anterior relaciona-se com a desigualdade da apropriação da renda: de um lado, as faixas de renda mais alta concentram-se nos grupos superiores da hierarquia social do Aglomerado e, de outro, as faixas de renda mais baixa se concentram nos grupos de trabalho manual como é o caso dos setores médios e populares - ver Tabela 4.5.

Tabela 4.5

**Distribuição dos grupos socioocupacionais por Faixas de Rendimento Total Nominal do Indivíduo (salário-mínimo)
Aglomerado Urbano de Brasília,2000**

em valores percentuais

Faixa de Rendimento Grupos sócio-ocupacionais	Sem rendimentos	até 1/2	Mais de 1/2 a 2	Mais de 2 a 5	Mais de 5 a 10	Mais de 10 a 20	Mais de 20
Grupo das Ocupações Agrícolas	16,88	2,51	2,84	0,89	0,51	0,49	0,45
Grupo Dirigente	0,00	0,08	0,04	0,24	1,49	4,16	12,43
Grupo Intelectual	3,59	1,49	0,98	2,74	12,21	25,63	36,35
Pequena Burguesia	0,00	0,00	0,25	0,81	3,68	6,49	9,45
Setores Médios	18,37	7,56	13,47	29,14	48,65	46,07	34,23
Proletariado do Secundário	32,71	24,54	33,30	31,81	17,59	8,77	3,95
Proletariado do Terciário	17,93	19,54	18,98	24,85	13,05	7,01	2,69
Sub-proletariado	10,53	44,29	30,14	9,53	2,84	1,38	0,45
Total	100	100	100	100	100	100	100

Fonte: IBGE, Censo Demográfico, 2000 (dados tabulados pelo autor)

Se analisarmos o impacto do capital econômico sobre a população, podemos observar que a relação direta entre capital econômico e capital escolar não se confirma no Aglomerado Urbano de Brasília. Em 2000, os setores médios compõem cerca de 48,65% da população que recebe entre 5 a 10 s.m. e 46,07% da faixa de renda de 10 a 20 s.m., que, se comparados à apropriação de capital econômico dos grupos dirigente e intelectual, é maior na faixa de 10 a 20 s.m. e, em média, 02 pontos percentuais abaixo na faixa acima de 20 s.m. Uma das hipóteses para os elevados índices de escolaridade e renda é a forte presença da administração pública federal e distrital na composição das categorias do grupo de Setores Médios, dado que a segmentação pelo setor de emprego demonstra que a média salarial da população ocupada no setor público é 2,65 vezes superior à do setor não-público (ver APÊNDICE F).

Com relação ao capital escolar, em 2000, os menores níveis de escolaridade (de 0 a 7 anos de estudo) concentram-se nos grupos agrícola (81,14%), do proletariado do secundário e do terciário (89,01% e 68,30%, respectivamente) e o subproletariado (71,35%) (ver Tabela 4.6). Com relação aos níveis de escolaridade médios (de 8 a 14 anos de estudo), a participação dos três últimos grupos da hierarquia social (proletariado do secundário, terciário e subproletariado), diminui consideravelmente, salvo o grupo do proletariado do secundário, com cerca de 22,31% de sua população nesse nível de escolaridade. Já os níveis de escolaridade elevados (de 11 ou mais anos de estudo) compõem-se majoritariamente das elites dirigentes e do grupo de intelectuais (91,43% e 93,56%, respectivamente), destacando-se dos demais grupos a pequena burguesia (64,31%) e o grupo dos setores médios (71,16%). Trata-se, a primeira vista, de um resultado até certo ponto banal — dado que o sistema de ocupações adotado estabelece uma hierarquia socioeconômica fundada na produção e na gestão de

riquezas— à medida que aqueles que ocupam as posições mais superiores detêm maiores parcelas de capital econômico e escolar, e as posições mais inferiores na hierarquia detêm menores parcelas dos respectivos capitais. Contudo, se articulado com a renda e cor ou raça, pode-se visualizar as proximidades e distâncias sociais existentes entre os estratos superiores e inferiores no Aglomerado, além de apontar para a peculiaridade dos setores médios, diferenciado dos demais em virtude do elevado grau de heterogeneidade interna.

Tabela 4.6
Anos de estudo segundo o grupo sócio-ocupacional
Aglomerado Urbano de Brasília-2000

em valores percentuais

Grupos sócio-ocupacionais	Anos de Estudo						Total
	De 1 a 3 e Alfabetização de Adultos	de 4 a 7	de 8 a 10	de 11 a 14	mais de 15	sem instrução	
	2000						
Grupo das Ocupações Agrícolas	25,02	37,32	10,78	6,69	1,39	18,80	100,00
Grupo Dirigente	0,63	2,61	5,11	31,44	60,00	0,23	100,00
Grupo Intelectual	0,51	1,98	3,70	24,43	69,13	0,25	100,00
Pequena Burguesia	3,71	14,66	15,71	41,44	23,48	1,01	100,00
Setores Médios	1,58	8,65	18,12	55,40	15,77	0,49	100,00
Proletariado do Secundário	10,81	36,54	25,67	21,09	1,22	4,66	100,00
Proletariado do Terciário	17,16	43,60	19,16	11,20	1,33	7,54	100,00
Sub-proletariado	18,40	44,87	19,31	8,98	0,36	8,08	100,00

Fonte: IBGE, Censo Demográfico, 2000- dados trabalhados pelo autor

Na composição por raça ou cor, os grupos sócio-ocupacionais superiores ocupam posições fortemente excêntricas na estrutura social do Aglomerado Urbano. São claros os indícios da forte correlação positiva entre ser branco e pertencer aos grupos superiores da hierarquia social do Aglomerado. No ano 2000, a distância social, em termos de cor ou raça, demonstra o abismo existente, de um lado, entre as posições sociais com maiores parcelas de apropriação de capital escolar e econômico, de maioria branca (os grupos dirigente e intelectual eram compostos por 75,06% e 70,44% de brancos, respectivamente) e os que detinham poucas porções do capital (a porção negra ou parda dos grupos do proletariado de secundário, do terciário e o subproletariado era composta por 57,26% ,61,94% e 64,78% respectivamente) (ver Tabela 4.7).

Tabela 4.7

**Composição de raça ou cor por grupos sócio-ocupacionais
Aglomerado Urbano de Brasília, 2000**

em valores percentuais

Grupos	Raça ou Cor			
	Branco	Preto e Pardos	Outros*	Total
2000				
Grupo das Ocupações Agrícolas	34,75	61,22	4,03	100,00
Grupo Dirigente	75,06	23,32	1,62	100,00
Grupo Intelectual	70,44	28,00	1,56	100,00
Pequena Burguesia	67,71	30,60	1,69	100,00
Setores Médios	54,89	43,86	1,25	100,00
Proletariado do Secundário	41,56	57,26	1,18	100,00
Proletariado do Terciário	36,88	61,94	1,18	100,00
Sub-proletariado	33,67	64,78	1,55	100,00

Fonte: IBGE, Censo Demográfico, 1991 e 2000- dados trabalhados pelo autor

A análise sugere que a estrutura social do Aglomerado Urbano de Brasília é marcada pelo aparente rompimento do sistema causal de renda e níveis de escolaridade: quanto maior o nível de renda, maior o de escolaridade, ou vice-versa. Uma das justificativas é a forte presença dos setores médios nas faixas de renda mais elevadas do Aglomerado Urbano sem, contudo, tal posição estar correlacionada aos níveis de escolaridade.

O aparente rompimento do sistema causal acima exposto não se confirma se observado nas relações de gênero. O quadro de diferenças sociais no Aglomerado Urbano demonstra que há uma situação de inserção no mercado de trabalho diretamente relacionada ao nível de escolaridade, pois as maiores participações das mulheres devem-se, principalmente, ao capital escolar, como é o caso da presença das mulheres no grupo intelectual e nas categorias trabalhadores domésticos.

As diferenças observadas na estrutura social do Aglomerado Urbano apontam para um quadro sócio-ocupacional marcado pela continuidade de certas ocupações como dirigente do setor público, com elevada participação de pessoas autodeclaradas brancas e com elevados níveis de renda e escolaridade. Contudo, esse mesmo quadro apresenta peculiaridades, como é o caso da significativa participação da população negra ou parda no grupo da pequena burguesia e nos setores médios. Nesse sentido, as diferenças observadas na estrutura social do Aglomerado Urbano, se analisadas à luz de indicadores urbanos podem revelar em que medida esse conteúdo social reproduz a segregação.

4.4- A ESTRUTURA DE OCUPAÇÕES E A DESIGUALDADE DE ACESSO A EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS URBANOS

Um dos aspectos que merece destaque na estrutura social do Aglomerado Urbano é o acesso desigual e diferenciado à cidade. Como se observou anteriormente, a posição na ocupação é uma variável que ajuda a compreender as diferenças de apropriação do capital econômico e escolar. A tradução dessas diferenças também ocorre na estrutura de ocupações do Aglomerado Urbano de Brasília.

A apropriação de parcelas do capital econômico e escolar acontece de forma diferenciada entre os agentes, destacando-se as diferentes oportunidades de apropriação dos bens materiais, dos recursos urbanos, reproduzindo, no nível da hierarquia social, as históricas desigualdades que caracterizam a sociedade brasileira. Com relação às condições de saneamento, no entanto, o Aglomerado Urbano de Brasília apresenta um quadro caracterizado por elevados índices de domicílios com saneamento adequado para todos os grupos (ver Tabela 4.8). Cerca de 67% da população ocupada apresenta índices de acesso a saneamento adequado acima da média metropolitana (65,81%). Os 34% restantes concentram-se nos grupos das ocupações agrícolas, do proletariado do terciário e o subproletariado apresentam menores participações de acesso a saneamento adequado.

Tabela 4.8
Domicílios com saneamento adequado* por
grupo socio-ocupacional
Aglomerado Urbano de Brasília-2000

Grupos sócio-ocupacionais	em valores percentuais Domicílios com saneamento adequado
Grupo das Ocupações Agrícolas	16,19
Grupo Dirigente	82,45
Grupo Intelectual	82,10
Pequena Burguesia	79,73
Setores Médios	79,73
Proletariado do Secundário	69,51
Proletariado do Terciário	59,13
Sub-proletariado	57,63
Total	65,81

Fonte: IBGE, Censo Demográfico, 2000- dados trabalhados pelo autor

Notas:* Entende-se por saneamento adequado, os domicílios que atendem respectivamente os seguintes critérios: domicílio particular permanente com abastecimento de água da rede geral, canalizada em pelo menos um dos cômodos, com escoadouro de rede geral ou fossa séptica.

Em relação à densidade domiciliar, observa-se, de modo geral, um quadro marcado pela concentração dos domicílios com baixa e média densidade para a ampla maioria dos grupos sócio-ocupacionais. Os grupos dirigentes, intelectuais e dos setores médios apresentam os melhores índices de densidade, concentrando-se em domicílios com até 2 moradores por dormitório (ver Tabela 4.9). Já os grupos localizados na base da hierarquia social distribuem-se entre os índices de baixa e média densidades, caracterizando, se associados às condições de saneamento, condições de moradia adequadas. Os maiores índices de adensamento concentram-se também nos grupos do proletariado do secundário e do terciário e no subproletariado, contudo, a participação no total é relativamente pequena.

Tabela 4.9

**Densidade Domiciliar* por grupo socio-ocupacional
Aglomerado Urbano de Brasília- 2000**

em valores percentuais

Grupos sócio-ocupacionais	2000		
	Baixa	Média	Alta
Grupo das Ocupações Agrícolas	63,70	23,14	11,26
Grupo Dirigente	94,25	4,17	1,33
Grupo Intelectual	93,28	5,26	1,12
Pequena Burguesia	85,12	10,67	3,43
Setores Médios	82,52	12,77	4,31
Proletariado do Secundário	63,71	23,67	11,81
Proletariado do Terciário	59,97	24,18	15,21
Sub-proletariado	60,19	23,19	15,42
Total	75,34	15,88	7,99

Fonte: IBGE, Censo Demográfico, 2000- dados trabalhados pelo autor

Nota: * Densidade baixa= domicílios com até 2 moradores por dormitório;
Densidade média= domicílios com mais de 2 até 3 moradores por dormitório;
Densidade alta= domicílios com mais de 3 moradores por dormitório.

Outro aspecto que merece destaque no quadro de desigualdades sociais no Aglomerado Urbano é o tipo de domicílio dos grupos sócio-ocupacionais. Destaca-se a solução de moradia do tipo cômodo para os grupos do proletariado do secundário (33,23%), do terciário (26,25%) e o subproletariado (25,60%), o que aponta a existência de estratégias de ampliação da renda para os proprietários, ou adensamento das moradias (ver Tabela 4.10). Uma das hipóteses para as elevadas taxas de domicílios do tipo cômodo é o atual ciclo de vida da população do Aglomerado e inaccessibilidade das famílias compostas por jovens e pobres à moradia.

Com relação aos demais tipos de domicílio, observa-se que há uma concentração do grupo intelectual e dos setores médios no tipo apartamento, o que indica além de uma certa qualidade construtiva, o histórico da oferta habitacional para esses grupos. Os dados indicam que há uma certa segmentação de acordo com a posição na hierarquia sócio-ocupacional: as moradias do tipo casas e cômodos concentram-se nos grupos mais populares e as de tipo apartamentos concentram-se nos grupos dirigentes e intelectuais e dos segmentos superiores dos setores médios.

Tabela 4.10

**Pessoas segundo a tipologia habitacional por grupo socio-ocupacional
Aglomerado Urbano de Brasília- 2000**

em valores percentuais

Grupos sócio-ocupacionais	2000		
	Casa	Apartamento	Comôdo
Ocupações Agrícolas	1,91	0,24	2,22
Dirigente	1,03	4,79	0,02
Intelectual	5,09	24,88	0,75
Pequena Burguesia	1,88	4,28	0,60
Setores Médios	26,14	42,69	11,22
Proletariado do Secundário	28,29	11,83	33,23
Proletariado do Terciário	19,60	4,83	26,35
Sub-proletariado	16,05	6,46	25,60
Total	100,00	100,00	100,00

Fonte: IBGE, Censo Demográfico, 2000- (elaboração do autor)

Com relação à condição de propriedade do domicílio, o Aglomerado Urbano caracteriza-se pela pouca variação intergrupos. Para os domicílios próprios já pagos praticamente todos os grupos apresentam índices de propriedade acima da média metropolitana, com exceção das ocupações agrícolas (47%) e o sub-proletariado (47,10%), o que não permite utilizar este indicador para apontar diferenças sociais. A oscilação intergrupos é maior nos domicílios próprios, mas ainda pagando, com destaque para o grupo Intelectual (17,08%) e dos Setores Médios (16,37%). Com relação aos domicílios alugados, a realidade metropolitana é muito homogênea, com praticamente todos os grupos acima da média metropolitana (19,63%), salvo as ocupações agrícolas. A condição de propriedade que apresenta maior variação é a dos domicílios cedidos por empregador, com concentração nos grupos de ocupação agrícola, dirigente e subproletariado. Uma das hipóteses para esta variação é, no caso do grupo dirigente, a oferta de moradias, em Brasília, destinadas a servidores públicos de ‘altos cargos’ no Executivo e Legislativo federal e distrital. Quanto ao grupo do subproletariado e as ocupações agrícolas, por se tratar de trabalhos manuais, a hipótese é a moradia junto ao empregador, na forma de cômodos. Nesse sentido, a dimensão social do quadro habitacional do Aglomerado apresenta-se com pouca variação. Tendo em vista a aparente homogeneidade social refletida na análise segundo os indicadores de propriedade do domicílio, a localização espacial dos domicílios e por consequência dos grupos determinará em que medida a organização espacial do Aglomerado é segregada ou não.

Tabela 4.11

**Pessoas segundo a condição de propriedade do domicílio
Aglomerado Urbano de Brasília, 2000**

em valores percentuais

Grupos	Condição de propriedade do domicílio					
	Proprio, já pago	Próprio, ainda pagando	Alugado	Cedida por empregador	Cedida de outra forma	Outra Condição
Ocupações Agrícolas	47,00	3,84	5,62	28,94	9,98	2,58
Dirigente	54,56	12,24	19,23	10,62	2,30	0,46
Intelectual	52,20	17,08	21,25	5,26	3,24	0,50
Pequena Burguesia	56,84	14,40	22,68	1,21	3,93	0,35
Setores Médios	52,30	16,37	20,17	3,16	6,65	0,84
Proletariado do Secundário	51,41	10,63	23,06	2,48	9,70	1,96
Proletariado do Terciário	52,65	9,90	20,79	2,16	10,84	2,86
Sub-proletariado	47,10	8,76	24,25	7,40	8,91	2,67
Total	51,76	11,65	19,63	7,65	6,94	1,53

Fonte: IBGE, Censo Demográfico, 2000- (elaboração do autor)

A análise dos indicadores urbanos sugere que a estrutura social do Aglomerado Urbano de Brasília reforça o aparente rompimento do sistema causal condições de moradia e renda: quanto maior a renda, maior é a acessibilidade e apropriação dos recursos urbanos. Uma das justificativas é a pouca variação entre os grupos sócio-ocupacionais e os indicadores de acesso ao saneamento adequado, a densidade domiciliar e as condições de propriedade do domicílio. A maior variação foi encontrada no índice de tipologia habitacional, onde se verifica uma forte concentração dos setores médios no domicílio de tipo apartamento e do proletariado do secundário no domicílio do tipo cômodo⁴⁹.

4.5 ESTRUTURA OCUPACIONAL E SEGREGAÇÃO SOCIAL

No ano 2000, o Aglomerado Urbano de Brasília reproduz em seu território a sua história econômica, que produziu um setor público significativo, um setor terciário que polariza o quadro de ocupações e um setor secundário restrito. Nesse contexto, observa-se que a estrutura ocupacional apresenta nuances que, aparentemente, rompem e reforçam o clássico sistema causal entre renda e níveis de escolaridade.

Um dos conjuntos de trabalhadores que contribui para o aparente rompimento do sistema causal acima exposto é formado pelas categorias do grupo dos setores médios. Com participação de quase 30% da população ocupada do Aglomerado Urbano, o grupo dos

⁴⁹ É interessante notar que o domicílio do tipo apartamento apresenta melhor qualidade construtiva e maior formalização no que se refere aos índices urbanísticos. No caso do Distrito Federal, possivelmente a elevada incidência deste tipo no grupo dos setores médios deve-se à atuação estatal de oferta de imóveis funcionais. O grupo do proletariado do secundário apresenta a maior participação nos domicílios alugados e de tipo cômodo, o que aponta para uma problemática habitacional própria deste grupo sócio-ocupacional.

setores médios é o que apresenta proporções acima da média metropolitana em praticamente todos os índices socioeconômicos utilizados na análise. Quanto ao capital econômico, comparando-se os rendimentos do grupo de setores médios com renda acima de 20 s.m. (34,23%) com o grupo dirigente (36,35%), pode-se notar que a diferença é de apenas 2,12%. Quanto ao capital escolar da população com mais de 15 anos de estudo, comparando-se o grupo dos Setores Médios, que participa com 15,77%, e o grupo Intelectual, com participação de 69,13%, pode-se verificar que a clássica relação entre apropriação de capital escolar e econômico deve ser relativizada quando se trata do Aglomerado Urbano de Brasília. No que se refere aos grupos populares, o conjunto formado pelo proletariado do secundário, do terciário e subproletariado, que somados correspondem a cerca de 58% do total da população ocupada, caracteriza-se, ao contrário dos setores médios, pelo reforço do sistema causal entre renda e escolaridade, dado que no cômputo geral, esse conjunto concentra-se entre aqueles que apresentam a menor renda, os menores níveis de escolaridade e as piores condições de moradia⁵⁰.

4.6- FECHO DE CAPÍTULO

A análise da estrutura social do Aglomerado Urbano de Brasília mostra que o clássico sistema causal: apropriação de capital escolar e econômico-é, no caso dos setores médios, relativizado pela forte presença do Estado na composição da hierarquia ocupacional. Por outro lado, quando observada à luz de indicadores de gênero, raça ou cor e de condições de moradia, a estrutura social do Aglomerado Urbano reforça o mencionado sistema causal. Em consequência, a estrutura social sugere que as dimensões social e ocupacional, por si só, não são suficientes para demonstrar o atual estágio da segregação no Aglomerado Urbano. Tendo em vista o complexo comportamento da estrutura social, ora caracterizado por nuances de rompimento ora de reforço da clássica relação entre capital econômico e escolar, a localização espacial do local de moradia das categorias e, por consequência, dos grupos sócio-ocupacionais demonstrará em que medida a organização espacial do Aglomerado Urbano reproduz, ou não, a sua estrutura social.

⁵⁰ O grupo que apresenta a menor renda é o subproletariado com cerca de 44,29% de sua população apropriando até ½ salário mínimo.

5- ORGANIZAÇÃO ESPACIAL E REPRODUÇÃO DA SEGREGAÇÃO NA ESCALA SUBLOCAL DO AGLOMERADO URBANO DE BRASÍLIA

O objetivo deste capítulo é responder a quarta questão de pesquisa, que trata da organização sócio-espacial do Aglomerado Urbano de Brasília, verificando em que medida a segregação expressa no território, representa efetivas mudanças no modelo periférico de urbanização observado até a década de 80. A análise se desenvolve a partir da combinação das variáveis de ocupação, escolaridade e renda que permitem mostrar a posição relativa dos indivíduos por meio de uma *proxy* da estrutura social materializada no território do Aglomerado Urbano. De forma mais específica, objetiva explorar as relações entre a hierarquia sócio-espacial com os graus de acessibilidade e apropriação aos recursos urbanos, articulando, para isto, fatores como condições de moradia, cor ou raça, setor de emprego e proximidade ao centro gerador de empregos. Supõe que essas relações refletem a segmentação espacial e a diferenciação social historicamente reforçada pelas ações de gestão do território do Distrito Federal e municípios do Entorno Goiano. Dessa forma, o detalhamento do atual quadro de segregação será revelado por meio de uma ‘fotografia’ da distribuição espacial dos grupos e categorias sócio-ocupacionais no espaço do Aglomerado Urbano. Para isso, utilizou-se uma desagregação espacial em unidades espaciais utilizadas pelo IBGE denominadas Áreas de Expansão Demográfica-AED’s⁵¹.

5.1- SEGREGAÇÃO E ORGANIZAÇÃO SÓCIO-ESPACIAL NO AGLOMERADO URBANO DE BRASÍLIA

A diferença das possibilidades de acesso a bens e serviços segundo os grupos sociais dá origem a uma ocupação urbana também balizada pelas mesmas distinções. A diferenciação social se reflete na hierarquização do espaço ocupado na cidade, onde a segregação sócio-espacial pode ser evidenciada pelas relações entre a posição na hierarquia social e a desigual apropriação dos recursos urbanos existentes. Conforme observado nos capítulos anteriores, os

] ⁵¹ As AED’s foram compostas no âmbito do Censo 2000 para fins de estimação das informações coletadas pelo questionário da amostra do Censo Demográfico. Para o Aglomerado Urbano de Brasília, foram definidas 126 AED’s: 106 no Distrito Federal, 07 em Luziânia, 01 em Cidade Ocidental, 05 em Valparaíso de Goiás, 04 em Águas Lindas de Goiás, 01 em Santo Antonio do Descoberto, 01 em Planaltina de Goiás e 01 em Novo Gama.

diversos grupos sociais se espalham pelo Aglomerado Urbano de Brasília segundo dois movimentos distintos, um que o aproxima das demais cidades brasileiras e outro que o diferencia e reforça a sua particularidade no cenário nacional. O primeiro movimento sugere que a distribuição espacial dos grupos sociais se dá por meio das oportunidades e capacidade dos indivíduos de apropriação dos recursos urbanos, sociais e econômicos, o que determinaria a sua localização residencial em determinadas porções do território do Aglomerado Urbano. O outro movimento pondera o modelo de 'livre competição' acima e aponta que o Estado, com suas políticas de gestão do território foi determinante para: 1) a constituição de uma sociedade segmentada espacialmente e hierarquizada de acordo com o capital econômico, escolar e com o setor de emprego e; 2) a consolidação da centralidade econômica e populacional do Distrito Federal distribuída em uma estrutura urbana polinucleada, com claras distinções espaciais do local de residência, que, criteriosamente representadas, apontam o grau de segregação social ali existente.

Para a construção da fotografia sócio-espacial do Aglomerado Urbano, as categorias sócio-ocupacionais tornaram possível a abordagem das desigualdades sociais em agrupamentos identificados com perfis homogêneos e hierarquizados de acordo com a apropriação do capital escolar e econômico. A localização residencial, na escala sublocal, destas categorias nos espaços que lhes são correspondentes no Aglomerado Urbano possibilitará a verificação do processo de segregação sócio-espacial presente na região. Com tal finalidade, a técnica utilizada para a verificação da covariância e correlação entre as categoriais sócio-ocupacionais foi a análise fatorial por componentes principais; para o agrupamento das categorias em grupos espaciais socialmente homogêneos utilizou-se a análise de *clusters*; e para a consolidação dos resultados utilizou-se de classificação hierárquica ascendente, com a distribuição das 25 categorias sócio-ocupacionais utilizadas anteriormente pelas 126 AED's – Áreas de Expansão Demográfica que compõem o Aglomerado Urbano de Brasília. Desta maneira, foi criada uma tipologia, utilizada como instrumento para classificar o território do Aglomerado Urbano, segundo posições relativas, em uma hierarquia sócio-espacial. O método foi aplicado ao conjunto de dados de 2000, para o qual foram encontrados três eixos (fatores) que sintetizam os princípios da distribuição espacial dos grupos sociais no Aglomerado Urbano, uma vez que são responsáveis 78,79% da variância total.

O primeiro fator mostra uma forte oposição de classe na estrutura social do Aglomerado Urbano de Brasília, distribuída em três grandes grupos: no lado positivo do fator, têm-se dois grupos com forte homogeneidade interna em relação aos demais fatores e o

terceiro, no lado negativo, com maior heterogeneidade. O primeiro grupo é formado pelo grupo dirigente e o segundo pelo grupo intelectual. No lado negativo, o terceiro grupo apresenta-se de forma mais heterogênea, formado pelas pessoas ocupadas dos setores médios e populares da hierarquia social. O primeiro fator é formado, essencialmente, pelas diferenças de apropriação de capital escolar e econômico entre as categorias sócio-ocupacionais.

O segundo fator praticamente não apresenta oposições, demonstrando uma composição social bem heterogênea. As categorias com maior contribuição são aquelas que compõem o grupo dos setores médios, seguido pelas ocupações de trabalhadores de comércio e trabalhadores domésticos. Examinando a contribuição das categorias para a formação do fator 2, constata-se que apenas 2 categorias sócio-ocupacionais têm contribuição acima da média, somando 15,15 % das contribuições. A maior contribuição é da categoria das ocupações médias de saúde e educação (7,73%). O fator 3 apresenta oposições de classe, demonstrando uma composição social comandada pelos trabalhadores domésticos (8,65%), seguido pelos grandes empregadores (6,89%), dirigentes do setor privado (6,01%) e pelos operários da construção civil (5,86%)

A primeira análise fatorial permitiu identificar 3 grandes grupos de unidades espaciais, de acordo com os graus de homogeneidade sócio-ocupacional interna e heterogeneidade entre si⁵². Novas análises fatoriais foram realizadas para cada um dos 3 grupos espaciais, permitindo refinar o processo de hierarquização sócio-espacial do Aglomerado Urbano, por meio dos critérios de posição, em relação à média metropolitana, das categorias e dos grupos sócio-ocupacionais. A identificação de diferentes composições sócio-espaciais entre as densidades de representação das diversas categorias nas unidades espaciais em cada grupo, gerou, ao todo, seis tipos de áreas, definidas por um perfil sócio-ocupacional (ver APÊNDICE B). São elas: superior, médio superior, médio, popular, popular operário e popular agrícola. Para apreender a composição social dos grupos definidos na tipologia do Aglomerado Urbano, a descrição de cada grupo permitirá a melhor compreensão dos tipos deles derivados:

- **Grupo ‘superior’**: caracteriza-se pela concentração do local de residência de categorias sócio-ocupacionais dirigentes e de profissionais de nível superior. Nesse grupo, constituído pelo **‘tipo superior’**, estavam aproximadamente 8,28% da população ocupada do Aglomerado Urbano de Brasília (ver tabela 5.1). Somando-se os grupos dirigente e intelectual, a participação no grupo superior total é de 42,04% que,

⁵² A composição dos grupos se deu pela ‘proximidade’ social das categoriais em sua distribuição espacial.

acrescidos da participação dos setores médios, sobe para cerca de 76%. Como principal característica, este grupo compõe-se de uma sobre representação das elites dirigentes do setor público e privado e intelectual, cuja densidade relativa de representação equivale a 5 vezes a média metropolitana. Se analisarmos este tipo espacial, à luz do total metropolitano, apresentam-se como destaques, a participação dos grandes empregadores (44,27%), dos dirigentes do setor público (48,32%) e os profissionais empregados e os estatutários de nível superior (35,37% e 37,94% respectivamente) (ver Tabela 5.2). Os setores operários e subproletariados estão praticamente ausentes desses espaços, salvo dos trabalhadores domésticos (6,72% dos quais encontravam-se neste tipo). Quanto à sua composição interna, destaca-se a forte presença dos setores médios, com cerca de 33,79% do total de pessoas ocupadas no tipo superior, com ênfase nas pessoas ocupadas em serviços de escritório, supervisão e em ocupações técnicas (12,52%, 7,48% e 6,39% respectivamente).

- **Grupo ‘médio’:** distingue-se principalmente pela participação dos grupos dirigentes, dos setores médios e da pequena burguesia acima da média metropolitana e, em geral, pela participação dos setores operários e populares abaixo da média metropolitana. O grupo médio concentra cerca de 43% do total de pessoas ocupadas no Aglomerado Urbano. Este grupo subdivide-se em dois tipos sócio-espaciais: **tipo médio superior** e **tipo médio**. O primeiro, que foi denominado de **médio superior**, caracteriza-se por concentrar elevado percentual das categorias dirigentes e dos profissionais de nível superior (com representação uma vez e meia acima da média metropolitana), da pequena burguesia e as ocupações de escritório e de saúde e educação do grupo dos setores médios, todos com ligeira superioridade em relação à média metropolitana. Com cerca de 18,75% do total de pessoas ocupadas no Aglomerado Urbano de Brasília, este tipo compõe-se internamente por 2,89% de grupo dirigente, 18,11% do grupo intelectual e 43,49% de setores médios, com destaque para as pessoas ocupadas em trabalhos de escritório, de supervisão, e ocupações técnicas (17,26%, 6,24% e 8,40%, respectivamente). O grupo do proletariado do secundário apresenta 5,74% de participação, ficando os setores operários e populares (proletariado do terciário e subproletariado) com participação de 15% e 8,91% respectivamente (ver Tabela 5.1). No setor popular, destacam-se os trabalhadores de comércio (6,71%) e prestadores de serviços especializados (6,37%).

O segundo tipo, denominado médio, caracteriza-se por apresentar uma composição interna onde se pode verificar o agrupamento das ocupações de menor capital econômico e escolar do grupo dos setores médios, todas ligeiramente acima da média metropolitana. Este tipo concentra 24,22% do total de população ocupada do Aglomerado Urbano (ver Tabela 5.1). Em sua composição interna, este tipo destaca-se por agrupar em seu interior cerca de 33,11% dos setores médios seguido pelo proletariado do terciário, do secundário e o subproletariado (28,65%, 16,26% e 12,34%, respectivamente). Os grupos dirigentes e da pequena burguesia apresentam baixa participação, com destaque para as categorias dos pequenos empregadores, professores e profissionais empregados de nível superior (2,13%, 2,38% e 1,64% respectivamente), com representação muito próxima da média metropolitana.

- **Grupo ‘popular’**: este grupo tem como característica principal a forte presença das categorias do proletariado do secundário, do terciário e do subproletariado. O grupo popular concentra cerca de 49% do total de pessoas ocupadas no Aglomerado Urbano. Esse grupo subdivide-se em basicamente três tipos: **popular**, **popular e operário** e **popular e agrícola**. O tipo caracteristicamente **popular** apresenta uma representação acima da média metropolitana de todas as categorias sócio-ocupacionais populares, tanto do proletariado do terciário, como do subproletariado, com destaque para a elevada densidade dos operários da construção civil e trabalhadores domésticos. Os operários da construção civil, os trabalhadores do comércio, os prestadores de serviços especializados, os não especializados e os trabalhadores domésticos, juntos, correspondem a 53,24% do total da população ocupada neste tipo. As categorias dirigentes, a pequena burguesia e os setores médios superiores, têm representação abaixo da média metropolitana. O segundo, denominado **popular operário**, distingue-se por abrigar, em seu interior, significativa participação dos grupos de Setores médios, do proletariado do secundário e do proletariado do terciário (16,36%, 25,40% e 32,07% respectivamente). Em sua composição destacam-se os prestadores de serviços especializados e não especializados (13,89% e 9,74% respectivamente) e os operários da construção civil (14,26%). O grupo dirigente é praticamente inexistente e os grupos intelectual e da pequena burguesia apresentam participação inexpressiva.

O terceiro tipo, denominado **popular e agrícola**, abriga em seu interior uma altíssima densidade dos trabalhadores agrícolas, cerca de quatro vezes superior à média metropolitana. A composição interna deste tipo observa-se completa ausência das demais categorias sócio-ocupacionais, salvo a dos trabalhadores domésticos com 2,48% de participação.

Tabela 5.1

**Distribuição das Categorias sócio-ocupacionais pelos tipos espaciais
Aglomerado Urbano de Brasília,2000**

em valores percentuais

Tipos Categorias socioocupacionais	Superior	Médio Superior	Médio	Popular	Popular e Operário	Popular e Agrícola	Total Global
Grupo das Ocupações Agrícolas	0,83	7,22	6,83	19,11	35,70	30,31	100,00
Grupo Dirigente	40,96	32,73	12,83	6,36	6,21	0,91	100,00
Grandes Empregadores	44,27	29,55	13,01	7,95	4,74	0,47	100,00
Dirigentes do Setor Público	48,32	34,09	9,02	3,66	4,32	0,59	100,00
Dirigentes do Setor Privado	30,28	34,57	16,46	7,47	9,57	1,66	100,00
Grupo Intelectual	31,82	40,00	14,85	7,59	5,29	0,45	100,00
Profissionais Autônomos de Nível Superior	34,84	36,00	11,83	8,64	8,03	0,66	100,00
Profissionais Empregados de Nível Superior	35,37	40,92	12,80	5,21	5,30	0,40	100,00
Profissionais Estatutários de Nível Superior	37,94	41,55	11,62	5,91	2,83	0,15	100,00
Professores de Nível Superior	19,12	41,55	23,13	10,61	5,00	0,59	100,00
Pequena Burguesia	15,79	29,55	23,70	13,91	16,05	1,00	100,00
Pequenos Empregadores	19,18	32,99	22,92	12,30	11,30	1,30	100,00
Ocupações Artísticas e Similares	12,40	26,10	24,48	15,52	20,80	0,70	100,00
Setores Médios	10,14	28,60	27,75	17,19	15,75	0,56	100,00
Ocupações de Escritório	9,19	28,70	29,40	17,21	15,10	0,39	100,00
Ocupações de Supervisão	16,73	31,62	23,59	13,54	13,58	0,95	100,00
Ocupações Técnicas	10,41	31,00	28,09	15,79	14,38	0,34	100,00
Ocupações Médias da Saúde e Educação	5,36	23,51	29,89	20,40	20,08	0,77	100,00
Ocupações de Seg. Pública, Just. e Correios	9,03	28,18	27,78	19,01	15,62	0,37	100,00
Proletariado do Secundário	1,36	7,86	25,57	25,63	38,70	0,89	100,00
Trabalhadores da Indústria Moderna	1,33	7,96	25,60	26,78	37,64	0,69	100,00
Trabalhadores da Indústria Tradicional	1,86	10,30	27,13	25,41	34,52	0,79	100,00
Operários de serviços auxiliares	1,21	9,43	29,25	25,40	33,66	1,04	100,00
Operários da Construção Civil	1,02	3,74	20,28	24,94	48,97	1,05	100,00
Proletariado do Terciário	2,23	10,53	26,91	25,37	34,24	0,72	100,00
Trabalhadores do Comércio	2,55	14,83	30,95	24,19	26,85	0,64	100,00
Prestadores de Serviços Especializados	2,30	11,14	25,95	24,93	34,93	0,76	100,00
Prestadores de Serviços Não Especializados	1,85	5,61	23,83	27,01	40,96	0,75	100,00
Sub-proletariado	4,01	10,66	22,50	25,56	35,99	1,27	100,00
Trabalhadores domésticos	6,72	11,38	17,74	22,48	39,21	2,48	100,00
Ambulantes	2,15	11,89	29,62	25,88	29,89	0,57	100,00
Biscateiros	3,14	8,73	20,15	28,33	38,87	0,77	100,00
Total Global	8,28	18,75	24,22	20,42	26,97	1,36	100,00

Fonte: IBGE, Censo Demográfico,2000- dados trabalhados pelo autor

Tabela 5.2

Composição dos tipos espaciais
Aglomerado Urbano de Brasília, 2000

Tipos Categorais socioocupacionais	em valores percentuais					
	Superior	Médio Superior	Médio	Popular	Popular e Operário	Popular e Agrícola
Grupo das Ocupações Agrícolas	0,17	0,64	0,47	1,55	2,19	36,79
Grupo Dirigente	8,76	2,89	0,78	0,44	0,33	0,90
Grandes Empregadores	2,39	0,70	0,24	0,17	0,08	0,15
Dirigentes do Setor Público	5,29	1,65	0,34	0,16	0,15	0,39
Dirigentes do Setor Privado	1,08	0,54	0,20	0,11	0,10	0,36
Grupo Intelectual	31,28	18,11	5,35	3,02	1,56	2,67
Profissionais Autônomos de Nível Superior	4,32	1,97	0,50	0,43	0,31	0,50
Profissionais Empregados de Nível Superior	13,22	6,75	1,64	0,79	0,61	0,90
Profissionais Estatutários de Nível Superior	7,98	3,86	0,84	0,50	0,18	0,20
Professores de Nível Superior	5,76	5,53	2,38	1,29	0,46	1,07
Pequena Burguesia	6,56	5,22	3,04	2,04	1,64	2,61
Pequenos Empregadores	5,21	3,95	2,13	1,35	0,94	2,15
Ocupações Artísticas e Similares	1,36	1,26	0,92	0,69	0,70	0,46
Setores Médios	33,79	43,49	33,11	23,92	16,36	10,49
Ocupações de Escritório	12,52	17,26	13,69	9,51	6,31	3,25
Ocupações de Supervisão	7,48	6,24	3,60	2,45	1,86	2,59
Ocupações Técnicas	6,39	8,40	5,89	3,93	2,71	1,28
Ocupações Médias da Saúde e Educação	2,51	4,85	4,78	3,87	2,88	2,17
Ocupações de Seg. Pública, Just. e Correios	4,89	6,74	5,14	4,17	2,60	1,21
Proletariado do Secundário	2,44	5,74	16,26	20,40	25,40	11,42
Trabalhadores da Indústria Moderna	0,45	1,20	2,99	3,70	3,94	1,42
Trabalhadores da Indústria Tradicional	0,53	1,29	2,63	2,92	3,00	1,35
Operários de serviços auxiliares	0,49	1,69	4,07	4,19	4,20	2,58
Operários da Construção Civil	0,97	1,57	6,58	9,59	14,26	6,07
Proletariado do Terciário	7,02	15,00	28,65	31,62	32,07	13,48
Trabalhadores do Comércio	2,61	6,71	10,84	10,05	8,45	3,98
Prestadores de Serviços Especializados	2,98	6,37	11,49	13,09	13,89	5,98
Prestadores de Serviços Não Especializados	1,43	1,92	6,31	8,48	9,74	3,52
Sub-proletariado	9,98	8,91	12,34	17,00	20,44	21,64
Trabalhadores domésticos	8,87	6,63	8,01	12,03	15,89	19,90
Ambulantes	0,76	1,86	3,58	3,71	3,25	1,23
Biscateiros	0,34	0,42	0,75	1,26	1,31	0,51
Total	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: IBGE, Censo Demográfico, 2000- dados trabalhados pelo autor

5.1.1- A SEGREGAÇÃO SÓCIO-ESPACIAL NO AGLOMERADO URBANO DE BRASÍLIA

Como se pôde observar na descrição dos tipos sócio-espaciais que compõem o Aglomerado Urbano de Brasília, os grupos dirigentes e intelectuais foram identificados como os que estão mais concentrados no espaço do tipo superior (40,96% e 31,82%, respectivamente), com destaque para os dirigentes do setor público (48,32%) e os profissionais estatutários de nível superior (37,94%). Contudo, nos espaços do grupo popular, a participação destes grupos é quase nula. Não resta dúvida que a concentração dos grupos dirigentes e intelectuais no espaço de tipo superior não exclui a participação de outras categorias⁵³.

⁵³ A presença de trabalhadores domésticos nos espaços superior e médio superior não representa diminuição das distâncias sociais entre as categorias sócio-

No Aglomerado Urbano de Brasília, a concentração das elites dirigentes não é fruto de recentes processos de ‘auto-segregação’, conforme observado em estudos realizados em outras regiões metropolitanas⁵⁴. Historicamente, a localização residencial dos grupos dirigentes foi reforçada pelas ações de gestão do território, que além de privilegiar certos estratos sócio-ocupacionais, concentrou nas proximidades do local de residência desses estratos a ampla maioria dos empregos formais, conforme demonstrado no mapa 5.1. Nesse sentido, ao aproximar o quadro de distribuição dos empregos à localização residencial das elites, Brasília aproxima-se das demais cidades brasileiras, dado que há uma significativa presença dos grupos dirigentes - cerca de 48,32% do pessoal ocupado nos espaços superiores eram dirigentes do setor público. Este percentual chegava a 34,09% nos espaços do tipo médio superior.

Na análise dos dados sobre a distribuição nos tipos sócio-espaciais das classes populares, observa-se que os espaços do tipo popular concentram cerca de 70% da população ocupada nos grupos do proletariado do secundário, do terciário e o subproletariado. Nos espaços do tipo popular e operário, o percentual sobe para 78%, o que representa, de certa forma, um constrangimento espacial dado pela posição social e, por conseqüência, pelo nível de renda, dado que a ampla maioria dos empregos concentram-se nos espaços do tipo superior, o que obriga aos grupos populares elevados custos de deslocamento casa-trabalho.

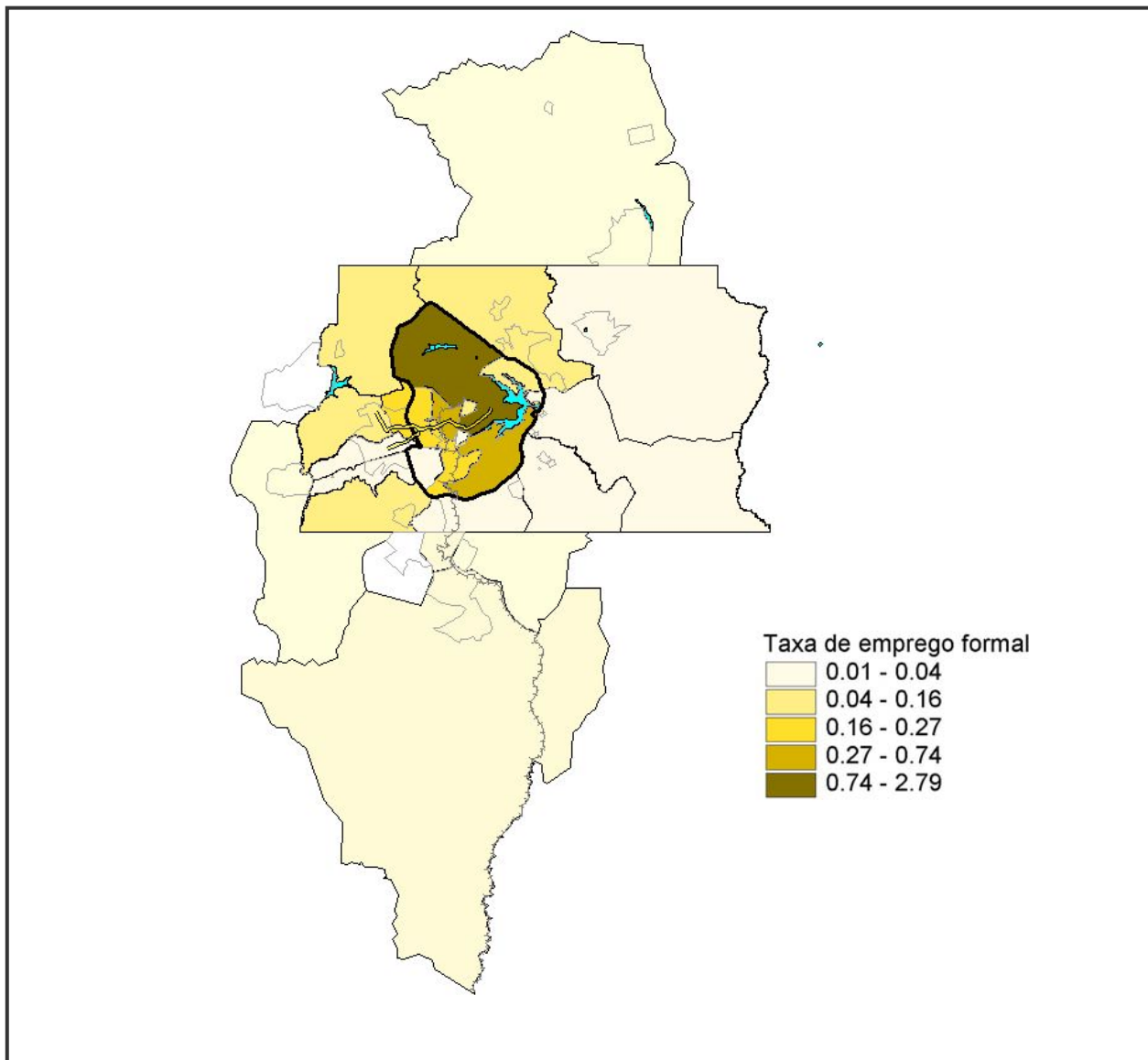
ocupacionais, apenas reproduz as relações de trabalho tradicionais, onde os prestadores de serviços moram com os empregadores, sem desestruturar a clássica oposição capital e trabalho.

⁵⁴ Conforme aponta Vianna (2005) a auto-segregação, enquanto segregação voluntária é, no Distrito Federal, um processo recente marcado ora pela ocupação de áreas lindeiras à EPCT, como é caso dos condomínios do Grande Colorado e do Jardim Botânico.

Mapa 5.1

Taxa de emprego formal* (%)

Aglomerado Urbano de Brasília, 2000



Fonte: SEDUH e RAIS-MTE, 2003 (elaboração do autor).

Notas: *Entenda-se por taxa de emprego formal como sendo a relação entre o número de vínculos empregatícios pelo total da população em cada unidade espacial

A composição interna dos espaços do tipo médio é a que apresenta maior heterogeneidade social. Neste tipo de espaço, além das categorias dos setores médios, destacam-se o proletariado do secundário, do terciário e o subproletariado, o que permite afirmar que é o tipo que mais se aproxima da média metropolitana, por mais que as categorias dirigentes estejam sub-representadas.

A discussão sugere que a segregação apresenta-se como um aspecto empírico e teórico fundamental para a compreensão dos processos sócio-espaciais no Aglomerado Urbano de Brasília. As análises realizadas estabeleceram um quadro sobre a reprodução das desigualdades sócio-espaciais articuladas à tradução, no campo da estrutura social, da distribuição espacial dessas desigualdades, por meio de uma tipologia social do espaço. De forma específica, as análises chamam a atenção para o fato que há fortes relações entre a hierarquia social, a concentração de empregos e a posição social. Quanto a hierarquia social, o que se observou foi um gradiente descendente do centro principal, onde se localiza os espaços superiores para as áreas mais periféricas e para os espaços populares. A mesma relação é observada no que se refere à concentração dos empregos formais nos espaços superiores e médio superiores, dado que no conjunto do pessoal ocupado do Aglomerado Urbano de Brasília, estes espaços concentram mais de 60% dos empregos formais e contribuem com 27,03% do total da população ocupada no Aglomerado. Em termos gerais, o contrário ocorre quando se trata da diversificação dos espaços. Quanto mais distantes dos espaços superiores e médio superiores, menor é a taxa de emprego e maior é a participação de ocupações dos grupos populares.

Tabela 5.3

**Densidade Relativa das Categorias sócio-ocupacionais pelos tipos espaciais
Agglomerado Urbano de Brasília, 2000**

Tipos Categorais socioocupacionais	Superior	Médio Superior	Médio	Popular	Popular e Operário	Popular e Agrícola	Total Global
Grupo das Ocupações Agrícolas	0,09	0,38	0,29	0,98	1,14	16,86	3,29
Grupo Dirigente	15,04	5,25	1,72	0,98	0,60	1,70	4,21
Grandes Empregadores	5,13	1,57	0,59	0,42	0,16	0,30	1,36
Dirigentes do Setor Público	6,18	1,83	0,40	0,18	0,13	0,39	1,52
Dirigentes do Setor Privado	3,73	1,85	0,73	0,39	0,31	1,00	1,33
Grupo Intelectual	15,58	8,70	2,52	1,64	0,75	1,15	5,06
Profissionais Autônomos de Nível Superior	4,21	1,95	0,52	0,45	0,30	0,42	1,31
Profissionais Empregados de Nível Superior	4,30	2,25	0,53	0,29	0,18	0,24	1,30
Profissionais Estatutários de Nível Superior	4,76	2,29	0,48	0,33	0,09	0,12	1,34
Professores de Nível Superior	2,31	2,22	0,99	0,58	0,19	0,38	1,11
Pequena Burguesia	3,85	3,16	2,04	1,47	1,15	1,26	2,16
Pequenos Empregadores	2,33	1,76	1,00	0,64	0,39	0,81	1,16
Ocupações Artísticas e Similares	1,52	1,40	1,04	0,83	0,76	0,45	1,00
Setores Médios	6,17	7,61	5,75	4,43	2,88	2,37	4,87
Ocupações de Escritório	1,13	1,53	1,21	0,91	0,56	0,33	0,94
Ocupações de Supervisão	2,04	1,71	0,98	0,68	0,50	0,65	1,09
Ocupações Técnicas	1,26	1,66	1,17	0,83	0,52	0,34	0,96
Ocupações Médias da Saúde e Educação	0,65	1,25	1,27	1,03	0,71	0,67	0,93
Ocupações de Seg. Pública, Just. e Correios	1,09	1,47	1,12	0,99	0,59	0,38	0,94
Proletariado do Secundário	0,63	1,62	4,27	4,89	5,81	3,46	3,45
Trabalhadores da Indústria Moderna	0,15	0,40	1,07	1,31	1,42	0,70	0,84
Trabalhadores da Indústria Tradicional	0,23	0,54	1,14	1,23	1,30	0,80	0,87
Operários de serviços auxiliares	0,15	0,49	1,23	1,25	1,26	0,89	0,88
Operários da Construção Civil	0,11	0,19	0,84	1,10	1,82	1,06	0,85
Proletariado do Terciário	0,77	1,67	3,27	3,75	3,89	2,09	2,57
Trabalhadores do Comércio	0,30	0,79	1,26	1,20	1,02	0,60	0,86
Prestadores de Serviços Especializados	0,27	0,59	1,06	1,24	1,30	0,71	0,86
Prestadores de Serviços Não Especializados	0,21	0,29	0,95	1,30	1,58	0,77	0,85
Sub-proletariado	1,39	1,68	2,78	3,38	4,21	3,18	2,77
Trabalhadores domésticos	0,77	0,61	0,74	1,01	1,43	1,76	1,05
Ambulantes	0,26	0,62	1,18	1,28	1,09	0,61	0,84
Biscateiros	0,36	0,44	0,86	1,10	1,69	0,81	0,88

Fonte: IBGE, Censo Demográfico, 2000- dados trabalhados pelo autor

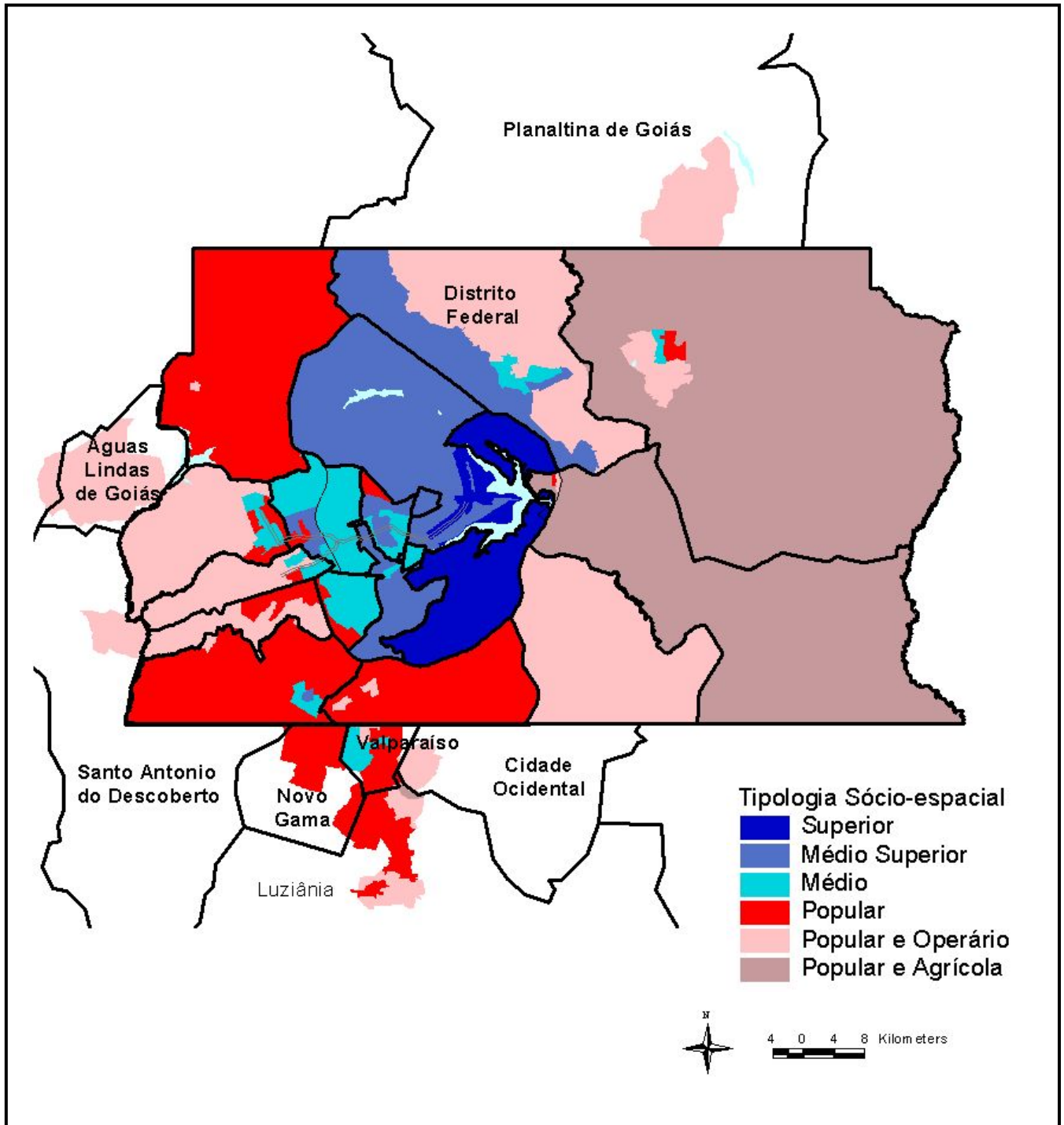
5.1.2- A ORGANIZAÇÃO SÓCIO-ESPACIAL NO AGLOMERADO URBANO DE BRASÍLIA

A tipologia sócio-espacial para o ano 2000, mostra um espaço geograficamente segregado, onde a hierarquia social, em nível macro, descende do centro de empregos e serviços do Aglomerado – A Região Administrativa de Brasília -para a periferia⁵⁵. Conforme indica o Mapa 5.2, os espaços do tipo superior correspondem a apenas 3,14% (4 AED's) do total de unidades espaciais, onde se concentram 8,28 % da população ocupada do Aglomerado Urbano. Em termos de distribuição espacial, este tipo concentra-se no interior da Bacia do Paranoá, cujos limites representam maior proximidade ao centro econômico do Aglomerado Urbano. Os espaços do tipo médio superior correspondem a 19% (24 AED's) do total de unidades espaciais, concentrando cerca de 18,85% da população ocupada, distribuídas principalmente ao redor da porção nordeste e sudeste da Bacia do Paranoá e em trechos das áreas centrais das cidades satélites, como é o caso de Gama, Taguatinga e Sobradinho. A presença de espaços do tipo médio-superior na área central da cidade satélite do Gama é explicada pela forte representação dos dirigentes do setor privado, de professores de nível superior e ocupações de escritório, com densidade próxima ao dos espaços superiores. As categorias de ocupações médias de Saúde e Educação e as de Segurança Pública, Justiça e Correio são as que apresentam as maiores representações do Aglomerado Urbano, cerca de 3 vezes maior que a média metropolitana (ver Tabela 5.3).

⁵⁵ Observam-se alguns espaços em áreas mais periféricas que apresentam qualidades do tipo médio e médio superior, como é o caso do núcleo original de Sobradinho e Gama Centro. Contudo, mesmo a presença destes espaços, em nível metropolitana não descaracteriza um espaço metropolitano organizado como um gradiente de tipos sociais em trajetória descendente a partir do centro principal.

Mapa 5.2

Tipologia sócio-espaical do Aglomerado Urbano de Brasília



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000 (elaboração do autor a partir da metodologia do Observatório das Metrôpoles).

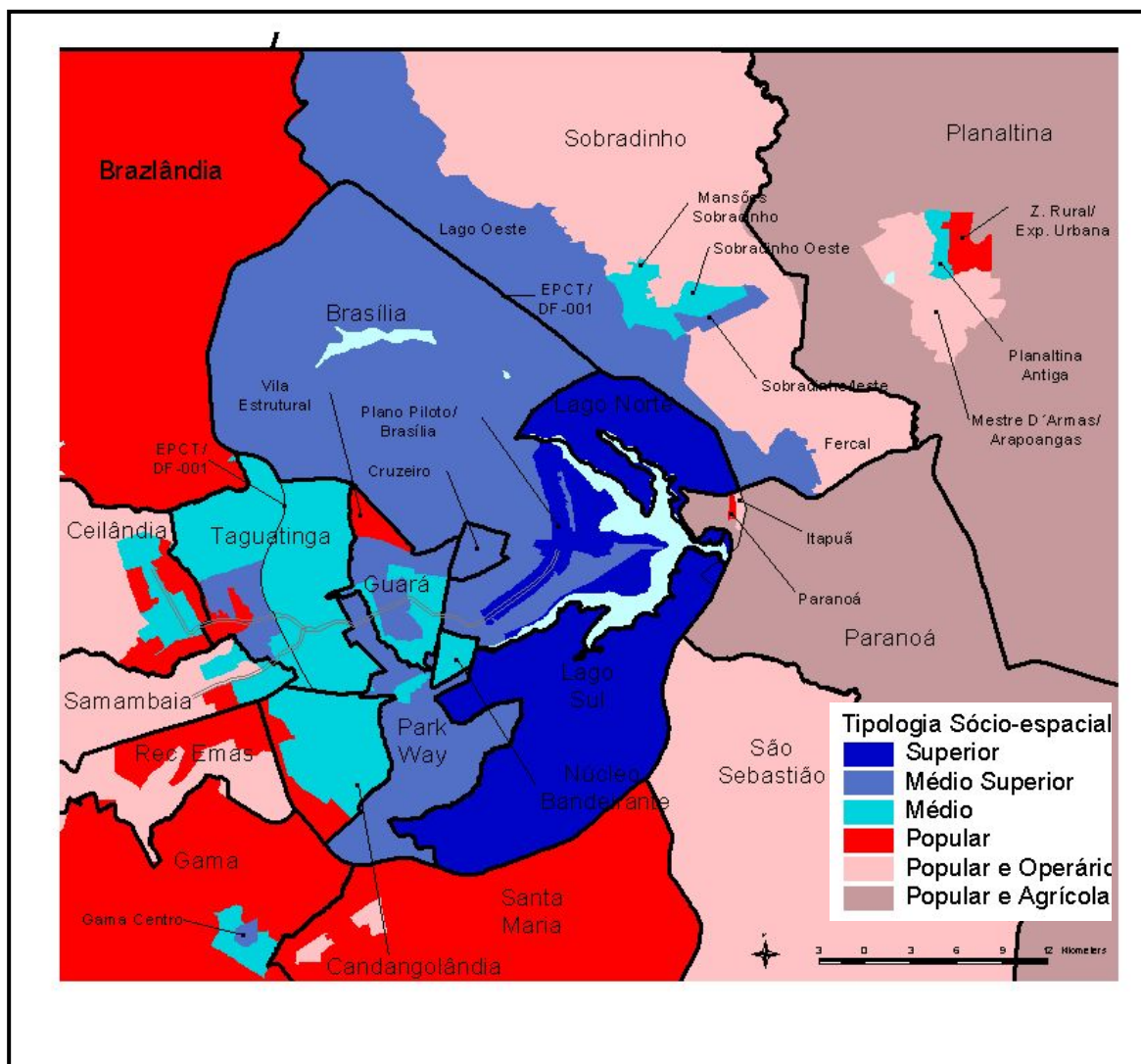
Os espaços do tipo médio, que correspondem a 30,70% (39 AED's) do total de unidades espaciais, comportam 22,22% da população ocupada, que se distribuem de forma mais difusa pelo território do Aglomerado Urbano, destacando as áreas próximas aos tipos médio superior, como é o caso das Quadras Econômicas da cidade do Guará. Os espaços do tipo popular, que correspondem a 26,77% (34 AED's) do total de unidades espaciais, concentram 20,42% da população ocupada do Aglomerado Urbano distribuídas de forma difusa pelo território, com unidades espaciais próximas aos espaços do tipo superior e médio superior, como é o caso da Vila Estrutural e do Itapuã⁵⁶ (ver Mapa 5.3).

Somando-se a este tipo os espaços de tipo popular e operário (7,87%) e popular e agrícola (9,44%), têm-se cerca de 44% do total de unidades espaciais do Aglomerado Urbano, onde residem cerca de 49% da população ocupada do Aglomerado (ver Mapa 5.2). Contudo, a ampla maioria deste tipo de espaço concentra-se nas áreas mais periféricas do Aglomerado Urbano, como é o caso da cidade de Águas Lindas de Goiás⁵⁷. Uma das peculiaridades dos espaços do tipo popular e agrícola é a mistura entre ocupações agrícolas e pessoas ocupadas nas categorias do proletariado do secundário e do subproletariado. Nesse sentido, pode-se inferir que tal mistura é um indicador do processo de expansão urbana desses grupos sociais em direção a áreas de uso rural. A ampla maioria das áreas em torno das principais vias de acesso ao Distrito Federal (BR-040, BR-060 e BR-010/020) apresenta espaços do tipo popular e popular operário. São áreas, que se analisadas em seu conteúdo histórico, demográfico e econômico respondem ao conjunto de atributos de regulação do uso da terra para fins urbanos no Distrito Federal.

⁵⁶ No caso da Vila Estrutural e Itapuã, a principal característica que as diferencia das demais unidades espaciais do tipo popular é a localização no interior da Bacia do Paranoá e a proximidade espacial às áreas de preservação ambiental.

⁵⁷ Em 2000, o município de Águas Lindas de Goiás contava com 106.746 mil moradores.

Mapa 5.3
ZOOM - Tipologia sócioespacial
Distrito Federal, 2000.



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000 (elaboração do autor a partir da metodologia do Observatório das Metrôpoles).

Uma particularidade do Aglomerado Urbano, dada pela expressão do setor público na economia local, é a concentração nos espaços do tipo superior e médio-superior de servidores públicos estatutários, com forte representação dos dirigentes do setor público e dos profissionais estatutários de nível superior (ver Tabela 5.3). A correlação positiva entre o setor de emprego e localização residencial enfatiza os aspectos relativos ao processo de organização do espaço metropolitano de Brasília como um conjunto urbano marcado pela concentração de servidores públicos estatutários nas unidades espaciais próximas ao centro econômico e a dispersão dos demais trabalhadores, em todo o território do Aglomerado⁵⁸ (ver Mapa 5.4). Uma exceção é a forte presença de servidores públicos na unidade espacial do Gama Centro, que corresponde ao tipo de espaço médio superior. Em termos de Aglomerado Urbano, o resultado aponta para a necessidade de estudos mais específicos sobre a formação desta unidade espacial, ao mesmo tempo em que mostra um aparente ‘rompimento’ com o isolamento dos grupos superior e intelectual no interior da Bacia do Paranoá.

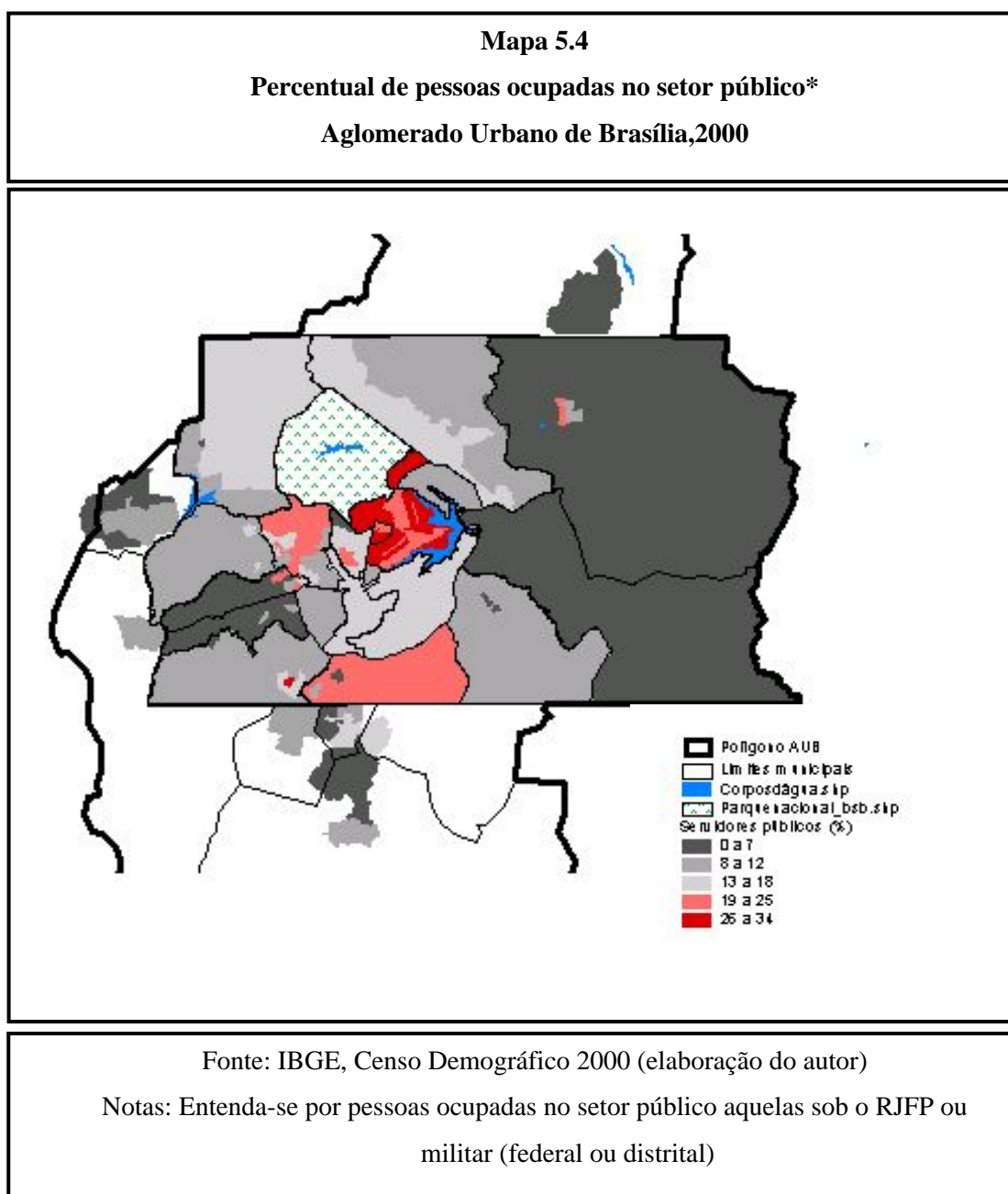
Segundo Morais e Cruz (2003), ao contrário do que acontece em setores de comércio, serviços e de construção, ser um empregado no setor público reduz a chance de se tornar morador de áreas de urbanização precária e de favelas. Para os autores, uma hipótese para esse tipo de segmentação sócio-espacial deve-se pelo fato do governo brasileiro (federal, distrital e municipal), além de pagar maiores salários que a média para os trabalhadores de baixos níveis de escolaridade e de oferecer mais estabilidade e previdência social melhor que qualquer outro setor de emprego, garante renda permanente maior (MORAIS E CRUZ, 2003: 6-10). No caso do Distrito Federal, o governo local, além de pagar maiores salários que os demais setores de emprego- conforme consta no APÊNDICE F- costumava prover apartamentos funcionais aos servidores públicos, quando da implementação e consolidação da capital federal. Atualmente, tem oferecido habitações para os ‘alto escalões. Nos municípios do Entorno Goiano, a diferença de salários se mantém.-’ do governo, geralmente imigrantes, o que faz que esta população ocupada tenha além de elevados salários, uma espécie de subsídio não pecuniário, reduzindo drasticamente a sua incidência em espaços do tipo médio, popular e popular operário⁵⁹.

A soma da apropriação do capital econômico e escolar com a localização residencial em espaços do tipo superior aponta, do ponto de vista físico, para melhores rendas e melhores

⁵⁸ Conforme apontado no APÊNDICE F, o setor de emprego é fator de diferenciação social e espacial determinante, dado que a proporção entre a remuneração bruta de um servidor público é 03 vezes maior que os trabalhadores não-públicos.

⁵⁹ Sob o aspecto das determinantes da segregação sócio-espacial nas regiões metropolitanas brasileiras, ver Morais e Cruz (2003).

índices de acesso aos recursos urbanos como o saneamento básico, marcado pela presença dos espaços superiores e médios superiores. Por outro lado, a soma de baixos índices de apropriação do capital econômico e escolar, mais a posição na ocupação e a maior distância ao centro de empregos do Aglomerado Urbano, tem-se um conjunto espacial marcado pela predominância de espaços do tipo popular, popular e operário e popular e agrícola, alguns isolados em meio a grandes glebas rurais e outros próximos a espaços do tipo superior e médio-superior, sem contudo, compartilharem dos mesmos indicadores que tais espaços.



Em síntese, a organização sócio-espacial do Aglomerado Urbano sugere que a maior proximidade geográfica ao centro de empregos corresponde a maiores oportunidades de trabalho e melhores condições de vida urbana. No entanto, quando a segregação é materializada por meio de indicadores de condições de moradia, a organização sócio-espacial do Aglomerado Urbano apresenta diferenças que refletem o histórico da ocupação e das ações de gestão do território, cuja diferenciação leva ao importante papel do Estado no aprofundamento das desigualdades de acesso aos recursos urbanos⁶⁰, independente do tipo sócio-espacial. Para visualizar as diversas nuances da segregação, o próximo item revela em que medida a segregação reproduz no espaço as diferenças sociais, por meio de indicadores de condições de moradia, raça ou cor e acesso a serviços urbanos básicos.

5.1.3 ACESSIBILIDADE E REPRODUÇÃO DA SEGREGAÇÃO NA ESCALA INTRA-URBANA

As pressões exercidas sobre os recursos urbanos existentes no Aglomerado Urbano de Brasília resultam de um amplo e diversificado conjunto de dinâmicas sócio-territoriais, representadas pela localização residencial dos grupos sócio-ocupacionais, pelas condições de moradia, pela localização dos empregos, que traduzidas na dinâmica territorial, condicionam a estruturação e o desenvolvimento de diferentes formas de acesso à cidade. Conforme observamos no Capítulo 4, aspectos como renda, educação, raça, e posição na ocupação afetam diretamente na probabilidade de um indivíduo se localizar em determinado lugar na hierarquia sócio-ocupacional e, por conseqüência, nos tipos sócio-espaciais. De forma convergente, o acesso a serviços e equipamentos públicos é determinado pelo tipo de espaço, dado que esse concentra em seu interior, em maior ou menor intensidade, recursos urbanos, reforçando com isso, o grau de segregação sócio-espacial existente.

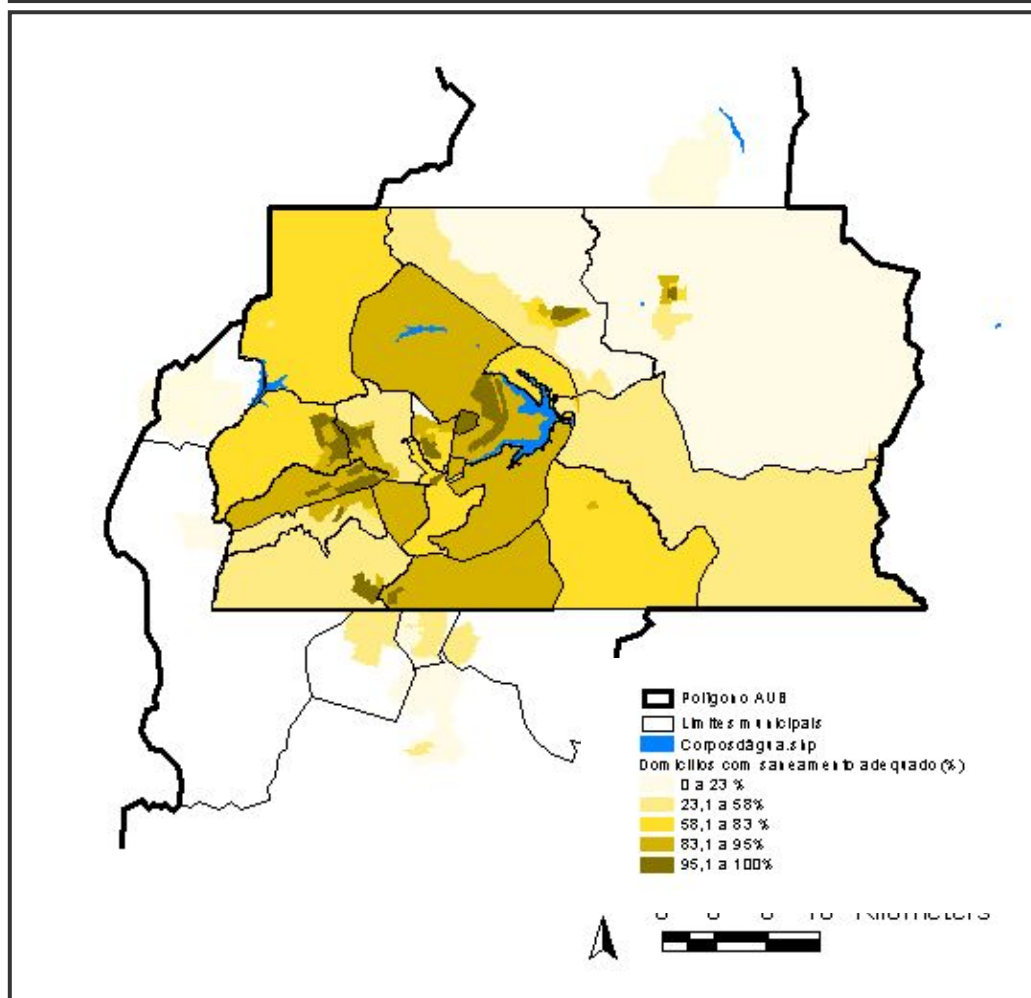
A relativa complexidade da estrutura sócio-espacial é marcada pelos variados graus de correspondência com o acesso aos recursos urbanos. No que se refere às condições de saneamento, os resultados apresentaram dois cenários distintos: 1) relativo ao Distrito Federal e 2) aos demais municípios do Aglomerado Urbano. Observa-se que as condições de saneamento no DF reproduzem o histórico processo de urbanização promovida pelo governo

⁶⁰ As análises realizadas nos Capítulos anteriores demonstraram que as ações de gestão do território constituíram diferenciados padrões de urbanização marcados pela "periferização institucionalizada" das populações de menor poder aquisitivo em cidades-satélites, no Distrito Federal, e a profusão de loteamentos em terras particulares nos municípios goianos do Entorno Goiano.

federal. Em 2000, a ampla maioria dos domicílios do Distrito Federal apresentava saneamento adequado, distribuindo-se em quase todas as unidades espaciais (ver Mapa 5.5). Nesse sentido, morar no espaço do tipo popular operário como Samambaia ou Santa Maria, área periférica no DF, possibilitava acesso ao saneamento adequado, embora a distância casa-trabalho fosse maior que as unidades espaciais do tipo popular localizadas próximas às áreas centrais. A expansão da oferta de serviços básicos de saneamento e coleta de lixo ocorreu nas áreas incorporadas, primeiramente pelo Estado, e de forma secundária pelo capital imobiliário. Espaços do tipo popular, promovidos ora por loteadores descapitalizados, ora por ação espontânea da população, como a Vila Estrutural, Vila Varjão, Itapuã, Mestre D' Armas, Arapoangas e a expansão de Sobradinho, ao contrário, por serem ocupações recentes e irregulares apresentam os menores índices de saneamento adequado do DF.

O segundo cenário demonstra uma situação perversa de correspondência entre a estrutura sócio-ocupacional e a apropriação dos recursos urbanos. Nos municípios de Águas Lindas de Goiás, Planaltina, Santo Antonio do Descoberto, expansão de Valparaíso de Goiás e Luziânia, há uma correlação direta entre espaços do tipo popular, popular agrícola ou operário, promovidos pelos loteadores descapitalizados e baixos índices de domicílios com saneamento adequado. A oferta de serviços de saneamento adequado está restrita, em sua ampla maioria, ao núcleo urbano consolidado dos municípios goianos ou aos assentamentos originados de intervenção estatal, como é o caso de Cidade Ocidental e Valparaíso I, o que sinaliza continuidade do modelo de reprodução da lógica segregacionista espacialmente expandida.

Mapa 5.5
Domicílios com saneamento adequado (%)
Aglomerado Urbano de Brasília



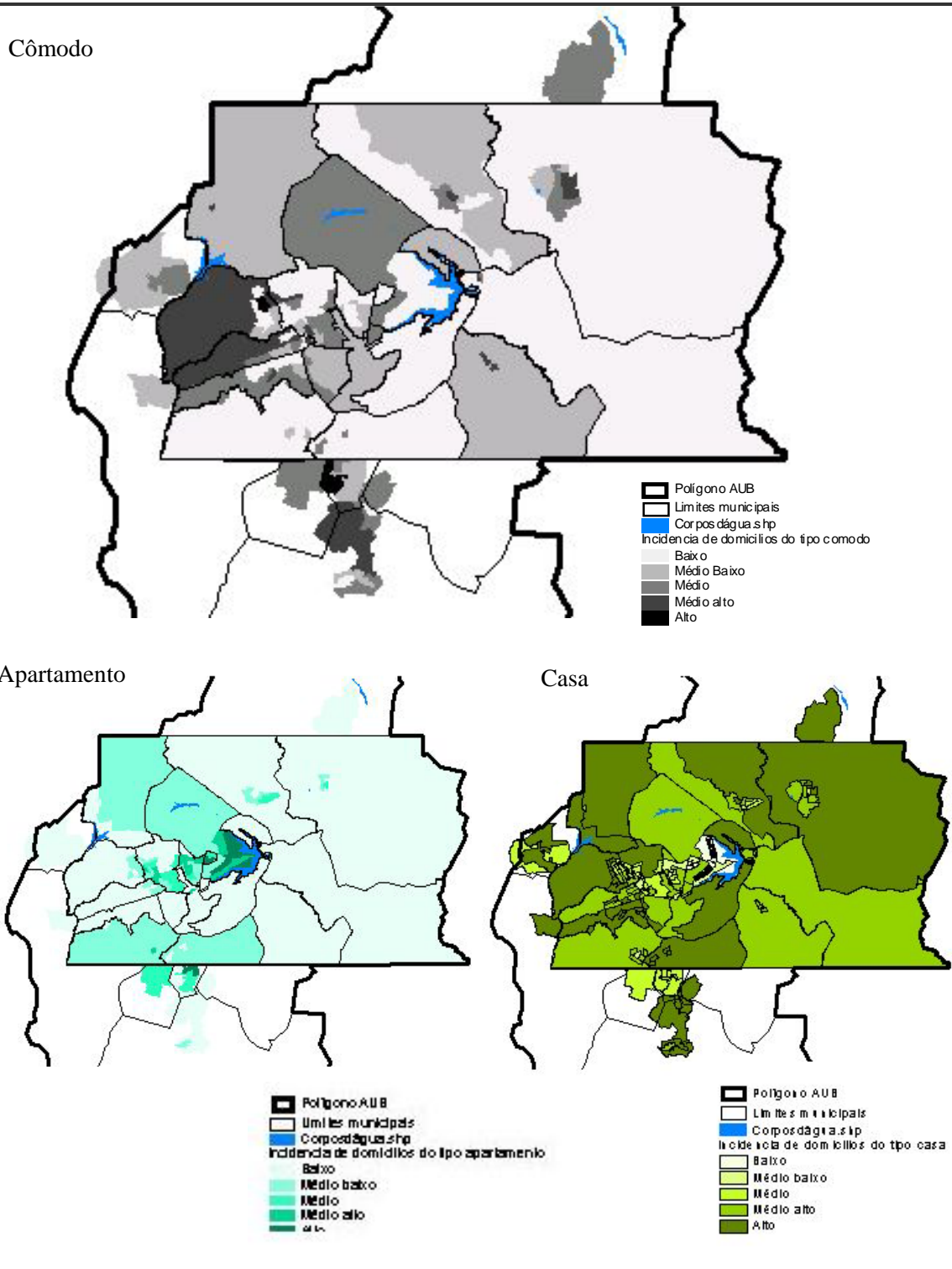
Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000 (elaboração do autor)

A segmentação espacial observada anteriormente, que separava assentamentos promovidos pelo Estado e aqueles promovidos pelos loteadores descapitalizados, quando analisada à luz da tipologia habitacional não permanece. Há elevados graus de correspondência entre o tipo de domicílio e a estrutura sócio-ocupacional em todo o Aglomerado Urbano. A maior concentração de domicílios como cômodo, que representa uma perversa alternativa, na forma de aluguel ou coabitação de famílias em um mesmo domicílio, está diretamente relacionada com o espaço do tipo popular e popular operário (ver Mapa 5.6). No caso das cidades do Distrito Federal, a incidência dos domicílios do tipo cômodo é maior nas cidades de Ceilândia, Planaltina e Guará. Nos municípios goianos de Águas Lindas de

Goiás, nos loteamentos em Luziânia e na expansão de Valparaíso de Goiás, o quadro indica que a proximidade ao Distrito Federal e às rodovias de acesso podem ser um dos indicadores da ocorrência desse tipo de domicílio.

Quanto à condição de propriedade do domicílio, verifica-se que o fenômeno da incidência de domicílios alugados, que representa os maiores comprometimentos dos rendimentos familiares, apresenta menores graus de correspondência com a estrutura sócio-ocupacional (ver Mapa 5.7).

Mapa 5.6
Distribuição espacial dos domicílios segundo o tipo
Aglomerado Urbano de Brasília

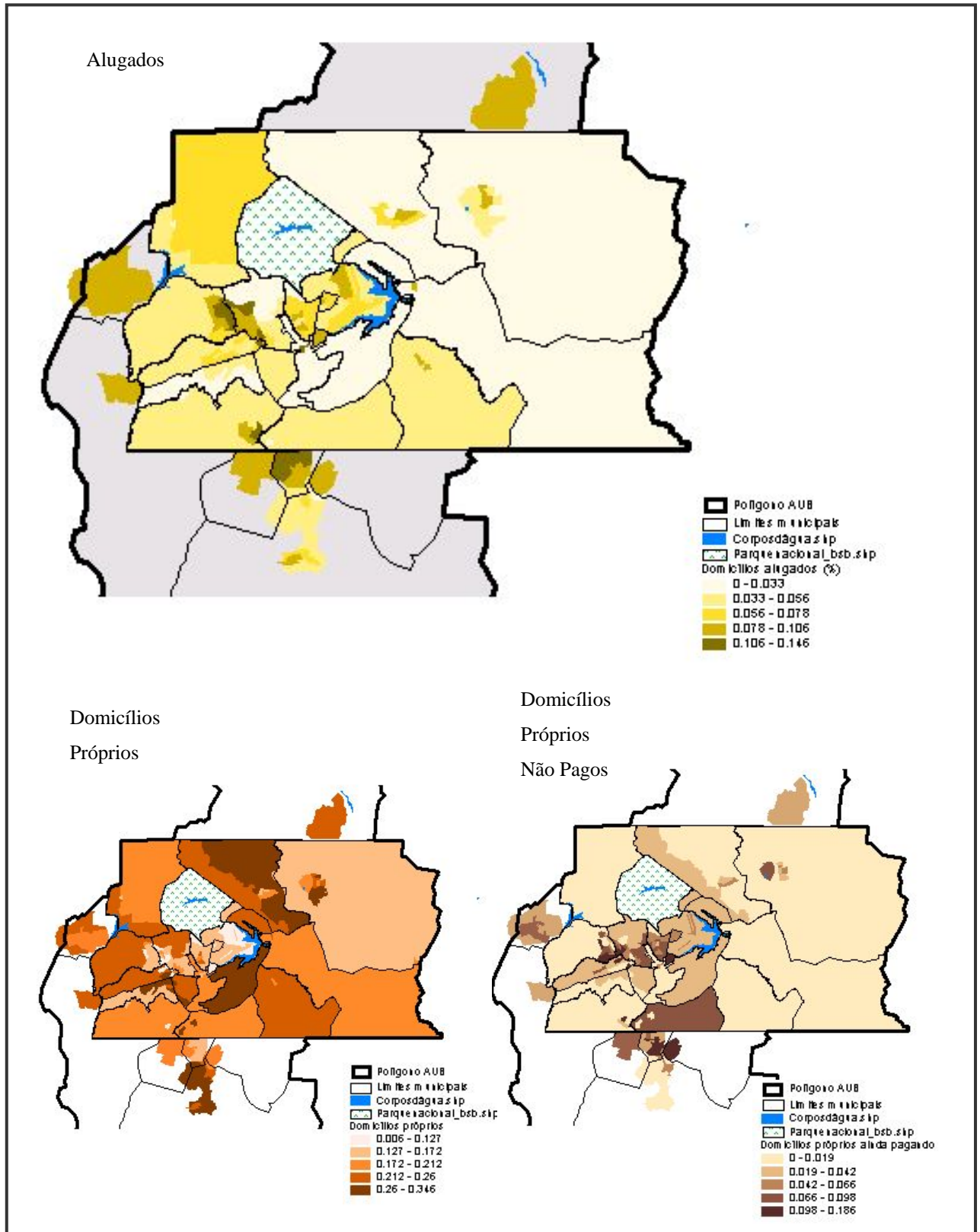


Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000 (elaborado pelo autor).

No caso das cidades como Ceilândia e Valparaíso, o que se observa é uma relação direta entre incidência de cômodos e domicílios alugados, o que permite levantar a hipótese que há um submercado de locação baseado na subdivisão das residências, sinalizando claros processos de “encortiçamento” dessas unidades espaciais do Aglomerado Urbano. No caso dos domicílios próprios e próprios ainda pagando, verifica-se que há uma relação direta entre periferação e condição de propriedade do domicílio, dado que a maior incidência ocorre nas áreas periféricas, o que explica, em parte, a mobilidade populacional em direção às novas áreas de expansão urbana, consolidando o modelo de acesso à cidade baseado na periferação, autoconstrução e propriedade fundiária.

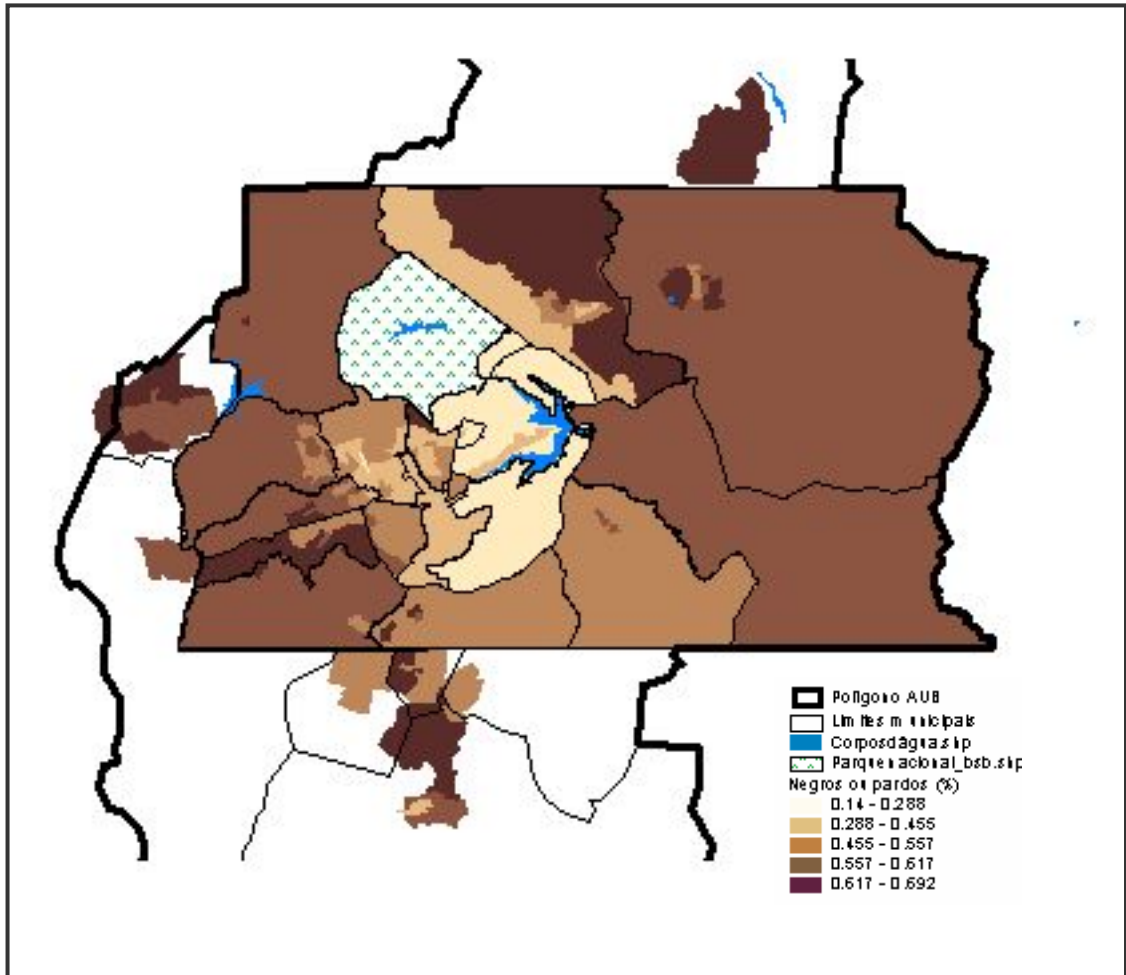
Outro resultado relaciona-se com a forte presença da componente raça, renda e níveis de escolaridade na caracterização dos padrões de segregação sócio-espacial. Fica evidente que o grupo de pobres, não-brancos, tem maior incidência sobre os espaços do tipo popular e popular operário (ver Mapa 5.8).

Mapa 5.7
Distribuição Espacial dos domicílios segundo a condição de propriedade
Aglomerado Urbano de Brasília



Fonte: IBGE, Censo Demográfico, 2000 (elaboração do autor).

Mapa 5.8
Percentual de Negros ou pardos



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000 (elaboração do autor)

5.2- RESULTADOS: ORGANIZAÇÃO ESPACIAL E REPRODUÇÃO DA SEGREGAÇÃO NA ESCALA SUBLOCAL DO AGLOMERADO URBANO DE BRASÍLIA

A análise da tipologia sócio-espacial do Aglomerado Urbano de Brasília mostra que a distribuição espacial dos grupos conformou uma estrutura urbana marcada pela concentração das elites dirigentes e intelectuais nos espaços do tipo superior e médio-superior e o espraiamento das categorias dos setores médios em todos os tipos de espaço do Aglomerado Urbano. Com relação à localização residencial dos espaços do tipo popular, popular operário e popular agrícola, observou-se o agrupamento em vastas áreas periféricas do território reforçando o movimento centrífugo de expansão urbana observado desde a Fase de Consolidação do Aglomerado Urbano. Contudo, a presença de espaços do tipo popular, como é o caso da Vila Estrutural e do Itapuã, em áreas dominadas pelos espaços do tipo superior e médio superior, aparentemente, ‘rompeu’ com o histórico processo de periferação do Aglomerado Urbano.

A atual cartografia social do Aglomerado Urbano não representa apenas os resultados da transferência dos ‘problemas urbanos’ do Distrito Federal para o Entorno Goiano e sim a incorporação definitiva do território do Entorno Goiano à dinâmica metropolitana capitaneada por Brasília. Nesse sentido, pode-se afirmar que não há ruptura na organização sócio-espacial da região, mas, ao contrário, consolidam-se tendências expressas desde a gênese da formação metropolitana, destacando-se o processo de periferação na direção sudoeste e nordeste, dos segmentos populares, a concentração das elites dirigentes nas áreas residenciais do Plano Piloto e adjacências e a formação de um anel pericentral, que mescla segmentos superiores dos setores médios com parte das categorias de intelectuais, dirigentes do setor privado e a pequena burguesia.

Pode-se dizer que as decisões estatais acerca da localização das cidades satélites no quadrante sudoeste contribuíram, nas décadas de 60 e 70, para a consolidação de uma estrutura urbana polinucleada, segmentada em espaços populares e não populares. Entre 70 a 90, a polarização entre centro e periferia dá lugar a um espaço marcado pela profusão dos loteamentos populares e de classe média em torno dos assentamentos já consolidados. Somase ainda a alta concentração de recursos urbanos e empregos no DF, que por sua vez consolidaram uma estrutura social fortemente baseada no poder estatal e nas atividades do setor terciário, e uma estrutura urbana fortemente monocêntrica e com tendências à conurbação em suas áreas periféricas.

Em termos de acessibilidade e apropriação dos recursos urbanos, o que se observa no Aglomerado Urbano são elevados graus de correspondência entre a hierarquia sócio-espacial e as condições de vida urbana. Os resultados apontam para a ampliação das condições precárias de moradia nos assentamentos produzidos por loteadores descapitalizados do DF, dado que tais assentamentos apresentam índices semelhantes aos apresentados pelos espaços populares dos municípios do Entorno Goiano.

5.3- FECHO DO CAPÍTULO

Por fim, a análise sugere que os diferenciados graus de acessibilidade a serviços públicos reforçam a segregação sócio-espacial expressa nos diferentes tipos sócio-espaciais. O continuum territorial -que descende do centro para a periferia- demonstrado na tipologia sócio-espacial apresenta descontinuidades quando analisados à luz dos indicadores de condições de moradia. O processo de periferização promovido, de um lado pelo governo federal e de outro pelos loteadores descapitalizados sugere que a distribuição diferenciada dos recursos urbanos reproduz com tinturas locais a segregação sócio-espacial, dado que, independente do tipo sócio-espacial, se o assentamento for fruto de ação estatal o acesso a saneamento adequado é superior se comparado aos promovidos por loteadores descapitalizados. Contudo, quando se observa a segregação à luz das condições de propriedade, a descontinuidade é marcada pela concentração em espaços do tipo popular e popular operário de domicílios do tipo cômodo e alugados. Nesse sentido, a segregação expressa no território do Aglomerado Urbano reforça a dimensão espacial das diferenças sociais historicamente produzidas pelas ações de gestão. Em síntese, o atual quadro de segregação sócio-espacial, observado por meio das relações entre tipologias sócio-espaciais e distribuição de recursos urbanos, é a materialização dos conflitos sócio-espaciais, produtos e reprodutores das contradições e desigualdades hierarquicamente organizadas no espaço do Aglomerado Urbano de Brasília.

6- CONCLUSÕES

O desenvolvimento da dissertação aqui apresentada foi motivado pela necessidade de responder a algumas questões postas pela construção do objeto da pesquisa na contemporaneidade. O objetivo central da dissertação foi analisar o processo de produção do espaço no Aglomerado Urbano de Brasília, com foco nos processos de segregação sócio-espacial. Para tal, adotou-se um quadro interpretativo que enfatizou, em cada período analisado, o contexto socioeconômico, que incluiu as mudanças na estrutura demográfica, produtiva e do mercado de trabalho; as ações de gestão do território, principalmente políticas públicas; e os resultados do processo, postos sob a forma de relações entre padrões de distribuição espacial e de urbanização dos grupos sociais.

No que se refere aos aportes teóricos, as abordagens ecológicas permitiram desvelar em que medida os modelos de representação da estrutura urbana, baseados nas relações de localização, delegavam ao mercado e a certas características culturais, o atributo de conciliar a liberdade de ação individual com a eficiência no uso dos recursos da sociedade. Somam-se a isso, as abordagens dos neoclássicos, cujas tendências de considerar agrupamento, isolamento e dispersão dos grupos sociais nas cidades são interpretadas como produtos da escolha (*trade off*) entre o consumo de "acessibilidade" (proximidade do trabalho ou certas externalidades urbanas) e o consumo de quantidades de solo urbano.

Em contrapartida, o aporte teórico dos marxistas contrapôs-se à hegemonia do livre mercado e do 'estado natural das coisas', ao colocar no debate proposições críticas ao papel dos agentes sociais na desigual apropriação dos recursos urbanos. A contribuição da abordagem marxista foi a introdução da luta de classes e do Estado nas teorias de localização das atividades residenciais e comerciais. As desigualdades sócio-espaciais são entendidas como atributos para a compreensão da disputa interna e externa das classes sociais por espaço, serviços e equipamentos nas cidades. Nesse sentido, a hegemonia espacial da classe capitalista é renovada pelos mecanismos de intervenção e planejamento das cidades por meio do Estado. Para os marxistas, a organização espacial representa as hierarquias de poder e a segregação sócio-espacial é, além da expressão das relações sociais no espaço, produto do próprio espaço, que envolve forças econômicas, políticas e culturais na organização social.

O esforço da reflexão empreendida buscou desenvolver respostas para as questões de pesquisa formuladas no início do trabalho. A primeira questão de pesquisa, que tratou do papel de gestão do território na formação da segregação sócio-espacial no Aglomerado

Urbano de Brasília, que abrange os períodos de Implementação e Consolidação, foi respondida pela análise, no campo das políticas territoriais, de planos de ordenamento territorial e de seus impactos na formação do Aglomerado Urbano de Brasília. Como resultado, observou-se que no período de Implementação, sob um contexto de fortes fluxos migratórios, as formas de provisão de moradias, baseadas na relação entre hierarquia sócio-ocupacional e local de emprego, foram determinantes para a organização sócio-espacial do Aglomerado Urbano em formação. No período de Consolidação, sob um contexto de redirecionamento dos fluxos migratórios, as constantes ações estatais de restrição de uso e ocupação do solo no Distrito Federal, principalmente em áreas próximas ao Plano Piloto, reforçaram o movimento centrífugo observado desde a implementação da capital federal. A organização espacial foi marcada pela formação de cidades satélites no Distrito Federal e proliferação de loteamentos desprovidos de recursos urbanos mínimos nos municípios do Entorno Goiano.

No nível dos agentes econômicos, o que se observou foi um processo de concentração econômica no Distrito Federal. A dinâmica do quadro ocupacional foi marcada pelo avanço do setor terciário na economia do Distrito Federal e Entorno Goiano. A segregação resultante foi caracterizada, por um aspecto, pela polarização entre local de trabalho e de moradia. Por outro, pela diferenciação sócio-espacial capitaneada pelas ações estatais e dos loteadores descapitalizados: 1) periferação promovida pelo governo federal (cidades-satélites) com um mínimo de ordenamento territorial e com acesso a recursos urbanos e, 2) por loteamentos populares que se caracterizavam pela propriedade fundiária e ausência de recursos urbanos mínimos. A exploração da primeira questão de pesquisa indicou a reprodução, com tinturas locais, do processo de urbanização periférica observado em outras cidades brasileiras.

A segunda questão de pesquisa, que tratou do papel da gestão do território na reprodução da segregação sócio-espacial no Aglomerado Urbano de Brasília, em particular no período de Expansão, foi respondida pela análise, no campo das políticas territoriais, dos planos de ordenamento territorial e do intenso processo de expansão dos municípios do Entorno Goiano. Como resultados, observou-se que no período de Expansão, sob um contexto de redistribuição populacional, as ações estatais indicaram a revisão do padrão de urbanização polinucleado e disperso para a consolidação das porções Sudeste e Nordeste do território do Aglomerado Urbano como áreas de conurbação. No nível dos agentes econômicos, observou-se o reforço do movimento centrípeto das atividades econômicas e a convergência, no Aglomerado Urbano, para a maciça ocupação da população no setor terciário, com destaque para as atividades de comércio e serviços vinculadas à administração pública federal, distrital

e municipal. A segregação resultante foi caracterizada pela constituição de uma organização espacial monocêntrica e diferenciada em três cenários urbanos distintos e funcionalmente interligados: 1) Área central, com ampla maioria dos empregos formais, baixa densidade demográfica e elevada rotatividade populacional, 2) Área intermediária, com média concentração de empregos, alta densidade demográfica e elevada rotatividade populacional e, 3) Área periférica, com baixa concentração de empregos em franco processo de expansão territorial e demográfica e elevada absorção de migrantes intra-metropolitanos. A exploração da segunda questão de pesquisa indicou que a segregação no Aglomerado Urbano de Brasília apresentou nuances nos padrões de desigualdades sócio-espaciais, principalmente em virtude das recentes ocupações de baixa renda próximas à área central, como é o caso da Vila Estrutural e do Itapuã, e a proliferação de condomínios horizontais de classe média em áreas rurais. Apesar dessas nuances, a organização sócio-espacial do Aglomerado Urbano continuou a reproduzir as tendências de distribuição dos grupos sociais dadas desde a sua formação.

A terceira questão de pesquisa, que tratou das mudanças na organização sócio-espacial resultantes das ações de gestão do território e dos agentes econômicos no Aglomerado Urbano de Brasília na última década, foi respondida pela descrição e análise da estrutura social combinada com indicadores de acessibilidade e apropriação dos recursos urbanos. Como resultado, observou-se que a estrutura social, aparentemente, rompe com o sistema causal de renda e escolaridade, dado que o grupo dos setores médios corresponde a cerca de 30% da população ocupada e se apropriam de 34,23% dos rendimentos acima de 20 salários mínimos. Comparando esses índices com os anos de escolaridade desse grupo, observou-se que apenas 15,77% apresentam mais de 15 anos de estudo, enquanto os grupos intelectuais e dirigentes concentram-se nessa faixa de anos de estudo.

Uma das explicações obtidas pelas análises para o aparente rompimento do sistema causal deve-se à forte presença do poder estatal no quadro ocupacional da população do Aglomerado Urbano, dado que ser um empregado no setor público eleva a chance de apresentar maiores salários, que chegam a ser três vezes maiores que os demais trabalhadores, independente do nível de escolaridade e da posição na ocupação. Por outro lado, a forte presença de setores médios em todas as unidades espaciais sugere uma relativização da segregação. A exploração da terceira questão de pesquisa sugere que a segregação social no Aglomerado Urbano de Brasília é fortemente influenciada pelo setor de emprego da população ocupada, particularmente o caráter público ou privado, o que indica que a

hierarquização social, no caso do Aglomerado Urbano, por si só não foi suficiente para demonstrar em que medida a estrutura social representa a segregação sócio-espacial.

De forma complementar, a quarta questão de pesquisa, que tratou do papel da organização sócio-espacial na reprodução das desigualdades sociais na última década, foi respondida pela tradução espacial da estrutura social por meio da construção de uma tipologia sócio-espacial. Como resultado, observou-se que a distribuição espacial dos grupos sócio-ocupacionais apresenta um continuum territorial - que descende do centro para a periferia - marcado pela concentração das elites dirigentes e intelectuais nos espaços do tipo superior e médio-superior e pelo espraiamento dos setores médios e dos grupos populares em praticamente todos os demais tipos de espaço. No que se refere aos indicadores de acessibilidade aos recursos urbanos, a tipologia sócio-espacial traduz no espaço a precarização física das moradias associada à da posição na ocupação.

A significativa presença da ação estatal na promoção de moradias no Distrito Federal e em certos trechos de Luziânia, como é o caso de Valparaíso e Cidade Ocidental, traduz no espaço a aparente ruptura do sistema causal observada quando da análise da estrutura social. A cartografia social do Aglomerado Urbano de Brasília apresenta espaços do tipo popular nas privilegiadas áreas centrais e nas áreas de tipo superior, sem, contudo romper com a segregação sócio-espacial observada desde a sua formação. Isto leva a concluir que, no atual estágio de urbanização do Aglomerado Urbano de Brasília, a correlação entre distâncias sociais e espaciais não mais responde à organização sócio-espacial observada, mas apenas traduz a consolidação das tendências observadas desde a formação do Aglomerado Urbano.

As contribuições da dissertação concentram-se análise metropolitana e intra-urbana. Na escala metropolitana, os resultados apontaram que as suposições de recentes tendências de mudanças na organização sócio-espacial em direção a um padrão urbano menos segregado não foram confirmadas. O estudo mostrou que o rompimento com uma dinâmica centro-periferia, por meio da localização residencial de grupos sociais de renda média, nas áreas rurais do Distrito Federal e dos municípios goianos, é apenas aparente. Esses movimentos permitiram a continuidade da reprodução da segregação sócio-espacial, pois promoveram alterações significativas no uso e ocupação do solo em espaços circunscritos. Criaram condições para a mobilidade espacial de grupos sociais médios e altos oriundos, principalmente da Região Administrativa de Brasília (RA-1) em direção a estas áreas. Paralelamente, na escala intra-urbana, a polarização centro-periferia foi perturbada pela presença de espaços populares 'enclavados' nas proximidades dos espaços superiores e médio-superiores. Contudo, mesmo com a presença deste tipo de espaço, observou-se as

mesmas características de precariedade dos espaços populares localizadas em áreas mais distantes.

Nesse sentido, as políticas públicas para diminuir a segregação sócio-espacial teriam duas naturezas: de ordem compensatória e de ordem pró-ativa. Como forma de ‘compensar’ a localização em áreas eminentemente residenciais e sem empregos, o transporte público e as políticas habitacionais devem atender concomitantemente as demandas por moradia e por mobilidade pendular. Quanto à política habitacional, a articulação entre o mercado imobiliário e a ação estatal é necessária. A estratégia seria a produção de moradias para aluguel social, com subsídios do Estado para a população jovem (entre 25 a 30 anos) e a maior oferta de imóveis do tipo quarto e sala. Como resultados esperados, o cenário seria a diminuição das pressões antrópicas por solo urbano em áreas rurais, a partir deste segmento populacional. Outro tipo de política habitacional seria a revisão da proposta de Lucio Costa, feita em 1985, no que se refere à consolidação de cidades lineares ao longo das principais vias.

No que se refere às políticas pró-ativas, a ideologia do crescimento econômico como motor da sociedade não pode ser utilizada como mote para a proposição, nos espaços populares operários e agrícolas, de áreas de expansão econômica, dado que as formas de acumulação capitalista cada vez mais deixam de utilizar trabalho vivo e acabam por criar, com subsídios estatais, o que Paviani (2003) apontara como lacunas de emprego. Como uma possível solução que tente aliar crescimento econômico e social, de forma efetiva, seria a adoção de uma lógica de planejamento regional, alicerçada em arranjos produtivos locais e ações em direção ao desenvolvimento da economia solidária, seja em atividades urbanas ou rurais.

As limitações desse estudo são de ordem teórica, metodológica e operacional. Quanto aos aportes teóricos, na construção do esquema teórico que suportaria as análises dos fenômenos, as categorias de análise propostas não foram suficientemente aprofundadas e analisadas, não com vistas ao esgotamento do assunto, mas da correta oposição entre si, deixando o conteúdo mais definido e menos difuso. Quanto à questão metodológica, a limitação é evidenciada pelas restrições analíticas observadas na metodologia do Observatório das Metrôpoles no que concerne às particularidades de Brasília e do seu mercado de trabalho fortemente polarizado pelo setor público. Na prática, porém, a limitação configurou-se como uma das mais importantes contribuições desse estudo para a questão da estrutura sócio-espacial das metrôpoles. Com relação à ordem operacional, as limitações são decorrentes da própria base de dados, seja em termos de refinamento de questões como o setor de emprego,

ou até nos recortes espaciais que, em muitas unidades espaciais, englobavam extensas áreas sem delimitar a situação censitária (urbana ou rural).

Como futuros pontos de pesquisa, as limitações apontam para os seguintes itens:

- Pesquisas sobre a questão fundiária no Entorno Goiano com foco nas últimas quatro décadas do século XX;
- Estudo detalhado da estrutura produtiva e do mercado de trabalho do Aglomerado Urbano de Brasília;
- Revisão das categorias sócio-ocupacionais, propostas pela metodologia do Observatório das Metrôpoles, com vistas a adaptá-la ao contexto do Aglomerado Urbano;
- Estudo sobre o papel do Estado na reprodução da segregação sócio-espacial, no tocante à segmentação do mercado de trabalho entre servidores públicos e não públicos e;
- Revisão e adequação dos recortes espaciais propostos pelo IBGE como unidade de coleta do Censo Demográfico para a segmentação em termos de situação censitária e unidades de planejamento;

Por fim, embora a oferta de alguns equipamentos públicos se distribua de forma relativamente equitativa, o que se observou no Aglomerado Urbano foi o aprofundamento de tendências dadas desde a sua formação, sobressaindo-se o contínuo processo de periferação dos pobres, em direção ao Entorno, e o fortalecimento da auto-segregação de parte dos setores médios, intelectuais e dirigentes nas áreas centrais do Distrito Federal e em suas proximidades.

Com isto, pode-se afirmar que Brasília nasceu duplamente sob o signo da vanguarda. Primeiramente, por ser símbolo do urbanismo racionalista, moderno e componente de um projeto de integração nacional. Em segundo lugar por nascer metrópole, “antecipando” estruturas sócio-espaciais marcadas pela dispersão populacional em áreas urbanas hierarquicamente organizadas em sua escala de organização sócio-econômica.

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMO, Pedro. **A dinâmica do mercado de solo informal em favelas e a mobilidade residencial dos pobres**. Coleção Estudos da Cidade: Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, 2003. Disponível em: <[http:// www.worldbank.org/urban/symposium2005/papers/abramo.pdf](http://www.worldbank.org/urban/symposium2005/papers/abramo.pdf)>. Acesso em: 15 de out. 2005.p. 8

_____. **A Teoria Econômica da Favela**. IPPUR/UFRJ (prelo) 2005.

ALONSO, William. *Location and Land Use: toward a general theory of land rent*. Cambridge: Harvard University Press, 1964.

ANJOS, Rafael Sanzio Araujo dos. *Modelagem dos processos espaciais formadores da dinâmica urbana no Distrito Federal do Brasil*. São Paulo, 1995.

BASSETT, Keith e SHORT, John R. **Housing and residential structure: Alternative approaches**. London: ed. Routledge & K Paul, 1980.p. 192.

BIELCHOWSKY, Ricardo. *Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo*. Rio de Janeiro: Série PNPE. Ed. IPEA, 1988. p.303.

BLAUG, Mark. **História do Pensamento Econômico**. Lisboa (Portugal): ed. Dom Quixote, 1990.

BONDUKI, Nabil. *Origens da habitação social no Brasil: arquitetura moderna, lei do inquilinato e difusão da casa própria*. São Paulo: ed. Estação Liberdade, 1998.

BONDUKI, Nabil Georges e ROLNIK, Raquel. *Periferia da Grande São Paulo: reprodução do espaço como expediente de reprodução da força de trabalho*. In Maricato, Ermínia (org.). **A Produção Capitalista da Casa e da cidade no Brasil Industrial**. São Paulo: ed. Alfa-Ômega, 1979.

BRASIL. IBGE -Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Indicadores Sociais: uma análise da década de 1980**. Rio de Janeiro: ed. IBGE, 1995. p. 36-239.

_____. _____. **Censo Demográfico 2000: Documentação dos Microdados**. Rio de Janeiro. ed. IBGE, 2000. p.35.

_____. _____. Atlas do Censo Demográfico 2000: resultados da amostra. Rio de Janeiro: ed. IBGE, 2003.

_____. _____. **Tendências Demográficas: Uma análise dos resultados da amostra do Censo Demográfico 2000**. Rio de Janeiro: ed. IBGE, 2003b.p.25.

_____. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada-IPEA. Caracterização e tendências da rede urbana no Brasil: configuração atual e tendências da rede urbana. Brasília: IPEA, 2001.

_____. _____. Gestão do uso do solo e disfunções do crescimento urbano: instrumentos de planejamento e gestão urbana: Brasília e Rio de Janeiro. Brasília: IPEA, 2002. p. 165-350.

_____. Lei Complementar nº 94 de 19 de fevereiro de 1998. Autoriza o Poder Executivo a criar a Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno - RIDE e instituir o Programa Especial de Desenvolvimento do Entorno do Distrito Federal. Diário Oficial da União, Brasília,DF, 13 jul.2002. Disponível em : <https://www.presidencia.gov.br/ccivil_03/LEIS/Lcp94.htm>. Acesso em: 13 fev. 2003.

_____. Ministério do Meio Ambiente-MMA. Zoneamento Econômico e Ecológico da Região de Desenvolvimento Integrado do Distrito Federal e Entorno Goiano. Brasília, 2003.

CAIADO, Maria Célia da Silva- A migração e o processo de estruturação do Espaço Urbano na Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e do Entorno. Disponível em: www.unicamp.org.br/nepo. Acesso em 22 de nov 2003.

_____. Estruturação Intra-Urbana e Contrapartidas Sociodemográficas: A Diferenciação Socioespacial da População na Região do Distrito Federal e Entorno. Tese (Doutorado em Demografia)- 2004. Unicamp. Núcleo de Estudos de População, Campinas.

CALVINO, Ítalo. **As cidades invisíveis**. Tradução de Diogo Mainard. São Paulo: Periódico Folha de São Paulo. São Paulo, 2003.

CAMPOS, Neio. **A Produção da segregação residencial em cidade planejada**. Dissertação (Mestrado em Geografia Urbana)-1988. Universidade de Brasília, Brasília.

CARNEIRO, Ricardo. **Desenvolvimento em crise: a economia brasileira no último quarto do século XX**. São Paulo: ed. UNESP-IE Campinas, 2002.p. 357-359.

CARPINTERO, Antonio Carlos Cabral. **Brasília: Prática e Teoria Urbanística no Brasil, 1956-1998**. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional)- 1998. Universidade de São Paulo, São Paulo.

CASTELLS, Manuel e GODARD, Francis. **Monopolville: Analyse des rapports entre l'entreprise, l'etat et l'urbain a partir d'une enquete sur la croissance industrielle et urbaine**. Paris: ed. Mouton 1974. p.112-115.

CIDADE, Lucia Cony Faria. **Acumulação flexível e gestão do território no Distrito Federal**. In Paviani, Aldo (org.) **Brasília – gestão urbana: conflitos e cidadania**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1999.

_____. **Qualidade ambiental, imagem de cidade e práticas sócio-espaciais**. In PAVIANI, Aldo & GOUVEA, Luiz Alberto de Campos (orgs.). **Brasília: controvérsias ambientais**. Brasília: ed. Universidade de Brasília, 2003.p. 171-172.

_____. **Planejamento, desconcentração e produção social do espaço no Distrito Federal**. **Revista Espaço e Geografia**, nº 2. Brasília: ed. Universidade de Brasília, 2003b.

COSTA, Lucio. **Registro de uma vivência**. São Paulo: ed. Empresa das Artes, 1995. p.283-294.

CUNHA, José Marcos Pinto da. **Mobilidade intrametropolitana: questões metodológicas para o seu estudo**. **Revista Brasileira de Estudos da População**, v.10, n1/2. São Paulo, 1994. notas de pesquisa, p. 161-170.

DA GUIA, George Alex. **Entre a Implosão e a Explosão: a formação territorial do Aglomerado Urbano de Brasília**. Trabalho de Conclusão da Disciplina de Análise Espacial da Urbanização. Programa de Pós-Graduação do Departamento de Geografia da Universidade de Brasília. Brasília, 2004.

DISTRITO FEDERAL. Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação SEDUH. **Plano Diretor de Ordenamento Territorial do Distrito Federal: Documento de Referência**. Brasília: CODEPLAN, 1996.

_____. Companhia de Desenvolvimento do Planalto Central-CODEPLAN. **Plano Diretor de Ordenamento Territorial do Distrito Federal: documento técnico**. Brasília: CODEPLAN/GDF, 1977.

_____. _____. **Pesquisa Brasília e sua região polarizada**. Brasília: CODEPLAN/GDF, 2000.

_____. _____. **Pesquisa Domiciliar de Transporte: ano 2000**. Brasília: CODEPLAN/GDF, 2003b.

_____. Secretaria de Planejamento e Coordenação do Distrito Federal-SEPLAN-DF. **Pesquisa Amostral Domiciliar do Distrito Federal-PDAD**. Brasília: SEPLAN, 2004.

_____. Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação SEDUH. **Plano Diretor de Ordenamento Territorial do Distrito Federal: Documento de Referência**

_____. _____. **Gestão Estratégica no Distrito Federal**. Brasília: SEDUH, 2004.p.85-90.

DOYLE, Patrícia Colela. Comercialização de habitações populares em Brasília. In PAVIANI, Aldo (org.). **Brasília: moradia e exclusão**. Brasília: ed. UnB, 1996.

EUFRÁSIO, Mario A. Estrutura urbana e ecologia humana: A Escola Sociológica de Chicago(1915-1940). São Paulo: Ed 34, 1999.p. 106-155

FLÓSCULO, Frederico e GUNTHER, Hartmuth. Psicologia ambiental no Distrito Federal: uma agenda para pesquisas. In PAVIANI, Aldo & GOUVEA, Luiz Alberto de Campos (orgs.). **Brasília: controvérsias ambientais**. Brasília: ed. Universidade de Brasília, 2003.p. 125-140..

GOTTDIENER, Mark. **A produção social do espaço urbano**. São Paulo: Edusp, 1997.p. 14-132

HAIR, Joseph *et alli* **Análise Multivariada de Dados**. Porto Alegre: Editora Bookman, 2005.

HARVEY, David. **A justiça social e a cidade**.São Paulo: ed. Hucitec, 1980.

HOLANDA, Frederico de. Uma ponte para a urbanidade. In: **Arquitetura & Urbanidade**. São Paulo: ed. Pro-editores, 2003.

KOWARICK, Lucio. **A Espoliação Urbana**. Rio de janeiro: Paz e Terra, 1980.

_____. **Escritos Urbanos**. São Paulo: ed. 34, 2000.

LAGO, Luciana Correa. Desigualdade e segregação na metrópole : o Rio de Janeiro em tempo de crise. Rio de Janeiro: ed. Revan, 2000. p. 5-47.

LEFEBVRE, Henri. **O Direito à Cidade**. São Paulo: ed.Moraes, 1991.

LENZ, Maria Heloisa. **A categoria econômica renda da terra**. Porto Alegre : ed. FEE, 1981.

MARX, Karl. **El Capital: critica de la economia política: tomo I**. Bogotá (Colombia): ed. Fondo de Cultura Económica,1952.

MARICATO, Ermínia. A Produção capitalista da casa e da cidade no Brasil industrial. São Paulo: ed. Alfa-Omega, 1982.

_____. **Brasil, cidades: alternativas para a crise urbana**. Petrópolis: ed. Vozes, 2002.

MELLO, Marcelo de. **Luziânia: a fragmentação territorial de um município do entorno de Brasília**. 1999. Dissertação (Mestrado em Geografia Urbana)- Universidade de Goiás, Goiânia. p.69.

MENDONÇA, Jupira. **Segregação e Mobilidade residencial na Região Metropolitana de Belo Horizonte**. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional)- 2002. UFRJ. Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, Rio de Janeiro. p. 121-122

MORAIS, Maria da Piedade e CRUZ, Bruno César. **Residential Segregation and Social Exclusion in Brazilian Housing Markets**. Texto para Discussão n° 947. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada—IPEA. Brasília, DF, 2003.p.6-10.

CUNHA, José Marcos Pinto e BAENINGER, Rosana (coords.). Redistribuição da população e Meio Ambiente-São Paulo e Centro-Oeste: Sistematização das informações censitárias sobre migração. Campinas: UNICAMP/Núcleo de Estudos de População, 1999.p. 59-60.

NUNES, Brasilmar Ferreira. Fragmentos para um discurso sociológico sobre Brasília. In _____ (org.). **Brasília: a construção do cotidiano**. Brasília: ed. Paralelo 15, 1997.

_____. Brasília: problematizando a cultura de uma cidade-Estado. In **Caderno CRH n°38**. Salvador: ed. UFBA, 2003.p. 96-97.

_____. **Brasília: a fantasia corporificada**. Brasília: ed. Paralelo 15, 2004.

PAVIANI, Aldo.A metrópole terciária. In _____ (org.). **Brasília, ideologia e realidade: espaço urbano em questão**. São Paulo: Projeto, 1985. p.60.

_____. Gestão do território com exclusão sócio-espacial. In _____ (org.). **Brasília: gestão urbana, conflitos e cidadania**. Brasília: Editora UnB, 1999.

_____. Ambiente urbano com desemprego. In PAVIANI, Aldo & GOUVEA, Luiz Alberto de Campos (orgs.). **Brasília: controvérsias ambientais**. Brasília: ed. Universidade de Brasília, 2003.

PRETECEILLE, Edmond. A evolução da segregação social e das desigualdades urbanas: o caso da metrópole parisiense nas últimas décadas. In **Caderno CRH n°38**. Salvador: ed. UFBA, 2003.

RIBEIRO, Luiz César Queiroz & PECHMAN, Robert M. **O que é questão de moradia**. São Paulo: Ed. Nova Cultural/Brasiliense, 1985.

RIBEIRO, Luiz César Queiroz & LAGO, Luciana Corrêa. **Reestruturação nas grandes cidades brasileiras: o modelo centro/periferia em questão**. Observatório das Metrópoles, Rio de Janeiro, 1994. p. 10-15. Disponível em: <http://www.ippur.ufrj.br/observatorio/download/reestruturacao_cidades.pdf>. Acesso em 20 abr. 2005.

RIBEIRO, Luiz César Queiroz & LAGO, Luciana Corrêa **O Espaço Social das Grandes Metrópoles Brasileiras: Rio De Janeiro, São Paulo e Belo Horizonte**. Observatório das Metrópoles, Rio de Janeiro, 2000. p. 5-10. Disponível em: <http://www.ippur.ufrj.br/observatorio/download/espaco_social_metropoles.pdf> Acesso em 20 abr. 2005.

RIBEIRO, Luiz César Queiroz (org.). **O Futuro das Metrópoles: desigualdades e governabilidade**. Rio de Janeiro: ed. Revan: 2000b.

_____. Segregação residencial e políticas públicas: análise do espaço social da cidade na gestão do território. In _____. **Metrópoles: entre a fragmentação e a coesão, a cooperação e o conflito**. Rio de Janeiro: ed. Fundação Perseu Abramo/ FASE, 2004.p. 5.

ROCHA, Sonia. Do consumo observado à linha de pobreza no Brasil. **Revista Planejamento, Pesquisa Econômica**, Rio de Janeiro, v. 27, n° 2, p. 312-352, ago. 1997.

ROMERO, Marta Adriana Bustos. A sustentabilidade do ambiente urbano da capital. In PAVIANI, Aldo & GOUVEA, Luiz Alberto de Campos (orgs.). **Brasília: controvérsias ambientais**. Brasília: ed. Universidade de Brasília, 2003.

SANTOS, Milton. O espaço e seus elementos: questões de método. **Revista Geografia e Ensino**, Belo Horizonte, nº 01, p. xx, 1982.

SERRA, Vitor Mozart, DOWALL, David E., MOTTA, Diana e DONOVAN, Michael. **Urban Land Markets and urban land development: an examination of three Brazilian cities: Brasília, Curitiba e Recife**. Texto para Discussão nº 1082. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada—IPEA. Brasília, DF, 2005.

SHEVSKY, Eshref e BELL, William. **Social Area Analysis**. In THEODORSON, G. (org.). **Studies in Human ecology**. New York: ed. Stanford University Press, 1961. p. 226-235.

SHORT, John Rennie. **Urban Order: an introduction to cities, culture and power**. Malden: ed. Blackwell, 1998.

SILVA, Luiz Sérgio Duarte. **A construção de Brasília: modernidade e periferia**. Goiânia, Ed. UFG: 1997. p. 40-50.

SILVEIRA, Denise Prudente de Fontes. **Contribuição para o entendimento das mudanças no planejamento territorial do Distrito Federal**. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional)-1999. Universidade de Brasília, Brasília.

SINGER, Paul Israel. **Desenvolvimento econômico e evolução urbana: análise da evolução de São Paulo, Blumenau, Porto Alegre, Belo Horizonte e Recife**. São Paulo: ed. Nacional/USP, 1968. cap. 2, p. 64-65

VILLAÇA, Flávio. **Espaço intra-urbano no Brasil**. São Paulo, ed. Studio Nobel, 2001.

VIANNA, Rejane Jung. **Novos Santuários da segregação sócio-espacial: loteamentos fechados - O Setor Habitacional Jardim Botânico**. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional)-2005. Universidade de Brasília, Brasília.

APÊNDICE A

AGLOMERADO URBANO DE BRASÍLIA E O PROCESSO DE REGIONALIZAÇÃO

(...) O espaço deve ser considerado como uma totalidade, a exemplo da própria sociedade que lhe dá vida. Todavia, considerá-lo assim é uma regra de método cuja prática exige que se encontre paralelamente através da análise, a possibilidade de dividi-lo em partes. Ora, a análise é uma forma de fragmentação do todo que se caracteriza pela possibilidade de permitir, ao seu término, a reconstituição desse todo (...).

(SANTOS, 1982, p. 19).

Este apêndice tem como objetivo apresentar a regionalização do Aglomerado Urbano de Brasília adotada nesta dissertação. A regionalização proposta contempla um conjunto de unidades espaciais, que definem os diferentes níveis de aproximação da realidade metropolitana. Para a identificação das unidades espaciais partiu-se de estudos realizados pelo IPEA (2002) e do processo histórico de formação do Aglomerado Urbano. Adotou como ponto de partida as ações de regionalização até então existentes e a centralidade do Distrito Federal, que concentra bens, serviços e fluxos de pessoas e mercadorias. Os resultados da regionalização apontam para a constituição diferenciada da proposta do IPEA (2002), onde se identificou 02 macro-unidades espaciais, compostas pelo Distrito Federal e municípios do Entorno Goiano. A intensidade com que estas macro-unidades são afetadas pelo processo de expansão urbana capitaneado pelo Distrito Federal demandou, para análises em sub-áreas, o recorte do espaço em uma unidade espacial com maior nível de aproximação das relações intra-urbanas e processos de formação do espaço metropolitano. Como resultado, adotou-se as Áreas de Expansão Demográfica do IBGE-AED's⁶¹.

⁶¹ Foram definidas, para todo o Brasil, 9.336 Áreas de Expansão Demográfica, tal como nos Censos anteriores, a metodologia de expansão da amostra foi aplicada independentemente para cada uma delas. Para o Censo 2000, foram usados métodos e sistemas automáticos de formação de Áreas de Expansão Demográfica que conjugam critérios tais como tamanho (para permitir estimativas com qualidade estatística em áreas pequenas), contigüidade (no sentido de serem constituídas por conjuntos de setores limítrofes com sentido geográfico) e homogeneidade em relação a um conjunto de características populacionais e de infra-estrutura conhecidas (IBGE, 2000, p.13-14).

A.1- REGIONALIZAÇÃO DO AGLOMERADO URBANO DE BRASÍLIA

O Distrito Federal e os municípios goianos do Entorno Goiano já foram fruto de várias regionalizações, dentre elas destacam-se pelo menos oito delimitações diferentes. As primeiras são as delimitações proposta pela Missão Crulls e pelo Relatório Belcher⁶². Na década de 70, foram propostas a Região Geoeconômica de Brasília (**PERGERB**) e a região da Associação de Municípios do Entorno de Brasília (**AMAB**). Mais recentemente, destacam-se a Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno⁶³ (**RIDE-DF**), o Aglomerado Urbano Metropolitano de Brasília (IPEA, 2002), a microrregião do Entorno de Brasília (IBGE: 2000) e a Mesorregião de Águas Emendadas⁶⁴ (PROMESO,2004).

A rigor, pode-se dizer que a área de influência do Distrito Federal como território que abriga a capital federal, se estende pelo Brasil como um todo. Esse foi um dos pontos enfatizados pela pesquisa “Configuração Atual e Tendências da Rede Urbana” do IPEA (2002), que levou a definir Brasília como uma aglomeração urbana de características metropolitanas⁶⁵ (ver Mapa A.1). Para a identificação das aglomerações urbanas—entendidas como sendo um conjunto de municípios que integram uma unidade territorial—o estudo do IPEA (2002) adota critérios demográficos (tamanho da cidade central, densidade demográfica da cidade núcleo e do seu entorno), econômicos (estrutura das atividades econômicas) e os

⁶² O relatório Belcher consiste em estudos realizados pela firma de Donald Belcher. O recorte territorial abrangia uma área bastante extensa do Planalto Central - 52.000 km², composto pelo Retângulo Belcher, envolvendo grande parte de Goiás (desde o Quadrilátero Crulls até regiões de Goiânia e Anápolis) e parte do território de Minas Gerais (envolvendo a cidade de Unaí). Em 1955, Belcher indica, dentro da grande área proposta, cinco sítios (Castanho, Azul, Verde, Vermelho e Amarelo), cada um com mil quilômetros quadrados.

⁶³ A RIDE foi institucionalizada pela Lei Complementar nº 94, de 19/02/1998. Compõe-se dos seguintes municípios: Brasília (Distrito Federal), Água Fria de Goiás, Águas Lindas de Goiás, Alexânia, Cabeceiras, Cidade Ocidental, Cocalzinho de Goiás, Cristalina, Formosa, Luziânia, Mimoso de Goiás, Novo Gama, Padre Bernardo, Pirenópolis, Planaltina de Goiás, Santo Antônio do Descoberto, Valparaíso de Goiás e Vila Boa, no Estado de Goiás, e de Unaí e Buritis, no Estado de Minas Gerais.

⁶⁴ A Mesorregião de Águas Emendadas foi elaborada pelo Programa de Sustentabilidade de Espaços Sub-regionais - PROMESO do Ministério da Integração Regional. A mesorregião abrange parte dos estados de Goiás e Minas Gerais sendo constituída por 99 municípios, totalizando uma área de 191.067,1 m², com uma população de 1.694.576 habitantes.

⁶⁵ O argumento central do estudo é o de que (...) na década de 80, no contexto de crise econômica e paralisação do investimento industrial, o maior grau de abertura da economia brasileira estimulou uma forma distinta de articulação das economias regionais, com rebatimentos importantes sobre a urbanização e o sistema de cidades (...) (IPEA, 2002, p.35).

relacionados aos níveis de integração (deslocamento diário de população entre o núcleo(s) e a periferia da aglomeração), destacando o que foi alcunhado de Complexo Territorial Brasília-Goiânia⁶⁶.

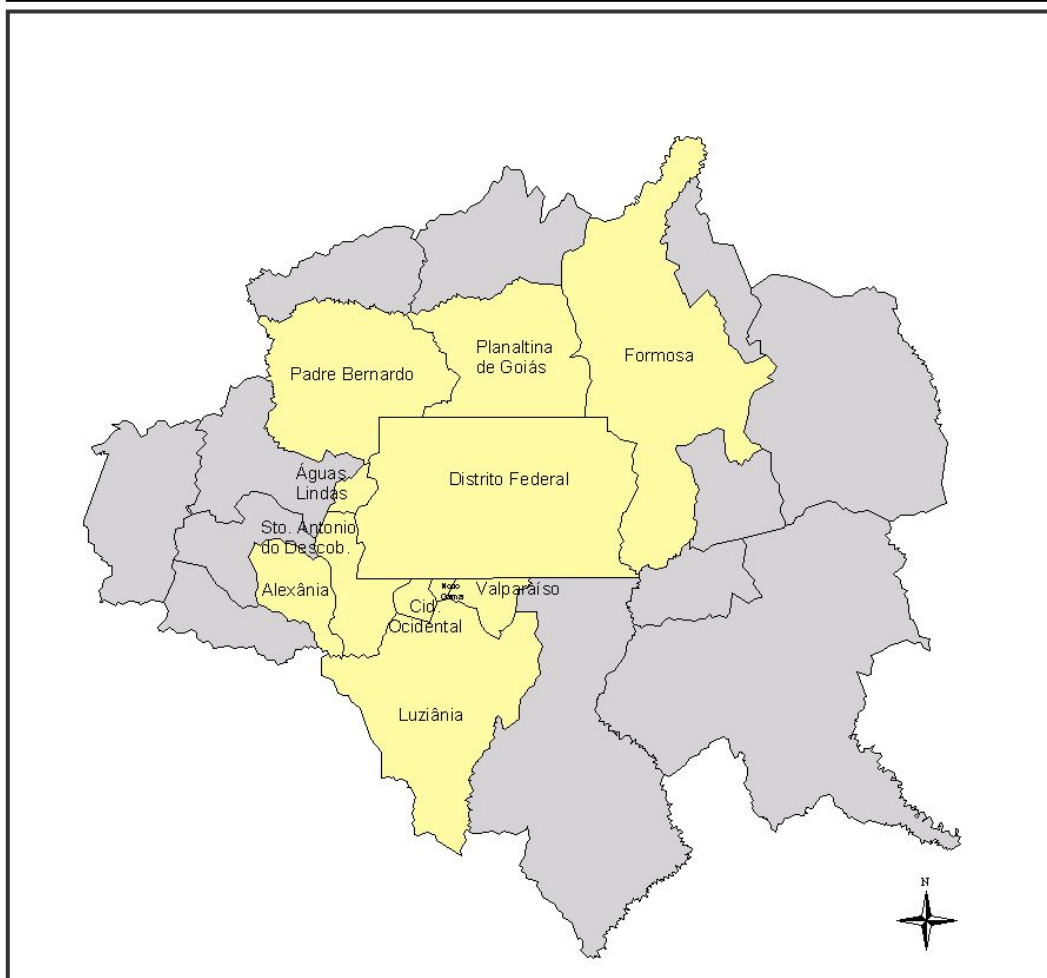
Sob este aspecto, o Aglomerado Urbano Metropolitano de Brasília proposto pelo estudo do IPEA (2002) é composto por 10 municípios: Distrito Federal⁶⁷, Águas Lindas, Alexânia, Cidade Ocidental, Luziânia, Novo Gama, Padre Bernardo, Planaltina de Goiás, Santo Antonio do Descoberto, Valparaíso de Goiás.

Contudo, o estudo do IPEA (2002) aponta que no universo de municípios componentes do Aglomerado Urbano, tem-se uma grande heterogeneidade quanto aos níveis de centralidade, tamanho de população, total de população urbana e taxas de crescimento demográfico. Exemplos dessa heterogeneidade são os municípios de Alexânia, Padre Bernardo e Formosa, com baixas taxas de crescimento, nível de centralidade fraco e com perfil do mercado de trabalho que os permite caracterizá-lo como município de economia baseada na agropecuária. Por outro lado, têm-se municípios como Luziânia, Santo Antônio do Descoberto, Águas Lindas, Novo Gama, Cidade Ocidental, Valparaíso de Goiás e Planaltina, todos contíguos ao Distrito Federal, com elevadas taxas de população urbana (ver Tabela A.1).

⁶⁶ Segundo o estudo do IPEA (2002), o complexo territorial Brasília-Goiânia pode ser considerado como uma forma espacial inovadora, dado que estão presentes uma cidade com uma grande região de influência, no caso Goiânia, muito próxima a de uma região metropolitana e uma 'cidade' cujo nível de polarização é considerado médio, no caso Brasília e seu Entorno. Se comparado ao Aglomerado de Goiânia, Brasília e seu Entorno caracteriza-se pela sua função de grande absorvedora de população, dado que o seu papel econômico no Centro-Oeste, restringe-se ao seu entorno, ficando suas ligações com as demais regiões do país, mais vinculados aos fluxos populacionais do que econômicos. Em virtude de sua função político-administrativa, Brasília não conseguiu consolidar-se como pólo regional de desenvolvimento, mesmo que, em virtude dos repasses fiscais e da concentração de equipamentos públicos de saúde e educação, de infra-estrutura como rodovias, ferrovias, o que se tem, atualmente é um aglomerado com importante função terciária, com um significativo mercado consumidor, mas deficitário na geração e empregos (IPEA, 2002, p.318).

⁶⁷ É preciso lembrar que o Distrito Federal é uma Unidade da Federação, integrada, em 2000, por 20 Regiões Administrativas (RA's) que abrigam funções e contingentes populacionais que permitem classificá-las como cidades.

Mapa A.1
Aglomerado Urbano Metropolitano de Brasília*



Fonte: Malha Digital Municipal IBGE, 2000 (elaboração do autor)
*Notas: Proposto pelo IPEA (2002)

Tabela A. 1

Percentual de população segundo a situação censitária
Aglomerado Urbano Metropolitano de Brasília, 2000

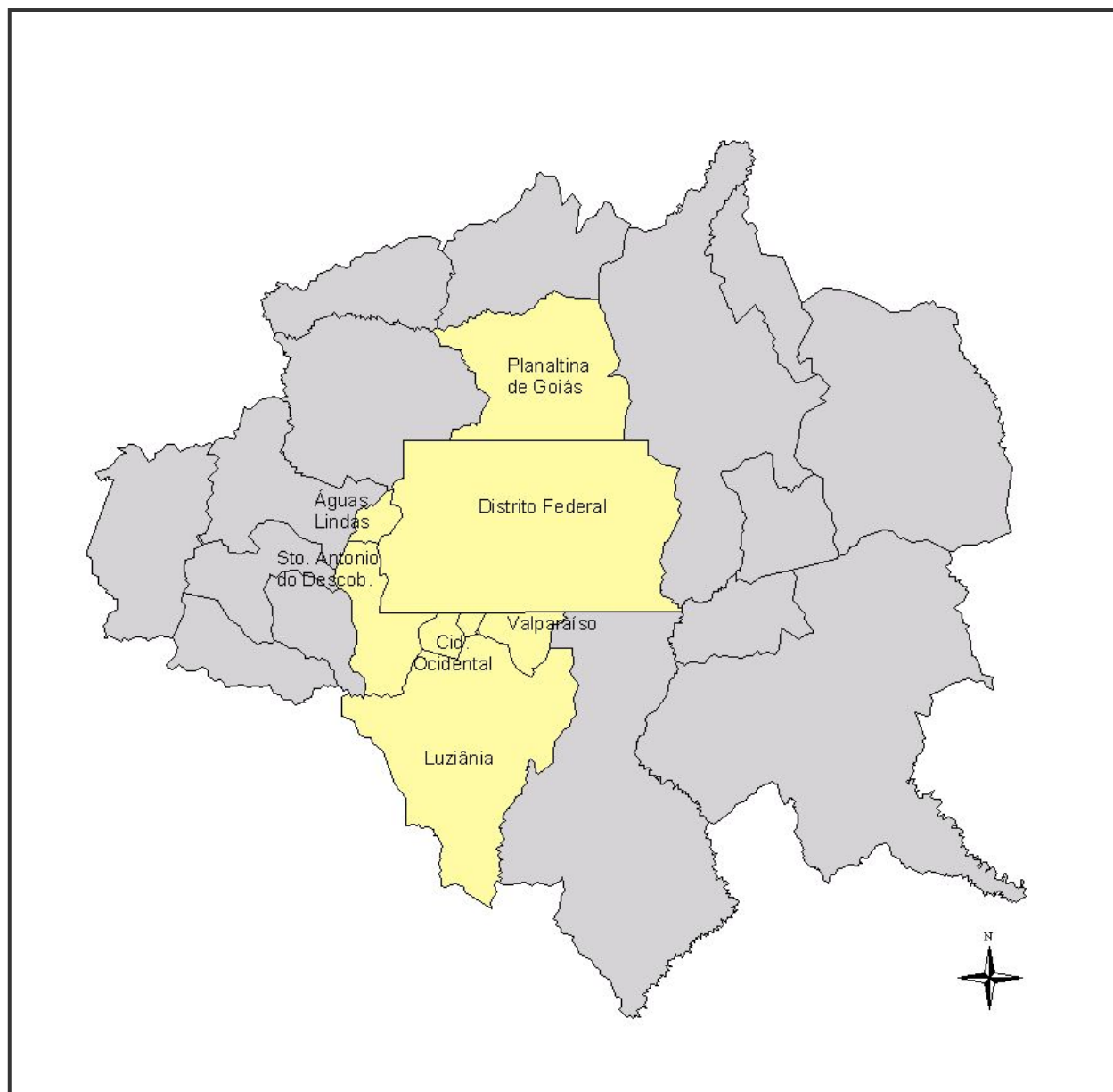
Municípios e Distrito	População Total (%)	
	Urbana	Rural
Distrito Federal	95,63	4,37
Alexânia	79,49	20,51
Formosa	88,09	11,91
Novo Gama	98,18	1,82
Planaltina de Goiás	95,13	4,87
Valparaíso	100,00	0,00
Águas Lindas de Goiás	99,85	0,15
Cidade Ocidental	85,36	14,64
Luziânia	92,26	7,74
Padre Bernardo	61,69	38,31
Santo Antonio do Descoberto	93,26	6,74

Fonte: IBGE, 2000

Uma das questões levantadas sobre a regionalização proposta pelo IPEA se refere ao foco da presente dissertação: a segregação sócio-espacial. Nesse sentido, um dos critérios adotados para a reconstituição das macro-unidades espaciais, foi o processo histórico de periferação e incorporação de territórios à dinâmica urbana do DF. Conforme observamos nos Capítulos 2 e 3 da dissertação, a dinâmica espacial e social está diretamente relacionada com as proximidades físicas com o centro principal do Aglomerado Urbano de Brasília. A partir dessa constatação observou-se que municípios como Alexânia, Formosa e Padre Bernardo, por mais que estejam polarizados pelo Distrito Federal, não foram totalmente incorporados à dinâmica metropolitana como os demais municípios goianos. Com isto, adota-se como área de estudo o recorte territorial proposto pelo IPEA (2002), ressalvando que em virtude das suas de sua população ainda ter grande participação na situação rural, os municípios de Alexânia, Padre Bernardo e Formosa foram retirados da área de estudo.

Nesse sentido, o Aglomerado Urbano de Brasília, para fins deste estudo, é composto pelos municípios de Luziânia, Planaltina de Goiás, Valparaíso, Novo Gama, Cidade Ocidental, Santo Antonio do Descoberto e Águas Lindas - compõem macro-unidade espacial do Entorno Goiano e as cidades satélites do Distrito Federal, que compõem a macro-unidade espacial do Distrito Federal. (ver Mapa A.2).

Mapa A.2
Aglomerado Urbano Metropolitano de Brasília*



Fonte: Malha Digital Municipal, IBGE/2000

* Notas: Macro unidade espacial adotada na presente dissertação

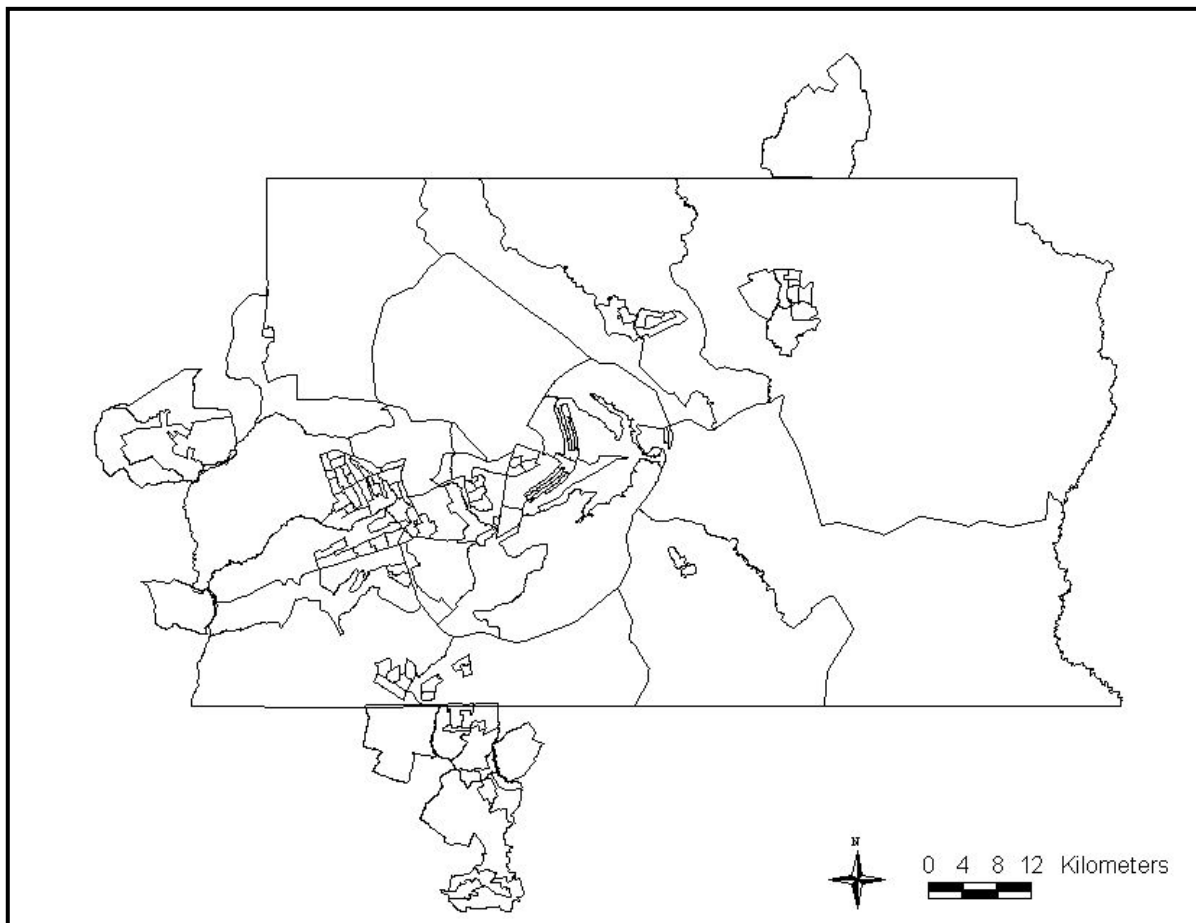
Para a identificação das intensidades do processo de expansão urbana capitaneado pelo Distrito Federal foi necessário a adoção de recortes espaciais relativamente desagregados, que permitissem um maior nível de aproximação das relações intra-urbanas e processos de formação do espaço metropolitano. Ao mesmo tempo em que a identificação dessas unidades espaciais requereu alguns atributos, vinculados à sua composição socioeconômica como

homogeneidade ou heterogeneidade quanto à idade, renda dentre outras variáveis. Para tal, adotou-se as unidades espaciais desenvolvidas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE, para o censo demográfico de 2000, denominada de Áreas de Expansão Demográfica- AED's. Segundo o IBGE, as Áreas de Expansão Demográfica tiveram como critérios:

- Se o maior nível geográfico utilizado é o município; isto significa que uma área de ponderação é composta por setores censitários dentro de um único município, podendo ser o próprio município;
- O menor tamanho de uma Área de Expansão Demográfica não municipal é de 400 domicílios particulares ocupados na amostra;
- Em alguns municípios as Áreas de Expansão Demográfica foram definidas considerando suas divisões administrativas, sempre respeitando o critério de tamanho mínimo; alguns municípios tiveram apenas 2 áreas definidas: uma considerando todos os setores do distrito-sede e outra considerando todos os setores dos demais distritos; em outros municípios, cujos distritos possuem tamanho que ferem o critério de tamanho mínimo, também foram definidas duas áreas: uma constituída por todos os seus setores urbanos e outra por todos os seus setores rurais, mesmo que isso significasse setores não contíguos;
- Para um conjunto de municípios grandes em termos de população, foi feita uma consulta aos órgãos de planejamento municipal para que as Áreas de Expansão Demográfica fossem definidas em conjunto. Nesses municípios também foram considerados os critérios de tamanho mínimo e de contigüidade do conjunto de setores censitários para a definição das Áreas de Expansão Demográfica;
- Os municípios que não se enquadram nas situações acima tiveram suas Áreas de Expansão Demográfica definidas automaticamente, usando uma metodologia de agregação de setores censitários implementada por meio de um sistema computacional que faz uso de informações georreferenciadas especialmente desenvolvido; essa metodologia considera os critérios de tamanho mínimo, vizinhança entre os setores e a homogeneidade dos setores em relação a um conjunto de características conhecidas para o universo no nível dos setores. Entre as 15 variáveis utilizadas constavam, por exemplo: rendimento médio dos responsáveis pelos domicílios no setor, número médio de pessoas por domicílio particular permanente, proporção de domicílios particulares permanentes ligados à rede geral de água, média de anos de estudo dos responsáveis por domicílios.

A partir dessa base, o Aglomerado Urbano de Brasília foi analisado nos aspectos intra-urbanos da segregação sócio-espacial. Para os dados do ano de 2000, o Aglomerado Urbano apresenta um total de 127 Áreas de Expansão Demográfica, desse total 21 AED's constituem a macro-unidade espacial das cidades do Entorno Goiano e 106 constituem a macro-unidade do Distrito Federal (ver Mapa A.3). Na macro-unidade do Entorno Goiano, cerca de 10 AED's caracterizam-se como áreas de expansão urbana recente, como é o caso dos loteamentos do Jardim Ingá em Luziânia e Céu Azul em Valparaíso e toda a cidade de Águas Lindas de Goiás. A macro unidade espacial do Distrito Federal é composta por 106 AED's, dentre as quais 12 estão em áreas de expansão urbana por loteamentos clandestinos, geralmente ocupações de população pobre em áreas próximas aos assentamentos originais, como é o caso de Itapuã, Vila Estrutural, Itapuã, Mestre D' Armas e Arapoangas. Contudo, observa-se 07 AED's como áreas de ocupação irregular de grupos de média e alta renda, geralmente em terras próximas ao Plano Piloto de Brasília, caracterizadas pelos condomínios residenciais, como é o caso do Grande Colorado. Do total de AED's do Distrito Federal, destaca-se a vila Estrutural, ocupação caracterizada por elevadas taxas de crescimento demográfico, próxima ao Parque Nacional de Brasília e ao 'lixão' que deu origem ao assentamento, foco de diversas políticas governamentais. Nas Áreas de Expansão Demográfica, a população ocupada mínima em uma AED para 2000 é de 4.024 pessoas e a máxima é de 25.328 pessoas.

Mapa A.3
Áreas de Expansão Demográfica-AED's



Fonte: Elaborada pelo autor a partir da malha digital de setores censitários urbanos,

A relação das Áreas de Expansão Demográfica, bem como sua descrição encontra-se apresentada no quadro a seguir.

Quadro A.1

Relação das Áreas de Expansão Demográfica-AED's, Nome e Município ou Distrito Federal.

AED	Nome	Município
1	Asa Norte 700/SBN/SHN/SCS/SAS	Brasília
2	Asa Norte 500-300-100/Campus Universitário	Brasília
3	Asa Norte 200-400	Brasília
4	Asa Norte 402-413	Brasília
5	Asa Norte 900/Setor Poliesportivo/Setor de Camping	Brasília
6	Asa Sul 700/SBS/SHSI/SCS/SAS	Brasília
7	Asa Sul-100 e 300	Brasília
8	Asa Sul- 200	Brasília
9	Asa Sul- 402/410	Brasília
10	Asa Sul 411-416/Setor de Clubes Sul/	Brasília
11	Asa Sul 900/ Parque da Cidade/INMET/SMU/Parque Nacional	Brasília
12	Gama Centro	Brasília
13	Zona Rural de Uso Diversificado do Gama	Brasília
14	Gama Setor Leste- Ponte Alta	Brasília
15	Gama Setor Leste	Brasília
16	Gama Setor Oeste	Brasília
17	Gama Setor Sul	Brasília
18	Taguatinga	Brasília
19	Taguatinga	Brasília
20	Taguatinga	Brasília
21	Taguatinga	Brasília
22	Taguatinga	Brasília
23	Taguatinga	Brasília
24	Taguatinga	Brasília
25	Taguatinga	Brasília
26	Taguatinga	Brasília
27	Taguatinga	Brasília
28	Taguatinga	Brasília
29	Taguatinga	Brasília
30	Taguatinga	Brasília
31	Taguatinga	Brasília
32	Expansão de Brazlândia	Brasília
33	Brazlândia Antiga	Brasília
34	Vila São José	Brasília
35	Sobradinho/Setor Oeste	Brasília
36	Setor Central de Sobradinho	Brasília
37	Sobradinho/Setor Leste	Brasília
38	Condomínios Grande Colorado/Nova Colina/Lago Oeste	Brasília
39	Expansão Sobradinho (Sobradinho II)	Brasília
40	Expansão de Sobradinho	Brasília
41	Assentamento da FERCAL	Brasília
42	Expansão Planaltina/Jardim Joaquim Roriz	Brasília
43	Jardim Buritis	Brasília
44	Expansão Jardim Buritis	Brasília
45	Planaltina Antiga	Brasília
46	Mestre D'Armas	Brasília
47	Ocupação Arapoanga	Brasília
48	Área Rural	Brasília
49	Vale do Amanhecer	Brasília
50	Paranoá	Brasília
51	Itapuã	Brasília
52	Zona de Uso Rural Diversificado/Área de Expansão do Paranoá/Área	Brasília
53	Riacho Fundo	Brasília

54	Expansão Riacho Fundo	Brasília
55	Núcleo Bandeirante	Brasília
56	Setor de Mansões Park Way	Brasília
57	Ceilândia Sul	Brasília
58	Antiga Expansão Ceilândia Sul	Brasília
59	Expansão da Ceilândia Sul	Brasília
60	Ceilândia Centro	Brasília
61	Ceilândia Sul- Quadras QNS	Brasília
62	Ceilândia Sul	Brasília
63	Ceilândia Norte	Brasília
64	Expansão Ceilândia Norte	Brasília
65	Ceilândia Norte	Brasília
66	Ceilândia Norte	Brasília
67	Ceilândia Norte	Brasília
68	Ceilândia Norte	Brasília
69	Ceilândia Norte- Quadras QNP/Parque da Lagoinha/	Brasília
70	Ceilândia Norte	Brasília
71	Ceilândia Norte- Quadras QNQ	Brasília
72	Ceilândia Norte-Quadras QNQ	Brasília
73	Guará	Brasília
74	Guará I	Brasília
75	Guará I	Brasília
76	Guará II	Brasília
77	Expansão Guará II	Brasília
78	Guará- Quadra Externa	Brasília
79	Vila Estrutural	Brasília
80	Cruzeiro Novo	Brasília
81	Sudoeste	Brasília
82	Cruzeiro Velho/ Sudoeste	Brasília
83	Cruzeiro-Região Central	Brasília
84	Samambaia	Brasília
85	Samambaia	Brasília
86	Samambaia	Brasília
87	Samambaia	Brasília
88	Samambaia	Brasília
89	Samambaia	Brasília
90	Samambaia- Água Quente	Brasília
91	Candangolândia	Brasília
92	Recanto das Emas	Brasília
93	Recanto das Emas	Brasília
94	Expansão do Setor Habitacional-Recanto das Emas	Brasília
95	Expansão do Setor Habitacional-Recanto das Emas	Brasília
96	Zona Rural de Uso Diversificado do Gama	Brasília
97	Santa Maria	Brasília
98	Santa Maria	Brasília
99	Santa Maria	Brasília
100	Santa Maria	Brasília

101	Santa Maria	Brasília
102	São Sebastião	Brasília
103	São Sebastião- Crixá	Brasília
104	São Sebastião-Mangueiral	Brasília
105	Lago Sul	Brasília
106	Lago Norte	Brasília
107	Novo Gama	Novo Gama
108	Padre Bernardo	Padre Bernardo
109	Céu Azul 1	Valparaíso de Goiás
110	Céu Azul 2	Valparaíso de Goiás
111	Valparaíso	Valparaíso de Goiás
112	Santa Rita	Valparaíso de Goiás
113	Jardim Oriente/Morada Nova	Valparaíso de Goiás
114	Planaltina de Goiás	Planaltina de Goiás
115	Santo Antonio do Descoberto	Santo Antonio do
116	Ingá 1	Luziânia
117	Ingá 2	Luziânia
118	Setor Leste 1	Luziânia
119	Setor Leste 2	Luziânia
120	Margem BR 040	Luziânia
121	Centro	Luziânia
122	Zona Rural	Luziânia
123	Cidade Ocidental	Cidade Ocidental
124	Mansões/Jardim da Barragem	Águas Lindas de Goiás
125	Jardim América/Barragem	Águas Lindas de Goiás
126	Parque da Barragem	Águas Lindas de Goiás
127	Jardins das Oliveiras/Ch. Coimbras	Águas Lindas de Goiás

APÊNDICE B

METODOLOGIA DE TIPOLOGIAS SÓCIO-ESPACIAIS

Este apêndice tem como objetivo apresentar a proposta metodológica do Observatório das Metrôpoles. A metodologia tem-se destacado por possibilitar estudos comparativos entre cidades e permitir o monitoramento e a descrição das mudanças sócio-espaciais no território das metrôpoles brasileiras, por meio da construção de uma tipologia sócio-espacial, que é o instrumento utilizado para classificar o espaço metropolitano segundo a posição na ocupação e os setores econômicos nos quais são exercidas. A análise desenvolvida tomou como base as Categorias Sócio-Ocupacionais (CAT's) e sua representação espacial. Para a construção da tipologia, foi utilizada a Análise Fatorial e a de Conglomerados (*Cluster's Analysis*). A adoção dessa metodologia para a análise da segregação sócio-espacial no Aglomerado Urbano de Brasília tem como objetivo descobrir em que medida a estrutura espacial reflete a estrutura social do espaço metropolitano. O método foi aplicado para o conjunto de dados do ano 2000.

B.1- CONTEXTUALIZAÇÃO: OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES

A rede de pesquisa Metrôpoles: Desigualdades Sócio-Espaciais e Governança Urbana foi iniciada em 1998. Tem como proposta avaliar de maneira comparativa os impactos dos ajustes estruturais e da reestruturação econômica sobre as seguintes metrôpoles brasileiras: Belém, Belo Horizonte, Curitiba, Goiânia, Maringá, Natal, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro, São Paulo e Salvador. Atualmente, a rede se articula em torno do Observatório das Metrôpoles (Observatório), composto por 27 Instituições de Ensino Superior, Organizações Não Governamentais (Ong's), órgãos estaduais e municipais. O interesse da pesquisa está na avaliação do quadro de desigualdades sócio-espaciais, no desempenho institucional dos governos locais e nos impactos da reestruturação econômica nas relações sociais e de acesso à renda em função da precarização das relações de trabalho, ampliação do desemprego e da economia informal nas grandes cidades brasileiras.

O pressuposto da pesquisa é que a globalização, por meio de processos que enfatizam alta tecnologia e o mercado financeiro, afetou o mercado de trabalho urbano, aumentando as camadas superiores e baixas e diminuindo as camadas médias. A análise da pesquisa do Observatório das Metrôpoles busca colocar, sob prova empírica, a hipótese da tendência à dualização e à polarização social nas grandes cidades brasileiras. Nesse sentido, a metodologia do Observatório é construída para poder refletir esses novos arranjos em termos

sócio-espaciais. Contudo, as evidências empíricas das pesquisas até então realizadas sugerem que, antes da globalização, a organização espacial das cidades brasileiras, segundo os grupos sociais, era distribuída, grosso modo, como um gradiente que descende do centro para a periferia -população de alto poder aquisitivo nas áreas centrais e de menor poder aquisitivo à medida que se distanciava. A hipótese é que, ao longo do processo de globalização das economias urbanas, a distribuição espacial desses grupos seria afetada com a difusão da pobreza por toda a área urbana e a mobilidade residencial das populações de médio a alto poder aquisitivo para áreas historicamente ocupadas pela população pobre, na forma de condomínios fechados, o que, segundo Ribeiro (2000) coloca em xeque a tese sobre a dualização sócio-espacial. Os resultados das pesquisas em metrópoles como Rio de Janeiro, São Paulo e Belo Horizonte sugerem que esse movimento, aparentemente, teria diminuído as distâncias geográficas entre pobres e ricos, que, na realidade, apenas ampliou as distâncias sociais. Nesse sentido, a adoção dessa metodologia para a análise da segregação sócio-espacial no Aglomerado Urbano de Brasília deve-se principalmente às recentes alterações na lógica de organização do espaço urbano do Distrito Federal e Entorno Goiano, o que permitiria descobrir em que medida isso de fato vem ocorrendo.

O instrumental metodológico e conceitual utilizado tem como pressuposto básico a relação da sociedade capitalista e seu modo de acumulação do capital como produtora e reprodutora das desigualdades no próprio processo de produção e reprodução da força de trabalho. O ponto de partida é a consideração que essa característica, particularmente na globalização das economias urbanas, ainda organiza as sociedades e reflete-se na estrutura espacial das cidades. Na medida em que as relações entre as classes dominantes e os trabalhadores se mantêm essenciais, tal característica torna a ocupação uma variável capaz de fornecer informações discriminadas e discriminadoras sobre renda, nível de instrução, estilo de vida, comportamento, etc. Nesse sentido, Desroisière, Goy e Thévenot (1983) entendem que a estrutura social é entendida como, simultaneamente, um espaço de posições sociais e um espaço de indivíduos ocupando estes postos e dotados de atributos sociais desigualmente distribuídos e ligados às suas histórias (*apud* RIBEIRO, 2000, p.02).

As categorias sócio-ocupacionais, que conformam a estrutura social, compõem o procedimento metodológico utilizado para a análise da composição da estrutura social, utilizando-se os dados do censo 2000. Em seguida, buscou-se avaliar como que a hierarquia social corresponde à distribuição desigual dos serviços e equipamentos públicos, que, por sua vez, determinam os graus de acessibilidade à cidade. Utilizando as técnicas de análise fatorial procedeu-se a classificação dos indivíduos segundo a sua posição na estrutura social e na

distribuição dos capitais econômico e escolar. Esta análise permite identificar os princípios mais gerais segundo os quais a estrutura social do Aglomerado Urbano se conforma.

Para verificar em que medida a estrutura social reflete a estrutura espacial e, por consequência, a segregação sócio-espacial, procedeu-se à representação dos arranjos sócio-espaciais formados por grupos homogêneos de pessoas ocupadas com níveis de escolaridade, renda e posição na ocupação semelhantes, utilizando-se a análise de conglomerados (*cluster analysis*). Esta análise permite espacializar a distribuição da estrutura social no espaço do Aglomerado Urbano por meio da identificação dos diferentes níveis de representação e hierarquização interna da cidade segundo as dimensões econômicas, sociais e espaciais.

A construção da tipologia sócio-espacial se subdivide em duas: a segmentação espacial e os procedimentos estatísticos. No que se refere à segmentação espacial do Aglomerado Urbano foram definidas unidades socioespaciais correspondentes aos locais de residência das pessoas ocupadas. Em seguida, com a distribuição das CAT's no espaço do Aglomerado Urbano, os procedimentos estatísticos foram realizados com vistas a identificar as relações entre estrutura social e espacial.

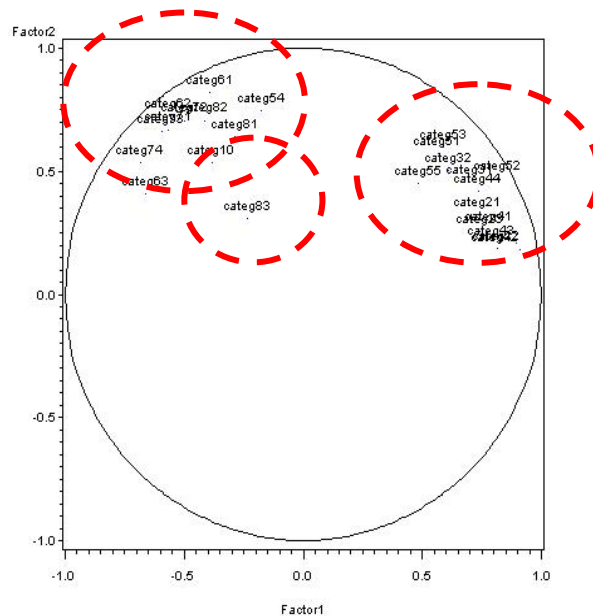
A segmentação espacial do Aglomerado Urbano foi realizada por meio da divisão do espaço em macro-unidades espaciais (Distrito Federal e Entorno Goiano) e a sua subdivisão em Áreas de Expansão Demográfica-AED's (126 ao todo). Este procedimento tem como objetivo identificar a relação entre a representação das CAT's e a estrutura urbana existente. Em seguida, o procedimento é a construção da tipologia por meio da aplicação de técnicas estatísticas adaptadas à análise da organização do espaço geográfico - Análise Fatorial de Correspondência (AFC) para identificar as regularidades das CATs; a Análise de Conglomerados (*cluster's analysis*) para identificar a predominância, em cada unidade espacial, de grupos internamente homogêneos e heterogêneos entre si.

B.3-RESULTADOS

A conclusão das etapas de segmentação espacial e das CAT's levou à construção da tipologia sócio-espacial revelou que a que a segregação sócio-espacial no Aglomerado Urbano de Brasília é fortemente influenciada pela distribuição das categorias do grupo dos setores médios e os diferentes graus de acessibilidade aos recursos urbanos desse grupo. Mais especificamente, os procedimentos estatísticos apontaram para um cenário de elevada variação entre as categorias sócio-ocupacionais. A representação das CAT's no espaço fatorial (02 fatores), apresenta uma estrutura sócio-espacial fortemente polarizado pelo grupo

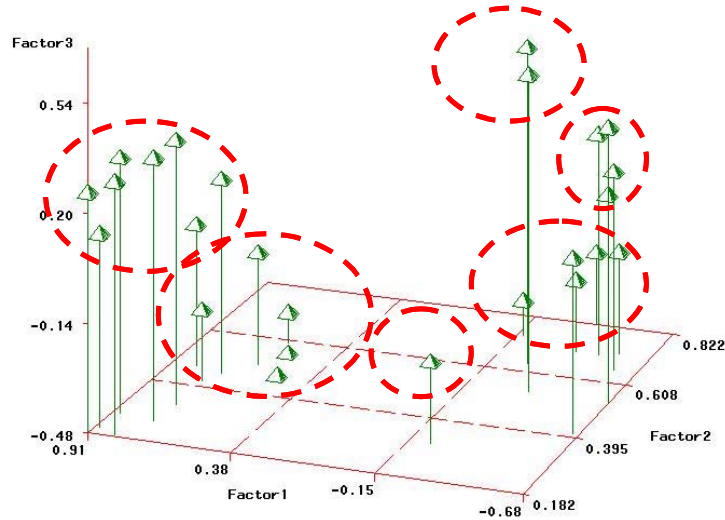
dirigente (categ 21, categ 22, categ 23), intelectuais (categ41, categ42, categ43 e categ44) e setores médios (categ 51, categ 52, categ 53, categ 54 e categ 55) de uma lado e dos grupos populares de outro. A única exceção são as ocupações agrícolas (categ 10), conforme verifica-se na figura abaixo:

Figura B.1
Representação das Variáveis no 1º Plano Principal



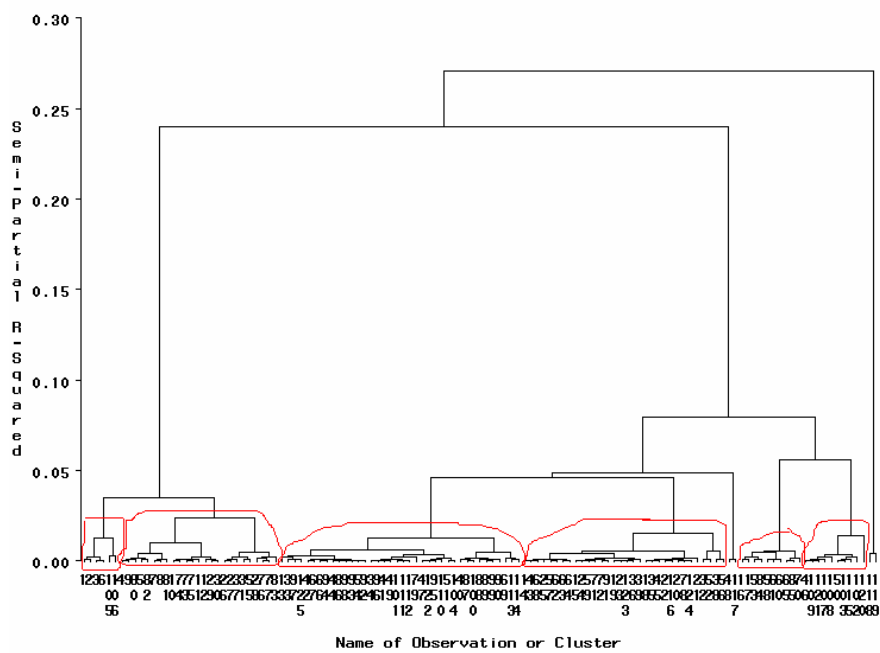
Contudo, em virtude da grande variância interna torna-se necessários três fatores para a correta compreensão da distribuição das categorias no espaço fatorial (ver Figura B.2). A dificuldade em se obter uma leitura mais ‘clara’, pode ser explicada pela forte oposição entre os segmentos superiores e inferiores da hierarquia sócio-ocupacional e principalmente pela participação dos setores médios nos fatores.

Figura B.2



Como forma de lidar com a grande variância e as dificuldades dela decorrentes, optou-se pela análise de cluster's, das quais foi possível identificar seis grandes grupos, que apresentaram maior homogeneidade interna e relação espacial mais clara e contígua, possibilitando formar tipos espaciais de acordo com a sua densidade de representação (ver Figura B.3).

Figura B.3



Como resultado, obtivemos um sistema de classificação composto por seis tipos de áreas (superior, médio superior, médio, popular, popular e operário e popular e agrícola), o que permitiu hierarquizar os espaços intra-urbanos segundo a composição sócio-ocupacional.

APÊNDICE C

CONSTRUÇÃO DAS CATEGORIAS SÓCIO-OCUPACIONAIS

Este apêndice tem como objetivo apresentar o quadro de ocupações utilizado para a construção das categorias sócio-ocupacionais. Utiliza como critérios a ocorrência simultânea de certas condições de ocupação, escolaridade, renda, posição na ocupação e ramo de produção. O primeiro recorte para a construção das Categorias sócio-ocupacionais (CAT's) foi a divisão clássica de classes: detentores dos meios de produção capital *versus* despossuídos de capital. A partir daí, foram feitos sucessivos cortes entre grande capital e pequeno capital, trabalho manual e trabalho não-manual, trabalho formal e trabalho informal, e entre setores econômicos (secundário x terciário, moderno x tradicional) – para maior detalhamento, ver Ribeiro, L.C.Q. e Lago, L.C (2000).

OCUPAÇÕES AGRÍCOLAS	
OCUPAÇÕES AGRÍCOLAS (CATEG 10)	
Renda: abaixo de 20 salários mínimos	Ocupação: Criador de animais Fazendeiro pecuarista Proprietário da indústria vegetal Empregador agrícola Criador de pequenos animais
Sem nenhum filtro:	Ocupação = Empregado agrícola Operador agrícola Trabalhador rural (não especificado) Trabalhador rural – animais, pesca, madeira, lenha, carvão, borracha, erva mate e coleta
Com setor de atividade agrícola:	Ocupação: Ajudantes diversos

ELITE DIRIGENTE

GRANDES EMPREGADORES (CATEG 21)

Posição: empregador

Renda: 20 ou mais salários mínimos

Ocupação:

empregador agrícola

Criador de pequenos animais

Analista computador

Criador de animais

Analista econômico

Fazendeiro pecuarista

Analista contábil

Proprietário da indústria vegetal

Analista organizacional

Proprietário da indústria extrativa

Psicólogo

Empregador na indústria

Tabelião

Empregador construtor

Jornalista etc.

Empregador comércio

Artista plástico

Empregador hotelaria

Decorador

Empregador transporte

Provedor serviços lazer

Vendedor ambulante

Agrônomo

Provedor de serviços

Veterinário

Logopedista etc.

Desenhista

Geólogo

DIRIGENTES DO SETOR PÚBLICO (CATEG 22)

Posição : empregado de carteira assinada Ocupação:

ou funcionário público estatutário

diplomata político

Renda: maior ou igual a 20 salários mínimos

Dirigente administração pública

Juiz

Promotor curador

DIRIGENTES DO SETOR PRIVADO (CATEG 23)

Escolaridade: Superior

Posição: empregado de carteira assinada

Renda: maior ou igual a 20 salários mínimos

Ocupação:

Dirigente comércio

Dirigente agricultura

Dirigente serviços hotelaria

Dirigente extração vegetal	Dirigente transporte
Dirigente extração mineral	Dirigente instituições financeiras
Dirigente indústria transformação	Dirigente instituições de ensino
Dirigente construção civil	
PROFISSIONAIS LIBERAIS (COD 24)	
Posição: Conta própria ou empregador	Ocupação:
Renda: igual ou maior que 20 salários mínimos	Engenheiro
	Arquiteto
	Médico
	Dentista
	Advogado
ELITE INTELECTUAL	
PROFISSIONAIS AUTÔNOMOS DE NÍVEL SUPERIOR (CATEG 41)	
Posição: conta própria	Ocupação:
Renda: menor que 20 salários mínimos	Engenheiro
	Arquiteto
OU	Médico
Posição: conta própria	Dentista
(independentemente de renda)	Advogado
Ocupação:	
Engenheiro agrimensor	
Carógrafo	
Químico	
Farmacêutico	Antropólogo
Físico	Psicólogo
Geólogo	Demógrafo
Meteorologista ocean.	Agente social
Agrônomo	Cientista político
Biólogo	Historiador
Bacteriologista	Professor Pesq. Ensino Superior
Veterinário	Docente Ensino Superior
Enfermeiro diplomado	Professor Segundo Grau
Logopedista etc.	Professor Primeiro Grau

Residente hospital Atuário Estatístico Analista computador Analista econômico Analista contábil Analista organizacional Sociólogo	Religiosos conta própria Jornalista etc. Diretor espetáculos Bibliotecário Arquivologista Analista de cargos etc. Piloto navegador Comissário de vôo Oficial técnico de marinha Técnico esportivo
PROFISSIONAIS EMPREGADOS DE NÍVEL SUPERIOR (CATEG 42)	
Escolaridade: Superior Posição: empregado de carteira assinada Renda: menor do que 20 salários mínimos Escolaridade: Superior Posição: empregado de carteira assinada Renda: menor do que 20 salários mínimos OU Posição: empregado de carteira assinada ou funcionário público estatutário Ocupação: Agentes fiscais Engenheiro agrimensor Carógrafo Químico Farmacêutico Físico Geólogo	Ocupação: Dirigente extração mineral Dirigente indústria transformação Dirigente construção civil Dirigente comércio Dirigente serviços hotelaria Dirigente transporte Dirigente instituições financeiras Dirigente instituições de ensino Dirigente agricultura Dirigente extração vegetal Sociólogo Antropólogo Psicólogo Demógrafo Agente social Cientista político Historiador

<p>Meteorologista ocean. Agrônomo Biólogo Bacteriologista Veterinário Médico Dentista Enfermeiro diplomado Logopedista etc. Residente hospital Atuário Estatístico Analista computador Analista econômico Analista contábil Analista organizacional</p> <p>OU</p> <p>Escolaridade: Superior Ocupação: Orientador Educacional</p> <p>OU</p> <p>Posição: Empregado com carteira assinada</p> <p>OU</p> <p>Posição: Funcionário público estatutário ou empregado com carteira assinada Escolaridade: Superior</p>	<p>Professor Pesq. Ensino Superior Docente Ensino Superior Religiosos Jornalista etc. Diretor espetáculos Bibliotecário Arquivologista Analista de cargos etc. Piloto navegador Comissário de vôo Oficial técnico de marinha Técnico esportivo Oficial militar superior Delegado etc.</p> <p>Ocupação: Engenheiro Arquiteto Médico Dentista Advogado</p> <p>Ocupação: Professor Segundo Grau Professor Primeiro Grau Orientador de ensino</p> <p>Ocupação: Oficial Militar Superior</p>
---	---

OU Posição: Militar	
PEQUENA BURGUESIA	
PEQUENOS EMPREGADORES URBANOS (CATEG 31)	
Posição: empregador Renda: menor que 20 salários mínimos Ocupação: Proprietário de indústria extrativa Empregador na indústria Empregador construtor Empregador comércio Empregador hotelaria Empregador transporte Vendedor ambulante Provedor de serviços OU Posição: conta própria Ocupação: Provedor serviços lazer	Desenhista Analista contábil Analista organizacional Jornalista etc. Artista plástico Decorador Provedor serviços lazer
COMERCIANTES POR CONTA PRÓPRIA (CATEG 33)	
Ocupação: Serviços por conta própria OU Renda: igual ou maior que 5 salários mínimos Ocupação: Feirante (não empregador) Aguadeiro Ambulante balas etc. / frutas e legumes / carnes etc.	Bilheteiro cambista Outros ambulantes Boleeiro

SETORES MÉDIOS	
TRABALHADORES NÃO-MANUAIS EM ATIVIDADES DE SUPERVISÃO (CATEG 52)	
<p>Renda: menor que 20 salários mínimos</p> <p>Posição: Empregados com carteira assinada ou Funcionários Públicos estatutários</p> <p>OU</p> <p>Escolaridade: Não Superior</p> <p>Renda: menor que 20 salários mínimos</p> <p>Posição: Empregado com carteira assinada</p> <p>OU</p> <p>Ocupação:</p> <p>Chefias e assistentes</p> <p>Inspetores</p> <p>Assistentes administrativos</p> <p>Analista de qualidade</p> <p>Técnico de segurança no trabalho</p>	<p>Ocupação:</p> <p>Diplomata político</p> <p>Dirigente Adm. Pública</p> <p>Juiz</p> <p>Promotor Curador</p> <p>Ocupação:</p> <p>Dirigente agricultura</p> <p>Dirigente extração vegetal</p> <p>Dirigente extração mineral</p> <p>Dirigente indústria transformação</p> <p>Dirigente construção civil</p> <p>Dirigente comércio</p> <p>Dirigente serviços hotelaria</p> <p>Dirigente transporte</p> <p>Dirigente instituições financeiras</p> <p>Dirigente instituições de ensino</p> <p>Corretor de imóveis</p> <p>Operador no mercado financeiro</p> <p>Leiloeiro avaliador</p> <p>Controlador de tráfego</p> <p>Agentes e fiscais div.</p> <p>Corretor de seguros</p>
TRABALHADORES NÃO MANUAIS EM ATIVIDADES TÉCNICAS E ARTÍSTICAS (CATEG 53)	
<p>Posição: Empregados com carteira assinada</p>	

<p>Ocupação:</p> <p>Ajudantes auxiliares</p> <p>Operador de telecomunicações</p> <p>Topógrafo</p> <p>Laboratorista</p> <p>Técnico meteorologista</p> <p>Auxiliar de radiologia</p> <p>Técnico contabilidade</p> <p>Auxiliar estatística</p> <p>Agente censitário</p> <p>Programador de computador</p> <p>Artista plástico</p> <p>Artesão</p> <p>Decorador</p> <p>Fotógrafo</p> <p>Músico</p> <p>Artista teatro rádio TV</p> <p>Artista de circo</p> <p>OU</p> <p>Posição: Conta própria</p>	<p>Desenhista</p> <p>Agrimensor</p> <p>Comunicador</p> <p>Cinegrafista</p> <p>Cenotécnico</p> <p>Operador de estúdio</p> <p>Operador de imagem</p> <p>Técnico agrícola</p> <p>Técnico ext. mineral</p> <p>Técnico indústria</p> <p>Técnico de serviços públicos</p> <p>Técnico não especificado</p> <p>Telegrafista</p> <p>Atleta futebol</p> <p>Outros atletas</p> <p>Árbitro esportivo</p> <p>Ocupação:</p> <p>Desenhista</p> <p>Músico</p>
TRABALHADORES NAS ÁREAS DE SAÚDE E EDUCAÇÃO (CATEG 54)	
<p>Ocupação:</p> <p>Farmacêutico prático</p> <p>Auxiliar fisioterapia</p> <p>Ótico</p> <p>Parteira</p> <p>Protético</p> <p>Técnico lab. Clínico</p> <p>OU</p> <p>Escolaridade: Não Superior</p> <p>Posição: Funcionário público estatutário</p>	<p>Professor Primeiro Grau inicial</p> <p>Professor Primeiro Grau</p> <p>Professor pré-escolar</p> <p>Instrutor</p> <p>Outros professores</p> <p>Bedel</p> <p>Auxiliar de serviço médico (não doméstico)</p> <p>Ocupação:</p>

ou empregado com carteira	Professor Segundo Grau Professor Primeiro Grau Orientador educacional
PROFISSIONAIS NÃO MANUAIS EM ATIVIDADES DE ROTINA / ESCRITÓRIO (COD 51)	
Ocupação: Almoxarifes Conferentes despachador Datilógrafo ajudante Operador proc. Dados Secretário taquígrafo Ajudante contabilidade Operador de copiadora	Arquivista Atendente de serviços Ajudante administrativo Comprador Manipulante (correio) Telefonista Contínuo
TRABALHADORES NÃO-MANUAIS NAS ÁREAS DE SEGURANÇA PÚBLICA, JUSTIÇA E CORREIOS (COD 55)	
Posição: Empregados com carteira assinada OU Ocupação: Escrivão Oficial de Justiça Auxiliar de cartório Agente de correio Praça militar	Ocupação: Tabelião Membro do corpo de bombeiros Detetive e agente policial Guarda civil Agente penitenciário Datiloscopista
PROLETARIADO DO TERCIÁRIO	
TRABALHADORES DO COMÉRCIO (COD 61)	
Ocupação: Balconistas atendentes Caixa recebedor Arrumador de prateleiras Demonstrador modelo Jornaleiro OU	Caixeiro viajante Representante comercial Propagandista Agente de viagem etc.

<p>Posição: empregado com carteira assinada</p> <p>Ramo:</p> <p>Comércio prod. Naturais / alimentos / vestuário / art. Domésticos / art. Gráficos / art. Construção / aparelhos / art. Transportes / art. Químicos / combustíveis</p> <p>Ambulante</p> <p>Pequeno comércio</p> <p>Supermercados</p> <p>Loja de departamento</p> <p>Comércio de varejo</p>	<p>Ocupação:</p> <p>Ajudante diversos</p>
PRESTADORES DE SERVIÇO ESPECIALIZADO (COD 62)	
<p>Posição: empregado com carteira assinada, conta própria ou outros</p> <p>Ramo:</p> <p>Comércio prod. Naturais / alimentos / vestuário / art. Domésticos / art. Gráficos / art. Construção / aparelhos / art. Transportes / art. Químicos / combustíveis</p> <p>Ambulante</p> <p>Pequeno comércio</p> <p>Supermercados</p> <p>Loja de departamento</p> <p>Comércio de varejo</p> <p>Hospedagem</p> <p>Restaurantes</p> <p>Assistência técnica – aparelhos</p> <p>Assistência técnica – veículos</p> <p>Reparação de móveis bombeiros</p> <p>Consertos especializados</p> <p>Serviços pessoais</p> <p>Alfaiataria</p> <p>Aluguel de roupas (outros ser. Pess. Mal</p>	<p>Jardineiro</p> <p>Serviços de diversões</p> <p>Serviços de comunicação</p> <p>Serviços jurídicos</p> <p>Serviços de contabilidade e ecn</p> <p>Processamento de dados</p> <p>Serviços de engenharia</p> <p>Publicidade</p> <p>Copiadoras</p> <p>Arte e decoração</p> <p>Investigação particular</p> <p>Agenc de mão de obra</p> <p>Serviços comerciais</p> <p>Serviços financeiros</p> <p>Caixa econômica</p> <p>Seguros</p> <p>Administração de imóveis</p> <p>Mercado financeiro</p>

defini.)	Loteria
Lavanderia	Consórcios
Serviços residenciais	
Serviços de segurança	
E	Arrais timoneiro
Ocupação:	Maquinista de embarcação
Perfurador de poços	Caldeireiro em navio
Afiador	Marinheiro (civil)
Ferramenteiro	Camareiro
Torneador mecânico	Balseiro etc.
Ajustador mecânico	Condutor
Ajudante mec veículos	Estivador
Ajudante mec máquinas	Maquinista de trem met
Soldador	Guarda-linha
Montador est metálicas	Motorista
Ferreiro	Arrumadeira (hotel)
Funileiro	Garçom
Lanterneiro	Copeiro balconista
Arreeiro coureiro	Governanta não doméstica
Costureiro alfaiate	Maître de hotel
Auxiliar costureiro	maître - restaurantes
Calceiro	cabelereiro
Camiseiro	barbeiro
Bordadeira	depilador
Sapateiro	manicure
Ajudante ind. Calçados	passadeira (não doméstica)
Marceneiro	aprendiz
Carpinteiro	bilheteiro
Capoteiro	bombeiro (não corpo de)
Envernizador	feitor capataz
Bobineiro eletricista	imunizador dedetizador
Montador eletricista	jardineiro

<p> Eletricista Eletrotécnico montador Eletrotécnico reparador Eletricista de instalações Inst. Equip. comunicação Eletricista manutenção Operador cent. Elétrica Bombeiro Vidraceiro assentador Empedrador Abatedor etc. Doceiro etc. Padeiro (empregado) Gráfico Impressor </p>	<p> lubrificador operador de ab. água operador at diversas atendente infantil (não doméstica) guarda sanitário Joalheiro Borracheiro Pintor industrial Empilheirista Caldeirista Acondicionador Técnicos industriais div Encadernador </p>
PRESTADORES DE SERVIÇO NÃO-ESPECIALIZADO (COD 63)	
<p> Posição: empregados com carteira assinada Ramo: Comércio prod. Naturais / alimentos / vestuário / art. Domésticos / art. Gráficos / art. Construção / aparelhos / art. Transportes / art. Químicos / combustíveis Ambulante Pequeno comércio Supermercados Loja de departamento Comércio de varejo Hospedagem Restaurantes Assistência técnica – aparelhos Assistência técnica – veículos Reparação de móveis bombeiros </p>	<p> Serviços de comunicação Serviços jurídicos Serviços de contabilidade e ecn Processamento de dados Serviços de engenharia Publicidade Copiadoras Arte e decoração Investigação particular Agenc de mão de obra Serviços comerciais Serviços financeiros Caixa econômica Seguros Administração de imóveis </p>

<p>Consertos especializados</p> <p>Serviços pessoais</p> <p>Alfaiataria</p> <p>Aluguel de roupas</p> <p>Lavanderia</p> <p>Serviços residenciais</p> <p>Serviços de segurança</p> <p>Ocupação:</p> <p>Ajudante diversos</p> <p>OU</p> <p>Ocupação:</p> <p>Porteiro etc.</p> <p>Ascensorista</p> <p>Guarda – vigia</p> <p>Servente faxineiro</p> <p>Vigilância privada</p>	<p>Mercado financeiro</p> <p>Loteria</p> <p>Consórcios</p> <p>Emprego doméstico</p> <p>Jardineiro</p> <p>Serviços de diversões</p>
OPERARIADO DO SECUNDÁRIO	
TRABALHADORES MANUAIS DA INDÚSTRIA MODERNA (COD 71)	
<p>Posição: empregados com carteira assinada, conta própria ou outros</p> <p>Ramo⁶⁸:</p> <p>indústria metais</p> <p>Equipamentos mecânicos</p> <p>Equipamentos elétricos</p> <p>Acessório veículos</p> <p>Papel e papelão</p> <p>Acessórios borracha</p> <p>Insumos químicos</p> <p>E</p> <p>Ocupação:</p> <p>Operador petróleo</p> <p>Ajudante ind. Têxtil</p>	<p>Derivados petróleo</p> <p>Plásticos e fibras</p> <p>Indústria farmacêutica</p> <p>Perfumaria</p> <p>Indústria do fumo</p> <p>Indústria gráfica</p> <p>Petróleo</p> <p>Forneiro em olaria</p> <p>Empilheirista</p>

⁶⁸ Classificação como “Indústria de Transformação Dinâmica”, ver Müller (1998) .

Técnico ind. Siderúrgica	Borracheiro
Operador ind. Siderúrgica	Recauchutador
Trefilador – ind.arames	Processador de fumo
Ajudante – ind.siderúrgica	Charuteiro
Galvanizador	Caldeirista
Afiador	Acondicionador
Polidor de metral	Ajudante ind. Papel
Ferramenteiro	Ajudante ind borracha e plástico
Cunhador de moedas	Técnicos industriais div
Prensador de metal	Arrais timoneiro
Fresador	Maquinista de embarcação
Torneador mecânico	Caldeireiro em navio
Ajustador mecânco	Marinheiro (civil)
Ajudante mec veículos	Camareiro
Ajudante mec máquinas	Balseiro etc.
Soldador	Maquinista trem met
Montador est metálicas	Guarda-linha
Caldereiro	Motorista
Ferreiro	Conservador ferrovias
Funileiro	Aprendiz
Lanterneiro	Bombeiro (não corpo de)
Cardador	Feitor capataz
Fiador (têxtil)	Lubrificador
Aux li;çadeira urdidor	Operador de ab.água
Tecelão	Eletricista manutenção
Tintureiro (ind.têxtil)	Operador cent. Elétrica
Arreeiro coureiro	Bombeiro
Costureiro alfaiate	Vidraceiro assentador
Auxiliar costureiro	Padeiro (empregado)
Marceneiro	Alambiqueiro etc.
Carpinteiro	Ajudante ind. Cacau chá
Lixador torneiro	Linotipista
Serrador de madeira	Gráfico

Capoteiro	Clicherista
Envernizador	Impressor
Bobineiro electricista	Revisor gráfico
Montador electricista	Encadernador
Electricista	Acabador ind. Gráfica
Eletrotécnico montador	Vidraceiro (fabricação)
Eletrotécnico reparador	Ceramista
Electricista de instalações	Decorador ceramista
Inst. Equip. comunicação	Operador atividades diversas
Pintor industrial	Ajudante diversos
TRABALHADORES MANUAIS DA INDÚSTRIA TRADICIONAL (COD 72)	
Posição: empregado com carteira assinada ou outros	
Ramo⁶⁹:	
Indústria de transformação	alimentos
Indústria de madeiras	Pedras
Fabricação de móveis	Águas e sal
Couro	Pedras preciosas
Produtos plásticos	Minerais radioativos
Produtos de fibra	Minérios
Indústria vestuário	Metais – extração e beneficiamento
Indústria calçados	Mineração não especificada
Indústria Indústria de bebidas	Vime
Indústria de construção (out. ind. Tran. Mal def.)	Rendas e rede
Carvão mineral	
E	
Ocupação:	Prensista de madeira
Trabalhador rural-madeira	Capoteiro
Minerador	Colcheiro
Trabalhador rural – erva mate	Envernizador
Operador mineração	Cesteiro

⁶⁹ Classificação como “Indústria de Transformação Tradicional”, ver Müller (1998) .

Ajudante indústria têxtil	Bobineiro eletricista
Técnico indústria siderúrgica	Montador eletricista
Operador indústria siderúrgica	Eletricista
Trefilador – ind.arames	Eletrotécnico reparador
Ajudante – ind.siderúrgica	Eletricista de instalações
Galvanizador	Instal de eq. Comunicação
Polidor de metral	Eletricista manutenção
Ferramenteiro	Operador cent. Elétrica
Cunhador de moedas	Bombeiro
Prensador de metal	Vidraceiro assentador
Fresador	Fiambreiro etc.
Torneador mecânico	Carniceiro charqueador
Ajustador mecânico	Abatedor etc.
Ajudante mec veículos	Mantigueiro etc.
Ajudante mec máquinas	Doceiro etc.
Soldador	Patisseiro etc.
Montador est metálicas	Padeiro (empregado)
Caldereiro	Moendeiro
Ferreiro	Caldeador de açúcar
Funileiro	Alambiqueiro etc.
Lanterneiro	Linotipista
Cardador	Gráfico
Binador (têxtil)	Clicherista
Fiador (têxtil)	Impressor
Rendeira	Revisor gráfico
Aux liçadeira urdidor	Encadernador
Tecelão	Acabador ind. Gráfica
Tapeceiro	Vidraceiro (fabricação)
Tarrafeiro	Ceramista
Tintureiro (ind têxtil)	Decorador ceramista
Estampador	Forneiro em olaria
Acabador de tecidos	Joalheiro
Arreeiro coureiro	Lapidador

<p>Curtidor</p> <p>Costureiro alfaiate</p> <p>Auxiliar costureiro</p> <p>Calceiro</p> <p>Camiseiro</p> <p>Figurista</p> <p>Cortador</p> <p>Bordadeira</p> <p>Chapeleiro</p> <p>Ajudante ind. Calçados</p> <p>Bolseiro</p> <p>Marceneiro</p> <p>Carpinteiro</p> <p>Lixador torneiro</p> <p>Serrador de madeira</p> <p>Moedor de café etc.</p> <p>Ajudante ind. Pescados</p> <p>Ajudante indústria cacau e chá</p> <p>Ajudante indústria óleos vegetais</p> <p>Cozinhador</p>	<p>Borracheiro</p> <p>Vassoureiro (fab)</p> <p>Pintor industrial</p> <p>Empilheirista</p> <p>Caldeirista</p> <p>Acondicionador</p> <p>Ajudante ind borracha e plástico</p> <p>Operador inst.cimento</p> <p>Técnicos industriais div</p> <p>Arrais timoneiro</p> <p>Maquinista de trem met</p> <p>Guarda-linha</p> <p>Motorista</p> <p>Conservador ferrovias</p> <p>Aprendiz</p> <p>Bombeiro (não corpo de)</p> <p>Lubrificador</p> <p>Operador de ab. água</p> <p>Operador atividades diversas</p>
TRABALHADORES MANUAIS DE SERVIÇOS AUXILIARES (COD 73)	
<p>Posição: empregado com carteira assinada, conta própria ou outros</p> <p>Ramo:</p> <p>Eletricidade</p> <p>Gás</p> <p>Água e esgoto</p> <p>Lixo</p> <p>Pequeno transporte</p> <p>Transporte público</p> <p>Transporte de carga</p> <p>Transporte terrestre (Rodoviário)</p> <p>Transporte marítimo</p>	<p>Transporte urbano</p> <p>Correios</p> <p>Telefones</p> <p>Armazéns</p> <p>Serviços diversos aux. Ind. Em geral</p> <p>Administração financeira</p> <p>Serviços de transporte</p> <p>Org de serv de transporte</p> <p>Serviços navegação</p>

Transporte aéreo	Serviços auxiliares ativ. econômica
E	
Ocupação:	
▪ Perfurador de poços	
Afiador	Agente estação de trem
Ferramenteiro	Agente ou chefe de trem
Torneador mecânico	Maquinista de trem met
Ajustador mecânico	Foguista de trem
Ajudante mec veículos	Guarda freios
Ajudante mec máquinas	Guarda-linha
Soldador	Motorista
Montador est metálicas	Trocador de ônibus
Ferreiro	Carteiro
Funileiro	Garçom
Lanterneiro	Copeiro balconista
Costureiro alfaiate	Maitre – restaurantes
Marceneiro	Cabelereiro
Carpinteiro	Barbeiro
Capoteiro	Manicure
Bobineiro eletrícista	Passadeira (Não doméstica)
Montador eletrícista	Aprendiz
Eletricista	Bilheteiro
Eletrotécnico reparador	Bombeiro (não corpo de)
Eletricista de instalações	Feitor capataz
Instal de eq. Comunicação	Jardineiro
Eletricista manutenção	Lixeiro
Operador cent. Elétrica	Lubrificador
Bombeiro (não corpo de)	Técnicos industriais div
Gráfico	Arrais timoneiro
Impressor	Maquinista de embarcação
Encadernador	Caldeireiro em navio
Borracheiro	Marinheiro (civil)
Pintor industrial	Camareiro
Empilheirista	Balseiro etc.

<p>Caldeirista</p> <p>Acondicionador (embalador)</p> <p>Estivador</p> <p>OU</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Funcionário público estatutário lixeiro 	<p>Condutor</p> <p>Operador de ab. água</p> <p>Operador at diversas</p>
TRABALHADORES MANUAIS DA CONSTRUÇÃO CIVIL (COD 74)	
<p>Posição: empregado com carteira assinada, conta própria ou outros</p> <p>Ramo:</p> <p>Construção</p> <p>Ocupação:</p> <p>Trabalhador ext pedras</p> <p>Operador mineração</p> <p>Perfurador de poços</p> <p>Mestre de obras</p> <p>Técnico indústria siderúrgica</p> <p>Afiador</p> <p>Torneador mecânico</p> <p>Ajustador mecânico</p> <p>Ajudante mec veículos</p> <p>Ajudante mec máquinas</p> <p>Soldador</p> <p>Montador est metálicas</p> <p>Ferreiro</p> <p>Funileiro</p> <p>Marceneiro</p> <p>Carpinteiro</p> <p>Bobineiro eletricista</p> <p>Montador eletricista</p> <p>Eletricista</p> <p>Eletrotécnico reparador</p> <p>Eletricista de instalações</p> <p>Eletricista manutenção</p>	<p>Ladrilheiro</p> <p>Bombeiro</p> <p>Vidraceiro assentador</p> <p>Empedrador</p> <p>Calafate</p> <p>Concretista draguista</p> <p>Marmorista (fab)</p> <p>Pintos industrial</p> <p>Empilheirista</p> <p>Caldeirista</p> <p>Técnicos industriais div</p> <p>Maquinista de trem met</p> <p>Motorista</p> <p>Aprendiz</p> <p>Lubrificador</p> <p>Operador de ab. água</p> <p>Operador at diversas</p> <p>Trabalhador conserv. Rodovias</p> <p>Armador de ferros</p> <p>Pedreiro</p> <p>Ajudante pedreiro</p> <p>Ajudante pintor</p>

Operador cent. Elétrica	Estucador Ajudante diversos
ARTESÃOS (COD 32)	
Posição: conta própria Ocupação: Artista plástico Artesão Costureiro alfaiate Chapeleiro Sapateiro	Marceneiro Carpinteiro Capoteiro Joalheiro
TRABALHADORES DA SOBREVIVÊNCIA	
EMPREGADOS DOMÉSTICOS (COD 81)	
Ocupação: Arrumadeira doméstica Babá Cozinheira doméstica Diarista doméstica Lavadeira doméstica Governante / mordomo	Serviços domésticos Atendente doméstico Auxiliar serviço médico (doméstico) Motorista (doméstico) Jardineiro (doméstico) Passadeira (doméstica)
AMBULANTES (COD 82)	
Renda: menor do que 5 salários mínimos Ocupação: Feirante (não empregador) Aguadeiro Ambulante balas etc/ frutas e legumes/carnes/ etc OU Posição : Diferente de empregador	Bilheteiro cambista Outros ambulantes Ocupação: Vendedor Ambulante (div)
BISCATEIROS (COD 83)	

Posição: empregado com carteira assinada	Ocupação: Engraxate Fogueteiro Guardador de carros
OU Posição: conta própria	Ocupação: Ajudante diversos

APÊNDICE D

DENSIDADE DE REPRESENTAÇÃO

TIPO SÓCIO-ESPACIAL	MUNICIPIO	Nome	CAT 10	CAT21	CAT22	CAT 23	CAT31	CAT32	CAT41	CAT42	CAT43	CAT44	CAT51	CAT52
Superior	BRASILIA	Set Central N	0,044	2,524	4,570	1,490	1,759	2,356	3,077	4,455	4,882	2,732	1,262	2,188
Superior	BRASILIA	500/UNB	0,157	2,199	7,169	3,341	1,769	1,047	3,848	3,815	6,114	2,736	1,054	1,792
Superior	BRASILIA	SQN 200/400	0,071	3,058	5,874	2,820	1,912	2,176	3,520	5,118	5,294	3,254	1,235	2,449
Médio Superior	BRASILIA	SQN 402-13	0,272	1,805	2,089	1,793	0,960	3,252	2,752	3,139	2,798	3,466	1,827	1,556
Médio Superior	BRASILIA	SGAN 900	0,245	2,484	3,001	3,656	2,208	2,195	2,761	3,809	3,481	1,856	1,573	2,123
Superior	BRASILIA	Setor Central S	0,055	4,573	5,344	2,972	2,824	1,672	4,945	4,786	5,240	1,828	1,169	2,708
Médio Superior	BRASILIA	SQS 100-300	0,062	5,855	9,474	6,844	2,546	1,981	4,875	4,026	6,396	2,187	1,254	1,453
Médio Superior	BRASILIA	SQS 200	0,073	3,547	9,507	3,225	2,646	0,795	3,792	4,309	5,264	2,004	1,150	2,484
Médio Superior	BRASILIA	SQS 402-10	0,205	3,043	3,161	1,885	1,672	1,303	2,476	3,805	3,772	3,510	1,568	2,240
Médio Superior	BRASILIA	SQS 411-16	0,232	0,627	3,682	2,207	0,860	1,384	2,099	2,151	2,721	1,563	1,432	1,320
Médio Superior	BRASILIA	SGAS 900	0,629	2,523	2,725	3,663	2,476	2,198	2,088	2,280	2,973	2,302	1,307	1,548
Médio	BRASILIA	Gama Centro	0,000	0,000	0,213	2,953	1,651	1,172	0,847	1,007	1,450	3,358	1,607	1,085
Médio	BRASILIA	ZRUR Gama	2,349	2,468	0,111	0,000	1,345	0,539	0,623	0,158	0,130	0,548	1,045	0,942
Popular	BRASILIA	Ponte Alta	0,090	0,212	0,224	0,000	0,651	0,389	0,937	0,206	0,327	1,103	1,103	0,630
Popular	BRASILIA	Gama Leste	0,508	0,334	1,092	0,553	1,032	1,152	0,462	0,412	0,288	0,897	1,334	1,103
Popular e Operário	BRASILIA	Gama Oeste	0,387	0,606	0,090	0,890	0,691	0,887	0,220	0,461	1,156	0,739	1,275	0,478
Popular e Operário	BRASILIA	Gama Sul	0,361	0,420	0,481	0,232	0,505	0,593	0,283	0,218	0,191	0,726	1,180	0,616
Popular	BRASILIA	Taguatinga	0,203	1,334	0,101	0,416	1,334	1,131	0,984	0,880	0,703	1,675	1,271	0,757
Popular	BRASILIA	Taguatinga	0,085	0,939	0,326	2,270	0,954	0,771	0,000	0,311	0,205	1,153	1,662	1,147
Popular	BRASILIA	Taguatinga	0,617	1,740	1,288	1,597	1,443	1,377	2,385	1,419	1,834	1,255	0,920	1,608
Popular	BRASILIA	Taguatinga	1,320	2,612	1,198	1,354	2,623	1,410	0,763	0,883	1,168	2,573	0,947	1,344
Popular	BRASILIA	Taguatinga	0,000	0,834	0,625	0,253	0,830	1,497	0,843	0,569	0,462	1,723	1,067	1,117
Popular	BRASILIA	Taguatinga	0,000	0,657	0,195	0,399	0,732	0,907	0,973	0,584	0,312	1,078	1,483	1,155
Popular	BRASILIA	Taguatinga	0,125	1,970	0,772	0,000	0,576	0,500	0,580	0,448	0,253	0,924	1,324	0,816
Popular	BRASILIA	Taguatinga	0,220	0,422	0,134	0,549	0,665	0,921	0,000	0,266	0,588	0,648	0,976	0,994
Médio Superior	BRASILIA	Taguatinga	0,313	0,604	0,369	0,660	1,335	1,369	1,157	0,900	0,626	2,610	1,573	1,345
Médio Superior	BRASILIA	Taguatinga	0,079	0,535	0,444	1,624	2,059	1,127	1,037	0,927	0,905	1,617	1,459	1,151
Médio Superior	BRASILIA	Taguatinga	0,513	2,626	0,860	0,872	2,099	1,850	1,461	1,811	1,734	3,245	1,359	1,605
Médio Superior	BRASILIA	Taguatinga	0,113	3,544	1,411	0,905	1,487	1,763	2,063	1,446	2,271	4,096	1,440	1,587
Médio Superior	BRASILIA	Taguatinga	0,000	0,975	0,641	2,557	2,644	0,801	2,689	1,506	2,540	3,045	1,373	1,963
Médio Superior	BRASILIA	Taguatinga	0,332	1,564	0,790	2,347	1,722	0,918	1,208	0,998	0,401	2,169	1,242	1,428
Popular	BRASILIA	Exp Braz	8,816	0,814	0,000	0,891	0,700	0,996	0,525	0,489	0,318	1,273	0,514	0,677
Médio	BRASILIA	Braz Antiga	5,474	0,408	0,201	1,184	0,281	0,439	0,388	0,113	0,448	1,710	0,846	0,646
Médio	BRASILIA	São José	2,192	0,000	0,000	0,911	0,000	0,690	0,192	0,381	0,000	0,258	0,456	0,469
Popular	BRASILIA	Setor Central Sob	0,063	0,231	0,212	3,114	1,487	1,142	0,763	0,955	0,509	1,500	1,270	1,115
Popular	BRASILIA	Sobradinho Oeste	0,107	0,757	0,276	1,250	1,598	1,218	1,004	1,280	0,896	1,812	1,468	0,951
Médio Superior	BRASILIA	Sobradinho Leste	0,000	0,283	1,017	2,856	1,230	1,245	1,268	1,548	0,866	1,672	1,736	1,556
Popular	BRASILIA	Cond Colorado	1,138	1,498	2,092	2,314	2,015	0,801	1,449	2,197	1,108	1,725	1,263	1,565
Popular	BRASILIA	Mansões Sobrad	0,418	0,458	0,876	0,522	1,321	1,101	0,561	0,509	0,875	0,867	1,271	1,183
Médio	BRASILIA	Sobrad 2	0,367	0,139	0,287	0,421	0,276	1,081	0,471	0,156	0,306	0,264	0,944	0,362
Médio	BRASILIA	Fercal	2,218	0,307	0,170	0,991	0,397	0,549	0,953	0,216	0,177	0,378	0,666	0,478
Médio	BRASILIA	Jd Roriz	0,229	0,000	0,193	0,000	0,169	0,982	0,341	0,552	0,268	0,187	0,837	0,331
Popular	BRASILIA	Jd Buritis	0,158	0,400	0,167	1,216	0,814	0,425	0,563	0,240	0,514	0,911	1,031	0,610
Médio	BRASILIA	Exp. Jd Buritis	0,637	0,000	0,000	0,000	0,085	0,000	0,336	0,074	0,066	0,062	0,828	0,223
Popular	BRASILIA	Planaltina Antiga	0,350	0,778	0,000	1,181	2,143	0,858	0,951	0,594	0,722	2,064	1,154	0,770
Popular e Agrícola	BRASILIA	Mestre D´Armas	0,246	0,271	0,109	0,299	0,314	0,522	0,225	0,103	0,297	0,256	0,627	0,345
Médio	BRASILIA	Arapoanga	0,336	0,000	0,000	0,000	0,241	0,716	0,181	0,000	0,000	0,248	0,352	0,225
Popular	BRASILIA	ZRUR	29,554	0,419	0,000	0,000	1,723	0,000	0,162	0,054	0,143	0,334	0,172	0,765
Médio	BRASILIA	Val. Amanhecer	2,088	0,000	0,000	2,193	0,422	1,215	0,888	0,074	0,000	0,358	0,470	0,626

TIPO SÓCIO-ESPACIAL	MUNICIPIO	Nome	CAT53	CAT54	CAT55	CAT61	CAT62	CAT63	CAT71	CAT72	CAT73	CAT74	CAT81	CAT82	CAT83
Superior	BRASILIA	Set Central N	1,568	0,898	1,540	0,337	0,368	0,124	0,178	0,315	0,092	0,012	0,457	0,310	0,072
Superior	BRASILIA	500/UNB	1,070	0,630	1,445	0,523	0,424	0,301	0,030	0,222	0,107	0,045	0,503	0,227	2,069
Superior	BRASILIA	SQN 200/400	1,278	0,825	1,126	0,232	0,221	0,128	0,169	0,092	0,102	0,000	0,408	0,317	0,000
Médio Superior	BRASILIA	SQN 402-13	1,765	1,291	1,402	0,638	0,527	0,169	0,060	0,324	0,175	0,022	0,373	0,217	0,000
Médio Superior	BRASILIA	SGAN 900	1,614	0,714	1,056	0,586	0,555	0,195	0,168	0,400	0,155	0,040	0,377	0,261	2,018
Superior	BRASILIA	Setor Central S	1,594	0,644	0,985	0,168	0,196	0,157	0,072	0,330	0,130	0,054	0,499	0,208	0,090
Médio Superior	BRASILIA	SQS 100-300	1,040	0,534	0,770	0,257	0,188	0,094	0,177	0,224	0,183	0,000	0,672	0,254	0,297
Médio Superior	BRASILIA	SQS 200	1,341	0,602	1,407	0,255	0,166	0,082	0,030	0,241	0,168	0,038	0,549	0,324	0,146
Médio Superior	BRASILIA	SQS 402-10	1,656	1,040	0,755	0,365	0,490	0,134	0,234	0,137	0,266	0,178	0,478	0,275	0,000
Médio Superior	BRASILIA	SQS 411-16	1,641	1,091	1,475	0,802	0,779	0,617	0,350	0,378	0,667	0,287	0,567	0,665	0,978
Médio Superior	BRASILIA	SGAS 900	1,381	0,891	1,236	0,425	0,639	0,471	0,515	0,663	0,276	0,204	0,848	0,347	0,913
Médio	BRASILIA	Gama Centro	1,262	3,026	2,087	1,000	0,665	0,321	0,269	0,541	0,779	0,205	0,357	0,574	0,168
Médio	BRASILIA	ZRUR Gama	0,570	1,017	0,803	0,829	1,026	0,868	1,105	0,813	1,211	1,004	1,563	1,575	0,747
Popular	BRASILIA	Ponte Alta	0,723	1,225	1,373	1,481	1,052	0,894	1,362	1,145	1,272	1,050	1,029	0,939	0,928
Popular	BRASILIA	Gama Leste	1,134	1,720	1,533	1,122	1,110	0,911	0,456	1,434	1,229	0,751	0,502	1,194	0,733
Popular e Operário	BRASILIA	Gama Oeste	0,729	1,253	1,469	1,438	0,987	1,165	1,141	0,898	1,044	0,869	0,799	1,353	1,096
Popular e Operário	BRASILIA	Gama Sul	0,961	1,493	1,451	1,018	1,238	1,319	1,024	1,082	1,103	1,011	0,917	0,889	1,197
Popular	BRASILIA	Taguatinga	1,126	1,407	1,171	1,226	1,039	0,396	1,386	1,149	0,809	0,596	0,988	0,935	0,574
Popular	BRASILIA	Taguatinga	1,688	0,996	0,856	1,080	0,995	0,877	0,940	0,968	1,556	0,748	0,617	1,071	0,892
Popular	BRASILIA	Taguatinga	1,579	1,039	0,575	1,079	0,687	0,437	0,981	1,010	0,877	0,866	0,802	1,355	1,109
Popular	BRASILIA	Taguatinga	1,360	1,090	1,251	0,814	0,377	0,371	0,754	0,891	1,408	0,829	1,088	0,877	0,425
Popular	BRASILIA	Taguatinga	1,415	1,430	1,025	1,700	0,998	0,668	0,813	0,757	1,245	0,562	0,832	0,937	0,708
Popular	BRASILIA	Taguatinga	1,486	1,252	1,271	1,291	0,995	0,520	1,362	1,109	1,353	0,723	0,578	1,213	0,324
Popular	BRASILIA	Taguatinga	1,228	1,395	1,283	1,271	0,915	1,072	1,531	0,945	1,731	0,748	0,539	1,167	1,515
Popular	BRASILIA	Taguatinga	1,010	0,828	0,769	1,072	1,135	1,658	1,507	1,483	0,997	1,013	1,013	1,274	1,279
Médio Superior	BRASILIA	Taguatinga	1,863	1,684	1,474	1,183	0,697	0,360	0,867	0,843	0,904	0,272	0,390	1,322	0,000
Médio Superior	BRASILIA	Taguatinga	1,572	1,707	1,840	1,192	0,852	0,527	0,758	0,746	1,094	0,263	0,434	0,838	0,600
Médio Superior	BRASILIA	Taguatinga	1,777	1,305	1,563	0,784	0,534	0,191	0,664	0,568	0,528	0,256	0,562	1,030	0,251
Médio Superior	BRASILIA	Taguatinga	1,971	1,744	1,447	1,011	0,470	0,150	0,320	0,517	0,364	0,086	0,445	0,695	0,147
Médio Superior	BRASILIA	Taguatinga	1,856	1,552	1,270	1,106	0,450	0,097	0,360	1,014	0,349	0,091	0,535	0,703	0,248
Médio Superior	BRASILIA	Taguatinga	1,575	0,987	1,119	1,260	0,747	0,519	0,901	1,001	0,692	0,467	0,798	1,301	0,689
Popular	BRASILIA	Exp Braz	0,886	1,313	0,893	0,971	0,869	1,061	0,691	1,093	1,242	0,704	1,155	0,885	0,932
Médio	BRASILIA	Braz Antiga	0,640	1,398	1,000	0,690	1,403	1,638	0,840	0,142	1,341	0,963	0,952	0,532	0,202
Médio	BRASILIA	São José	0,478	1,136	0,933	0,967	1,341	1,898	1,183	1,022	1,328	1,436	1,328	0,994	2,092
Popular	BRASILIA	Setor Central Sobrad	1,301	1,776	1,052	1,237	0,849	0,722	1,219	0,870	0,720	0,533	0,828	1,085	0,832
Popular	BRASILIA	Sobradinho Oeste	1,733	1,575	0,923	1,317	0,656	0,588	0,339	1,331	1,185	0,476	0,711	0,618	0,699
Médio Superior	BRASILIA	Sobradinho Leste	1,434	1,868	1,420	0,970	0,820	0,490	0,623	0,555	0,869	0,252	0,451	0,452	2,034
Popular	BRASILIA	Cond Colorado	1,345	0,774	1,104	0,484	0,468	0,595	0,546	0,518	0,435	0,800	1,396	0,492	0,150
Popular	BRASILIA	Mansões Sobrad	1,335	1,332	1,156	1,029	0,945	0,730	1,295	0,792	1,107	1,156	0,831	0,367	0,551
Médio	BRASILIA	Sobrad 2	0,659	0,977	0,758	0,826	1,363	2,183	1,308	1,402	1,448	1,168	1,047	0,994	1,848
Médio	BRASILIA	Fercal	0,675	1,232	0,635	0,902	1,043	1,236	2,107	0,820	1,590	1,456	1,553	0,533	1,288
Médio	BRASILIA	Jd Roriz	0,480	1,169	1,019	1,127	1,368	1,703	1,090	1,096	1,097	1,096	1,410	1,375	0,483
Popular	BRASILIA	Jd Buritis	0,742	1,828	1,296	1,419	1,215	1,148	1,013	0,693	1,051	0,716	0,920	1,630	0,988
Médio	BRASILIA	Exp. Jd Buritis	0,676	0,654	0,522	1,311	1,686	2,163	1,378	0,810	0,832	1,545	1,077	0,635	2,202
Popular	BRASILIA	Planaltina Antiga	0,994	2,352	1,171	1,063	0,975	0,607	1,236	0,847	0,930	0,607	0,777	0,983	0,603
Popular e Agrícola	BRASILIA	Mestre D'Armas	0,449	0,614	0,464	0,920	1,456	1,374	1,231	1,217	1,260	2,056	1,660	1,041	1,288
Médio	BRASILIA	Arapoanga	0,511	0,327	0,545	0,865	1,320	1,754	1,580	2,096	0,900	2,255	1,714	1,366	0,819
Popular	BRASILIA	ZRUR	0,172	0,672	0,330	0,601	0,264	0,396	0,575	0,640	0,551	0,451	1,371	0,583	0,230
Médio	BRASILIA	Val. Amanhecer	0,318	0,893	0,758	0,843	1,037	1,563	0,968	1,523	1,348	1,897	1,587	1,043	1,425

TIPO SÓCIO-ESPACIAL	MUNICÍPIO	Nome	CAT 10	CAT21	CAT22	CAT 23	CAT31	CAT32	CAT41	CAT42	CAT43	CAT44	CAT51	CAT52
Popular e Agrícola	BRASILIA	Paranoá	0,222	0,798	0,148	0,379	0,352	1,450	0,163	0,076	0,000	0,116	0,637	0,407
Médio	BRASILIA	Itapuã	0,765	0,000	0,000	0,000	0,338	0,186	0,575	0,000	0,107	0,223	0,747	0,835
Popular	BRASILIA	ZRUR	10,841	0,609	1,294	2,347	0,550	0,808	0,918	0,785	0,192	0,672	0,590	0,775
Popular e Operário	BRASILIA	Riacho Fundo	0,329	0,113	1,003	0,000	1,074	0,958	0,521	0,437	0,383	0,935	1,437	1,015
Médio	BRASILIA	Riacho Fundo 2	0,882	0,000	0,280	0,506	0,418	0,493	0,639	0,159	0,000	0,203	0,801	0,753
Médio Superior	BRASILIA	Nucleo Bandeirante	0,246	0,477	0,235	1,417	1,545	1,305	1,275	1,689	1,253	1,602	1,517	1,651
Popular	BRASILIA	Park Way	3,876	1,286	3,098	1,907	2,712	0,914	2,513	2,000	1,950	1,442	0,914	1,347
Popular	BRASILIA	CEI Sul 1	0,051	0,284	0,000	0,000	0,654	0,951	0,509	0,479	0,398	0,414	1,291	0,802
Popular e Operário	BRASILIA	CEI Sul 2	0,100	0,000	0,086	0,266	0,491	0,853	0,144	0,183	0,434	0,439	1,212	0,721
Popular	BRASILIA	Exp CEI Sul 2	0,000	0,151	0,119	1,788	0,558	1,087	0,000	0,288	0,395	1,218	1,262	0,740
Popular e Operário	BRASILIA	CEI Centro	0,056	0,847	0,213	0,525	0,454	0,640	0,301	0,425	0,222	0,437	1,248	1,118
Popular e Operário	BRASILIA	CEI QNS	0,254	0,326	0,293	0,233	0,705	1,228	0,300	0,338	0,044	0,684	1,056	0,884
Popular	BRASILIA	CEI Sul 3	0,000	0,000	0,115	1,022	0,646	2,063	0,382	0,397	0,413	0,876	1,003	0,760
Popular	BRASILIA	CEI Norte 1	0,666	0,000	0,000	0,486	0,548	0,000	0,254	0,403	0,780	1,252	0,553	0,568
Popular	BRASILIA	Exp CEI Norte	0,164	0,608	0,555	0,000	0,750	1,860	0,371	0,242	0,047	0,415	1,277	0,739
Popular e Operário	BRASILIA	CEI Norte 2	0,114	0,190	0,000	0,000	0,820	1,032	0,083	0,186	0,168	0,489	0,934	0,702
Médio	BRASILIA	CEI Norte 3	0,000	0,000	0,166	0,000	0,550	0,829	0,000	0,243	0,096	0,335	0,672	0,614
Médio	BRASILIA	CEI Norte 3	0,648	0,000	0,000	0,000	0,856	0,405	0,114	0,318	0,067	0,153	0,741	0,532
Popular	BRASILIA	CEI Norte 4	0,135	0,332	0,109	0,000	0,518	1,134	0,603	0,424	0,341	0,348	1,060	0,783
Médio	BRASILIA	Set Chacaras	4,651	0,413	0,249	0,000	0,785	0,747	0,000	0,162	0,100	0,354	0,626	0,374
Popular e Operário	BRASILIA	CEI Norte 5	0,062	0,000	0,216	0,231	0,318	0,478	0,000	0,058	0,000	0,215	0,861	0,756
Popular	BRASILIA	QNQ 1	0,152	0,282	0,125	0,814	0,808	0,765	0,098	0,469	0,217	1,143	1,308	0,900
Popular	BRASILIA	QNQ 2	0,000	0,000	0,000	0,859	0,494	0,635	0,178	0,517	0,411	0,839	1,559	0,961
Médio Superior	BRASILIA	Guará 1	0,123	0,454	1,072	0,394	1,129	1,279	1,003	1,982	2,406	1,640	1,792	1,963
Médio Superior	BRASILIA	Guará I	0,000	0,986	1,426	1,394	2,171	0,754	0,770	1,930	1,824	1,536	1,492	1,947
Médio Superior	BRASILIA	Guará I	0,163	1,006	1,903	1,579	1,241	1,703	1,212	1,502	1,016	1,563	2,047	1,884
Médio Superior	BRASILIA	Guará II	0,000	2,461	1,604	0,768	1,918	1,452	0,842	2,079	2,561	1,682	1,978	2,171
Médio Superior	BRASILIA	Exp. Guará	0,234	1,039	1,357	2,204	1,762	1,143	2,424	2,330	2,007	1,572	1,587	1,803
Popular	BRASILIA	QE Guará	0,768	0,710	0,526	0,486	2,028	1,804	0,387	1,031	0,456	0,401	1,195	1,438
Médio	BRASILIA	Estrutural	1,009	0,000	0,000	0,000	0,170	0,790	0,000	0,000	0,000	0,191	0,381	0,484
Médio Superior	BRASILIA	Cruzeiro Novo	0,223	2,954	1,864	2,139	2,555	0,711	2,573	4,108	5,431	1,749	1,770	2,739
Médio Superior	BRASILIA	Sudoeste	0,100	5,421	4,325	2,964	2,890	1,573	5,963	5,329	6,163	2,066	1,096	2,298
Médio Superior	BRASILIA	Cruzeiro Velho-SW2	0,149	0,634	4,677	0,293	0,926	1,305	2,653	4,056	2,200	2,579	1,456	1,492
Médio Superior	BRASILIA	Setor Central	0,343	0,387	1,803	0,784	0,663	1,484	2,050	1,618	2,737	1,819	1,914	1,353
Popular e Operário	BRASILIA	Samambaia	0,697	0,333	0,400	0,411	0,911	0,882	0,127	0,286	0,694	1,455	1,288	1,018
Popular e Operário	BRASILIA	Samambaia	0,118	0,000	0,000	0,000	0,425	0,849	0,200	0,328	0,112	0,333	1,014	0,649
Médio	BRASILIA	Samambaia	0,245	0,000	0,000	0,000	0,576	0,946	0,076	0,282	0,000	0,269	0,780	0,434
Médio	BRASILIA	Samambaia	0,063	0,000	0,129	0,000	0,461	0,371	0,151	0,155	0,000	0,130	0,491	0,451
Médio	BRASILIA	Samambaia	0,112	0,000	0,153	0,000	0,375	0,701	0,495	0,078	0,000	0,088	0,646	0,497
Médio	BRASILIA	Samambaia	0,087	0,272	0,000	0,000	0,325	1,659	0,528	0,182	0,000	0,151	0,590	0,523
Médio	BRASILIA	ZRUR-Água Quente	1,774	0,000	0,082	0,287	0,056	0,349	0,185	0,587	0,182	0,144	0,652	0,508
Popular	BRASILIA	Candangolândia	0,759	0,000	0,653	0,502	1,112	1,305	0,490	0,301	0,255	0,297	1,269	1,435
Médio	BRASILIA	Rec Emas	0,501	0,464	0,141	0,000	0,426	1,126	0,435	0,150	0,165	0,486	0,905	0,608
Médio	BRASILIA	Rec Emas	0,000	0,000	0,200	0,000	0,000	1,293	0,000	0,176	0,275	0,086	0,849	0,393
Médio	BRASILIA	Exp. Rec. Emas	0,442	0,000	0,000	0,386	0,658	0,358	0,617	0,163	0,056	0,111	0,728	0,632
Médio	BRASILIA	Exp. Rec. Emas	0,294	0,000	0,000	0,000	0,049	0,276	0,284	0,108	0,000	0,000	0,402	0,387
Médio	BRASILIA	ZRUR Gama	2,257	0,000	0,000	0,000	0,158	1,211	0,190	0,183	0,102	0,078	0,537	0,479
Médio	BRASILIA	Sta. Maria	0,722	0,417	0,411	1,107	0,835	0,565	0,408	0,672	1,675	1,438	0,788	0,914
Médio	BRASILIA	Sta. Maria	0,105	0,000	0,209	0,803	0,498	0,730	0,184	0,000	0,000	0,183	0,665	0,213

TIPO SÓCIO-ESPACIAL	MUNICIPIO	Nome	CAT53	CAT54	CAT55	CAT61	CAT62	CAT63	CAT71	CAT72	CAT73	CAT74	CAT81	CAT82	CAT83
Popular e Agrícola	BRASILIA	Paranoá	0,320	0,510	0,569	1,062	1,323	1,925	0,741	0,808	0,589	1,730	1,989	1,232	1,021
Médio	BRASILIA	Itapuã	0,326	0,475	0,727	1,257	1,343	1,619	0,812	1,073	0,602	1,428	1,803	1,198	1,640
Popular	BRASILIA	ZRUR	0,437	0,633	0,378	0,580	0,835	0,816	0,452	0,473	1,070	1,132	1,838	0,493	1,271
Popular e Operário	BRASILIA	Riacho Fundo	1,411	1,109	1,104	1,252	1,105	0,816	0,890	1,280	0,996	0,698	0,722	1,089	0,903
Médio	BRASILIA	Riacho Fundo 2	0,760	1,012	0,785	1,105	1,281	1,490	1,424	1,240	1,780	1,616	0,790	1,119	1,990
Médio Superior	BRASILIA	Nucleo Bandeirante	1,851	1,268	1,142	1,164	0,748	0,354	0,556	0,604	0,260	0,738	1,059	0,246	
Popular	BRASILIA	Park Way	1,294	0,746	0,731	0,589	0,376	0,331	0,298	0,593	0,596	0,327	1,764	0,502	0,251
Popular	BRASILIA	CEI Sul 1	0,890	1,099	1,147	1,179	1,337	1,223	1,750	1,079	0,949	0,744	0,637	1,803	1,482
Popular e Operário	BRASILIA	CEI Sul 2	0,729	0,770	1,160	1,645	1,445	1,315	0,886	0,957	1,036	0,821	0,789	1,584	1,295
Popular	BRASILIA	Exp CEI Sul 2	0,858	1,248	1,460	1,298	1,272	1,122	0,946	1,520	1,395	0,917	0,528	1,059	0,968
Popular e Operário	BRASILIA	CEI Centro	1,219	1,085	1,157	1,447	1,321	1,159	1,231	0,828	1,275	0,828	0,481	1,581	0,802
Popular e Operário	BRASILIA	CEI QNS	0,883	0,792	1,147	1,910	1,277	0,968	0,991	0,950	1,229	0,770	0,659	2,178	0,539
Popular	BRASILIA	CEI Sul 3	0,875	1,041	1,394	1,500	1,437	0,920	1,143	1,250	0,859	0,809	0,653	1,928	0,751
Popular	BRASILIA	CEI Norte 1	0,910	0,658	0,798	1,772	1,140	1,495	1,094	1,581	1,615	0,776	0,688	1,187	0,537
Popular	BRASILIA	Exp CEI Norte	1,057	1,188	1,083	1,731	1,201	0,976	1,208	1,068	1,370	0,635	0,657	1,332	1,051
Popular e Operário	BRASILIA	CEI Norte 2	0,931	1,074	0,952	1,274	1,107	1,355	1,193	1,689	1,507	1,134	0,854	1,976	0,761
Médio	BRASILIA	CEI Norte 3	0,881	0,643	0,898	1,614	1,557	1,201	1,259	1,632	1,017	1,171	0,924	2,246	0,553
Médio	BRASILIA	CEI Norte 3	0,538	0,599	0,917	1,198	1,250	1,342	1,356	1,723	1,200	1,323	1,262	1,654	2,691
Popular	BRASILIA	CEI Norte 4	0,848	1,267	1,290	1,356	1,013	1,280	1,442	0,930	1,118	1,035	0,838	1,868	0,820
Médio	BRASILIA	Set Chacaras	0,562	1,021	0,616	1,148	1,148	1,364	1,736	1,318	1,369	1,232	1,114	1,292	0,929
Popular e Operário	BRASILIA	CEI Norte 5	0,609	0,734	0,920	1,183	1,182	2,005	1,713	1,510	1,509	1,349	0,923	1,538	1,080
Popular	BRASILIA	QNQ 1	1,105	1,424	1,511	1,457	1,123	0,783	1,611	1,340	1,859	0,599	0,472	0,887	0,195
Popular	BRASILIA	QNQ 2	1,468	1,463	0,962	1,207	1,099	1,069	1,134	1,756	1,294	0,502	0,346	2,076	0,589
Médio Superior	BRASILIA	Guará I	1,629	1,135	1,879	0,977	0,749	0,208	0,498	0,408	0,435	0,055	0,553	0,970	0,000
Médio Superior	BRASILIA	Guará I	2,492	1,048	1,319	0,853	0,749	0,263	0,436	0,765	0,443	0,112	0,486	0,975	1,493
Médio Superior	BRASILIA	Guará I	2,039	0,945	1,294	0,813	0,647	0,404	0,239	1,017	0,690	0,233	0,598	0,394	0,000
Médio Superior	BRASILIA	Guará II	1,974	1,210	1,558	0,669	0,375	0,136	0,271	0,381	0,575	0,078	0,574	0,811	0,195
Médio Superior	BRASILIA	Exp. Guará	1,707	1,176	1,801	0,777	0,670	0,242	0,524	0,570	0,524	0,156	0,614	0,377	0,395
Popular	BRASILIA	QE Guará	1,169	0,923	0,847	1,065	0,904	0,973	0,972	0,508	1,265	0,784	0,966	1,008	1,402
Médio	BRASILIA	Estrutural	0,301	0,074	0,186	1,370	1,019	1,998	1,664	0,489	1,524	2,463	0,825	0,741	12,302
Médio Superior	BRASILIA	Cruzeiro Novo	1,408	0,785	1,356	0,262	0,222	0,199	0,087	0,262	0,100	0,018	0,565	0,204	0,102
Médio Superior	BRASILIA	Sudoeste	0,831	0,526	1,520	0,353	0,222	0,048	0,064	0,089	0,041	0,000	0,495	0,222	0,000
Médio Superior	BRASILIA	Cruzeiro Velho-SW2	1,649	1,241	2,012	0,793	0,487	0,111	0,187	0,273	0,410	0,086	0,461	0,391	0,150
Médio Superior	BRASILIA	Setor Central	1,883	1,442	2,774	0,627	0,831	0,235	0,286	0,279	0,285	0,051	0,353	0,502	0,085
Popular e Operário	BRASILIA	Samambaia	1,316	1,454	1,828	1,106	1,129	0,872	0,757	1,000	1,081	0,970	0,435	0,968	0,339
Popular e Operário	BRASILIA	Samambaia	0,693	0,716	1,062	1,181	1,351	1,618	1,176	1,764	1,357	1,314	0,779	1,614	0,521
Médio	BRASILIA	Samambaia	0,743	0,919	0,477	1,323	1,286	1,975	1,380	1,903	1,043	1,401	0,897	1,645	0,844
Médio	BRASILIA	Samambaia	0,820	0,478	0,586	0,990	1,524	1,909	1,616	2,081	1,084	1,583	1,192	1,775	0,957
Médio	BRASILIA	Samambaia	0,332	0,699	0,549	1,325	1,298	1,856	1,117	1,814	0,996	1,605	1,467	1,002	2,041
Médio	BRASILIA	Samambaia	0,440	0,489	0,459	1,194	1,463	2,118	1,824	1,298	1,022	1,581	0,971	2,035	1,343
Médio	BRASILIA	ZRUR-Água Quente	0,748	0,717	0,561	0,905	1,283	1,828	1,854	1,387	1,468	1,431	1,068	1,485	1,760
Popular	BRASILIA	Candangolândia	1,249	1,410	0,818	1,216	1,184	1,089	1,141	1,281	1,885	0,599	0,468	1,206	0,767
Médio	BRASILIA	Rec Emas	0,612	0,977	0,808	1,106	1,459	1,316	1,186	1,225	2,195	1,357	0,803	1,329	1,180
Médio	BRASILIA	Rec Emas	0,858	0,955	0,880	0,961	1,531	1,699	1,349	1,923	1,344	1,384	1,024	1,025	1,112
Médio	BRASILIA	Exp. Rec. Emas	0,668	0,466	1,113	1,494	1,368	1,361	2,082	1,345	1,304	1,369	1,076	0,738	1,040
Médio	BRASILIA	Exp. Rec. Emas	0,443	0,585	0,329	1,181	1,180	2,204	2,095	1,476	1,350	2,023	1,212	1,304	3,190
Médio	BRASILIA	ZRUR Gama	0,721	0,599	0,648	0,899	1,168	2,016	1,498	1,186	1,599	2,024	1,085	0,906	1,192
Médio	BRASILIA	Sta. Maria	0,996	1,175	2,292	0,871	1,096	0,980	0,802	0,986	0,650	0,993	1,057	0,699	0,857
Médio	BRASILIA	Sta. Maria	0,806	1,148	0,597	1,164	1,529	2,029	1,689	1,727	1,399	1,199	0,977	1,188	1,200

Médio	BRASILIA	Sta. Maria	0,273	0,000	0,000	0,394	0,129	0,946	0,215	0,124	0,080	0,060	0,784	0,326
Médio	BRASILIA	Sta. Maria	0,377	0,303	0,179	0,000	0,410	0,284	0,132	0,267	0,000	0,228	0,533	0,458
Médio	BRASILIA	Sta. Maria	0,217	0,402	0,000	0,000	0,428	0,702	0,175	0,137	0,141	0,046	0,758	0,618
Popular e Agrícola	BRASILIA	Sta. Maria	1,086	1,130	0,888	0,445	1,661	1,352	0,939	0,886	0,317	0,604	0,657	1,095
Popular e Agrícola	BRASILIA	S. Sebastião	0,444	0,000	0,174	0,000	0,210	0,927	0,090	0,055	0,023	0,105	0,501	0,405
Médio	BRASILIA	S. Sebast-Mangueiral	0,615	0,000	0,269	0,390	0,976	0,711	0,209	0,056	0,107	0,253	0,545	0,368
Superior	BRASILIA	Lago Sul	0,141	13,565	4,301	7,413	3,525	1,295	6,406	4,172	3,249	1,940	0,843	1,798
Superior	BRASILIA	Lago Norte	0,154	5,750	3,195	1,705	1,697	0,801	3,219	3,694	1,676	1,789	1,038	1,488
Popular e Agrícola	AGUAS LINDAS DE GOIAS	Barragem	0,614	0,000	0,000	0,436	0,262	0,720	0,177	0,128	0,000	0,051	0,378	0,338
Popular e Agrícola	AGUAS LINDAS DE GOIAS	Barragem 2	0,566	0,000	0,152	0,499	0,114	0,618	0,000	0,119	0,053	0,048	0,299	0,325
Popular e Agrícola	AGUAS LINDAS DE GOIAS	Barragem 3	0,893	0,000	0,309	0,000	0,289	0,605	0,709	0,112	0,212	0,103	0,427	0,484
Médio	AGUAS LINDAS DE GOIAS	Oliveiras	1,411	0,000	0,000	0,564	0,480	1,174	0,391	0,183	0,000	0,044	0,647	0,239
Médio	LUZIANIA	Ingá 1	0,650	0,000	0,000	0,000	0,309	0,631	0,000	0,258	0,000	0,209	0,384	0,642
Médio	LUZIANIA	Ingá 2	0,358	0,497	0,000	0,000	0,560	0,184	0,198	0,161	0,000	0,134	0,543	0,645
Médio	LUZIANIA	Leste 1	2,151	0,199	0,086	0,000	0,361	0,810	0,293	0,086	0,185	0,303	0,455	0,436
Médio	LUZIANIA	Leste 2	2,463	0,000	0,184	0,392	0,936	0,608	0,250	0,141	0,074	0,175	0,505	0,679
Popular e Agrícola	LUZIANIA	BR 040	1,035	0,000	0,075	0,000	0,211	0,783	0,329	0,000	0,000	0,000	0,342	0,442
Popular	LUZIANIA	Centro	1,492	2,594	0,617	1,344	2,040	0,858	1,608	0,436	0,478	0,892	1,150	1,114
Popular	LUZIANIA	Zrural	26,332	0,000	0,000	1,303	0,588	0,729	0,374	0,034	0,000	0,282	0,100	0,553
Popular e Agrícola	NOVO GAMA	Novo Gama	0,707	0,179	0,264	0,366	0,391	0,264	0,210	0,079	0,126	0,234	0,456	0,503
Popular e Agrícola	PLANALTINA	Planaltina	3,127	0,000	0,154	0,837	0,523	0,458	0,248	0,183	0,111	0,125	0,411	0,499
Popular e Agrícola	SANTO ANTONIO DO DESCOBERTO	Sto Ant Descob	2,799	0,315	0,219	0,479	0,353	0,509	0,193	0,224	0,195	0,100	0,465	0,485
Popular e Agrícola	VALPARAISO DE GOIAS	Céu Azul 1	0,243	0,000	0,000	0,000	0,194	0,748	0,000	0,145	0,000	0,097	0,466	0,746
Médio	VALPARAISO DE GOIAS	Céu Azul 2	0,091	0,000	0,166	0,000	0,180	1,357	0,322	0,092	0,000	0,084	0,370	0,231
Popular	VALPARAISO DE GOIAS	Valparaiso	0,507	0,453	0,239	0,983	1,236	1,803	1,099	0,804	0,474	0,870	1,459	1,615
Popular	VALPARAISO DE GOIAS	Sta Rita	0,211	1,019	0,570	0,000	1,149	0,720	0,991	0,702	1,046	0,743	1,050	1,322
Médio	VALPARAISO DE GOIAS	Jd Oriente	0,167	0,447	0,102	0,575	0,527	1,289	0,689	0,437	0,353	0,814	1,069	0,897
TOTAL			1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1

TIPO SÓCIO-ESPACIAL	MUNICIPIO	Nome	CAT53	CAT54	CAT55	CAT61	CAT62	CAT63	CAT71	CAT72	CAT73	CAT74	CAT81
Médio	BRASILIA	Sta. Maria	0,554	0,889	0,902	1,134	1,641	2,140	1,013	1,266	1,088	1,373	1,048
Médio	BRASILIA	Sta. Maria	0,776	0,746	0,901	1,131	1,630	2,118	1,314	1,509	1,079	1,288	1,061
Médio	BRASILIA	Sta. Maria	0,363	0,544	0,528	0,950	1,404	1,578	1,525	1,372	1,309	1,847	1,403
Popular e Agrícola	BRASILIA	Sta. Maria	0,608	0,941	0,687	0,898	0,728	1,741	0,573	0,866	0,870	1,567	1,470
Popular e Agrícola	BRASILIA	S. Sebastião	0,341	0,767	0,768	0,974	1,126	1,725	0,465	1,149	0,582	2,158	2,154
Médio	BRASILIA	S. Sebast-Mangueiral	0,440	0,418	0,524	1,177	1,264	1,741	0,492	1,174	0,967	1,798	1,974
Superior	BRASILIA	Lago Sul	0,995	0,583	0,733	0,223	0,163	0,218	0,168	0,160	0,072	0,136	1,305
Superior	BRASILIA	Lago Norte	1,208	0,453	0,751	0,401	0,408	0,545	0,391	0,224	0,326	0,565	1,736
Popular e Agrícola	AGUAS LINDAS DE GOIAS	Barragem	0,297	0,415	0,255	0,751	1,283	1,566	2,029	1,141	1,262	2,728	1,573
Popular e Agrícola	AGUAS LINDAS DE GOIAS	Barragem 2	0,504	0,358	0,141	0,904	1,135	1,540	1,609	1,266	1,468	2,516	1,981
Popular e Agrícola	AGUAS LINDAS DE GOIAS	Barragem 3	0,485	0,619	0,437	0,921	1,352	1,217	1,918	1,233	1,764	2,258	1,509
Médio	AGUAS LINDAS DE GOIAS	Oliveiras	0,699	0,746	0,348	0,958	1,494	1,308	1,800	0,943	1,417	1,835	1,378
Médio	LUZIANIA	Ingá 1	0,461	0,905	0,356	1,067	1,535	1,306	1,945	1,435	1,154	2,010	1,423
Médio	LUZIANIA	Ingá 2	0,579	0,803	0,797	1,138	1,376	0,972	1,834	2,471	0,858	2,148	1,359
Médio	LUZIANIA	Leste 1	0,495	0,698	0,744	0,945	1,260	0,704	1,831	1,372	2,905	1,911	1,289
Médio	LUZIANIA	Leste 2	0,522	1,295	0,615	1,043	1,321	0,608	1,588	1,625	2,392	1,553	1,297
Popular e Agrícola	LUZIANIA	BR 040	0,430	0,454	0,312	0,766	1,200	1,270	1,958	1,798	1,741	1,712	2,161
Popular	LUZIANIA	Centro	1,063	1,646	0,654	1,362	0,746	0,489	1,815	1,350	1,609	0,689	0,761
Popular	LUZIANIA	Zrural	0,143	0,374	0,095	0,221	0,574	0,435	0,483	0,618	0,678	0,735	2,261
Popular e Agrícola	NOVO GAMA	Novo Gama	0,603	1,012	0,701	1,008	1,181	1,431	1,300	1,470	1,279	1,915	1,571
Popular e Agrícola	PLANALTINA	Planaltina	0,343	0,730	0,294	0,948	1,228	1,293	1,072	0,787	0,913	2,044	1,842
Popular e Agrícola	SANTO ANTONIO DO DESCOBERTO	Sto Ant Descob	0,532	0,958	0,499	0,775	1,169	1,070	1,496	1,296	1,340	2,223	1,472
Popular e Agrícola	VALPARAISO DE GOIAS	Céu Azul 1	0,663	0,538	0,672	0,914	1,477	1,318	1,729	1,339	1,130	2,238	1,522
Médio	VALPARAISO DE GOIAS	Céu Azul 2	0,493	1,062	0,482	1,224	1,325	1,519	0,908	1,472	1,061	2,009	1,641
Popular	VALPARAISO DE GOIAS	Valparaiso	1,774	1,514	0,942	1,524	1,006	0,611	0,911	0,987	0,554	0,571	0,519
Popular	VALPARAISO DE GOIAS	Sta Rita	1,381	0,997	1,267	1,144	0,931	0,741	1,064	0,628	1,160	0,889	1,026
Médio	VALPARAISO DE GOIAS	Jd Oriente	1,428	1,148	1,300	0,732	1,138	0,947	1,181	1,410	1,069	1,293	0,787
TOTAL			1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1

APÊNDICE E

MOBILIDADE POPULACIONAL NO DISTRITO FEDERAL-2000

**Distribuição dos fluxos populacionais entre Regiões Administrativas, por Fluxo de Imigração e Emigração*
Distrito Federal,2000**

em valores absolutos

Regiões Administrativas	Regiões Administrativas									
	Residência em 2000									
	Brasília	Gama	Taguatinga	Brazlândia	Sobradinho	Planaltina	Paranoá	Núcl. Bandeirante	Ceilândia	Guará
Brasília	164.698	587	7.215	106	2.892	397	170	3.345	15.251	8.286
Gama	1.721	105.301	732	33	278	158	168	274	605	655
Taguatinga	1.929	1.359	174.675	299	649	1.016	41	591	6.064	5.776
Brazlândia	132	533	434	35.277	201	262	60	39	524	724
Sobradinho	1.508	350	572	0	95.348	1.662	0	321	1.075	517
Planaltina	700	295	876	0	1.280	83.879	0	0	567	133
Paranoá	192	101	102	0	0	811	32.854	0	354	63
Núcl. Bandeirante	416	37	220	0	237	133	205	17.067	0	955
Ceilândia	496	1.287	9.275	594	631	1.045	0	776	272.407	2.756
Guará	2.224	157	2.766	0	372	105	91	1.835	1.320	83.661
Cruzeiro	1.602	0	1.024	0	813	179	59	444	372	1.587
Samambaia	396	431	3.867	38	23	65	127	132	2.426	810
Santa Maria	1.218	916	494	0	212	130	0	39	798	476
São Sebastião	324	163	0	0	0	134	59	39	432	34
Recanto das Emas	46	196	487	69	312	0	0	32	348	38
Lago Sul	929	0	226	0	40	35	1.328	169	34	112
Riacho Fundo	171	0	175	0	0	71	73	263	31	555
Lago Norte	1.677	0	478	0	107	173	128	346	223	95
Candangolândia	658	0	112	0	46	0	0	312	338	725
Fora do DF	29.900	7.293	17.592	2.540	9.493	7.705	2.061	3.887	19.632	11.808
Total	210.937	127.661	235.617	42.731	119.104	108.817	40.894	31.764	350.066	126.508

Fonte: CODEPLAN-Pesquisa Domiciliar Transporte 2000

*Notas: Fluxo de Emigração equivale aos valores da linha

Fluxo de Imigração equivalem aos valores da coluna

**Notas: Foi excluída a população com idade menor ou igual a 4 anos

cont..

**Distribuição dos fluxos populacionais entre Regiões Administrativas, por Fluxo de Imigração e Emigração*
Distrito Federal,2000**

Regiões Administrativas Residência em 1996	Regiões Administrativas Residência em 2000									
	Cruzeiro	Samambaia	Santa Maria	São Sebastião	Rec. das Emas	Lago Sul	Riacho Fundo	Lago Norte	Candangolândia	Total
	Brasília	13.641	1.336	718	1.028	755	5.359	1.047	5.068	398
Gama	36	760	6.901	189	2.422	33	528	66	638	11.573
Taguatinga	1.552	6.570	1.175	435	3.904	219	3.127	0	49	17.031
Brazlândia	105	497	33	64	388	0	186	0	0	1.273
Sobradinho	397	419	34	63	62	0	34	99	0	1.108
Planaltina	108	328	242	63	154	59	59	131	0	1.144
Paranoá	100	34	136	316	123	30	102	0	0	841
Núcl. Bandeirante	231	273	165	31	220	274	1.842	33	231	3.300
Ceilândia	589	7.159	1.895	85	9.638	47	4.454	328	318	24.513
Guará	1.972	1.298	1.184	276	275	61	1.760	492	205	7.523
Cruzeiro	40.890	785	1.043	230	154	134	630	164	86	44.116
Samambaia	564	110.554	1.188	97	2.144	0	1.489	33	46	116.115
Santa Maria	500	659	66.141	62	1.214	0	127	164	49	68.916
São Sebastião	82	95	35	32.700	165	33	95	0	0	33.205
Recanto das Emas	160	359	256	96	36.485	0	30	0	0	37.386
Lago Sul	789	0	164	7.443	240	20.750	72	492	0	29.950
Riacho Fundo	276	372	0	0	613	0	14.750	149	185	16.345
Lago Norte	215	0	33	93	121	31	16.806	0	0	17.299
Candangolândia	33	521	32	31	479	194	1.014	0	10.589	12.893
Fora do DF	8.924	9.846	6.967	4.254	3.984	2.316	2.975	2.336	617	42.219
Total	75.614	154.965	95.164	52.669	70.318	30.241	37.378	27.343	14.288	557.980

Fonte: CODEPLAN-Pesquisa Domiciliar Transporte 2000

*Notas: Fluxo de Emigração equivale aos valores da linha

Fluxo de Imigração equivalem aos valores da coluna

**Notas: Foi excluída a população com idade menor ou igual a 4 anos de

APÊNDICE F

SEGMENTAÇÃO POR SETOR DE EMPREGO-2000

A histórica trajetória de urbanização da economia do Aglomerado Urbano de Brasília tem uma estrutura produtiva diretamente vinculada ao setor terciário, com destaque para o ramo de serviços e administração pública. A priori, o peso do tipo de setor de emprego pode não parecer determinante na estruturação espacial das cidades, contudo, as particularidades da formação, consolidação e expansão do Aglomerado Urbano permitem visualizar as diferenças sociais de acordo com o setor de emprego. A questão que se levanta é em que medida a estrutura social é influenciada pelo setor de emprego dos grupos sociais, dado que as diferenças de apropriação de renda pela *proxy* de servidores públicos equivalem, em média, a 3,05 vezes a mais que os não servidores públicos para o Distrito Federal, 2,25 vezes, no Entorno Goiano e 2,65 vezes superior no Aglomerado (ver Tabela F.1). Se o Aglomerado Urbano for decomposto em unidades espaciais como municípios e Regiões Administrativas, verifica-se que há uma relação direta entre áreas de elevado poder aquisitivo e predominância dos elevados salários do setor público de emprego. Nas áreas mais pobres, a renda do setor público tende a ‘orbitar’ em torno da média metropolitana e a ser em média 3 vezes superior do que em outras localidades, o que sugere que, nas áreas periféricas, há uma distinção fundamental entre os moradores que são servidores públicos e os que não são.

Tabela F.1

**Rendimento Bruto Médio* segundo o setor de emprego
Aglomerado Urbano de Brasília,2000**

RA´s e municípios	Rendimento bruto médio (em R\$) segundo o setor de emprego		
	Público**	Não- Público***	Proporção
Distrito Federal	2.187.440	718.120	3,05
Brasília	3.479.240	2.116.410	1,64
Brazlândia	1.211.190	314.830	3,85
Candangolândia	1.167.530	481.620	2,42
Ceilândia	1.139.620	403.850	2,82
Cruzeiro	3.074.840	2.228.490	1,38
Gama	1.416.860	447.580	3,17
Guará	2.232.700	1.542.010	1,45
Lago Norte	5.043.910	3.211.830	1,57
Lago Sul	4.574.090	1.159.990	3,94
Paranoá	1.251.400	409.090	3,06
Planaltina	1.203.180	350.010	3,44
Recanto das Emas	841.510	303.350	2,77
Riacho Fundo	1.453.230	413.320	3,52
Samambaia	1.091.480	364.570	2,99
Santa Maria	1.170.340	371.790	3,15
São Sebastião	1.709.750	458.070	3,73
Sobradinho	1.834.450	561.580	3,27
Taguatinga	1.870.240	740.200	2,53
Entorno Goiano	760.070	338.430	2,25
Águas Lindas de Goiás	659.550	348.210	1,89
Cidade Ocidental	972.890	457.470	2,13
Luziânia	755.520	346.830	2,18
Novo Gama	880.530	383.770	2,29
Planaltina	552.510	323.990	1,71
Santo Antonio do Descoberto	637.610	316.980	2,01
Valparaíso de Goiás	1.225.040	466.980	2,62
Total AUB	1.473.755	528.275	2,65

Fonte: IBGE, microdados do Censo Demográfico 2000 (elaboração do autor)

Notas: * Rendimento bruto mensal: equivale ao rendimento proveniente do trabalho principal, em reais. Não sendo computado o valor da produção para o próprio consumo nem a parcela do pagamento efetuada em benefícios, tais como: moradia, alimentação (refeições, cesta de alimentos, vale ou tíquete alimentação, vale transporte, roupas, etc.)

** Público: equivale às pessoas ocupadas sob o Regime Jurídico do Funcionalismo Público ou Militares (RJFP)

***Não -Público: equivale ao total de pessoas ocupadas que não pertenciam ao RJFP

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)